

2490/93



DIÁRIO



República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLVIII — Nº 33

QUINTA-FEIRA, 5 DE AGOSTO DE 1993

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 34ª SESSÃO CONJUNTA, EM 4 DE AGOSTO DE 1993

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Leitura de Mensagens Presidenciais

Nº 71/93-CN, encaminhando proposta de modificação do Projeto de Lei nº 2/93-CN, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual para o biênio 1994-1995, de que trata o art. 32, da Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992 e dá outras providências.

— Nº 68/93-CN (nº 470/93, na origem), submetendo à deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 9/93-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social, crédito especial até o limite de Cr\$424.215.000.000,00, para os fins que especifica.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

Remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização da proposta de modificação ao Projeto de Lei nº 2/93-CN, bem como o Projeto de Lei nº 9/93-CN, lidos anteriormente, e abertura de prazo para tramitação das matérias e oferecimento de emendas aos mesmos.

1.2.3 — Leitura de Mensagens Presidenciais

— Nº 69/93-CN (nº 468/93, na origem), submetendo à deliberação do Congresso Nacional a Medida Provisória nº 335/93, que dispõe sobre a redução de multa pela antecipação do pagamento de tributo lançado, e dá nova redação ao art. 30 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991.

— Nº 70/93-CN (nº 472/93, na origem), submetendo à deliberação do Congresso Nacional a Medida Provisória nº 336/93, que altera a Moeda Nacional estabelecendo a denominação "Cruzeiro Real" para a unidade do Sistema Monetário brasileiro.

— Nº 72/93-CN (nº 478/93, na origem), submetendo à deliberação do Congresso Nacional a Medida Provisória nº 337/93, que altera o art. 2º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, com a redação dada pela Lei nº 8.458, de 11 de setembro de 1992, que dispõe sobre as disponibilidades financeiras do Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT, e dá outras providências, e autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde — Fundo Nacional de Saúde, crédito extraordinário no valor de Cr\$ 35.000.000.000.000,00.

— Nº 75/93-CN (nº 481/93, na origem), submetendo à deliberação do Congresso Nacional a Medida Provisória nº 340/93, que altera dispositivos da Lei nº 8.542, de 23 de dezembro de 1992, que dispõe sobre a política nacional de salários, e dá outras providências.

1.2.4 — Pareceres

Proferido pelo Deputado Elias Mourad, concluindo pela admissibilidade da Medida Provisória nº 333/93, que acrescenta o parágrafo único ao art. 57 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e revoga o art. 3º da Lei nº 8.656, de 21 de maio de 1993, que altera dispositivo da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

— Proferido pelo Deputado Luiz Viana Neto, concluindo pela admissibilidade da Medida Provisória nº 334/93, que dá nova redação aos arts. 5º e 19 da Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, que cria o Programa Nacional de Desestatização e dispõe sobre a suspensão de processos de privatização.

1.2.5 — Discursos do Expediente

DEPUTADO PRISCO VIANA — Reabertura de prazo para apresentação de emendas à Medida Provisória nº 334, de 23-7-93.

O SR. PRESIDENTE — Resposta ao Sr. Prisco Viana.

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****MANOEL VILELA DE MAGALHÃES**

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MATA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tragem 1.200 exemplares

DEPUTADO JOSÉ GENOÍNO — Apresentação de recurso à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE — Remessa do recurso do Deputado José Genoíno à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados.

1.2.6 — Parecer

— Proferido pelo Senador Gilberto Miranda, concluindo pela admissibilidade da Medida Provisória nº 335/93, que dispõe sobre a redução de multa pela antecipação do pagamento de tributos lançados, e dá nova redação ao art. 30 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991.

1.2.7 — Comunicações da Presidência

— Abertura de prazo para apresentação de recurso regimental quanto à admissibilidade das Medidas Provisórias nºs 333, 334 e 335, de 1993, cujos pareceres foram proferidos na presente sessão.

— Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 340/93, que altera dispositivos da Lei nº 8.542, de 23 de dezembro de 1992, que dispõe sobre a Política Nacional de Salários, e dá outras providências, designação da Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria e fixação de calendário para a tramitação da mesma.

— Alteração no calendário para a tramitação dos vetos presidenciais de que tratam as Mensagens nºs 48 a 56, 60 e 61/93-CN, em virtude da prorrogação da sessão legislativa.

— Perda da eficácia da Medida Provisória nº 327/93, que dá nova redação aos arts. 5º e 19 da Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, que cria o Programa Nacional de Desestatização e dispõe sobre a suspensão de processos de privatização.

— Perda da eficácia da Medida Provisória nº 329/93, que define a redução de multa pela antecipação do pagamento de tributo lançado.

— Perda da eficácia da Medida Provisória nº 330/93, que define sobre o exercício das atribuições institucionais da Advocacia-Geral da União, em caráter emergencial e provisório, e dá outras providências.

— Perda da eficácia da Medida Provisória nº 331/93, que altera o art. 2º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, com redação dada pela Lei nº 8.458, de 11 de setembro de 1992, que dispõe sobre as disponibilidades financeiras do Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT, e dá outras providências, e autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde — Fundo Nacional de Saúde, crédito extraordinário no valor de CR\$ 35.000.000.000.000,00.

— Perda da eficácia da Medida Provisória nº 332/93, que altera a Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993.

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ENCERRAMENTO**Ata da 34ª Sessão Conjunta, em 4 de agosto de 1993****3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura****Presidência dos Srs. Humberto Lucena e Chagas Rodrigues**

ÀS 19 HORAS E 14 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Afonso Camargo _ Albano Franco _ Alfredo Campos _ Almir Gabriel _ Amir Lando _ Antonio Mariz _ Aureo Mello _ Bello

Parga _ Beni Veras _ Carlos Patrocínio _ César Dias _ Chagas Rodrigues _ Cid Saboia de Carvalho _ Darcy Ribeiro _ Dirceu Carneiro _ Divaldo Suruagy _ Eduardo Suplicy _ Elcio Álvares _ Epitácio Cafeteira _ Esperidião Amin _ Francisco Rollemberg _ Garibaldi Alves Filho _ Gerson Camata _ Gilberto Miranda

Guilherme Palmeira _ Henrique Almeida _ Humberto Lucena _
Irapuan Costa Júnior _ Jarbas Passarinho _ João Calmon _ João
França _ João Rocha _ Jonas Pinheiro _ Josaphat Marinho _ José
Fogaça _ José Paulo Bisol _ José Richa _ Júlio Campos _ Júnia
Marise _ Jutahy Magalhães _ Lavoisier Maia _ Louremberg
Nunes Rocha _ Lourival Baptista _ Lucídio Portella _ M...
Bacelar _ Mansueto de Lavor _ Marco Maciel _ Mário Co...
Marluce Pinto _ Mauro Benevides _ Meira Filho _ Moisés Abrão
_ Nabor Júnior _ Nelson Carneiro _ Nelson Wedekin _ Ney
Maranhão _ Pedro Simon _ Pedro Teixeira _ Rachid Saldanha
Derzi _ Ronaldo Aragão _ Ronan Tito _ Ruy Bacelar _ Valmir
Campelo _ Wilson Martins.

E OS SRS. DEPUTADOS:
RORAIMA

ALCESTE ALMEIDA
AVENIR ROSA
JOAO FAGUNDES
LUCIANO CASTRO

BLOCO
PP
PMDB
PPR

AMAPÁ

ERALDO TRINDADE
FATIMA PELAES
VALDENOR GUEDES

PPR
BLOCO
PP

PARÁ

ALACID NUNES
CARLOS KAYATH
GIOVANNI QUEIROZ
MARIO CHERMONT
PAULO ROCHA

BLOCO
BLOCO
PDT
PP
PT

AMAZONAS

ATILA LINS
EZIO FERREIRA
JOSE DUTRA
PAUDERNEY AVELINO

BLOCO
BLOCO
PMDB
PPR

RONDÔNIA

ANTONIO MORIMOTO
MAURICIO CALIXTO
NOBEL MOURA
PASCOAL NOVAES
REDITARIO CASSOL

PPR
BLOCO
PP
BLOCO
PP

ACRE

CELIA MENDES
ZILA BEZERRA

PPR
PMDB

TOCANTINS

DARCI COELHO

BLOCO

DERVAL DE PAIVA
FREIRE JUNIOR
HAGAHUS ARAUJO
PAULO MOURAO

PMDB
PMDB
PMDB
PPR

MARANHÃO

CESAR BANDEIRA
CID CARVALHO
DANIEL SILVA
HAROLDO SABOIA
JAYME SANTANA
JOAO RODOLFO
JOSE BURNETT
JOSE REINALDO
NAN SOUZA

BLOCO
PMDB
PPR
PT
PSDB
PPR
PRN
BLOCO
PP

CEARÁ

AECIO DE BORBA
CARLOS BENEVIDES
ERNANI VIANA
JOSE LINHARES
LUIZ PONTES
MAURO SAMPAIO
PINHEIRO LANDIM
SERGIO MACHADO
UBIRATAN AGUIAR

PPR
PMDB
PP
PP
PSDB
PSDB
PMDB
PSDB
PMDB

PIAUI

B. SA
CIRO NOGUEIRA
FELIPE MENDES
JOAO HENRIQUE
PAULO SILVA

PP
BLOCO
PPR
PMDB
PSDB

RIO GRANDE DO NORTE

ALUIZIO ALVES
FLAVIO ROCHA
HENRIQUE EDUARDO ALVES
JOAO FAUSTINO
LAIRE ROSADO

PMDB
PL
PMDB
PSDB
PMDB

PARAÍBA

EFFRAIM MORAIS
LUCIA BRAGA
ZUCA MOREIRA

BLOCO
PDT
PMDB

PERNAMBUCO

ALVARO RIBEIRO
FERNANDO LYRA
GILSON MACHADO
GUSTAVO KRAUSE

PSB
PDT
BLOCO
BLOCO

INOCENCIO OLIVEIRA	BLOCO	HUMBERTO SOUTO	BLOCO
JOSE CARLOS VASCONCELLOS	PRN	JOAO PAULO	PT
JOSE JORGE	BLOCO	NEIF JABUR	PMDB
JOSE MUCIO MONTEIRO	BLOCO	NILMARIO MIRANDA	PT
LUIZ PIAUHYLINO	PSB	ODELMO LEAO	PRN
MAURILIO FERREIRA LIMA	PMDB	OSMANIO PEREIRA	PSDB
MAVIAEL CAVALCANTI	PRN	PAULO DELGADO	PT
MIGUEL ARRAES	PSB	PAULO ROMANO	BLOCO
NILSON GIBSON	PMDB	SERGIO MIRANDA	PCdoB
RENILDO CALHEIROS	PCdoB	TARCISIO DELGADO	PMDB
ROBERTO FREIRE	PCB	WAGNER DO NASCIMENTO	PRN
ROBERTO MAGALHAES	BLOCO		
SALATIEL CARVALHO	PP	ESPÍRITO SANTO	
ALAGOAS		ETEVALDA GRASSI DE MENEZES	BLOCO
		HELVECIO CASTELLO	PSDB
AUGUSTO FARIAS	BLOCO	JORIO DE BARROS	PMDB
MENDONCA NETO	PDT	NILTON BAIANO	PMDB
ROBERTO TORRES	BLOCO	RITA CAMATA	PMDB
		ROSE DE FREITAS	PSDB
SERGIPE		RIO DE JANEIRO	
CLEONANCIO FONSECA	PRN		
JOSE TELES	PPR	ARTUR DA TAVOLA	PSDB
PEDRO VALADARES	PP	FABIO RAUNHEITTI	BLOCO
BAHIA		JAIR BOLSONARO	PPR
		JOAO MENDES	BLOCO
BENITO GAMA	BLOCO	MIRO TEIXEIRA	PDT
CLOVIS ASSIS	PSDB	PAULO PORTUGAL	PDT
ERALDO TINOCO	BLOCO	RUBEM MEDINA	BLOCO
GENEBALDO CORREIA	PMDB	SERGIO AROUCA	PCB
JOAO ALMEIDA	PMDB	SERGIO CURY	PDT
JOAO ALVES	PPR	SIDNEY DE MIGUEL	PV
JORGE KHOURY	BLOCO	VLADIMIR PALMEIRA	PT
JOSE CARLOS ALELUIA	BLOCO		
JOSE FALCAO	BLOCO	SÃO PAULO	
LEUR LOMANTO	BLOCO		
LUIS EDUARDO	BLOCO	ADILSON MALUF	PMDB
LUIZ VIANA NETO	BLOCO	AIRTON SANDOVAL	PMDB
MANOEL CASTRO	BLOCO	ALBERTO HADDAD	PP
MARCOS MEDRADO	PP	ALDO REBELO	PCdoB
PRISCO VIANA	PPR	CARDOSO ALVES	BLOCO
SERGIO BRITO	PPR	CARLOS NELSON	PMDB
WALDIR PIRES	PSDB	CHAFIC FARHAT	PPR
MINAS GERAIS		DIOGO NOMURA	PL
		EDUARDO JORGE	PT
AECIO NEVES	PSDB	EUCLYDES MELLO	PRN
AGOSTINHO VALENTE	PT	FABIO MEIRELLES	PPR
ALOISIO VASCONCELOS	PMDB	GERALDO ALCKMIN FILHO	PSDB
ALVARO PEREIRA	PSDB	HELIO BICUDO	PT
ARMANDO COSTA	PMDB	JORGE TADEU MUDALEN	PMDB
CAMILO MACHADO	BLOCO	JOSE ABRAO	PSDB
ELIAS MURAD	PSDB	JOSE ANIBAL	PSDB
FELIPE NERI	PMDB	JOSE DIRCEU	PT
GENESIO BERNARDINO	PMDB	JOSE GENOINO	PT
GETULIO NEIVA	PL	LUIZ MAXIMO	PSDB
		MALULY NETTO	BLOCO

MANOEL MOREIRA	PMDB	MOACIR MICHELETTI	PMDB
MARCELO BARBIERI	PMDB	OTTO CUNHA	PRN
MAURICIO NAJAR	BLOCO	PAULO BERNARDO	PT
NELSON MARQUEZELLI	BLOCO	PEDRO TONELLI	PT
PAULO LIMA	BLOCO	PINGA FOGO DE OLIVEIRA	PP
ROBERTO ROLLEMBERG	PMDB	REINHOLD STEPHANES	BLOCO
TADASHI KURIKI	PPR	RENATO JOHNSON	PP
VALDEMAR COSTA NETO	PL	SERGIO SPADA	PP
WALTER NORY	PMDB	WILSON MOREIRA	PSDB

MATO GROSSO

AUGUSTINHO FREITAS	BLOCO
ITSUO TAKAYAMA	BLOCO
JONAS PINHEIRO	BLOCO
JOSE AUGUSTO CURVO	PMDB
RICARDO CORREA	PL
RODRIGUES PALMA	BLOCO

DISTRITO FEDERAL

AUGUSTO CARVALHO	PCB
BENEDITO DOMINGOS	PP
CHICO VIGILANTE	PT
JOFRAN FREJAT	BLOCO
MARIA LAURA	PT
SIGMARINGA SEIXAS	PSDB

GOIÁS

ANTONIO FALEIROS	PSDB
JOAO NATAL	PMDB
LAZARO BARBOSA	PMDB
LUCIA VANIA	PP
MAURO BORGES	PP
PAULO MANDARINO	PPR
PEDRO ABRAO	PP
VILMAR ROCHA	BLOCO
VIRMONDES CRUVINEL	PMDB

MATO GROSSO DO SUL

ELISIO CURVO	PRN
FLAVIO DERZI	PP
GEORGE TAKIMOTO	BLOCO
MARILU GUIMARAES	BLOCO
VALTER PEREIRA	PMDB

PARANÁ

BASILIO VILLANI	PPR
DELCINO TAVARES	PP
ELIO DALLA-VECCHIA	PDT
FLAVIO ARNS	PSDB
IVANIO GUERRA	BLOCO
LUCIANO PIZZATTO	BLOCO
LUIZ CARLOS HAULY	PP

SANTA CATARINA

ANGELA AMIN	PPR
CESAR SOUZA	BLOCO
DEJANDIR DALPASQUALE	PMDB
EDISON ANDRINO	PMDB
JARVIS GAIDZINSKI	PPR
LUCI CHOINACKI	PT
LUIZ HENRIQUE	PMDB
NELSON MORRO	BLOCO
ORLANDO PACHECO	BLOCO
PAULO DUARTE	PPR
RUBERVAL PILOTTO	PPR
VALDIR COLATTO	PMDB
VASCO FURLAN	PPR

RIO GRANDE DO SUL

ADAO PRETTO	PT
ADYLSO MOTA	PPR
AMAURY MULLER	PDT
ARNO MAGARINOS	PPR
EDSON MENEZES SILVA	PCdoB
FETTER JUNIOR	PPR
HILARIO BRAUN	PMDB
IBSEN PINHEIRO	PMDB
IVO MAINARDI	PMDB
JOAO DE DEUS ANTUNES	PPR
JOSE FORTUNATI	PT
NELSON JOBIM	PMDB
ODACIR KLEIN	PMDB
OSVALDO BENDER	PPR
PAULO PAIM	PT
TELMO KIRST	BLOCO
VICTOR FACCIONI	PPR

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — As listas de presença acusam o comparecimento de 64 Srs. Senadores e 238 Srs. Deputados.

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Sobre a mesa, mensagens presidenciais, que serão lidas, pela Srª 1ª Secretária.

São lidas as seguintes

MENSAGEM Nº 71, DE 1993-CN

(nº 474/93, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 e do § 5º do artigo 166 da Constituição Federal, submeto à elevada apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, proposta de modificação do Projeto de Lei nº 2, de 1993-CN, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual para os exercícios de 1994 e 1995, de acordo com o art. 32, da Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, que determina que o Poder Executivo deverá encaminhar ao Congresso Nacional projeto de lei de revisão do Plano Plurianual estabelecido pela Lei nº 8.173, de 30 de janeiro de 1991, revisado pela Lei nº 8.446, de 21 de junho de 1992.

Brasília, 31 de julho de 1993.



EM Nº 62/SEPLAN-PR

Brasília, 30 de julho de 1993

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência, nos termos do § 1º do artigo 165 e do § 5º do artigo 166, da Constituição Federal, proposta de modificação do Projeto de Lei nº 2, de 1993-CN, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual, de que trata o artigo 32, da Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992.

2. As modificações propostas complementam o Projeto de Lei nº 2, de 1993-CN, incorporando as informações relativas à programação físico-financeira regionalizada, de acordo com o dispositivo constitucional esculpido no § 1º do mencionado artigo 165.

3. Esta proposta decorre de esforço conjunto de todos os órgãos do Poder Executivo Federal, coordenado por esta SEPLAN.

4. O Plano incorpora as diretrizes da política de estabilização e consubstancia o esforço a ser empreendido para a retomada seletiva e gradual do desenvolvimento do País. O maior desafio consiste em conciliar o combate à inflação e o crescimento econômico, adotando-se, ademais, políticas compensatórias, sem contudo produzir desequilíbrios fiscais.

5. Esta segunda revisão do Plano Plurianual expressa o detalhamento da programação prioritária dos órgãos da Administração Pública Federal para o biênio 1994-1995, no nível de subprogramas prioritários.

englobando as entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo. Não alcança os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, que, de acordo com o inciso IV do artigo 51, do inciso XIII do artigo 52 e do § 1º do artigo 99 da Constituição Federal, têm assegurada autonomia administrativa e financeira, observados os parâmetros e limites estipulados pelas leis de diretrizes orçamentárias anuais.

6. Os subprogramas prioritários, destacados da Classificação Funcional-Programática, estão explicitados em metas físicas e financeiras, estabelecendo-se, pela primeira vez, a vinculação das metas, regionalizadas, com os recursos financeiros correspondentes, como aproximação inicial para quantificação de custos médios das ações de governo, nas diferentes macrorregiões do País

7. A metodologia permite a compatibilização da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Geral da União com o Plano, bem como a sistematização do acompanhamento e avaliação permanentes, que configuram valioso instrumento auxiliar do processo de alocação de recursos. Para tanto, esta SEPLAN empenha-se na reestruturação e institucionalização do Sistema de Planejamento Federal.

8. O cenário macroeconômico adotado para fins desta revisão é consistente com os objetivos de estabilização e crescimento seletivo da economia, projetando taxas de crescimento do Produto Interno Bruto - PIB, da ordem de 3,5% e 4,5%, respectivamente para os exercícios de 1994 e 1995. Tem como pressupostos a eliminação do déficit operacional, o crescimento real da arrecadação do Tesouro, decorrente da retomada do crescimento da economia e do combate à sonegação, e a aplicação dos recursos provenientes do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira - IPMF

9. A projeção de receitas adotada na revisão do Plano Plurianual 1994-1995 situa as disponibilidades do Tesouro para o ano de 1995 em patamar inferior ao de 1994. O fato decorre, principalmente, do encerramento da vigência do IPMF, previsto para 31 de dezembro do próximo ano. Alguns fatores, contudo, apontam para a factibilidade de contar-se, em 1995, com volume de receitas no mínimo igual ao de 1994: os pressupostos já mencionados (retomada seletiva do crescimento da economia e o combate à sonegação) e os efeitos da revisão constitucional no que tange à questão fiscal, sobretudo no relativo à repartição de encargos e competências entre as três esferas de governo

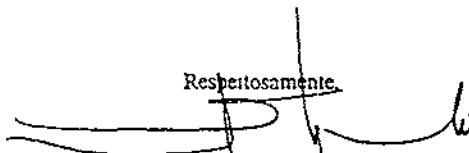
10. No Anexo III deste Projeto de Lei, indica-se uma programação complementar, condicionada à efetiva disponibilidade de recursos. O custo desta programação serve para sinalizar, no processo de revisão da Constituição, a necessidade de recursos financeiros adicionais para a União, mantido o atual elenco de encargos e responsabilidades do Governo Federal.

11. Antecipando-se às redefinições relativas à repartição intergovernamental de receitas e encargos, esta revisão do Plano Plurianual incorpora a redução das transferências não tributárias, para os estados e municípios, objetivando descomprimir as pressões exercidas por pleitos originalmente de competência dessas esferas de governo. Com isso, recupera-se volume adicional de recursos necessários para a implementação das ações de responsabilidade mais específica do Governo Federal.

12. Devo ressaltar que a parceria com o Poder Legislativo, no sentido de envidar esforços para subsidiar a próxima revisão constitucional e legislação decorrente, traduzir-se-á na definição e clareza do conteúdo, estrutura e relação entre os instrumentos de planejamento, instituídos pela atual Constituição, bem como na atualização e aprimoramento das normas de direito financeiro, que regem a execução orçamentária e financeira do Setor Público

13. Finalmente, cumprindo judiciosamente determinação de Vossa Excelência, a SEPLAN-PR prestará toda cooperação e apoio ao Poder Legislativo na apreciação deste Projeto de Lei, colaborando com a sua missão constitucional de aperfeiçoar as propostas programáticas do Poder Executivo, em consonância com os mais legítimos anseios e aspirações da sociedade brasileira.

Respeitosamente,



Alexs Stepanenko

Ministro de Estado, Chefe da Secretaria de
Planejamento, Orçamento e Coordenação da
Presidência da República

PROJETO DE LEI

Dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual para o biênio 1994-1995, de que trata o art. 32, da Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual para o biênio 1994-1995, prevista na Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, estabelecendo de forma regionalizada, para o período, diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital, e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada, conforme detalhado nos seguintes anexos que a integram:

I - Anexo I, com Fundamentos Macroeconômicos e Estratégias de Desenvolvimento;

II - Anexo II.1, com Diretrizes, Objetivos e Metas Setoriais, estruturadas por Ministérios e Órgãos da Presidência da República; e

III - Anexo II.2, com a Programação Físico-Financeira, Regionalizada.

Parágrafo único. O Anexo III, que acompanha esta Lei mas não a integra, indica uma programação complementar cuja execução fica condicionada à disponibilidade de recursos financeiros no exercício de 1995, e constitui uma sinalização da necessidade de recursos financeiros adicionais para a União, caso seja mantido o atual elenco de encargos e responsabilidades do Governo Federal.

Art. 2º Os valores constantes dos Anexos desta Lei estão orçados a preços de abril de 1993.

Art. 3º As leis de diretrizes orçamentárias para os exercícios de 1994 e 1995 destacarão as metas anuais da administração pública federal, obedecidas as prioridades estabelecidas nesta Lei.

Parágrafo único. Os projetos e atividades que integrarão as leis orçamentárias anuais serão compatibilizados com as metas especificadas anualmente nas leis de diretrizes orçamentárias.

Art. 4º O Plano Plurianual de que trata esta Lei somente poderá ser modificado por meio de lei específica.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E COORDENAÇÃO

PLANO PLURIANUAL

Projeto de Lei de Revisão (1994 - 1995)

Julho de 1993

ANEXO I**FUNDAMENTOS MACROECONÔMICOS E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO****I - Fundamentos Macroeconômicos****I.1 - A Estabilização e a Retomada Seletiva do Crescimento Econômico****I.2 - Investimento do Setor Público****I.3 - Parâmetros Macroeconômicos****II - Estratégia de Desenvolvimento****I - FUNDAMENTOS MACROECONÔMICOS****I.1 - A Estabilização e a Retomada Seletiva do Crescimento Econômico**

A estratégia do atual governo estabelece, como prioridade, a estabilização econômica articulada com a retomada do crescimento, em bases socialmente justas e politicamente democráticas. Suas ações centram-se na preparação de ambiente seguro para o aprofundamento de reformas políticas, institucionais e econômicas, com o objetivo último de assegurar à sociedade brasileira melhores condições de bem-estar, geradas por um processo sustentado de desenvolvimento.

Para tanto, a atuação do governo federal, na condução da política econômica, pautar-se-á de acordo com os seguintes objetivos:

a) Quanto à estabilização e retomada do crescimento sustentado:

- Contenção gradual das taxas de inflação, respeitando-se as regras contratuais, com exclusão de quaisquer medidas de caráter heterodoxo, como congelamentos de preços e bloqueio de ativos.

- Política cambial consistente com o processo de abertura comercial, praticando-se taxas de câmbio em níveis adequados ao crescimento das exportações e à manutenção do estoque de reservas necessário ao país.

- Adoção de política fiscal restritiva, dando cumprimento ao princípio do equilíbrio das contas públicas e evitando formas de financiamento inflacionárias.

- Manutenção dos compromissos já firmados na renegociação da dívida externa, bem como a continuidade desse processo até alcançar a completa normalização das relações financeiras internacionais. A conclusão, com êxito, das negociações em curso e a assinatura de acordos com os bancos credores normalizam as relações do Brasil na economia internacional e ampliam os fluxos financeiros, comerciais e de transferência de tecnologia, com maior credibilidade interna e externa.

- Consolidação da ação cooperativa com o Congresso Nacional visando à aprovação de uma abrangente reforma fiscal.

b) Quanto à reestruturação do setor público e apoio ao setor privado:

- Rígido controle e fiscalização do gasto da administração direta e indireta.
- Combate à sonegação e à evasão fiscal, mediante apoio ao programa de modernização da Secretaria da Receita Federal, e aperfeiçoamento, simplificação e consolidação da legislação pertinente, tendo em vista o correto atendimento ao cidadão contribuinte.
- Encaminhamento de alternativas para o equacionamento dos passivos e outros problemas estruturais do setor público, como: as dificuldades financeiras da seguridade social; as dívidas dos estados, municípios e empresas estatais; e o déficit potencial do Fundo de Compensação de Variações Salariais.
- Dinamização do processo de desestatização e privatização, permitindo a gradativa retirada do governo de atividades onde sua participação já não se faz necessária.
- Redução gradual das pressões da rolagem da dívida mobiliária federal sobre as contas públicas e das conseqüentes repercussões sobre as taxas reais de juros.
- Implementação de contratos de gestão entre governo federal e empresas estatais, permitindo que estas atuem em condições similares às do setor privado, sem perder de vista suas funções sociais.
- Realinhamento dos preços e tarifas públicas pautado na avaliação realista de custos e no aumento de produtividade, de modo a viabilizar recursos não-inflacionários para investimento do setor estatal.
- Retomada seletiva das obras paralisadas na área de infra-estrutura em projetos com retorno econômico e social garantido.

Em que pese o alcance parcial dos objetivos inicialmente propostos - Reforma Fiscal ampla -, asseguraram-se, através das medidas aprovadas, como as referentes ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e critérios de parcelamento de dívidas com a Previdência Social, meios de elevação das disponibilidades financeiras e aperfeiçoamento da legislação pertinente.

Juntam-se a esse elenco a regulamentação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF) e a reapresentação de Medida Provisória propondo a redução dos efeitos perversos e não-isonômicos da Lei nº 8.200, antecipando julgamento sobre sua inconstitucionalidade.

No que tange à área da Previdência Social, deu-se início a uma série de ações visando à melhoria gerencial e administrativa do sistema, e à cobrança parcelada das dívidas de empresas públicas e privadas.

Especial ênfase está sendo conferida à reformulação dos mecanismos de formação de preços de setores monopolizados ou oligopolizados, tanto de propriedade estatal como privada, questionando-se a aplicação direta de indexadores sem referência a alterações nos custos dessas empresas ou no preço internacional desses produtos.

No que se refere à política de tarifas públicas, foi aprovada a Lei de Reestruturação do Setor Elétrico, que extinguiu a equalização tarifária e transferiu às concessionárias a responsabilidade pela fixação das tarifas de fornecimento de energia elétrica a serem cobradas aos consumidores finais com a homologação do poder concedente.

A retomada do crescimento não se dará nos moldes tradicionais, quando a presença do Estado era decisiva como produtor e investidor direto. O novo modelo deverá pautar-se no aumento da eficiência, competitividade e na integração com a economia mundial, onde ao Estado cabe formular e coordenar o processo de desenvolvimento, promovendo a descentralização para os estados e municípios das ações nas áreas sociais e, para o setor privado, das atividades nos setores de infra-estrutura econômica, aperfeiçoando e ampliando os programas de privatização, desregulamentação e de progressiva abertura da economia ao comércio exterior.

L2- Investimento do Setor Público

A disputa por maior participação no uso dos fundos públicos é uma característica comum das sociedades democráticas, onde o somatório de todos os pleitos é certamente bem maior do que a disponibilidade de recursos para atendê-los.

Nesse sentido, o estabelecimento de prioridades governamentais é fundamental. Sem essa definição, os recursos públicos serão, provavelmente, aplicados de forma ineficiente, pulverizada e desarticulada.

Tal questão assume dimensões preocupantes em situações como a que vivencia atualmente a economia brasileira, na qual persiste, e de forma mais aguda, a escassez de recursos para o atendimento das demandas sociais por obras e serviços públicos, especialmente aquelas de responsabilidade da União.

Análises mostram a deterioração da poupança em conta corrente do governo federal, que, de valores sempre próximos dos dois pontos percentuais do PIB, na década de setenta, reduziu-se para 0,85% do Produto nos anos iniciais da década passada, mantendo-se negativa desde 1984, com exceção de 1990, onde se observa uma pequena recuperação (0,32%). Tal deterioração certamente se manifesta na redução da capacidade de investimento, não só do setor público como também da economia brasileira, no sentido em que o governo, através de seus gastos, é o indutor de parcela significativa do investimento privado.

Como decorrência do quadro acima descrito, verificou-se um substancial decréscimo da taxa de investimento da economia brasileira (Formação Bruta de Capital Fixo como proporção do PIB), principalmente em comparação com meados da década de setenta. Em 1991, a taxa chegou a 15,2% do PIB, mais de dez pontos de porcentagem inferior ao máximo da série (25,8% em 1975).

Quanto à participação do setor público na Formação Bruta de Capital Fixo, exceto empresas estatais, verifica-se trajetória semelhante à da taxa de investimento global da economia. Somente a partir de 1989, observa-se leve recuperação, refletindo, basicamente, o desempenho de estados e municípios, que, beneficiados com a nova partição das receitas públicas definidas na Constituição de 1988, melhoraram sensivelmente sua capacidade de financiamento. Todavia, para a União, a taxa de investimento caiu de 1,1% do PIB, em 1987, para 0,6%, em 1991, como mostra a Tabela I, a seguir.

TABELA I
EVOLUÇÃO DA TAXA DE INVESTIMENTO (% DO PIB)

ANO	SETOR PÚBLICO	GOVERNO FEDERAL	TOTAL
1970	4,4	1,6	20,6
1971	4,3	1,8	21,3
1972	3,9	1,7	22,2
1973	3,7	1,6	23,6
1974	3,9	1,6	24,7
1975	4,0	1,8	25,8
1976	4,0	1,9	25,0
1977	3,3	1,3	23,6
1978	3,2	1,1	23,5
1979	2,5	0,8	22,9
1980	2,4	0,7	22,9
1981	2,6	1,0	21,0
1982	2,4	0,7	19,5
1983	1,8	0,7	16,9
1984	1,9	0,6	16,3
1985	2,3	0,5	16,4
1986	3,1	0,9	18,7
1987	3,2	1,1	17,9
1988	3,2	1,0	17,0
1989	2,9	0,9	16,7
1990	3,3	0,3	16,0
1991	3,2	0,6	15,2

Fonte: IBGE/Contas Nacionais

É neste quadro de restrições de recursos e de prementes necessidades de novos investimentos que a clara definição de prioridades para a ação governamental torna-se condição fundamental para que o setor público retome seu papel de indutor do desenvolvimento. Sem tal definição, os recursos disponíveis serão distribuídos entre vários fins, cada um recebendo parcela insuficiente para a implantação de seus programas, com elevado grau de desperdício do dinheiro público.

1.3- Parâmetros Macroeconômicos

A revisão do Plano Plurianual 1994-1995 sedimenta-se em premissas baseadas na avaliação das potencialidades do país, no que tange à capacidade de realizar produto e renda. Contudo, reconhece-se que a mudança pela qual deverá passar o país com a revisão da Carta Magna, prevista para o final de 1993, com atenções voltadas principalmente para o Capítulo Tributário, promoverá alterações substanciais nas fontes de financiamento do gasto público.

A despeito das incertezas do ambiente macroeconômico, a elaboração de cenário harmônico, consistente e, principalmente, factível permitiu analisar alternativas para o embasamento das disponibilidades financeiras que serão decisivas para o financiamento das ações do governo no biênio. Desta forma, os principais parâmetros macroeconômicos considerados foram:

a) Taxas mínimas de crescimento do PIB, da ordem de 3,5% e 4,5%, para os exercícios de 1994 e 1995, respectivamente.

A factibilidade desta hipótese advém da utilização de capacidade ociosa instalada no parque industrial e no setor agropecuário, do incentivo a setores geradores de emprego e renda, dos efeitos da modernização tecnológica em andamento, do aperfeiçoamento das técnicas de gestão empresarial, e dos programas da qualidade e produtividade, com o consequente aumento da competitividade do produto nacional. Fato histórico relevante, em apoio à hipótese adotada, demonstra os efeitos naturais de expansão do Produto em períodos de estabilidade econômica.

b) Fixação do montante das despesas com Pessoal e Encargos Sociais do Setor Público Federal em 4,5% do PIB.

Considerando a contínua expansão do Produto Interno Bruto, a hipótese adotada, de fixar o montante desta categoria de despesa em patamar de equivalência com o incremento do PIB, permitirá, ao longo deste Plano, manter o salário real do funcionalismo e pensionistas em níveis compatíveis com os ganhos de produtividade da economia. O parâmetro adotado decorre de projeções recentes, balizadas na evolução do peso relativo da massa de salários.

c) Meta de eliminação do déficit operacional para os exercícios de 1994 e 1995.

A premissa adotada baseia-se, exclusivamente, em decisões internas do Poder Executivo na gestão de suas contas. O referencial adotado deverá limitar racionalmente o gasto público, de modo a permitir, em continuidade ao planejado para o corrente exercício, estrito controle desta variável de ajuste nos próximos exercícios, reduzindo a pressão das necessidades de financiamento do setor público, além do cumprimento dos compromissos das dívidas interna e externa.

d) A taxa real de juros da economia balizada para o corrente exercício, em patamares inferiores a 20%, deverá apresentar, nos exercícios vindouros, substancial redução.

O reflexo indireto nestes parâmetros dar-se-á com a menor pressão do setor público na demanda dos recursos financeiros da economia.

e) A projeção da Receita do Tesouro, baseada no cenário acima, aponta para uma disponibilidade de recursos para programação em despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada da administração pública federal, de Cr\$ 3.339.535.915 milhões, a preços de abril de 1993, para o biênio.

O patamar disponível para programação deduz as despesas com pessoal e encargos sociais, amortização e encargos da dívida contratual e outras despesas correntes e de capital dos poderes Legislativo e Judiciário, conforme quadros I e II, deste Anexo I.

As estimativas de arrecadação tomam em consideração o perfil atual da carga tributária, considerando o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira para o exercício de 1994, com comprometimento de 20% para habitações populares, 18% para a manutenção e desenvolvimento do ensino, e 62% para programas prioritários do governo federal, especialmente na área social.

Eventuais mudanças a serem introduzidas por ocasião da Reforma Constitucional não são passíveis de dimensionamento nesta revisão do Plano, por absoluta impossibilidade de avaliar-se o seu alcance e profundidade. Mudanças que, porventura, forem introduzidas alterando o montante ou perfil de financiamento deverão ser objeto de adequação da programação à nova estrutura.

f) As Políticas Tarifária e Cambial deverão evoluir em bases reais - sem prefixação, recuperação ou perdas.

g) A Política de Comércio Exterior prevê a manutenção de superávit comercial da ordem de US\$ 20 bilhões a.a., com expansão dos níveis atuais de comércio.

É relevante, ainda, destacar algumas medidas que consubstanciam o Plano, que prepararão as bases para a implementação das metas contidas neste documento, quais sejam:

- dispositivos que reorganizam a atividade do Poder Executivo;
- alocação prioritária de recursos em políticas compensatórias, como a dinamização dos setores da construção civil e naval, o programa de recuperação de rodovias, a reativação de linhas de financiamento de habitações pela Caixa Econômica Federal, com a reorganização da legislação pertinente
- eliminando-se os saldos anteriormente cobertos pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais;
- introdução de mecanismos para redução dos níveis de inadimplência junto ao fisco;
- eliminação de dispositivo que limita a participação do capital estrangeiro em empresas nacionais;
- aceleração do cronograma de privatização e ampliação da participação do capital estrangeiro; e
- recuperação do papel do planejamento no processo de reorientação do desenvolvimento.

O Poder Executivo estuda, ainda, a redefinição do papel do Banco Central do Brasil, entre outras formas de buscar o fortalecimento da moeda nacional e adequar os mecanismos de intermediação financeira.

QUADRO I
REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 1994-95
DEMONSTRATIVO DE DISPONIBILIDADES DE RECURSOS
PARA PROGRAMAÇÃO DA DESPESA

Cr\$ milhões de abril/93

ESPECIFICAÇÃO	RECURSOS DO TESOUREIRO			INGRESSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO			RECURSOS DE OUTRAS FONTES	TOTAL
	ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL	INTERNAS	EXTERNAS	TOTAL		
1 - RECEITA TOTAL	1.158.089.947	4.898.769.578	6.056.859.525	204.977.293	241.198.167	446.175.460	2.397.457.903	8.900.492.888
2 - TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (*)	—	1.140.142.156	1.140.142.156	—	—	—	—	1.140.142.156
3 - RECEITA DISPONÍVEL (1)-(2)	1.158.089.947	3.758.627.422	4.916.717.369	204.977.293	241.198.167	446.175.460	2.397.457.903	7.760.350.732
4 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS (**)	795.928.100	354.955.600	1.150.893.700	—	—	—	—	1.150.893.700
4.1.- Pessoal Ativo	639.751.825	223.418.450	863.170.275	—	—	—	—	863.170.275
4.2.- Inativos e Pensionistas	156.176.275	131.547.150	287.723.425	—	—	—	—	287.723.425
5 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRATUAL	—	383.495.499	383.495.499	—	—	—	—	383.495.499
6 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL (PODERES LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO)	42.789.918	2.337	42.792.255	—	—	—	—	42.792.255
7 - DISPONIBILIDADE PARA PROGRAMAÇÃO (3)-(4+5+6)	319.371.929	3.020.163.986	3.339.535.915	204.977.293	241.198.167	446.175.460	2.397.457.903	6.183.169.278
7.1.- Subprogramas Prioritários	231.243.060	2.519.230.165	2.750.473.225	137.147.349	237.427.558	374.574.907	862.645.074	3.987.693.206
7.1.- Demais Subprogramas	88.128.869	500.933.821	589.062.690	67.829.944	3.770.609	71.600.553	1.534.812.829	2.195.476.072

(*) Inclui os Fundos Regionais, programados no Ministério da Fazenda

(**) Inclui despesas com Pessoal e Encargos Sociais dos Poderes Legislativo e Judiciário

QUADRO II
REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 1994-95
DEMONSTRATIVO DE DISPONIBILIDADES DE RECURSOS
PARA PROGRAMAÇÃO DA DESPESA

ESPECIFICAÇÃO	RECURSOS DO TESOUREIRO			INGRESSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO			RECURSOS DE OUTRAS FONTES	TOTAL
	ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL	INTERNAS	EXTERNAS	TOTAL		
1 - RECEITA TOTAL	13,01%	55,04%	68,05%	2,30%	2,71%	5,01%	26,94%	100,00%
2 - TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (*)	-	12,81%	12,81%	-	-	-	-	12,81%
3 - RECEITA DISPONÍVEL (1) - (2)	13,01%	42,23%	55,24%	2,30%	2,71%	5,01%	26,94%	87,19%
4 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS (**)	8,94%	3,99%	12,93%	-	-	-	-	12,93%
4.1. - Pessoal Ativo	7,19%	2,51%	9,70%	-	-	-	-	9,70%
4.2. - Inativos e Pensionistas	1,75%	1,48%	3,23%	-	-	-	-	3,23%
5 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA CONTRATUAL	-	4,31%	4,31%	-	-	-	-	4,31%
6 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL (PODERES LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO)	0,48%	0,00%	0,48%	-	-	-	-	0,48%
7 - DISPONIBILIDADE PARA PROGRAMAÇÃO (3) - (4 + 5 + 6)	3,59%	33,93%	37,52%	2,30%	2,71%	5,01%	26,94%	69,47%
7.1. - Subprogramas Prioritários	2,60%	28,30%	30,90%	1,54%	2,67%	4,21%	9,69%	44,80%
7.1. - Demais Subprogramas	0,99%	5,63%	6,62%	0,76%	0,04%	0,80%	17,24%	24,67%

(*) Exclui os Fundos Regionais, programados no Ministério da Fazenda

(**) Inclui despesa com Pessoal e Encargos Sociais dos Poderes Legislativo e Judiciário

II - ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

A presente revisão do Plano Plurianual para o período 1994-1995 consubstancia-se na formulação de um conjunto harmônico do gasto público para o período, segundo diretrizes, de caráter econômico e social, voltadas para a recuperação das condições básicas de crescimento e desenvolvimento, articulados com a prioridade fundamental da estabilização econômica.

Nesse contexto, compete ao governo federal submeter ao exame do Congresso Nacional a formulação da política e dos objetivos de curto prazo e a articulação das ações governamentais com aquelas a serem realizadas pelo setor privado e outras esferas de governo, de modo a que os fins compartilhados se traduzam em ações conjuntas ou complementares.

Neste documento são enfatizadas as seguintes prioridades:

- 1 Combate à pobreza, ao desemprego e à fome.
- 2 Melhoria do atendimento das necessidades básicas da população nas áreas de educação, saúde, habitação, saneamento e previdência.
- 3 Valorização do trabalhador e proteção à criança e ao adolescente.
- 4 Melhoria da competitividade, incentivo ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e modernização tecnológica da base produtiva.
- 5 Incremento da produção e da produtividade agropecuária e reforma agrária.
- 6 Recuperação e modernização da infra-estrutura.
- 7 Reforma e modernização do Estado e reestruturação do serviço público.
- 8 Preservação, recuperação e conservação do meio ambiente urbano e rural.

Serão adotadas medidas visando a reativação da atividade econômica e a melhoria das condições sociais da população, através de acordos setoriais, da definição de políticas relacionadas com o combate à fome, ao desemprego e à pobreza - envolvendo alimentação e nutrição, tarifas sociais para serviços públicos, combate aos efeitos da seca do Nordeste, entre outras - a par de propostas para aperfeiçoamento da política salarial, política de saúde e de medicamentos básicos.

A estratégia de desenvolvimento circunscreve-se na transformação produtiva, no investimento em recursos humanos e na universalização da cidadania, como suporte, respectivamente, aos aspectos econômico, social e político.

A economia brasileira carece de reformas estruturais que assegurem a erradicação da miséria e a melhoria dos níveis de renda da população. Impõe-se ao governo a adoção de medidas, com a mobilização de toda a sociedade, para a melhoria imediata das condições de vida dos mais pobres.

Frente à escassez e à má alocação dos recursos públicos e dada a magnitude e gravidade do problema de alimentação e nutrição, os esforços do governo no biênio 1994-95 deverão concentrar-se no atendimento aos grupos mais vulneráveis.

A assistência alimentar deverá ser, prioritariamente, voltada para o grupo materno-infantil, associada à prestação de serviços básicos de saúde.

Com vistas à redução dos elevados níveis de desemprego, deverão ser criados mecanismos de promoção de empregos permanentes e transitórios, por meio de ações emergenciais e compensatórias, resultantes do crescimento de setores selecionados, como os da construção civil, da construção naval, da agroindústria e do incremento das exportações.

No âmbito da construção civil, a prioridade no Programa Habitacional resulta tanto da necessidade de geração de empregos quanto da elevação da oferta de moradias e do aumento dos níveis de cobertura dos serviços de saneamento básico - notadamente abastecimento de água e esgotamento sanitário. As ações previstas terão impacto positivo sobre a saúde e a qualidade de vida da população, além de produzirem melhorias no meio ambiente, resultantes do encaminhamento adequado das questões sanitárias.

O subsídio à alimentação dos trabalhadores e os programas de abastecimento em periferias urbanas e bolsões de pobreza constituem outros mecanismos para elevação da renda indireta, na medida em que melhoram o consumo alimentar das populações mais carentes.

A universalização do ensino fundamental com padrões mínimos de qualidade adquire relevância na estratégia de desenvolvimento econômico e social do governo. O seu aprimoramento não é um fim em si mesmo, mas o instrumento capaz de formar os recursos humanos básicos necessários à elevação da produtividade, à consolidação da cidadania e à convivência democrática.

O princípio orientador básico na área da agricultura e reforma agrária será a ampliação do ritmo de crescimento do setor agrícola, estimulando maior eficiência, competitividade, liberdade de mercado e integração nos fluxos internacionais de comércio. O seu atendimento requer o fortalecimento das ações governamentais nas áreas de pesquisa, extensão rural, defesa sanitária e cooperativismo, bem como o aperfeiçoamento das políticas de preços mínimos, crédito e seguro rural. Adicionalmente, buscar-se-á a promoção de melhorias na infra-estrutura de transporte e armazenagem - visando à redução das perdas e custos - e de mecanismos de financiamento e comercialização menos dependentes de recursos oficiais.

Com o acréscimo de produção e seus efeitos multiplicadores sobre a renda e o emprego, espera-se contribuir para o combate à fome, ao desemprego e à pobreza, manter abastecido o mercado interno e ampliar os excedentes exportáveis.

Cumprir recuperar o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, mediante articulação promovida pelo governo, nos níveis institucional e funcional, entre universidades, entidades de pesquisa e empresas. Este sistema, em processo de permanente atualização, deverá incentivar a criatividade e a capacidade de produção autônomas. É importante ajustar a oferta de conhecimento às necessidades do processo de transformação produtiva, estabelecendo-se prioridades de modo a evitar o uso ineficiente de recursos escassos, financeiros e humanos.

Ao setor privado competirá a liderança na retomada do processo de crescimento, pela expansão da capacidade produtiva e pelo aumento da produtividade, mediante geração e incorporação de novas tecnologias e formas de organização e gestão. Na dimensão empresarial, a prioridade deverá ser a busca de ganhos nos campos da qualidade e produtividade. Na dimensão setorial, deverão ser consolidadas as vantagens comparativas pré-existent, conquistadas e desenvolvidas, que condicionem a melhoria da competitividade na produção dos bens e serviços. A reestruturação produtiva e a liberalização econômica, promovida pela abertura criteriosa da economia nacional à competição internacional, deverão articular-se para que a primeira incorpore referenciais de preços externos e padrões internacionais de qualidade.

Na área de infra-estrutura básica, os serviços de transporte deverão merecer atenção, inicialmente pela recuperação da malha rodoviária e pela remoção das ineficiências dos sistemas portuário e ferroviário nacionais. Caminhar-se-á para a integração multimodal eficiente nos principais corredores de transporte e para a revisão do modelo institucional desta atividade, objetivando a descentralização dos serviços e a privatização.

Nos setores de energia elétrica e de comunicações, as questões básicas dizem respeito à revisão da organização e estrutura atuais e à recuperação de sua capacidade de investimento, bem como à adoção de medidas gerenciais e tecnológicas destinadas a promover a economicidade no uso de energia.

Complementarmente, a modernização do papel do Estado é imprescindível ao processo de retomada do crescimento. As ações nesta área devem visar ao saneamento financeiro, à elevação da eficiência do aparato administrativo do setor público e à adequação do papel e das responsabilidades dos

diferentes níveis de governo. A solução destas questões potencializam a capacidade da ação governamental na promoção do desenvolvimento social e econômico.

Há que se garantir a sustentabilidade do desenvolvimento, em seu conceito mais amplo, compatibilizando o crescimento econômico com as questões ambiental, regional e urbana, na concepção da nova estratégia.

A política nacional de desenvolvimento regional deverá pautar-se na atuação das potencialidades produtivas das regiões, tendo em vista sua maior integração econômica, com a reinserção das regiões periféricas no processo global de desenvolvimento do país. A interiorização das atividades econômicas aliviará a sobrecarga da infra-estrutura e dos equipamentos sociais que estão localizados, em maior número, nas áreas mais adensadas. Isso será possível mediante o fornecimento de suporte, aos governos estaduais e administrações municipais, de infra-estrutura econômica e social, revertendo-se os fluxos migratórios, e o aproveitamento de áreas ainda não incorporadas ao processo produtivo.

O desenvolvimento sócio-econômico, dentro do qual é imperativo o atendimento às necessidades prementes da população, não deve comprometer os objetivos preservacionistas e de controle ambiental, sob o risco de inviabilizar o atendimento das necessidades das futuras gerações.

Conciliar o processo de estabilização da economia, prioridade maior no curto prazo, com a gradual retomada do crescimento, é o principal desafio do atual governo. Para superá-lo é necessário o estímulo seletivo ao crescimento, de modo que as ações propostas não causem pressões inflacionárias, mas garantam retorno econômico e social.

No médio prazo, a gradual recuperação da taxa de crescimento permitirá a elevação dos níveis de emprego e o aumento dos salários reais, de forma compatível com os ganhos de produtividade. A estabilização, associada à competição e competitividade crescentes, favorecerá a alteração dos preços relativos praticados pelo mercado interno, com efeitos benéficos na distribuição da renda.

Para o alcance desses objetivos, faz-se necessária uma profunda revisão no atual sistema de financiamento dos investimentos, especialmente aqueles de longa maturação. É fundamental que, a médio prazo, sejam consolidadas e ampliadas as fontes de recursos do BNDES, FINEP e Bancos Regionais, a partir, inclusive, da reavaliação das funções de todo o sistema bancário estatal, que deverá atuar de forma integrada, entre si e com os bancos privados, na captação de recursos internos e externos.

ANEXO II

II.1 - Diretrizes, Objetivos e Metas Setoriais

II.2 - Programação Físico-Financeira Regionalizada

II.1 - Diretrizes, Objetivos e Metas Setoriais

1. Gabinete da Presidência da República
2. Secretaria de Administração Federal
3. Secretaria de Assuntos Estratégicos
4. Estado-Maior das Forças Armadas
5. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação
6. Ministério da Aeronáutica
7. Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária
8. Ministério do Bem-Estar Social
9. Ministério das Ciências e Tecnologia
10. Ministério da Fazenda
11. Ministério da Educação e do Desporto
12. Ministério do Exército
13. Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo
14. Ministério da Justiça
15. Ministério da Marinha
16. Ministério de Minas e Energia
17. Ministério da Previdência Social
18. Ministério Público da União
19. Ministério das Relações Exteriores
20. Ministério da Saúde
21. Ministério do Trabalho
22. Ministério dos Transportes
23. Ministério das Comunicações
24. Ministério da Cultura
25. Ministério da Integração Regional
26. Ministério do Meio Ambiente

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

O Gabinete da Presidência da República tem como missão principal o assessoramento político e administrativo ao Chefe do Executivo Federal. Com a incorporação da Empresa Brasileira de Comunicação S.A. - RADIOBRÁS à sua estrutura, por meio do Decreto nº 12, de 12 de novembro de 1992, acrescentou às suas atribuições a tarefa de coordenar a área de comunicação social do governo federal, na geração e distribuição de notícias.

No período de 1994-1995, o Gabinete alocará recursos para investimentos que visem à modernização e reestruturação da RADIOBRÁS, de forma que essa empresa venha a dispor de melhores condições técnicas para cumprir a sua função social de instrumento de comunicação entre o governo e a sociedade.

DIRETRIZES

- Modernização, desenvolvimento e consolidação das operações jornalísticas da Agência Brasil.

- Substituição de máquinas e equipamentos obsoletos e exauridos, viabilizando a comunicação social do governo federal.

- Treinamento de aproximadamente 1 100 técnicos de nível médio e superior.

OBJETIVO

- Aumentar a produtividade e a qualidade dos serviços de comunicação social do governo federal.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

A sobreposição de órgãos e funções, a grande quantidade de regras burocráticas e a perda de qualidade na prestação de serviços são as principais características assumidas, indesejavelmente, ao longo dos últimos anos, pela Administração Pública Federal brasileira. O atual governo atuará no sentido de modificar radicalmente essa situação.

A próxima revisão constitucional trará, indiscutivelmente, reflexos diretos sobre a estrutura da Administração Pública Federal, fato que exigirá da SAF providências no sentido de dar as condições estruturais, organizacionais e de funcionamento do Estado brasileiro.

Torna-se, portanto, fundamental o aprofundamento e a aceleração de ajustes, bem como a modernização do aparelho administrativo estatal, ante as complexas e novas necessidades de desempenho eficiente da administração pública nas áreas política, social, econômica e institucional.

DIRETRIZES

- Organização da Administração Pública Federal, informatização dos dados e racionalização dos serviços públicos a fim de alcançar a eficiência setorial e global do setor público.

- Definição de políticas de valorização dos recursos humanos e de ações visando ao aperfeiçoamento e ao treinamento dos servidores públicos

- Uniformização e racionalização do processo administrativo, através da definição de um sistema de compras do Governo Federal.

- Automação dos serviços públicos, visando a estabelecer o controle administrativo e social dos mesmos, por seus usuários e pela sociedade.

- Estabelecimento de prioridades para melhorar o desempenho das atividades-fim da Administração Pública.

OBJETIVOS

- Prosseguir com a implantação da Lei Orgânica da Administração Pública Federal, visando a ordenar o funcionamento do serviço público, iniciado com a reformulação de sua estrutura.

- Continuar a implantação e manutenção do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE, com vistas ao cadastramento de todos os servidores civis, inclusive dos exterritórios, e ao controle e execução da folha de pagamento unificada e padronizada.

- Definir padrões para os recursos de informatização e informática do governo federal, com vistas à modernização tecnológica, racionalização e integração desses recursos.

- Investir no apoio institucional, motivando o servidor público, mediante salário digno, planos de carreira, critérios de progressão funcional e reciclagem técnico-profissional permanente.

- Automatizar os serviços públicos, visando a reduzir os custos operacionais das atividades-meio, melhorar o desempenho das atividades-fim, e estabelecer controle social do serviço público por seus usuários e pela sociedade.

- Desenvolver e difundir métodos de gestão voltados para a melhoria da qualidade e aumento da produtividade no setor público.

- Desenvolver e implementar o sistema de compras do governo federal, visando a uniformizar e racionalizar o processo administrativo e, conseqüentemente, reduzir os custos envolvidos nestas atividades.

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

A Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) tem a finalidade de: coordenar estudos com vistas à elaboração do planejamento estratégico nacional; supervisionar, coordenar e controlar planos, programas e projetos de natureza estratégica, assim caracterizados pelo Presidente da República, inclusive no tocante a informações e ao macrozoneamento geopolítico e econômico; executar as atividades permanentes necessárias ao exercício da competência do Conselho de Defesa Nacional; coordenar a formulação e acompanhar a execução da Política Nacional de Energia Nuclear e de outras políticas definidas pelo Presidente da República.

DIRETRIZES

- Formulação de alternativas estratégicas de médio e longo prazos, objetivando a modernização do Estado e da economia e o encaminhamento de soluções para problemas internos, em especial nas áreas de políticas públicas de natureza social e econômica.

- Coordenação de estudos voltados para o ordenamento do território, em particular aqueles relacionados ao zoneamento ecológico-econômico do país.

- Supervisão e coordenação da implantação do Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM

- Coordenação da Política Nacional de Energia Nuclear, do Programa Nuclear Brasileiro e da operação das empresas estatais do setor.

- Promoção e incentivo à pesquisa científica e tecnológica para utilização pacífica da energia nuclear, visando à autonomia nacional em produtos e serviços.

- Fortalecimento das atividades de radioproteção e segurança nuclear, fiscalização e licenciamento de instalações nucleares e radioativas.
- Supervisão do Sistema de Proteção Nuclear Brasileiro e atualização da legislação pertinente.
- Atendimento à demanda de concentrado de urânio das usinas nucleares de Angra I e II, do Programa Autônomo de Tecnologia Nuclear (PATN)
- Desenvolvimento de estudos e projetos para a utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional.
- Colaboração nos programas, projetos e atividades que materializem a política de defesa nacional e a mobilização nacional.
- Planejamento, coordenação e execução da atividade de inteligência, bem como planejamento, execução e controle de projetos e programas de formação, de especialização e de aperfeiçoamento de recursos humanos nessa área.

OBJETIVOS

- Articular a elaboração de planos de ordenamento do território nacional e estratégias de desenvolvimento nacional de longo prazo;
- Desenvolver um programa de capacitação e atualização de recursos humanos para a área de inteligência, obter o domínio e a autonomia nacional em tecnologia nuclear para fins energéticos, e em suas aplicações nas áreas industrial, agrícola, de propulsão naval e de saúde.
- Expandir a rede de telecomunicações e a produção de energia elétrica, ampliar e manter a infra-estrutura viária e implementar a infra-estrutura aeronáutica, de proteção ao voo e controle do espaço aéreo, bem como operar meios que assegurem a vigilância da fronteira norte.
- Intensificar o controle e a fiscalização da navegação fluvial.
- Implantar organizações militares na fronteira norte, visando ao atendimento das necessidades de defesa do país e apoiar a aviação e o desenvolvimento da Amazônia.
- Apoiar a melhoria das condições de vida das populações indígenas na faixa de fronteira, bem como a redução do índice de analfabetismo na Região Amazônica.
- Proteger a Amazônia da prática de atividades ilícitas, coibir o narcotráfico, o contrabando, a degradação ambiental, o uso inadequado do solo e das terras indígenas, ampliando os meios de detecção, monitoramento, comunicação e transporte e controlando os tráfegos aéreo, fluvial e terrestre, a fim de maximizar o esforço do governo federal na busca da ordenação do território e do desenvolvimento sustentável da região.
- Promover o aperfeiçoamento do setor nuclear, através da coordenação, supervisão e controle, além de garantir a autonomia nacional em setores estratégicos dessa área.
- Desenvolver tecnologia e garantir a aplicação de normas e procedimentos necessários à salvaguarda e ao controle dos materiais nucleares.
- Adquirir e transferir para a INB, as ações da Nuclebrás Equipamentos Isotópicos S.A.- NUCLEI, ainda pertencentes a grupos estrangeiros.
- Manter as reservas minerais e identificar novas reservas, quer em área própria, quer em associações com terceiros, de modo a conservar os níveis de produção da NUCLEMON.

- Instalar a usina de demonstração de extração por solventes, para a produção de óxidos de terras raras, de elevado grau de pureza.
- Desenvolver métodos e processos visando à manutenção dos níveis permissíveis para o lançamento de efluentes no meio ambiente, provenientes de operações de mineração, de uma forma simplificada, confiável e de baixo custo.
- Promover a fabricação de elementos combustíveis para usinas nucleares e a extração e beneficiamento de urânio, visando à produção do combustível nuclear necessário à operação de usinas nucleares.
- Produzir, sob encomenda, equipamentos específicos para usinas nucleares, visando ao desenvolvimento nacional neste campo, bem como o de equipamentos pesados para fins não-nucleares.
- Promover estudos e levantamentos de inteligência

ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

O Estado-Maior das Forças Armadas - EMFA coordena projetos de interesse das três Forças Singulares - Marinha, Exército e Aeronáutica - e também da comunidade às atividades de manutenção nas unidades administrativas subordinadas: EMFA-UA, Hospital das Forças Armadas e Escola Superior de Guerra.

As restrições orçamentárias, que impedem a contratação de pessoal há cerca de cinco anos, assim como os problemas relacionados com as sensíveis perdas salariais ocorridas, têm-se constituído em fatores extremamente limitantes para a área de pesquisa e de desenvolvimento de tecnologia de ponta, comprometendo seu dinamismo, criatividade e eficiência.

Apesar dessa situação, alguns resultados positivos devem ser mencionados, tais como a fabricação, pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais-INPE, do Satélite de Coleta de Dados - SCD1, cujo lançamento ao espaço ocorreu em 09.02.93, representando um grande salto no domínio da tecnologia espacial e um evento de enorme importância na área de Ciência e Tecnologia.

O Instituto de Aeronáutica e Espaço prossegue no desenvolvimento de Veículos Lançadores de Satélites (VLS) que, do ponto de vista tecnológico, se constitui na parte mais complexa do projeto Missão Espacial Completa Brasileira - MECB.

Como resultado de sua atuação, o EMFA tem promovido a melhoria do sistema produtivo nacional através de transferência de tecnologias, do conceito de qualidade espacial e da colocação de encomendas que exigem tecnologia avançada, por parte das empresas nacionais, bem como estimulado a formação de mão-de-obra altamente qualificada e especializada em alta tecnologia, no país e no exterior, tanto para os quadros internos quanto nas empresas prestadoras de serviços.

As obras e construções de edificações vitais para a implantação do Centro de Lançamento de Alcântara têm prioridade, em decorrência da necessidade de adequá-lo aos avanços que vêm sendo alcançados no desenvolvimento de Veículos Lançadores de Satélites (VLS) e de satélites para informações do meio ambiente.

DIRETRIZES

- Desenvolvimento e utilização das técnicas espaciais em todos os campos de interesse nacional e efetiva participação do país nessas atividades.

- Formação e aprimoramento de recursos humanos em todos os níveis, para as atividades relacionadas com o programa espacial e atividades industriais dele decorrentes, inclusive através da participação crescente das universidades e centros de pesquisas.

- Fortalecimento dos segmentos envolvidos no programa espacial, mediante gradual capacitação nas áreas de satélites, cargas úteis, lançadores e campos de lançamento, bem como expansão da infra-estrutura de solo associada a esses setores.

- Desenvolvimento de meios informatizados de comando e controle, que permitam ao Comando Supremo das Forças Armadas a tomada de decisões, quer na execução de operações combinadas, quer nos casos de calamidade pública.

- Implementação do Sistema de Comando, Controle, Comunicações e Informações da Estrutura Militar de Guerra e das instalações do Centro de Operações do Comando Supremo, bem como apoio à instalação dos demais Centros de Operações das Forças Singulares e outros elos eventuais do sistema, com o objetivo de assegurar a operação integrada dos equipamentos e a compatibilidade dos processos.

- Desenvolvimento da tecnologia espacial, sobretudo nas áreas consideradas estratégicas e com potencial de retorno comercial.

- Realização de pesquisas visando à nacionalização do material de defesa e de componentes estratégicos, além da garantia da tecnologia imprescindível à soberania nacional na área militar.

- Estabelecimento de um sistema moderno de comunicações militares, objetivando a proteção às informações e o aumento do grau de confiabilidade e segurança das ligações.

- Modernização e ampliação do Hospital das Forças Armadas (HFA).

- Construção de um alojamento e instalações para a Escola Superior de Guerra (ESG).

- Construção de blocos de apartamentos funcionais em área militar.

OBJETIVOS

Para o período 1994-1995, as áreas de atuação prioritária do Estado-Maior das Forças Armadas-EMFA são: atividades espaciais, sistema militar de comando e controle, assuntos científicos e tecnológicos e comunicações militares por satélites, sendo seus objetivos os seguintes:

- Implementar o Plano Nacional de Atividades Espaciais - PNAE, que prevê o desenvolvimento de veículos lançadores de satélites, além da construção do Centro de Lançamento de Alcântara.

- Dar continuidade ao desenvolvimento e operação em órbita de dois satélites de coleta de dados e dois de sensoriamento remoto.

- Implantar, aparelhar e modernizar os centros de operações para o Comando Supremo, os Ministérios Militares e os Comandos Operacionais da Estrutura Militar de Guerra, visando à capacitação das Forças Armadas para o cumprimento de suas funções constitucionais.

- Desenvolver o projeto de Implantação do Sistema de Comunicação Militar por Satélites, que consiste na implantação de instalações terrenas de satélites em localidades distintas do território nacional, no término da implantação da Banda C e no início da implantação da Banda X, dos satélites, sempre visando à incorporação de tecnologia imprescindível à soberania nacional.

- Dotar a organização militar de instalações adequadas ao seu bom funcionamento.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E COORDENAÇÃO

A Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República - SEPLAN/PR, através de seus órgãos e entidades supervisionados, tem dirigido sua atenção no sentido da promoção e do gerenciamento de processos e instrumentos que assegurem coerência das ações governamentais, de curto, médio e longo prazos, aos objetivos do desenvolvimento, com ênfase na promoção adequada e transparência da alocação do gasto público.

Instituída pela Lei no. 8.490, de 19/11/92, que reestruturou a administração pública federal, a SEPLAN, no curto período de tempo decorrido desde sua recriação, adotou importantes mecanismos de articulação entre planejamento e orçamento, conferiu prioridade ao aprimoramento dos métodos de avaliação de políticas públicas e iniciou atividades típicas de função de coordenação, identificando e aprimorando meios que tornem a atuação dos agentes públicos mais eficiente e eficaz.

Apesar das dificuldades encontradas, decorrentes, sobretudo, da herança de conjuntura inflacionária e recessiva, a SEPLAN adotou medidas para garantir a evolução controlada dos principais agregados das contas públicas e aperfeiçoar o processo orçamentário.

No sentido da racionalização do gasto público e melhoria da ação governamental, a SEPLAN está desenvolvendo o Sistema Integrado de Avaliação das Ações de Governo, instrumento retroalimentador do planejamento, que visa a fornecer informações analíticas sobre o cumprimento das diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal, e permitir eventuais correções de rumo.

DIRETRIZES

- Sistematização do processo de planejamento federal, aprimorando os instrumentos de alocação de recursos públicos e promovendo efetivo acompanhamento e avaliação da execução dos gastos públicos.
- Formulação, acompanhamento e avaliação das políticas macroeconômicas, regionais e setoriais do governo, através, basicamente, da realização de estudos e pesquisas sócio-econômicas.
- Privatização de empresas estatais, transferindo seu controle para a iniciativa privada, conforme previsto no Programa Nacional de Desestatização, instituído pela Lei no 8.032/90.
- Manutenção das políticas de estruturação da indústria, compreendendo capacitação tecnológica e reorganização do sistema de produção e gerenciamento.
- Administração dos instrumentos que viabilizem a modernização e adequação da infraestrutura econômica, privilegiando a realização de investimentos pelo setor privado.
- Realização de pesquisas e estudos nas áreas demográfica, social, econômica, geográfica, cartográfica, geodésica e de meio ambiente, visando a subsidiar a formulação e a avaliação de políticas e atender às demandas de informações pela sociedade.
- Análise e sistematização dos dados disponíveis, através de reforço a programas relativos à divisão territorial, caracterização e ordenação do território.
- Apoio à expansão e modernização da capacidade produtiva para a reestruturação e racionalização empresarial.
- Concessão de créditos e incentivos à modernização do setor agropecuário, principalmente para a incorporação e difusão de novos conhecimentos tecnológicos.
- Estabelecimento de negociações para fixar novas condições de pagamento das amortizações e encargos da dívida externa.

OBJETIVOS

- Aprimorar os métodos e técnicas utilizados no processo de planejamento e na elaboração dos planos de desenvolvimento e de ordenamento do território por meio de um sistema que integre o planejamento e a orçamentação ao acompanhamento e à avaliação.

- Desenvolver estudos e pesquisas sócio-econômicas com o objetivo de melhorar a execução das ações prioritárias do governo.

- Realizar pesquisas domiciliares por amostragem e planejamento dos censos econômicos de 1995.

- Coordenar, orientar e executar políticas governamentais que visam a atingir os objetivos de governo em suas diferentes áreas de atuação.

- Dar continuidade ao Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade (PBQP), para acelerar o desenvolvimento e a modernização do parque industrial.

- Promover estudos e pesquisas, instrumentalização, acompanhamento e avaliação das ações que visem ao aprimoramento e à melhoria da qualidade e da produtividade, tanto na produção e comercialização de bens quanto na prestação de serviços, pelos setores público e privado.

- Coordenar o Sistema Estatístico Nacional, produzindo e disseminando informações para garantia da coerência dos dados coletados e divulgados.

- Conceder crédito de custeio a mini e pequenos produtores rurais e de investimentos, visando a ampliar a capacidade produtiva do setor agropecuário.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Com vistas ao desempenho de suas principais tarefas, o Ministério da Aeronáutica vem buscando, ao longo dos últimos anos, a revitalização e a modernização de seus instrumentos de defesa e segurança nacional, como também o desenvolvimento de recursos humanos para a absorção de tecnologias avançadas.

Tal absorção tem como objetivo básico o atendimento das exigências estratégicas de preparo, evolução e emprego, em alto nível, da Força Aérea Nacional, e o fortalecimento do poder aeroespacial.

Diante das dificuldades da conjuntura atual, a Aeronáutica tem-se empenhado em reduzir gastos e racionalizar rotinas, visando a eliminar desperdícios e garantir a continuidade de sua programação prioritária. Assim, suas ações vêm-se concentrando na conclusão de programas em andamento, evitando, sempre que possível, o desenvolvimento de novos projetos.

DIRETRIZES

- Consolidação do poder aeroespacial, racionalizando e promovendo a eficácia administrativa.

- Fortalecimento da capacidade operacional da Força Aérea, mediante revitalização e modernização dos equipamentos existentes e adequação da infra-estrutura aeroespacial às necessidades do país.

- Apoio ao desenvolvimento de indústrias e participação em programas internacionais de cooperação industrial, visando à evolução tecnológica e à penetração em novos mercados.

- Ação integrada, nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), mediante financiamento de obras de infra-estrutura aeroportuária.
- Treinamento de recursos humanos para atendimento das novas exigências tecnológicas.
- Reforma, ampliação e construção de instalações indispensáveis ao funcionamento da Força Aérea.

OBJETIVOS

- Atender às necessidades de manutenção, suprimento e aquisição de equipamentos, tanto no que se refere a material bélico, quanto no que diz respeito à operacionalidade dos meios aéreos.
- Adquirir veículos operacionais nas áreas de saúde, contra-incêndio, apoio a aeródromos e transporte logístico.
- Desenvolver e absorver tecnologias avançadas, sobretudo as relacionadas com aeronaves de alto desempenho, dando continuidade ao programa conjunto Brasil-Itália.
- Otimizar a rede aeroportuária de responsabilidade do Ministério, através da atuação da Empresa de Infra-Estrutura Aeroportuária (INFRAERO), sua vinculada, com realização de reformas e melhorias em seus equipamentos e instalações.
- Capacitar recursos humanos, incorporar tecnologias avançadas e fomentar o parque industrial, por meio de pesquisa pura e aplicada e da industrialização, no país, de materiais de interesse do Poder Aeroespacial.
- Revitalizar, ampliar e implantar o Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB), englobando a modernização e ampliação dos equipamentos de comunicação, além de auxílios à navegação, com vistas à integração nacional.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA

Nos últimos doze anos, o produto real da agricultura brasileira cresceu cerca de 2,3% ao ano, taxa inferior à média histórica anual verificada no Pós-Guerra, embora superior à registrada pela economia, no mesmo período.

Esse crescimento veio acompanhado de transformações no setor, a exemplo da substituição do aumento da área cultivada pelos ganhos de produtividade, como principal fonte de crescimento da produção, o que se deveu à incorporação de tecnologias geradas pela pesquisa agropecuária.

Outras mudanças ocorridas foram a redução da dependência da agropecuária em relação a recursos oficiais, e a maior participação de agentes privados na comercialização das safras, ambas induzidas pelas alterações nas políticas de comercialização agrícola, crédito rural e preços mínimos, em grande parte motivadas pela escassez de recursos oficiais.

Apesar desse comportamento relativamente favorável, a agricultura ainda apresenta problemas, destacando-se a presença de segmentos tradicionais e de baixa renda, que, se contassem com tecnologias e recursos adequados e com canais de comercialização apropriados, conseguiriam desempenho mais próximo ao de segmentos mais dinâmicos.

A maior participação desses agentes no mercado concorreria para elevar os níveis de renda e emprego no setor e para diminuir os fluxos migratórios em direção aos centros urbanos, onde acaba sendo reproduzida, quando não ampliada, a situação de pobreza vigente em áreas rurais desassistidas.

Além das disparidades tecnológicas e econômicas, observa-se, ainda, elevado grau de perdas nas fases de colheita, transporte, armazenagem e distribuição das safras, e insuficiente adoção de práticas conservacionistas, que, se utilizadas em maior escala, confeririam maior sustentabilidade ao processo de desenvolvimento rural.

DIRETRIZES

A diretriz básica das ações do governo, na área da agricultura e reforma agrária, é a ampliação do ritmo de crescimento do setor agrícola, estimulando maior eficiência, competitividade, liberdade de mercado e integração nos fluxos internacionais de comércio.

O atendimento dessa diretriz requer regras claras e estáveis para o setor e o fortalecimento das ações governamentais nas áreas de pesquisa, extensão rural, defesa sanitária e cooperativismo, bem como o aperfeiçoamento das políticas de preços mínimos, crédito e seguro rural. Adicionalmente, depende da promoção de melhorias na infra-estrutura de transporte e armazenagem, visando a reduzir perdas e custos, do estímulo a mecanismos de financiamento e comercialização menos dependentes de recursos oficiais e de correções na carga tributária do setor agrícola.

Com o acréscimo de produção esperado e seus efeitos multiplicadores sobre a renda e o emprego da economia, busca-se contribuir para o combate à fome, ao desemprego e à pobreza, manter abastecido o mercado interno e ampliar os excedentes exportáveis.

A maior integração dos segmentos tradicionais e de baixa renda nos mercados de produtos e de fatores é outra diretriz que visa a atenuar as disparidades tecnológicas e econômicas observadas entre regiões, segmentos produtivos e grupos de agricultores, e reduzir a pobreza no meio rural.

Dentro dessa mesma linha, promover-se-á a justiça social e a paz no campo, bem como a incorporação de novas famílias ao processo produtivo, através do assentamento de trabalhadores rurais, da regularização fundiária e de outras ações no campo da reforma agrária.

Por fim, almeja-se a promoção do desenvolvimento sustentável do setor, apoiada na geração, difusão e estímulo ao emprego de tecnologias que proporcionem harmonização entre o crescimento agrícola e a conservação dos recursos naturais.

OBJETIVOS

Dentre os principais objetivos para o biênio 1994/95, merecem destaque os seguintes:

- Promover o aumento da eficiência, da competitividade e da melhoria da qualidade da produção agropecuária, através da incorporação de avanços tecnológicos obtidos pela pesquisa.
- Aperfeiçoar e fortalecer as estruturas de comercialização e financiamento agrícolas, mediante estímulos a mecanismos apoiados em bolsas de mercadorias e mercados futuros, dentre outros.
- Ampliar os recursos para financiamento dos investimentos rurais, especialmente para correção de solos, renovação do parque de máquinas agrícolas e armazenagem.
- Promover o acesso de trabalhadores rurais à terra, através da implantação e da consolidação de projetos de assentamento e de outras ações no campo da reforma agrária.
- Integrar, ao mercado, produtores de baixa renda, incluindo os assentados em projetos de reforma agrária e colonização, proporcionando-lhes acesso aos resultados da pesquisa agropecuária, à assistência técnica, ao crédito rural, ao associativismo rural, aos preços mínimos e aos demais instrumentos de política agrícola.

- Reduzir as perdas da produção agropecuária pela conscientização e capacitação dos agentes envolvidos desde a colheita até a distribuição, bem como pela promoção de melhorias na infraestrutura de transporte e de armazenagem.
- Executar programas de abastecimento e de estoques públicos e colaborar com outras instituições oficiais em programas de suplementação alimentar.
- Apoiar a implantação e a ampliação de polos agroindustriais e de fruticultura, em regiões dotadas de vantagens comparativas, através de ações articuladas entre os governos federal, estadual e municipal, nas áreas de pesquisa, assistência técnica, irrigação e financiamentos, dentre outras.
- Resgatar a credibilidade do PROAGRO, mediante o saneamento de suas dívidas junto a bancos e produtores, de modo a recuperá-lo como instrumento que minimize os riscos inerentes à atividade agrícola.
- Reorientar e aperfeiçoar o sistema de padronização e classificação de produtos agropecuários, com maior participação de entidades privadas na prestação desses serviços, visando a reduzir custos operacionais e conferir maior organização e transparência nas operações realizadas.
- Garantir, aos consumidores, a qualidade dos produtos de origem vegetal e animal, pela ampliação dos controles sanitários da produção agropecuária, por intermédio da rede de fiscalização e inspeção.
- Manter sob controle as principais zoonoses endêmicas que afetam os rebanhos e promover o combate a surtos de pragas e doenças que atacam as lavouras.
- Implantar sistema de informações ágeis e confiáveis sobre ocorrências meteorológicas, preços de produtos e insumos, safras, estoques, tecnologias, custos de produção e comércio internacional.
- Aperfeiçoar, difundir e estimular práticas conservacionistas e consolidar o Programa de Zoneamento Agroecológico da produção, como forma de proporcionar a conservação dos recursos naturais e o desenvolvimento rural sustentável.

MINISTÉRIO DO BEM-ESTAR SOCIAL

As ações finalísticas do MBES se concentram em três segmentos: habitação popular, saneamento básico e promoção humana.

Com relação à habitação, o setor acumula, atualmente, um déficit de cerca 10 milhões de moradias. Tal déficit resulta de fatores estruturais, dentre os quais pode-se destacar: o acelerado ritmo do processo de urbanização; a contínua elevação do preço da terra urbana e dos custos da construção civil; a inadequação dos programas habitacionais para a população pobre; e a descoordenação entre as políticas habitacionais das três esferas de governo.

O agravamento, nos últimos anos, do quadro de instabilidade econômica tem levado à significativa redução dos investimentos públicos no setor, sejam aqueles de fonte orçamentária, sejam os oriundos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, ou do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo - SBPE.

No setor saneamento, salvo o abastecimento de água nas áreas urbanas, que já alcança 89% da população - apesar dos baixos índices nas regiões Norte e Nordeste -, apresentam-se ainda bastante modestas as taxas de cobertura em esgotamento sanitário, coleta e disposição de resíduos sólidos e drenagem urbana.

Apenas cerca de 40% da população urbana do país dispõem de rede pública de coleta de esgotos e 10% da população rural têm acesso a alguma forma de saneamento. Dos efluentes coletados,

somente 10% recebem tratamento e destinação final adequados, sendo esse um dos principais veículos de contaminação dos mananciais e cursos d'água.

Essas deficiências conduzem ao recrudescimento de doenças de veiculação hídrica e à degradação do meio ambiente, sobretudo entre a população de menores níveis de renda do país, assentada nas periferias das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas.

As dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, aos bens e serviços básicos configuram um quadro social de extrema gravidade. Perto de 32 milhões de pessoas, situam-se hoje na faixa de pobreza absoluta. Essa situação penaliza, de maneira particularmente cruel, as crianças, os adolescentes, os idosos e as pessoas portadoras de deficiência, exigindo do setor público prioridade para a política de assistência social.

DIRETRIZES

Consoante as diretrizes desse Ministério, de descentralização, municipalização e participação comunitária, os recursos orçamentários destinados à habitação, saneamento e assistência social serão aplicados, predominantemente, em programas direcionados para a população pobre, mediante parceria entre União, governos estaduais e municipais, e comunidade beneficiada.

Habitação

Descentralização de ações, a serem desenvolvidas de maneira participativa, envolvendo comunidade e organizações não-governamentais.

Municipalização de ações, objetivando oferecer às administrações locais oportunidades adicionais de geração de renda e emprego e controle dos investimentos federais realizados.

Estímulo ao desenvolvimento tecnológico dos setores envolvidos com o planejamento e a produção urbanística e habitacional.

Reformulação do Sistema Financeiro da Habitação, recuperando seu papel histórico de atuação no setor.

Saneamento

Integração das ações de saneamento com as dos demais setores afins, em especial as de habitação e assistência social.

Descentralização dos programas, conferindo-se aos recursos federais caráter complementar aos investimentos das demais esferas de governo.

Complementação das ações relativas ao saneamento ambiental e à recuperação de bacias hidrográficas.

Reordenamento institucional do setor, para maior flexibilidade institucional e eficácia na alocação dos fundos, com participação dos diferentes agentes na competição pelos recursos de investimento e na demonstração de resultados.

Adoção de tecnologias de menor custo, sem prejuízo da eficiência do serviço.

Indução e apoio às ações de gerenciamento da demanda por água, mediante controle e diminuição das perdas nos sistemas.

Promoção Humana

Descentralização político-administrativa das ações de promoção humana e assistência social.

Atuação seletiva, priorizando-se as ações voltadas para a proteção da família, da maternidade, da infância e adolescência, da pessoa idosa e dos portadores de deficiência.

OBJETIVOS

Habitação

Reduzir o déficit habitacional, principalmente nos estratos de mais baixa renda.

Promover a produção de moradias, melhorias habitacionais e infra-estrutura básica (água, esgoto, drenagem e energia elétrica), com ênfase no atendimento à população carente.

Promover a urbanização de favelas, mediante a regularização fundiária, produção de lotes urbanizados e infra-estrutura básica.

Promover a normatização técnica, a avaliação de novas tecnologias, a racionalização dos processos de fabricação de materiais e componentes e o desenvolvimento de novos programas computacionais aplicados à construção e manutenção das edificações.

Saneamento

Possibilitar o acesso das populações pobres das periferias urbanas aos serviços de saneamento.

Promover o acesso da população rural às ações integradas de abastecimento d'água, esgotamento e melhorias sanitárias domiciliares.

Elaborar estudos e fomentar a modernização do setor, por meio da reorganização institucional e financeira do Plano Nacional de Saneamento - PLANASA e do aperfeiçoamento da gestão das companhias estaduais de saneamento.

Apoiar as ações locais de recuperação dos sistemas em funcionamento, objetivando prolongar sua vida útil.

Promoção Humana

Implantar o Sistema Nacional de Assistência Social.

Estimular a participação da população por intermédio das entidades e organizações da sociedade civil na formulação e execução das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Atender aos segmentos da população em situação de pobreza absoluta, dando-lhes oportunidade de inserção no mercado de trabalho e condições dignas de sobrevivência.

Fomentar as ações locais geradoras de emprego e renda, objetivando elevar o padrão aquisitivo das populações carentes.

Apoiar o funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, a instalação de Conselhos Tutelares e a implementação do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A política científica e tecnológica esteve voltada, até há bem pouco, para o objetivo de se alcançar uma certa autonomia tecnológica, como desdobramento natural da etapa anterior de substituição de importações de bens e serviços.

Diante das alterações engendradas no cenário internacional, a exemplo da globalização da economia, do aumento das iniciativas de cooperação técnico-científica, da emergência da flexibilidade nos processos de produção e da agilização dos circuitos devotados à inovação, requer-se repensar os contornos e diretrizes fundamentais da política científica e tecnológica. Associam-se a estas alterações no plano externo, outras derivadas das mudanças em curso no âmbito da sociedade brasileira, especialmente as decorrentes do processo de redemocratização e do novo arranjo constitucional estabelecido a partir de 1988. As transformações pretendidas para a política científica e tecnológica articulam-se, assim, a uma reorientação da própria concepção do desenvolvimento nacional, na qual se destacam os princípios de competitividade econômica, equidade social e sustentabilidade ambiental.

Os avanços científicos e tecnológicos alcançados devem ser protegidos ao máximo para que se preservem a capacidade instalada de geração e absorção de conhecimentos no país, sem prejudicar o esforço novo de diversificação das fontes de financiamento e equalização entre a participação privada e pública.

Os dispêndios públicos em ciência e tecnologia têm sido responsáveis por mais de 90% dos gastos nacionais na área. Apesar dos esforços para ampliar a participação do setor privado nos investimentos, ainda não foi possível modificar esse quadro.

A forte dependência das atividades da área aos recursos governamentais, numa conjuntura de retração das contas públicas, vem comprometendo o desempenho científico e tecnológico do país. Nos últimos anos, o MCT viu-se obrigado a retardar a execução de inúmeros projetos e a manter, em níveis mínimos, sua ação básica de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico.

O programa de formação de recursos humanos, no país e no exterior, tem conseguido garantir o número de bolsas em patamares próximos do previsto. Em contrapartida, reforçou-se, nos últimos anos, a trajetória descendente dos recursos destinados à pesquisa: de um lado, observa-se, nas linhas de fomento, o represamento crescente de projetos aprovados no seu mérito técnico-científico, mas não implementados; de outro, verifica-se atraso significativo no andamento dos vários projetos estratégicos a cargo do MCT, tais como o da Fábrica de Máscaras, fundamental para o domínio do ciclo completo da produção de circuitos integrados microeletrônicos, e o de implantação do acelerador de partículas, do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron, passo essencial para o avanço das pesquisas na área de física aplicada, com repercussões positivas no campo tecnológico.

As consequências mais graves e evidentes desse cenário recaem sobre a assimetria crescente entre a incipiente infra-estrutura de pesquisa e os desafios delineados nos campos da reestruturação produtiva e no atendimento às demandas sociais urgentes.

DIRETRIZES

A aproximação dos ambientes científico e tecnológico, a importância relativa das tarefas associadas à inovação, que transcendem o limite dos laboratórios e alcançam o chão-da-fábrica, e outras características intimamente associadas ao novo paradigma técnico-econômico vigente, suscitam transformações decididas no escopo, abrangência e conformação da política científica e tecnológica. Certamente, as questões da ciência e tecnologia precisam ir além dos limites estreitos de uma política setorial, para entrelaçar-se, profundamente, nas demais políticas públicas e, por extensão, nos anseios maiores da sociedade.

A atual dimensão das atividades de Ciência e Tecnologia sugere a existência de uma política científica e tecnológica mais sinalizadora de orientações e estratégias, do que executora direta das ações da política. Neste contexto, o reforço às instâncias normativas do planejamento, com a renovação

dos fóros que elaboram as diretrizes e objetivos maiores da política científica e tecnológica, a exemplo do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, deve constituir ponto de partida para redefinição do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia.

O esforço de modernização da base científica e tecnológica deverá convergir para ações estratégicas que contribuam harmonicamente para o processo mais amplo de transformação produtiva. Neste particular, sobressaem as questões da capacitação tecnológica das empresas para a melhoria da qualidade e produtividade, com aumento da competitividade da indústria brasileira, e o fortalecimento da base técnico-científica nacional, com a valorização dos recursos humanos dedicados à pesquisa e desenvolvimento.

A política de ciência e tecnologia deverá contribuir, também, em consonância com as demais políticas governamentais, para a solução dos problemas sociais e regionais do país, com atenção especial aos aspectos ambientais.

A política de ciência e tecnologia orientar-se-á pelas seguintes diretrizes:

- Ampliação da abrangência e aumento do nível de articulação da política de C&T com as demais políticas públicas, mediante elevação do poder de coordenação do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), elevando o seu status e capacidade de articulação.

- Aumento do grau de comunicação e de articulação entre os agentes do Sistema de C&T, inclusive com as instâncias do Legislativo, para fazê-lo funcionar de forma coerente, harmonizando a legislação, as estratégias e a execução das atividades com os propósitos da política de C&T.

- Implantação de medidas de estímulo à capacitação tecnológica do setor produtivo, de forma seletiva e combinada com a exposição planejada das empresas à concorrência internacional, privilegiando-se os setores geradores e difusores da inovação e do progresso técnico e aqueles mais afetados pela abertura comercial.

- Estímulo ao aumento da participação das empresas no esforço de desenvolvimento científico e tecnológico do país, pela ampliação de seus investimentos em pesquisa e desenvolvimento, utilização de técnicas modernas de gestão, e emprego de tecnologias avançadas.

- Apoio à recuperação e modernização da infra-estrutura laboratorial das universidades, institutos e centros de pesquisa e desenvolvimento, assegurando melhores condições para o desenvolvimento da pesquisa e o apoio à base produtiva.

- Estabelecimento de pré-condições para a integração da pesquisa entre empresas, universidades e institutos de pesquisa, e criação de núcleos de pesquisa e desenvolvimento próprios das empresas ou de consórcios empresariais.

- Implementação de estratégias para ampliar a cooperação interinstitucional e a adoção de enfoque multidisciplinar nos programas de pesquisa científica e tecnológica.

- Ampliação e correção do perfil da base técnico-científica, de modo a atender às áreas mais carentes de recursos humanos qualificados e responder às necessidades dos segmentos portadores de novas tecnologias.

- Fortalecimento das interfaces com os setores de educação e de produção, em todos os níveis, estimulando a implantação de programas de reciclagem e atualização profissional e envolvendo a participação do setor produtivo no processo de educação para o trabalho, para viabilizar a incorporação de conhecimentos técnico-científicos na produção, na aprendizagem e a capacitação tecnológica das empresas.

- Apoio às iniciativas e projetos de impacto social, como por exemplo as ações nos campos da tecnologia de habitação de baixo custo, conservação de alimentos, fármacos e biotecnologia aplicada às doenças tropicais.

- Apoio à geração de conhecimento científico e de tecnologias voltados para o desenvolvimento sustentável das regiões de floresta tropical e da Mata Atlântica.

- Intensificação dos processos de acompanhamento, avaliação e controle do Sistema de C&T em todos os níveis, criando mecanismos de cobrança de resultados, de acordo com as missões institucionais específicas de seus agentes.

OBJETIVOS

- Ampliação da participação do setor privado nos dispêndios com pesquisa e desenvolvimento (P&D) e capacitação tecnológica.

- Modificação da composição do Orçamento Nacional de C&T, procurando-se ampliar o investimento no setor através da diversificação das fontes de financiamento e mediante a utilização dos mecanismos de incentivo fiscal, de investimentos dos bancos de desenvolvimento, de alocação de recursos obtidos do processo de privatização de empresas estatais, além da aplicação direta de recursos do Tesouro, de tal maneira a equilibrar os investimentos públicos e privados para o setor, no período de três anos.

- Modernização tecnológica do setor produtivo, tendo por eixo principal o financiamento a projetos de P&D e de implantação de tecnologias avançadas, e o apoio à introdução de modernas técnicas de gestão nas empresas, através da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP - e de outras agências que participam do esforço nacional de desenvolvimento científico e tecnológico.

- Formação de recursos humanos qualificados para a pesquisa científica e tecnológica, mediante a concessão de bolsas de estudo no país e no exterior, em todos os níveis, com ênfase para a formação de doutores e voltadas, essencialmente, para as áreas de suporte às tecnologias avançadas, particularmente as engenharias. Cabe o reforço às concessões de bolsas, com destaque para o Programa de Recursos Humanos para o Desenvolvimento Tecnológico - RHAE.

- Fomento à pesquisa científica e tecnológica, alcançando toda a base técnico-científica do país, mediante a mobilização de recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT), bem como de recursos do Banco Mundial e do Programa Piloto para Conservação das Florestas Tropicais (G7), entre outros.

- Dinamização seletiva das ações, programas e projetos executados pelos institutos de pesquisa vinculados ao MCT e ao CNPq, destacando-se:

- início de operação, previsto para 1994, do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC);

- aperfeiçoamento das instalações para acompanhamento da emissão de gases (vigilância de queimadas) na Amazônia;

- continuação da implantação da infra-estrutura de monitoramento do tempo e clima e gerenciamento de recursos hídricos, já iniciado com a implantação dos primeiros núcleos na Região Nordeste;

- instalação do segmento solo e início da integração e testes do primeiro modelo de voo relacionados ao lançamento do primeiro satélite de recursos terrestres, desenvolvido em cooperação com a China;

- criação do laboratório de testes e certificação do Instituto Nacional de Tecnologia;

- implantação do ciclo completo de fabricação de circuitos integrados microeletrônicos, cujo início de operações está previsto para 1994;

- continuação das obras de implantação do Laboratório Nacional de Luz Sincrotron;

realização de pesquisas em áreas básicas relevantes para o conhecimento científico e tecnológico;

geração de conhecimentos sobre os ecossistemas da Região Amazônica;

. prestação de serviços tecnológicos, cabendo destaque à adoção e desenvolvimento de métodos de gestão da qualidade aplicados a instituições tecnológicas.

. reestruturação da indústria de informática, disseminação do uso de seus bens e serviços e o fortalecimento da infra-estrutura de pesquisa e formação de recursos humanos na área, seguindo as orientações do Plano Nacional de Informática e Automação - II PLANIN.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

A instabilidade macroeconômica e o recorrente processo inflacionário colocam importantes obstáculos à retomada do desenvolvimento econômico e social do país, exigindo do governo federal grande ênfase no aperfeiçoamento da gestão financeira e orçamentária da União, com vistas a normalizar as finanças públicas, elemento indispensável para a reversão do quadro de instabilidade.

Paralelamente à gestão criteriosa da política econômica de curto prazo, faz-se também necessária uma adequada administração dos instrumentos de apoio financeiro à disposição do governo, de modo a sustentar o nível de atividade em setores prioritários e atenuar os efeitos da recessão sobre os segmentos menos favorecidos da sociedade.

É igualmente fundamental lançar as bases para as reformas estruturais no sistema financeiro nacional, que permitam capacitá-lo a cumprir um papel importante no financiamento do processo de retomada dos investimentos produtivos na economia.

DIRETRIZES

O Ministério da Fazenda atuará na formulação e execução da política macroeconômica, concentrando suas ações, principalmente, na operação de instrumentos associados às políticas monetária e creditícia, fiscal e do setor externo, com o objetivo fundamental da busca da estabilidade macroeconômica.

Essa atuação terá como princípios básicos a preservação de regras estáveis que permitam o adequado funcionamento dos mecanismos de mercado e a ampliação dos horizontes de planejamento para os agentes econômicos.

OBJETIVOS

- Aperfeiçoamento da administração da política econômica de curto prazo e efetivação de ações estruturais ligadas à reforma do sistema financeiro, inclusive a redução do estoque da dívida interna e o alongamento do seu perfil, e à negociação da dívida externa.

- Fortalecimento dos mecanismos de apoio financeiro e logístico ao comércio exterior.

- Ampliação do apoio financeiro aos investimentos em saneamento básico e à construção civil, objetivando, principalmente, a redução do déficit habitacional na faixa da população de baixa renda.

- Melhoria da eficiência do aparelho arrecadador do Estado, com combate à sonegação fiscal.

- Aprimoramento da gestão dos instrumentos de apoio aos investimentos regionais - Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e FINAM, FINOR e FUNRES, com vistas a maximizar seu impacto na alavancagem do desenvolvimento regional.

- Intensificação das ações de suporte financeiro às empresas de pequeno porte, e mini, pequenos e médios produtores rurais, inclusive às cooperativas agrícolas.

- Continuação dos trabalhos de identificação, levantamento, demarcação e cadastramento de bens imobiliários da União.

- Elevação das receitas patrimoniais da União, através da cobrança de dívidas e alienação de imóveis sem interesse para o uso social.

- Promoção de aquisições, financiamento da comercialização e formação de estoques reguladores, assegurando as disponibilidades de produtos agrícolas básicos no período da entressafra, e a estabilidade de preços.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO

Estudos recentes indicam que 82,2% das crianças de 7 a 14 anos têm acesso à escola. Todavia, a simples possibilidade de ingresso na escola não significa a solução de todos os problemas do ensino fundamental.

Há, com certeza, grande desencontro entre vagas e crianças, o que tem levado muitos sistemas a introduzir turnos intermediários, sobretudo na periferia das grandes cidades. A verdade é que o problema da falta de oferta de vagas é um fenômeno localizado regionalmente. O que existe, é um mau ordenamento na rede escolar e, principalmente, a deterioração da rede física, com prédios mal conservados e mal equipados.

Os altos índices de repetência e evasão, particularmente no ensino fundamental, que atingem, na 1ª série, 23% e 20%, e na 5ª série, 23% e 16%, respectivamente, decorrem de uma cadeia perversa de fatores, tais como: docentes sem formação adequada (22%) e recebendo baixa remuneração, com salários variando, em média, de um a três salários mínimos; métodos ineficazes de alfabetização e heterogeneidade qualitativa dos padrões de ensino oferecidos. A desmotivação, ocasionada pela repetência, parece ser a principal causa da evasão escolar.

No ensino médio, para uma população de 15 milhões de jovens de 15 a 19 anos, apenas 15% estão cursando o sistema regular. Esse percentual alcança 20% na Região Sudeste, e apenas 10% nas regiões Norte e Nordeste. A má distribuição da oferta não ocorre somente entre regiões; evidencia-se também na localização da maioria das escolas nas capitais ou nas cidades de grande porte.

Os cursos noturnos e a suplência, com características de ensino regular de nível médio, têm sido a alternativa mais fácil, embora menos satisfatória, para responder à demanda. Hoje, cerca de 53% do alunado brasileiro de ensino médio frequentam cursos noturnos.

As características da vida moderna exigem a oferta de sólida educação tecnológica, voltada para a capacidade nacional produtiva, e a preparação de uma força de trabalho pronta para absorver, sustentar, desenvolver e gerar tecnologia.

O Sistema de Educação Tecnológica compõe-se de 73 Escolas Agrícolas, de cinco a oito séries do ensino fundamental, no âmbito estadual e municipal. No nível médio, possui 245 Escolas Agrotécnicas, vinculadas aos governos federal, estaduais e municipais, e 678 Escolas Técnicas Industriais, tanto federais como estaduais, municipais e particulares. Compõem também o sistema as escolas pertencentes ao SENAI e ao SENAC.

... Somente, na rede federal existem 37 Escolas Agrotécnicas, 19 Escolas Técnicas Industriais e cinco Centros Federais da Educação Tecnológica, com uma matrícula global de 100.673 alunos e contando com 7 060 professores.

... O contingente matriculado no ensino superior, que corresponde a 1,5 milhão de estudantes, não atinge 12% da população em idade de cursar a universidade. Essa porcentagem é bastante inferior à de vários países da América Latina.

O ensino superior público atende a, apenas, 38% do total das matrículas em instituições federais (20%), estaduais (13%) e municipais (5%). Os demais 62% são atendidos pela rede privada. Os cursos de pós-graduação estão concentrados nas universidades públicas; dos 925 cursos de mestrado, 80% são oferecidos por estabelecimentos oficiais.

... A, despeito, da garantia constitucional (C.F., art. 208, III), o percentual de crianças, jovens e adultos deficientes atendidos de forma regular e sistemática ainda é reduzido. Estima-se que o percentual de portadores de deficiências esteja em torno de 10% a 12% da população, e apenas 3% têm acesso à educação.

Os diagnósticos sobre a prática desportiva, por sua vez, têm invariavelmente apontado inúmeros fatores que explicam a sua ausência ou inadequação: reduzida carga horária de atividades físicas nas escolas, falta de professores, superlotação das escolas, inadequação dos horários e falta de equipamentos.

DIRETRIZES

As ações do Ministério deverão obedecer às seguintes diretrizes:

- Universalização da educação fundamental, visando à aquisição de duas competências básicas. A primeira é a qualificação para o trabalho: em uma economia complexa, esse requisito inclui o domínio dos códigos de comunicação oral, escrita e numérica e do raciocínio lógico. A segunda corresponde à universalização da cidadania e ao aperfeiçoamento da convivência democrática, envolvendo a internalização de princípios éticos e de normas de conduta social, conscientização dos direitos e deveres civis, políticos e sociais, bem como a capacidade de julgamento crítico e de participação política. Como resultante das duas competências, busca-se a autonomia intelectual, base do processo continuado e autopropulsionado de aprendizado, fundamental à educação permanente.

- Atenção à qualidade do processo educacional, que se relaciona com a adequada organização e funcionamento das estruturas pedagógicas, e com o aumento da permanência do aluno na escola, tanto em número de dias por ano, quanto em número de horas por dia. Paralelamente, revisão dos currículos escolares com o estabelecimento de patamares de conteúdos nacionais mínimos, enriquecidos pelas contribuições regionais e locais, assim como a implantação de processos de avaliação permanente desses currículos e do desempenho do aluno.

- Apropriação de conhecimentos científicos e tecnológicos, com a sua dimensão produtiva, como complemento da formação permanente da pessoa em busca de uma cidadania plena. A educação, enfim, como instrumento que viabilize o amadurecimento cultural e social, ou seja, a plenitude da dimensão humanística do processo civilizatório. A competitividade, a eficiência e a criatividade são, agora, requisitos indispensáveis, num mundo onde a universalização da economia e da tecnologia é inevitável. Cumpre, outrossim, implementar uma política educacional pautada num amplo envolvimento comunitário e do mundo empresarial, com absoluta transparência nos critérios de alocação e gerência dos recursos.

- A atenção integral à criança, como busca de soluções inovadoras para os problemas da educação brasileira. Tal iniciativa é concebida como um atendimento global que abrange outras dimensões, além da escolar, no sentido de integrar ações de saúde, de alimentação e de outros aspectos da vida das famílias na comunidade, para atingir um novo e mais rico patamar de convivência humana. Assim, esse atendimento deve constituir autêntica experiência educativa para busca de caminhos pedagógicos, como forma de enfrentar o desafio de instalar a excelência em matéria de educação popular.

OBJETIVOS

- Suprir as carências de educação pré-escolar e de ensino fundamental, através do apoio à adequação, reforma, ampliação e construção de escolas, ao equipamento de unidades escolares novas e já existentes, ao treinamento de docentes, visando ao acesso e à permanência do estudante no sistema, bem como à prevenção e à erradicação do analfabetismo.

- Prestar atendimento integral à criança, no ensino fundamental, através da construção e equipamento de Centros de Atenção Integral à Criança - CAIC.

- Estender a oferta de ensino técnico agrícola e industrial através da construção de novas escolas agrotécnicas e industriais.

- Ampliar o acesso de jovens e adultos ao ensino médio regular e profissional, através do incentivo à oferta de ensino e de educação geral de boa qualidade e de ensino técnico agrícola e industrial nas escolas da rede federal.

- Manter e apoiar instituições públicas e privadas de atendimento a alunos portadores de necessidades especiais, visando à sua integração social e profissional.

- Desenvolver atividades de assistência ao estudante, de modo a garantir ao aluno do ensino fundamental da rede oficial condições mínimas de permanência e aproveitamento na escola.

- Fomentar as manifestações desportivas formais e não-formais, de caráter escolar e de alto rendimento.

- Otimizar a utilização de multimeios, como apoio às ações educativas formais e não-formais, visando a contribuir para a redução do fracasso escolar.

- Apoiar o ensino superior de pós-graduação, no sentido de formar recursos humanos qualificados para o magistério e para a produção científica e tecnológica.

- Desenvolver estudos e pesquisas educacionais e culturais, de apoio às ações pedagógicas substantivas.

- Apoiar a rede oficial de instituições de ensino superior, visando à melhoria qualitativa da formação dos profissionais desse nível de ensino.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

O Exército vem realizando, há vários anos, atividades estruturadas de planejamento, a fim de alcançar a capacitação necessária para atender às exigências estratégicas de preparo, organização e emprego da Força Terrestre.

Nesse sentido, criou o Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX), no qual as ações relacionadas com a organização da Força são visualizadas em um horizonte de 30 anos, período que corresponde, aproximadamente, aos ciclos de vida profissional do militar e à utilização dos principais equipamentos bélicos.

Para adequar o planejamento do SIPLEX às circunstâncias conjunturais econômicas, políticas e legais, a programação foi dividida em subperíodos. Para o subperíodo 1985-1990, estabeleceram-se objetivos de curto prazo, consubstanciados no Programa FT/90, que visava à estruturação mínima necessária ao cumprimento da Missão do Exército, compreendendo as atividades mais prementes e os recursos indispensáveis à sua implantação.

Restrições financeiras, no entanto, impediram o pleno alcance dos objetivos estabelecidos, impondo a reprogramação de várias metas para 1991-1995. Assim, a operacionalidade da Força, embora tenha melhorado, não atingiu ainda as condições mínimas necessárias à sua capacitação para dissuadir eventuais atitudes hostis às decisões soberanas do Estado.

DIRETRIZES

- Integração do Sistema de Construção ao Sistema Logístico, objetivando a execução de obras militares necessárias à articulação da Força Terrestre.

- Prosseguimento da implantação da Organização Básica do Exército (OBE) dentro da nova concepção sistêmica.

- Organização e articulação da Força Terrestre para emprego na defesa externa, interna e territorial.

- Incrementação das mobilidades tática e estratégica das unidades operacionais de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico.

- Estruturação de um sistema logístico homogêneo e dinamização do Sistema de Mobilização (SIMOBE).

- Desenvolvimento de atividades de proteção ao meio ambiente em quatro níveis: conscientização, prevenção, recuperação e cooperação.

- Implantação dos Sistemas de Informática, de Guerra Eletrônica, de Informações Organizacionais (SINFOEX) e concepção sistêmica para a atividade de informação.

- Desenvolvimento e consolidação da Doutrina Militar Terrestre (DMT) e prosseguimento da implantação do Sistema de Comunicações do Exército (SICOMEX).

- Capacitação de recursos humanos para os Sistemas de Primeira Ordem e manutenção de uma estrutura de ensino próprio, adequada à missão do Exército.

OBJETIVOS

- Dotar o Exército Brasileiro de materiais e equipamentos modernos, adequados aos ambientes operacionais, bem como de recursos humanos adequados para responder às crescentes necessidades de modernidade e capacitação.

- Elevar o nível de operacionalidade do Comando Militar da Amazônia e do Comando Militar do Norte, estabelecendo parâmetros que definam e orientem a reestruturação daqueles Comandos.

- Realizar estudos que permitam a implantação, a longo prazo, de uma Brigada de Artilharia Anti-Aérea por Região de Defesa Aérea e de Artilharia de Costa por porto importante do litoral, bem como o Sistema de Artilharia Anti-Aérea de Campanha.

- Prosseguir com a implantação dos vetores de modernização da Força Terrestre - Avaliação do Exército, Sistema de Guerra Eletrônica e Sistema de Comando e Controle.

- Criar e ativar o Núcleo do Comando Logístico no Comando Militar do Sul, o Núcleo do Comando Logístico/ Mobilização do Núcleo Central, e reorganizar as Regiões Militares de Zona do Interior.

- Realizar pesquisa básica, visando à autonomia tecnológica, e desenvolver uma matriz tecnológica dual, tendo em vista as atividades científicas e tecnológicas relacionadas com os Materiais de Emprego Militar (MEM) e as necessidades prementes da sociedade brasileira.

- Estudar a criação do Centro de Instrução de Blindados e dar continuidade aos projetos de repotencialização dos blindados sobre lagartas e de seus componentes (armamento, munição, equipamento de comunicação, observação e direção de tiro)

- Prosseguir as pesquisas visando à obtenção das Viaturas Blindadas de Combate e Viaturas Blindadas de Combate-Fuzileiros.

- Implantar a Companhia de Guerra Eletrônica do Centro de Instrução de Guerra Eletrônica, prosseguir a formação dos recursos humanos e desenvolver a pesquisa doutrinária para as atividades de Guerra Eletrônica.

- Implantar o Sistema de Informação em base física decorrente do aproveitamento de estruturas já existentes e voltadas para as atuais atividades de Inteligência, Comunicações, Guerra Eletrônica e Informática.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO

A atual estrutura industrial brasileira carece de bases qualitativas capazes de permitir a constituição de um parque produtivo mais dinâmico e eficiente, com meios de incorporar progresso técnico e com capacidade para produzir segundo padrões de preço e qualidade internacionais, assim contribuindo para a melhoria das condições de vida da população brasileira.

Apesar dos avanços na implementação da política industrial e de comércio exterior, particularmente no tocante à abertura comercial e às ações na área da qualidade e produtividade, são ainda insuficientes os resultados obtidos na reestruturação produtiva da economia, processo que tem sido também prejudicado pela persistência da instabilidade macroeconômica vivida pelo país e pela demora na adoção de medidas de caráter estrutural nos âmbitos regulatório e da infra-estrutura econômica.

Nesse contexto, será necessário, nos próximos anos, promover o crescimento da produção com geração de empregos, através do desenvolvimento da indústria, comércio, turismo e serviços, atenuando obstáculos conjunturais e restrições estruturais e incorporando no processo as transformações qualitativas mencionadas.

A estratégia básica para o cumprimento desse objetivo é a construção de parcerias com empresários, trabalhadores, consumidores, e esferas subnacionais de governo, em torno da definição e implementação de ações voltadas para a busca da competitividade da economia brasileira, nas dimensões estrutural, setorial e empresarial.

DIRETRIZES

Indústria, Propriedade Industrial, Metrologia e Normalização

- Promoção da reestruturação da indústria, através, principalmente, do apoio à capacitação tecnológica e à melhoria dos métodos de gestão e organização da produção.

- Estimulo às ações para a melhoria da qualidade e produtividade na produção de bens e serviços, dando continuidade ao Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade (PBQP).

- Difusão e descentralização dos serviços de informação tecnológica relativos à propriedade industrial.

- Adequação do INPI às mudanças na Lei da Propriedade Industrial e divulgação da nova legislação.

- Fomento e racionalização das atividades de normalização técnica, com prioridade para as áreas de saúde, segurança, meio ambiente e proteção ao consumidor.

- Ampliação da participação brasileira nos principais foros internacionais, particularmente no âmbito do MERCOSUL, nas áreas de metrologia, normalização e qualidade, objetivando facilitar os acordos de reconhecimento mútuo e acompanhar as tendências tecnológicas internacionais.

- Descentralização das atividades do INMETRO para os estados e setores produtivos.

Comércio Interno e Comércio Exterior

- Aperfeiçoamento das estruturas comerciais, a fim de evitar abusos do poder econômico.

- Organização e atualização do Cadastro Geral de Comerciantes e Sociedades Mercantis, e modernização administrativa das Juntas Comerciais.

- Ampliação do volume do comércio exterior, com melhoria da eficiência do seu sistema de gerenciamento.

- Prosseguimento do processo de abertura comercial, sem descuidar de mecanismos de defesa da produção nacional, compatíveis com as regras do GATT.

- Fortalecimento das posições brasileiras em negociação no GATT e na ALADI, particularmente no MERCOSUL.

Turismo

- Estímulo ao turismo, preservando e valorizando o meio ambiente e o patrimônio histórico do país, mediante apoio a projetos específicos de âmbito nacional e também de estados e municípios.

- Elevação do padrão de qualidade e eficiência dos serviços turísticos nacionais.

- Reabilitação do turismo interno, revertendo o processo de redução do número de turistas estrangeiros.

OBJETIVOS

Indústria, Propriedade Industrial, Metrologia e Normalização

- Aumento da competitividade dos bens e serviços produzidos no país, com vistas a atingir padrões internacionais de qualidade e produtividade.

- Promoção de acordos setoriais, objetivando articular os interesses privados (capital e trabalho) com os do governo, no sentido de elevar os níveis de produção e emprego, ampliar os investimentos e incrementar a competitividade do setor industrial.

- Aumento do investimento privado em capacitação e desenvolvimento tecnológico, de forma a alcançar, nos próximos anos, um nível de investimento nacional superior a 1% do PIB.

- Fortalecimento da atuação do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade junto aos trabalhadores, consumidores e pequenos empresários, enfatizando resultados e a redução de desperdícios.

- Incentivo à plena utilização do sistema de propriedade industrial, promovendo a difusão de sua legislação, normas e conceitos, além da melhoria do aproveitamento dos recursos destinados à P & D e à comercialização da tecnologia.

- Criação de bancos setoriais de informação tecnológica em áreas industriais.
- Intensificação da integração do país no Sistema Internacional da Propriedade Industrial, visando à harmonização das normas patentárias sobre marcas, e das formas de proteção de desenho industrial, de modo a facilitar a solução de controvérsias para equacionamento de interesses no GATT/TRIPS e no MERCOSUL.
- Ampliação e consolidação da infra-estrutura de serviços tecnológicos para a metrologia, normalização e qualidade, de acordo com os padrões internacionais e de forma descentralizada, capacitando os estados para a execução da fiscalização metrológica.
- Ampliação do número de empresas com sistema da qualidade certificado com base na norma ISO 9000.
- Realização de acordos internacionais de reconhecimento do Sistema Brasileiro de Certificação.
- Alcance de progressiva auto-suficiência na execução orçamentária do INMETRO, objetivando financiar 90% das ações com recursos próprios.
- Ampliação da Rede Nacional de Metrologia Legal e manutenção de seus padrões e o dos Laboratórios de Calibração e Ensaios rastreados pelo INMETRO.
- Ampliação, através de credenciamento e certificação, da infra-estrutura de serviços tecnológicos em laboratórios, organismos, entidades e empresas.

Comércio Interno e Comércio Exterior

- Difusão de informações sobre o comportamento do comércio interno, incluindo fluxos de mercadorias, estruturas comerciais, evoluções e tendências, com vistas a dotar de maior eficiência os canais de distribuição.
- Desenvolvimento do comércio exterior, criando condições capazes de conferir maior competitividade aos produtos brasileiros, diversificando mercados e a pauta de exportações e estimulando a maior participação de médias, pequenas e microempresas na atividade.
- Ampliação do volume total das exportações brasileiras para US\$ 47 bilhões em 1994, passando o fluxo total do comércio exterior para US\$ 80 bilhões, em meados da década.
- Conclusão do novo sistema normativo/legal do comércio exterior, com a elaboração da Lei Única de Comércio Exterior.
- Aprimoramento do Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX) e ampliação de sua abrangência para incluir as operações de importação.
- Aperfeiçoamento do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX) e atualização da lista de bens e serviços financiáveis.
- Implementação do seguro de crédito à exportação e busca de maior agilidade nos processos burocráticos envolvidos na atividade de comércio exterior.
- Aperfeiçoamento das Políticas Industrial e de Comércio Exterior, viabilizando o acesso à tecnologia avançada e a obtenção de ganhos de escala que resultem em maior competitividade das exportações, além de benefícios ao consumidor nacional.

Turismo

- Aumento da receita cambial turística do país em cerca de 20% ao ano, realizando campanhas promocionais no exterior e a instalando comitês "COME TO BRAZIL" em embaixadas brasileiras.
- Financiamento, através do Fundo Geral do Turismo-FUNGETUR, de hotéis econômicos, albergues da juventude, terminais de turismo social e complexos de entretenimento e lazer.
- Avaliação do impacto do Plano Nacional do Turismo-PLANTUR e elaboração de planejamento estratégico para o setor.
- Implantação do Programa Integrado de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste-PRODETUR/NE
- Promoção da articulação do Sistema Nacional de Turismo, a sua municipalização e a desregulamentação dos negócios na área.
- Desenvolvimento de novas fontes de financiamento para o turismo e implantação de infra-estrutura para atividades segmentadas em áreas de pólos e complexos turísticos.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

A vasta área de atuação do Ministério da Justiça fundamenta-se no desenvolvimento de atividades que abrangem os temas: ordem jurídica; nacionalidade; direitos políticos; garantias constitucionais; segurança pública; administração penitenciária; política indigenista; execução da legislação de estrangeiros; documentação; publicação e arquivamento dos atos oficiais e defesa da ordem econômica.

Observa-se, por isso mesmo, a necessidade de identificar as diretrizes e objetivos por área de atuação do Ministério, conforme a seguir apresentada.

DIRETRIZES

Ordenamento Jurídico

- Elaboração de anteprojetos e de projetos de lei complementar e ordinária e análise de projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional.
- Estudos para a adequação de ordenamento jurídico à nova ordem constitucional e pronunciamento sobre constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dos projetos de lei.

Segurança Pública

- Desenvolvimento de ações e a redistribuição das polícias federal e rodoviária federal, em pontos estratégicos, para controlar o fluxo internacional de pessoas, o fluxo de tráfego nas rodovias federais, o trânsito e o transporte de pessoas e bens, as ações desenvolvidas por estrangeiros no Brasil e aquelas que contribuam para a prevenção e a repressão aos atos delituosos contra a vida e o patrimônio.
- Desenvolvimento de ações preventivo-repressivas de policiamento, que busquem a proteção da flora e da fauna nacionais, combate ao tráfico e uso de drogas, ao contrabando e ao descaminho, ao transporte de ilícitos e às fraudes contra a União e o patrimônio público.
- Continuidade à implantação do RENAVAM-Registro Nacional de Veículos Automotores, objetivando o controle informatizado da frota de veículos do Brasil, e desenvolver e

implantar o RENACH-Registro Nacional de Carteiros de Habilitação, objetivando o controle informatizado dos condutores habilitados.

Cidadania e Justiça

- Modernização dos Conselhos: Federal de Entorpecentes (CONFEN); Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP); Nacional de Direitos da Mulher (CDM); de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH); Nacional de Trânsito (CONTRAN), Superior de Defesa da Liberdade de Criação e Expressão (CODELIBER), Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA); Nacional de Segurança Pública (CONASP); Administrativo de Defesa Econômica (CADE), inclusive, se necessário, revendo suas composições e representatividades.

- Desenvolvimento de ações que objetivem contribuir para o combate à violência em geral e contra a criança e o adolescente.

- Apoio aos programas que contemplem a melhoria e a expansão do Sistema Penitenciário Nacional.

- Reformulação dos Códigos Penal, de Processo Civil e de Processo Penal.

Defesa da Ordem Econômica

- Consolidação, atualização e aperfeiçoamento da legislação pertinente ao abuso do poder econômico.

- Fortalecimento e descentralização do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, e, inclusive, regulamentação do Código do Consumidor.

Política Indigenista

- Identificação, delimitação, demarcação, regulamentação e aviventação das terras indígenas.

- Assistência ao indígena nas áreas de saúde e educação.

- Proteção contra a dilapidação das reservas e das riquezas naturais, inclusive no que se refere ao meio ambiente.

- Proteção dos índios isolados.

- Promoção da vigilância e da fiscalização das áreas indígenas, bem como apoio aos projetos de fomento às atividades produtivas e de pesquisa.

Divulgação dos Atos Oficiais

- Capacitação, através da modernização e da informatização, da Imprensa Nacional, para o cumprimento de suas funções, com melhorias na qualidade e produtividade, e redução de custos operacionais.

OBJETIVOS

Ordenamento Jurídico

- Realizar o reordenamento jurídico e sua adequação à nova ordem constitucional.

Segurança Pública

- Construir/reformar as dependências das polícias federal e rodoviária federal, compreendendo delegacias, postos de fiscalização e de controle.
- Modernizar os sistemas de comunicações das polícias federal e rodoviária federal.
- Adquirir equipamentos, armas e viaturas para as polícias federal e rodoviária federal.
- Atingir controle de veículos automotores e o pré-cadastro de veículos pertencentes à frota nacional.
- Cadastrar os condutores de veículos automotores, no território nacional.

Cidadania e Justiça

- Municipalizar a defesa do consumidor (municípios).
- Expandir a capacidade física de lotação e modernizar o Sistema Penitenciário Nacional, através da conclusão de construções, reformas e reaparelhamento de unidades prisionais.
- Integrar, em nível nacional, as informações criminais, penitenciárias e sobre a violência em geral.

Política Indigenista

- Demarcar e regulamentar terras indígenas.
- Desenvolver as comunidades indígenas, através do apoio a projetos de fomento às atividades produtivas e pesquisas em postos indígenas e da proteção a grupos de índios isolados.
- Assistir as comunidades indígenas, mantendo a infra-estrutura e os serviços assistenciais, e efetuando o gerenciamento ambiental, a vigilância e a fiscalização nas áreas sob a jurisdição de postos indígenas.

Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico

- Restaurar o conjunto arquitetônico tombado, do patrimônio histórico, artístico e arqueológico

Divulgação Oficial

- Substituir gradativamente os equipamentos obsoletos do parque gráfico da Imprensa Nacional e capacitar seus servidores

MINISTÉRIO DA MARINHA

Para o cumprimento de suas atribuições, a Marinha necessita de meios modernos e eficientes. Para tanto, faz-se imperiosa a gradual implementação de um programa de reaparelhamento direcionado à construção de uma força naval moderna e adestrada.

Paralelamente, buscando alcançar independência tecnológica, a Marinha vem alterando, de modo significativo, seu posicionamento em relação à obtenção de meios, para, em ritmo crescente, desenvolver, no país, projetos de construção de sistemas e equipamentos navais.

Neste esforço de absorção de tecnologias - resultante da nacionalização de meios e equipamentos - é exigido um maior investimento na preparação de pessoal técnico no país e no exterior. Nesse sentido, a Marinha tem procurado integrar-se com a comunidade técnico-científica, com as universidades e com outros órgãos voltados para o desenvolvimento dos projetos navais.

DIRETRIZES

- Nível de aprestamento compatível com suas responsabilidades, enfatizando a eficácia e a prontidão operativas.

- Capacitação adequada para tarefas específicas, orientadas para a defesa dos elementos do Poder Marítimo e com precedência para aqueles localizados nas águas nacionais e nas hidrovias das Bacias Amazônica e do Rio Paraguai.

- Garantia de um apoio logístico seletivo, com prioridade para os novos meios, permitindo a manutenção da prontidão operativa das Forças Navais, Aeronavais e de Fuzileiros Navais.

- Desenvolvimento das atividades e pesquisas oceânicas, visando ao conhecimento do Cenário (Ambiente Marinho), para a adequada aplicação do Poder Naval.

- Nacionalização progressiva do material, com atendimento dos requisitos operativos indispensáveis e manutenção da continuidade da construção de meios navais, aeronavais e de Fuzileiros Navais.

- Desenvolvimento de pesquisas, para o conhecimento do ambiente antártico, em consonância com as diretrizes e os objetivos estabelecidos na Política Nacional para Assuntos Antárticos.

- Participação no levantamento da plataforma continental brasileira, nos termos da plataforma nacional para os recursos do mar e plano decorrente específico.

OBJETIVOS

- Obter nível de aprestamento compatível com as exigências de uma Marinha moderna, visando à eficácia e à prontidão operativas.

- Continuar com a construção de meios de superfície, aéreos e de guerra anfíbia no país, obtendo-se maiores índices de nacionalização do material.

- Desenvolver atividades de pesquisas científico-tecnológicas, com vistas à obtenção de maiores índices de nacionalização.

- Aprimorar a formação, a atualização e o aperfeiçoamento de profissionais da Marinha.

- Delimitar a área marítima na qual o país estará habilitado à exploração dos recursos existentes, segundo a legislação internacional.

- Desenvolver estudos a partir de dados oceanográficos e meteorológicos, visando a produção de informações de interesse para a aplicação do Poder Naval.

- Continuar com a execução do "Programa de Reparelhamento da Marinha", e prosseguir com a renovação e ampliação dos meios flutuantes, compreendendo: desenvolvimento do projeto de construção do submarino NAC-1A; obtenção de fragatas por cessão de marinha amiga; construção/aquisição de submarinos, corvetas, navios-transporte, lanchas anfíbias, rebocadores, lanchas, chatas e embarcações especiais e aquisição de seus equipamentos; aquisição de helicópteros e modernização de outras aeronaves; e conclusão da obtenção de sistemas e equipamentos para a modernização de fragatas.

- Desenvolver projetos especiais destinados à criação de protótipos de meios flutuantes, visando a tornar o país menos dependente do exterior em tecnologia de ponta.
- Prover o reaparelhamento, construção e modernização das instalações das Bases e Estações Navais, capacitando-as ao adequado apoio aos diversos meios.
- Prover os meios necessários à execução do Programa Antártico do Continente Gondwana e pesquisar os aspectos meteorológicos ou incluídos nos estudos de circulação atmosférica, geomagnetismo e ionosfera antártica

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

A realidade dos setores energético e minero-metalúrgico sob a supervisão do Ministério de Minas e Energia é caracterizada por um quadro onde estão presentes os seguintes problemas estruturais: elevado grau de desperdício na utilização de energéticos; restrições macroeconômicas que dificultam a elevação dos investimentos setoriais; instabilidade da política tarifária; forte desequilíbrio econômico-financeiro no segmento de serviços de energia elétrica; restrições legais para a participação da empresa privada nesses setores, e baixo aproveitamento do potencial mineral disponível no país.

As ações do governo estarão orientadas para corrigir tais distorções. Entre as medidas em curso, destacam-se a reformulação do modelo econômico-financeiro do setor de energia elétrica, introduzindo a desqualização tarifária e outros mecanismos que deverão permitir o equacionamento dos débitos do setor e a restauração da capacidade de investimento das empresas.

No âmbito do setor mineral, encontra-se em fase final de elaboração um programa contemplando iniciativas destinadas a modernizar e racionalizar a estrutura legal, institucional e administrativa do setor.

Além dessas providências, outras linhas de ação deverão ser privilegiadas, destacando-se: a progressiva racionalização da matriz energética brasileira, incluindo o estímulo para o aumento da participação do gás natural no consumo de energéticos, o revigoramento das ações de preservação do meio ambiente nos projetos em execução; a concessão de autonomia de gestão às atividades produtivas, objetivando a elevação da produtividade e competitividade das empresas; e a criação de condições que permitam maior participação da iniciativa privada na expansão da produção.

DIRETRIZES

Setor de Energia

- Ênfase aos programas de conservação e racionalização energética e adoção de medidas gerenciais e tecnológicas para reduzir os custos econômicos, sociais e ambientais, associados à produção e ao uso de energia.
- Prioridade às iniciativas voltadas para a regulamentação da concessão de serviços públicos, de modo a permitir a participação da iniciativa privada na ampliação da produção.
- Adoção de medidas de racionalização para reduzir perdas e aumentar a eficiência no consumo de energia elétrica, mediante atuação junto a fornecedores e usuários de equipamentos.
- Estabelecimento de política realista de preços e tarifas que remova desequilíbrios financeiros, promova maior eficiência no uso de energia e tenha como contrapartida ganhos de eficiência empresarial.

Energia Elétrica

- Conclusão das obras em andamento, condicionando o início de outras novas às reais necessidades do mercado e à garantia de recursos para financiamento.
- Promoção de reformas estruturais, objetivando um novo modelo institucional, que supere os impedimentos para uma adequada atuação empresarial no setor.
- Intensificação dos esforços para equacionamento definitivo dos débitos do setor de energia elétrica e para a viabilização de fontes de financiamento dos investimentos setoriais, de modo que a expansão da capacidade instalada atinja níveis compatíveis com o crescimento esperado da demanda.
- Aumento da participação da iniciativa privada no setor, através de privatizações e abertura do capital das empresas públicas.
- Redução dos custos dos investimentos, por meio da otimização dos projetos e da melhoria dos mecanismos de licitação.
- Estímulo às atividades de autoprodução, co-geração e de aproveitamento de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH).

Petróleo e Gás Natural

- Ampliação das reservas de óleo e gás natural, para elevar a produção nacional.
- Adaptação do parque de refino de petróleo, de acordo com as necessidades do mercado.
- Expansão dos sistemas de transporte hidroviário e dutoviário de óleo, gás natural e seus derivados, objetivando adequado escoamento da produção.
- Incentivo à racionalização do uso dos derivados do petróleo e do gás natural.
- Instituição de mecanismos de atração de capitais privados naquelas atividades permitidas por lei.
- Manutenção de estoques estratégicos de combustíveis líquidos.

Outras Fontes de Energia

- Reavaliação e consolidação do setor alcooleiro na matriz energética nacional.
- Estabelecimento de condições técnicas e econômicas para viabilizar a utilização competitiva do carvão mineral nacional na geração de energia elétrica e nos processos industriais.
- Estímulo a estudos e projetos experimentais de aproveitamento de energia da biomassa, eólica e solar, principalmente para atendimento a localidades isoladas e desassistidas quanto ao suprimento de energia.

Setor Mineiro-Metalúrgico

- Ampliação do conhecimento do subsolo brasileiro, com vistas ao correto dimensionamento do patrimônio mineral do país.
- Elevação da competitividade externa do setor mineral, inclusive com maior participação da iniciativa privada na produção.
- Continuidade do processo de revisão institucional do setor, com ênfase nos aspectos de desregulamentação das atividades.

- Redução dos efeitos adversos da mineração sobre o meio ambiente e sobre a qualidade de vida das populações.

- Estímulo à exportação e à valorização tecnológica, para agregar maior valor ao produto mineral brasileiro.

OBJETIVOS

Energia Elétrica

- Elevação da capacidade instalada do país, de 56.298 MW em 1991 para 63.622 MW em 1995, sendo 2,9 mil MW da capacidade adicional por intermédio de empresas do Sistema ELETROBRÁS.

- Conclusão das obras civis e início de operação da UHE Xingó, além da instalação das últimas turbinas da UHE Samuel

- Entrada em operação da UTE Jorge Lacerda IV.

- Continuidade das obras em andamento, com destaque para a implantação de usinas hidrelétricas de médio porte, particularmente nas regiões Sudeste e Centro-Oeste.

- Ampliação da geração térmica na Região Norte.

- Construção de 3 000 km de linhas de transmissão e de mais de 7.000 MVA de subestações.

- Término das obras de reassentamento da população na área da UHE de Itaparica.

Petróleo e Gás Natural

- Prosseguimento das pesquisas de avaliação do potencial petrolífero das bacias sedimentares brasileiras.

- Realização de levantamento em 179.230 km de linhas sísmicas (28.530 km terrestres e 150.700 km marítimas) e perfuração de 223 poços exploratórios, sendo 114 em áreas terrestres e 109 na plataforma continental

- Desenvolvimento de diversos campos de petróleo na Bacia de Campos (destacando-se os de Albacora, Marlim, Bijupira-Salcema e Barracuda) e nas demais bacias marítimas e terrestres, para atingir, em 1995, a produção de 784 mil barris/dia de óleo e de 26,5 milhões de m³/dia de gás natural.

- Construção de dutos e de tancagem, bem como modernização do sistema nacional de terminais e dutos, principalmente os de Aracuária/Florianópolis, Madre de Deus/ Jequié, e Paulínea/Brasília, totalizando 1.620 km, com conclusão de 665 km até 1995.

- Ampliação da frota de navios petroleiros, com incorporação de novos navios-tanque, correspondendo a 160.000 TPB

- Viabilização da construção do Gasoduto Bolívia/Brasil, no total de 2.846 km na parte brasileira, com operação prevista para 1996.

- Ampliação e adaptação do parque de refino de petróleo, incluindo a conclusão de unidades de coque e de hidrotreatamento

Setor Mineral-Metalúrgico

- Fomento da atividade mineira e fortalecimento e modernização das funções de controle e fiscalização executadas pelo poder público.

- Desenvolvimento de tecnologias de maior eficiência e produtividade no aproveitamento dos jazimentos minerais.

- Implantação de programas especiais de controle, fiscalização e assistência técnica nas regiões de garimpo, visando ao aproveitamento racional dos minerais, à melhoria da produtividade, à redução da evasão tributária e à preservação ambiental.

- Mapeamento geológico em várias escalas, cobrindo cerca de 1,5 milhão de quilômetros quadrados, principalmente em áreas da Região Amazônica e do Nordeste, além da edição de mapas, relatórios e textos.

- Avaliação de depósitos minerais em 150 distritos mineiros.

- Elaboração do inventário de recursos minerais e hídricos subterrâneos, incluindo edição de mapas e relatórios.

- Promoção de programas voltados para o planejamento do uso e ocupação racional do solo e subsolo, especialmente em áreas metropolitanas.

- Ampliação das exportações no segmento de gemas, jóias e granito, mediante modernização do setor e do fomento à implantação de pólos de comercialização e exportação.

- Modernização e expansão da capacidade produtiva de minério de ferro.

- Implantação de projetos para elevar a produção interna de ouro.

- Conclusão da unidade industrial da Alumina do Norte do Brasil S.A.

- Implantação do projeto de concentração de minério anatásio em Tapira e Salitre (MG).

- Instalação, na região de Carajás (PA), de unidade industrial para produção de 300 mil t/ano de sinter de manganês de alta resistência.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

O Sistema de Previdência Social tem enfrentado crescentes problemas institucionais, operacionais e financeiros. Tais problemas decorrem, principalmente, da expansão de benefícios e serviços oferecidos, sem a necessária revisão de seus mecanismos de financiamento e de gestão.

A recessão e o achatamento salarial têm ocasionado perdas significativas na arrecadação das contribuições previdenciárias. Além disso, persiste, ainda, um grande número de contribuintes inadimplentes particularmente em determinados segmentos econômicos, além de estados, municípios e empresas estatais, no setor público. O estoque da dívida para com a Previdência Social, de um lado, e os seus débitos, sobretudo junto aos setores mais carentes da sociedade, de outro, geram uma situação paradoxal insustentável.

Deficiências nos processos de concessão de benefícios e de fiscalização têm permitido a ocorrência de sonegação e fraudes e impedido um atendimento adequado ao segurado. Entretanto, os gastos administrativos da Previdência, envolvendo pessoal e outras despesas de custeio, comprometem

15% das dotações destinadas ao pagamento de benefícios, sendo consideravelmente onerosos, quando comparados com a experiência de diversos países

A promulgação da Lei Orgânica da Seguridade Social (Lei nº 8.212/91) consolidou uma nova sistemática de custeio, baseada na diversidade de financiamento e na equidade na forma de participação contributiva para o conjunto da Seguridade Social.

Concomitantemente, a Lei nº 8.213/91, dispendo sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, passou a regular a proteção dos trabalhadores nos casos de incapacitação laboral, idade avançada, tempo de serviço, prisão e morte, protegendo, também, seus dependentes econômicos.

Assim, em consonância com esses novos dispositivos legais, o programa de modernização e descentralização da gestão da Previdência Social inclui, entre outras medidas, a instalação e a consolidação dos conselhos nacional, estaduais e municipais, a execução de um programa de aperfeiçoamento do processo de arrecadação e a revisão da concessão e manutenção dos benefícios previdenciários, além de quitação dos passivos transitados em julgado.

DIRETRIZES

A programação do Ministério da Previdência Social para o período de 1994 e 1995 objetiva a otimização dos serviços de seguridade social e a consolidação das conquistas previdenciárias asseguradas na Constituição Federal, de acordo com as seguintes diretrizes:

- Democratização e descentralização do processo de gestão, com efetiva participação dos beneficiários, dos trabalhadores e da sociedade em geral.

- Reestruturação administrativa e financeira da Previdência Social, com ênfase na modernização e descentralização de ações e programas, na humanização dos serviços prestados, e no aperfeiçoamento do processo de arrecadação das contribuições previdenciárias e de fiscalização de empresas

- Aprimoramento do sistema de concessão e manutenção de benefícios e das ações de reabilitação profissional e reintegração social de trabalhadores.

OBJETIVOS

Pode-se destacar, no âmbito da Previdência Social, as seguintes ações objetivas:

- Informatizar a rede de postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

- Aperfeiçoar o programa de treinamento de recursos humanos

- Informatizar e desburocratizar o processo de arrecadação de contribuições e do sistema de processamento de benefícios.

- Modernizar as procuradorias estaduais e as gerências regionais do INSS

- Aperfeiçoar a sistemática de concessão de benefícios previdenciários

- Intensificar e aprimorar a fiscalização previdenciária para garantir o direito aos trabalhadores ao Seguro Social e propiciar o aumento da arrecadação.

- Estimular a expansão do Sistema Privado de Previdência Complementar aberta ou fechada.

- Desmobilizar ou otimizar o uso dos bens patrimoniais da Previdência Social, mediante a regularização e alienação de imóveis e aplicação das receitas assim geradas em programas de investimento para a melhoria do sistema.

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Para desempenhar as funções institucionais previstas na Constituição, o Ministério Público da União precisa estruturar-se e reorganizar-se, sobretudo se levadas em conta a ampliação das suas atribuições e as reformulações introduzidas pela Constituição na estrutura do Poder Judiciário, a exemplo da criação dos Tribunais Regionais Federais e da interiorização da Justiça Federal da Primeira Instância.

Parte dos programas necessários a essa reorganização já se encontra em andamento, embora com o alongamento dos cronogramas de execução, por insuficiência de recursos orçamentários ou restrições legais.

Nesse contexto, destacam-se como essenciais os programas de implantação das Procuradorias e de ampliação, adaptação e melhoramentos de edifícios-sede, tendo em vista a precariedade das instalações atuais de algumas unidades e o fato de que muitas delas funcionam em espaços cedidos, provisoriamente, pela Justiça Federal.

DIRETRIZES

- Supervisão e coordenação da instalação e ampliação das Procuradorias Regionais.
- Formulação de alternativas com vistas ao encaminhamento das soluções para os problemas internos.
- Supervisão e coordenação da implantação da Rede de Processamento de Dados.
- Aperfeiçoamento das estruturas administrativas.

OBJETIVOS

- Instalar as Procuradorias Regionais da República.
- Interiorizar as ações do MPU.
- Construir ou ampliar sedes do Ministério Público da União e demais Ministérios Públicos que o integram.
- Implantar a Rede de Processamento de Dados, interligando a Procuradoria Geral da República com as Procuradorias Regionais e as Procuradorias nos estados.
- Preparar a modernização administrativa do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

O Itamaraty tem procurado consolidar as linhas de atuação externa definidas pelo Presidente da República e inseridas no contexto mais amplo da conciliação entre modernidade e justiça social. No plano econômico, a busca da modernidade exige atualização no relacionamento internacional, com vistas à integração do país aos fluxos dinâmicos de bens, capitais e conhecimento. No plano político e social, trata-se de projetar externamente os valores democráticos que têm motivado a sociedade brasileira.

Para atingir as finalidades propostas, o Ministério das Relações Exteriores necessita dispor de estrutura moderna que lhe permita dar respostas, de maneira eficiente, às constantes transformações por que atravessa a sociedade brasileira, tanto no plano interno quanto no externo.

Em virtude da política de contenção de gastos públicos, o Ministério das Relações Exteriores tem-se defrontado com dificuldades crescentes para a execução da política externa. Torna-se, portanto, imperiosa a necessidade de reverter o quadro atual, sob pena de comprometer-se, seriamente, a execução desta política, com inevitáveis prejuízos para o país.

De resto, a política externa do Brasil, como expressão de vontade e aspiração nacionais, em estreita sintonia com a política e a realidade internas, constitui instrumento necessário à consecução dos objetivos fundamentais e permanentes do país.

DIRETRIZES

- Apoio à busca da inserção crescente e competitiva na economia mundial, através da expansão do mercado externo para produtos brasileiros e do acesso a tecnologias avançadas.
- Ampliação e fortalecimento da presença brasileira no plano internacional, objetivando permitir, inclusive, a atuação do Brasil no processo de tomada de decisões em organismos internacionais.
- Incremento da integração com os países latino-americanos, particularmente na região do Cone Sul.
- Favorecimento de questões de interesse da comunidade internacional no que diz respeito à preservação do meio ambiente e à defesa dos direitos humanos.

OBJETIVOS

- Modernizar e adequar o Serviço Exterior Brasileiro às peculiaridades, necessidades e responsabilidades do país.
- Prosseguir na consolidação do MERCOSUL no plano interno, inclusive mediante a implantação do Centro de Documentação, do Banco de Dados e da criação do Programa de Divulgação.
- Apoiar as atividades de promoção comercial no exterior, inclusive com os novos parceiros do Leste Europeu.
- Valorizar o multilateralismo, incluindo-se a quitação dos débitos pendentes junto a foros internacionais.
- Apoiar a difusão da presença cultural brasileira no exterior e as atividades relativas à cooperação intelectual.
- Identificar novas oportunidades de cooperação técnica com países desenvolvidos, em benefício de instituições brasileiras de ensino, de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico.
- Adquirir ou construir Sedes e Chancelarias no exterior, a fim de reduzir despesas com alugueis de imóveis.

- Instalar Representações Diplomáticas ou Consulares nos novos países emergentes dos movimentos nacionalistas europeus.

- Apoiar as atividades de demarcação de fronteiras

- Adaptar a Rede Consular à demanda crescente de seus serviços.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

O quadro epidemiológico brasileiro vem se caracterizando pela presença simultânea de taxas elevadas de morbi-mortalidade por problemas crônico-degenerativos e por doenças infecciosas e parasitárias. Enquanto cresce a incidência do câncer e de moléstias cardiovasculares, persistem endemias como Chagas, malária e esquistossomose, ressurgem problemas sanitários, como o cólera, e incorporam-se novos como a AIDS. Outra característica do quadro epidemiológico, acentuando a sua gravidade, é a disparidade dos níveis de saúde entre as regiões e entre diferentes estratos de renda, decorrente, sobretudo, da precariedade do saneamento básico, da desnutrição e da insuficiência do acesso aos medicamentos essenciais.

Políticas de redução do gasto público, adotadas como resposta a crises econômicas recorrentes, têm afetado de modo geral os programas sociais e, em particular, os da área da saúde, acarretando um decréscimo drástico e persistente do aporte real de recursos para o setor. Na primeira metade dos anos 80, o gasto federal *per capita* com saúde caiu 27%. Entre 89 e 91 a queda foi de 30%.

Três outros fatores contribuem para agravar o efeito provocado pela retração de recursos financeiros. O primeiro deles consiste na obrigação de prover, para um crescente número de pessoas, um leque diversificado de ações e serviços decorrente da universalização dos serviços de saúde (C.F., art. 196). O segundo é a elevação dos custos, advinda do aumento da complexidade do trabalho em saúde em resposta às transformações sociais, demográficas e epidemiológicas e de um processo de incorporação tecnológica, que nem sempre corresponde às necessidades prioritárias da atenção à saúde. O terceiro fator é a má utilização dos recursos em todas as esferas de governo e níveis de prestação de serviços. Ações governamentais desordenadas; inadequação qualitativa e quantitativa da oferta de serviços; profissionais desmotivados e não-qualificados; desperdício de materiais; uso inadequado de técnicas e equipamentos, entre outros problemas, aliados à precariedade das atividades de regulamentação e controle dos processos de produção, distribuição e consumo dos produtos de interesse para a saúde, do meio ambiente e do local de trabalho são certamente co-responsáveis pela insatisfatoriedade do quadro geral da saúde.

No início dos anos noventa, as medidas adotadas pela administração pública federal tiveram interferências diretas na dinâmica do setor. A Reforma Administrativa, embora reunisse os vários órgãos e entidades de saúde sob a égide do MS, não promoveu uma real integração de ações, permanecendo os mesmos com atuações compartimentadas. Tal situação compromete a relação do nível federal com as demais esferas governamentais, o que, aliado à política de financiamento adotada e à desmotivação da força de trabalho do setor, tem dificultado a implementação do Sistema Único de Saúde - SUS.

Maior explicitação das políticas a serem adotadas e medidas de caráter efetivo se colocam como exigências para o enfrentamento do quadro sanitário do país e para que os preceitos constitucionais e infraconstitucionais, voltados à descentralização, integralidade das ações e controle social, sejam implementados. A consolidação do processo de reforma do sistema de saúde, a redefinição do papel coordenador e regulador do nível federal e a implantação de nova sistemática de participação da União no financiamento do SUS são pontos dessas políticas que merecerão atenção prioritária.

DIRETRIZES

Para assegurar o exercício do direito à saúde (C.F., art. 196), as diretrizes do Ministério da Saúde para os próximos dois anos consistem em:

- Descentralização do SUS, compreendida como um processo de transformação que envolve redistribuição de poder, redefinição dos papéis das três esferas de governo - com o afastamento do governo federal da prestação de serviços de natureza local ou regional - e a ampliação do controle social.

- Reorganização do modelo assistencial com a finalidade de facilitar o acesso, fortalecer as ações de caráter preventivo, aumentar a resolatividade da rede básica e melhorar os padrões de qualidade.

- Assistência alimentar às crianças desnutridas, visando a reduzir as carências nutricionais que comprometem o seu desenvolvimento físico e intelectual.

- Assistência farmacêutica, de forma a ampliar o acesso da população aos medicamentos providos pelo SUS. Instituição de medidas de regulação do mercado e de garantia de qualidade dos produtos.

- Desenvolvimento científico e tecnológico voltado prioritariamente para a pesquisa estratégica, incorporação de tecnologia e fomento à produção de equipamentos e insumos básicos.

- Reformulação do modelo de financiamento do SUS para garantir fluxo regular e suficiente de receitas, bem como sua partilha entre as três instâncias de governo, proporcional às respectivas competências.

OBJETIVOS

- Delimitar os papéis da União, Estados e Municípios, em relação ao conjunto de competências concorrentes, tornando mais precisas as determinações da Lei nº 8.080/90.

- Fortalecer a ação regulatória do governo federal no campo da saúde, inclusive com a aplicação das Leis nºs 8.158/91 e 8.087/90 (Defesa do Consumidor) e Lei Delegada nº 4/62.

- Acelerar o processo de municipalização e, quando for o caso, de estadualização de serviços de natureza local ou microrregional, que ainda permanecem sob gestão federal.

- Estimular a instalação e o funcionamento dos Conselhos de Saúde, nos diferentes níveis de governo, para que se constituam em efetivos canais de representação de interesse e de controle social.

- Formular normas gerais e cooperar tecnicamente com as demais esferas de governo na reorganização do Modelo Assistencial Brasileiro.

- Atender aos desnutridos, através do Sistema Único de Saúde, concentrando os esforços nas crianças menores de dois anos (e seus familiares) e gestantes de risco nutricional, mediante a distribuição de leite e óleo comestível, juntamente com a prestação das ações básicas de saúde.

- Apoiar a ampliação, recuperação e reaparelhamento da rede oficial de serviços de saúde, sobretudo de laboratórios de saúde pública e hemocentros.

- Promover a implantação de um sistema eficiente de vigilância e controle epidemiológico.

- Promover o controle de endemias, privilegiando linhas descentralizadas de intervenção, destinadas à intensificação do combate a vetores.

- Intensificar as ações de controle de doenças transmissíveis/AIDS.

- Fortalecer o nível federal, nas funções de sua competência, quanto à garantia de qualidade de produtos e serviços de circulação ou alcance nacional.
- Promover a melhoria das condições de saneamento básico e ambiental.
- Apoiar a capacitação e desenvolvimento de recursos humanos, com vistas a dar suporte à implementação do SUS.
- Estender a cobertura da assistência farmacêutica prestada pela rede pública, mediante a modernização de laboratórios oficiais.
- Retomar os programas de desenvolvimento de fármacos e de pesquisas com produtos naturais para diminuir a dependência do país com importação de medicamentos.
- Assegurar o abastecimento interno de medicamentos, mantendo estoques estratégicos, identificando laboratórios públicos e privados com capacidade de embalagem e distribuição de produtos genéricos, e aplicando dispositivo legal relativo à produção continuada de medicamentos estratégicos.
- Criar Câmara Técnica na área de medicamentos e correlatos, como instrumento de apoio às ações de vigilância sanitária, e acelerar a revisão da sistemática de registro de medicamentos.
- Recuperar a infra-estrutura de centros e grupos de pesquisas, restaurando sua capacidade geradora de conhecimentos e de formação de recursos humanos.
- Apoiar linhas de pesquisas que levem ao desenvolvimento de insumos estratégicos nas áreas de medicamentos, hemoderivados, diagnósticos e equipamentos biomédicos.
- Definir a participação da saúde no conjunto das diferentes fontes de financiamento da Seguridade Social.
- Promover a regularização do fluxo mensal de recursos ao Fundo Nacional de Saúde e implementar o repasse equitativo, global e automático dos recursos federais para estados e municípios, de forma compatível com as novas responsabilidades dessas instâncias, em um sistema de saúde descentralizado.
- Adequar o fluxo de recursos à especificidade da ação de assistência farmacêutica

MINISTÉRIO DO TRABALHO

A sociedade brasileira enfrenta problemas de complexa solução, como inflação elevada; recessão persistente, com desorganização das estruturas de produção, recuo das taxas de formação bruta de capital fixo; e produção industrial em 1992 inferior à de 1980, enquanto que a população cresceu 30% nesse período. Por outro lado, o modelo de crescimento adotado nas últimas três décadas provocou a queda da participação dos salários na renda nacional, de cerca de 50% em 1970 para 30% em 1991.

As taxas de desemprego permanecem elevadas, ultrapassando os 10% da População Economicamente Ativa (PEA) em algumas regiões metropolitanas. Estima-se que existam atualmente no País cerca de sete milhões de desempregados. Piorou, também, a situação dos que mantêm seus empregos: a remuneração dos trabalhadores assalariados representou, em julho de 1992, 54% dos valores observados em 1985.

A filiação a sindicatos ou a qualquer outra forma de organização profissional atinge somente 18% dos trabalhadores ocupados. Além disso, a desobediência no recolhimento das obrigações tributárias e das contribuições sociais fez a arrecadação federal situar-se, em 1992, em patamar semelhante a 1982. Questões estruturais não resolvidas turvam os horizontes de possibilidades de atuação sobre a questão social. A oferta de bens e serviços sociais, em face da crise de financiamento, da descontinuidade administrativa e da desorganização do aparelho estatal, não consegue manter níveis de cobertura e de qualidade aceitáveis.

Um outro problema é a desestruturação da capacidade gerencial do Estado. Ilhas de competência do aparelho público foram simplesmente destruídas, sendo muito difícil sua recomposição nos padrões anteriores de eficiência, no curto ou médio prazos. Essa desestruturação atingiu, inclusive, os sistemas de fiscalização e de arrecadação.

A governabilidade também está profundamente comprometida pela decomposição das estruturas econômica e social. Isto exigirá um novo arcabouço institucional e político, capaz de dar suporte às transformações requeridas, para restaurar, minimamente, as bases de evolução da sociedade brasileira. No contexto da governabilidade, ainda se insere a dificuldade para a descentralização das políticas e das práticas de governo, derivadas da resistência de estruturas corporativas e interesses cartoriais e clientelistas que compõem seu perfil.

DIRETRIZES

Diante desse quadro, a atuação do Ministério do Trabalho estará dirigida para o aperfeiçoamento da participação da cidadania nas ações do Estado, com dois desdobramentos principais. O primeiro deles busca estimular a participação dos diferentes atores sociais na definição e implementação das políticas de desenvolvimento econômico e social. O segundo procura criar condições para a revisão e o aperfeiçoamento do Sistema de Relações do Trabalho, que hoje dificulta o exercício da cidadania.

Considerados esses princípios doutrinários, o Ministério do Trabalho focalizará suas ações, política e operacionalmente, nas seguintes diretrizes:

- Inserção das questões relacionadas a emprego e salário no conjunto das variáveis macroeconômicas dos planos e programas de estabilização e de desenvolvimento.
- Aperfeiçoamento dos mecanismos de representação da cidadania nos fóruns coordenados pelo Governo Federal, especialmente nas questões relacionadas ao trabalho e à retomada do crescimento econômico.
- Estabelecimento de precondições para o aperfeiçoamento da transparência, da eficiência e da eficácia na operação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.
- Incentivo ao equacionamento das questões trabalhistas diretamente entre trabalhadores e empregadores.

OBJETIVOS

- Aperfeiçoar a capacidade de fiscalização do Estado em relação ao cumprimento da legislação trabalhista e às condições e ambientes de trabalho.
- Insistir o Sistema Nacional de Contratação Coletiva e promovê-lo junto aos principais setores da economia e fomentar comissões paritárias para resolver os conflitos individuais nas empresas.
- Regular a terceirização, inclusive quanto às questões de segurança e saúde no trabalho.

- Revisar e reciclar as ações de investimentos de médio e longo prazos, em programas de desenvolvimento econômico geradores de emprego e renda, em particular quando financiados pelos fundos sociais vinculados aos trabalhadores.

- Aprofundar a negociação nas Câmaras Setoriais, envolvendo setores estratégicos, com vistas à geração de empregos, aumento da produção e aperfeiçoamento das práticas salariais.

- Estabelecer medidas de combate ao desemprego e à sub-remuneração no mercado informal de trabalho, com o incentivo à organização e à capacitação dos indivíduos e grupos da comunidade para a geração de empreendimentos produtivos autogestados, na forma de unidades econômicas de produção, comercialização e prestação de serviços.

- Promover o redirecionamento dos gastos dos diferentes níveis de governo, dirigidos ao aperfeiçoamento e recuperação da infra-estrutura econômica, social e urbana, para áreas de maior densidade de desemprego e pobreza. Objetiva-se a geração de empregos imediatos e transitórios, que possam ser ocupados por trabalhadores de baixa qualificação, reunidos em frentes de trabalho, com vistas à transferência de renda pela contraprestação de serviços essenciais às comunidades onde se inserem.

- Aperfeiçoar as políticas de reajuste periódico dos salários, de forma a proteger o poder de compra dos trabalhadores e aumentar a participação dos salários na renda nacional.

- Institucionalizar o Sistema Integrado de Apoio ao Trabalhador -SIAT, dotando-o dos instrumentos necessários para viabilizar a ampliação da cobertura e dos objetivos sociais do seguro-desemprego e do abono salarial, o aprofundamento das atividades de reciclagem e de aperfeiçoamento profissional, a dinamização de medidas para o retorno dos beneficiários do seguro às atividades produtivas, a ampliação da cobertura e o aperfeiçoamento do Programa de Alimentação do Trabalhador -PAT, e o aprimoramento da rede de prestação de serviços e de informações ao trabalhador.

- Consolidar o funcionamento do Conselho Nacional do Trabalho, organizar a 1ª Conferência Nacional do Trabalho; estruturar Comissões Regionais do Trabalho em municípios-pólos de regiões homogêneas.

- Consolidar o funcionamento do Sistema de Ouvidoria para Assuntos do Trabalho.

- Assegurar o funcionamento democrático dos conselhos do FGTS e do FAT e criar mecanismos de prestação de contas à sociedade, mediante balanço social.

- Aperfeiçoar o sistema de Relações de Trabalho com a consequente adequação da Legislação Trabalhista e implementar a legislação suplementar decorrente da revisão constitucional.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

A maior parte das malhas e sistemas de transportes do Brasil foi implantada entre a segunda metade dos anos 50 e meados dos anos 70. Durante a década de 80, além do arrefecimento nas obras de expansão, reduziram-se significativamente os investimentos em manutenção e conservação, o que redundou em forte degradação do patrimônio existente, identificando-se, atualmente, a necessidade de obras de reconstrução de grande envergadura.

A escassez de recursos tem atingido em especial o setor rodoviário. Cerca de 32% das rodovias federais pavimentadas encontram-se entre mau e péssimo estado de conservação, o que provoca aumento do consumo de combustíveis e elevação dos custos operacionais, além de comprometimento das condições de segurança dos usuários. Calcula-se que os prejuízos materiais e os gastos hospitalares, resultantes de acidentes em rodovias, atinjam a soma de US\$ 80 milhões/ano.

No transporte ferroviário, 36% da malha da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA - está em estado precário, e um terço das 1.100 locomotivas disponíveis encontra-se paralisada.

Por outro lado, as más condições físicas e operacionais dos portos brasileiros - decorrentes, em parte, da complexidade do sistema jurídico-institucional que regulava a atividade - oneram demasiadamente os custos de movimentação de cargas, o que, entre outros efeitos negativos, prejudica a competitividade das exportações brasileiras.

Cabe destacar, ainda, que a distribuição modal do transporte de cargas no Brasil apresenta exagerada participação da modalidade rodoviária em detrimento das demais, mesmo em percursos de longa distância. Como consequência, o custo do transporte das áreas de produção aos centros consumidores chega a alcançar, para distâncias equivalentes, o triplo do que se verifica em outros países.

DIRETRIZES

- Ênfase na recuperação e modernização de malhas, sistemas e serviços de transportes já implantados.

- Prioridade e dimensionamento dos investimentos, segundo corredores multimodais de transporte, objetivando ao desempenho racional de suas funções básicas, no tocante à integração nacional, abastecimento interno e comércio exterior.

- Descentralização da gestão e operação de infra-estruturas e serviços de transportes, intensificando-se, inclusive, a parceria com a iniciativa privada.

- Ampliação da base de captação e regularização dos fluxos de recursos para o setor, incluindo a transferência regular de recursos provenientes da arrecadação do Imposto sobre a Importação de Petróleo e a retomada da cobrança de pedágio nas rodovias de maior tráfego, diretamente ou mediante concessão à iniciativa privada.

- Aumento da participação das ferrovias, hidrovias e do transporte marítimo na matriz de transportes, a fim de aproveitar vantagens comparativas potenciais e adequar oferta e demanda de serviços.

- Adequação da malha viária sob jurisdição federal, em consonância com a revisão do Sistema Nacional de Viação, transferindo-se, para a jurisdição estadual, as rodovias que não desempenham funções arteriais.

- Restauração, recuperação e conservação da malha rodoviária federal.

- Duplicação de trechos rodoviários saturados, caracterizados por grande incidência de congestionamentos e elevado número de acidentes.

- Recuperação, reaparelhamento e modernização do sistema ferroviário federal, com eliminação de pontos de estrangulamento e redução de custos e tarifas.

- Prosseguimento da reestruturação do sistema portuário nacional, baseada na descentralização e na autonomia financeira.

- Revisão e adequação da legislação referente ao transporte hidroviário interior, com sua desvinculação das normas que disciplinam a navegação marítima.

- Fortalecimento do Fundo da Marinha Mercante, mediante reestruturação da sistemática de financiamento à indústria de construção naval.

OBJETIVOS

- Reduzir as perdas de safra decorrentes de transporte insuficiente ou deficiente.

- Melhorar a produtividade e a qualidade na prestação dos serviços de transporte.
- Reduzir o número de acidentes e acidentados.
- Implantar Coordenadorias Operacionais dos Corredores de Transporte, como instrumento eficaz de articulação das diferentes modalidades.
- Desenvolver sistemas modernos e eficazes de fiscalização dos serviços de transporte, com participação dos usuários.
- Restaurar 14.000 km de rodovias e, adicionalmente, implantar e pavimentar cerca de 600 km.
- Melhorar a segurança e aumentar a capacidade de tráfego nas estradas, pela eliminação de, aproximadamente, 1.000 pontos críticos e duplicação de trechos saturados.
- Conservar a malha viária sob jurisdição federal.
- Transferir para o setor privado, por concessão, a operação e manutenção de rodovias federais cujo volume de tráfego assegure equilíbrio entre receitas e despesas operacionais.
- Equacionar institucional e econômico-financeiramente os serviços e ramais ferroviários antieconômicos de interesse nacional ou regional.
- Recuperar o padrão operacional do sistema ferroviário federal, com ampliação da capacidade de produção da RFFSA.
- Modernizar e recuperar vagões e locomotivas.
- Recuperar física e financeiramente os sistemas de transporte ferroviário urbano de passageiros, com a continuidade dos processos de transferência desses sistemas para os governos locais.
- Reestruturar a gestão das hidrovias interiores e portos fluviais, e elaborar os planos diretores hidroviários.
- Modernizar e recuperar o sistema portuário - com descentralização da gestão dos serviços prestados - objetivando reduzir custos e aumentar a capacidade de movimentação de cargas, especialmente containeres, e elevar a oferta de berços.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Na última década, os serviços públicos de telecomunicações sofreram uma série de dificuldades decorrente de níveis insatisfatórios de investimento público, defasagem tarifária e falta de investimentos privados no setor.

Como consequência, além da deterioração na qualidade dos serviços, o país ocupa, atualmente, o 37º lugar no mundo em densidade telefônica (terminais em serviço por cem habitantes), com índice de 7,1. Esse índice, na América Latina, encontra-se abaixo dos da Argentina (10,6), Venezuela (7,6) e Colômbia (7,4).

O nível de investimento anual tem sido inferior a 1% do PIB, estimando-se que uma taxa de 1,5% representaria o mínimo necessário para que o setor pudesse, efetivamente, atuar como suporte ao desenvolvimento social e econômico do país.

No tocante aos serviços postais, os Correios vêm diversificando suas atividades de forma análoga aos modelos adotados nos países mais desenvolvidos, o que tem permitido melhorar a produtividade da infra-estrutura já instalada, garantindo maior comodidade à população.

No final de 1992, estavam em operação 12.897 agências, das quais 1.653 franqueadas, 19.132 postos de venda de selos e 20.690 caixas de coleta. Foi atingido, nesse ano, um total de 3,5 bilhões de objetos postados.

Por seu turno, a radiodifusão, atividade eminentemente privada, tem desempenhado um papel importante na integração nacional, possibilitando a participação cada vez mais efetiva do cidadão na vida política e social do país. Existem hoje em operação 3.190 emissoras de rádio e televisão, instaladas em 1.233 municípios, com possibilidade de ampliação para mais 4.000 canais disponíveis, o que exige uma estratégia de integração que privilegie as áreas não atendidas, particularmente nas regiões Norte e Nordeste e zonas fronteiriças.

DIRETRIZES

- Criação de condições favoráveis no planejamento de médio e longo prazo no setor, inclusive pela elevação do grau de autonomia gerencial das empresas estatais.

- Modernização tecnológica dos serviços à disposição da sociedade, tanto dos ofertados pelas empresas estatais, quanto pela iniciativa privada

- Redução das barreiras regulamentares à participação da iniciativa privada nos investimentos

Telecomunicações

- Obtenção de fontes alternativas para os investimentos em telecomunicações, inclusive por meio de associações e parcerias com a iniciativa privada.

- Ampliação da plataforma de serviços públicos de telecomunicações, através de redes de dados locais.

- Redução dos custos de expansão dos sistemas.

- Disseminação do acesso aos serviços de telecomunicações, pela introdução de novas tecnologias no sistema de telefonia pública e utilização da tecnologia celular e de redes via satélite para expansão da oferta nas áreas rurais.

Comunicações Postais

- Implantação de serviços básicos em todos os municípios do país, com ênfase para o atendimento às comunidades situadas em áreas rurais.

- Incentivo à participação de terceiros no atendimento aos serviços postais.

- Ampliação do leque de serviços prestados, inclusive pela incorporação de novas tecnologias.

OBJETIVOS

Telecomunicações

- Ampliação da capacidade instalada do sistema telefônico, em 10% ao ano, no período 1994-1995

- Redução gradativa do custo médio do terminal telefônico, para atingir, em 1995, uma diminuição de, pelo menos, 30% em relação ao início da década
- Ampliação da rede de telefones públicos e incremento da participação de telefones a cartão, de modo a atingir 45% do total de terminais instalados, em 1995.
- Ampliação do atendimento ao mercado de serviços de comunicações de dados.
- Melhoria da produtividade da força de trabalho no sistema de telefonia, buscando alcançar a proporção de três empregados para cada mil novos terminais instalados.

Comunicações Postais

- Melhoria contínua da qualidade na prestação dos serviços postais e telegráficos, incluindo a informatização das atividades operacionais
- Expansão da oferta de serviços postais e telegráficos, mediante construção de novas agências.
- Ampliação dos pontos de controle do sistema de rastreamento de objetos.

MINISTÉRIO DA CULTURA

A recente reforma administrativa traduziu-se no desaparecimento de várias entidades, compensadas com remanejamentos institucionais, que, em tese, permitiram a sobrevivência das antigas atividades do governo federal no campo da cultura.

Essa condição comprometeu a ação do Estado, que não pode subtrair-se à sua responsabilidade constitucional com a proteção do patrimônio cultural. A recuperação do patrimônio tombado, em estado de deteriorização, interpela a consciência brasileira e exige do governo federal intervenção decisiva, antes que esse quadro se torne irreversível, condenando as gerações futuras ao desconhecimento da sua herança cultural.

Para recuperar espaços perdidos, o Ministério deve também atuar, com ênfase, no processo de desenvolvimento da produção bibliográfica e documental, promovendo o livro e a literatura brasileira, preservando e difundindo o seu acervo e garantindo o intercâmbio de informações.

O Brasil dispõe da mais completa biblioteca da América Latina, a Biblioteca Nacional, considerada, também, de importância mundial. Sob a sua guarda encontra-se um enorme acervo bibliográfico e documental, inclusive obras raras, cuja preservação merece atenção especial.

Sendo a cultura um setor fundamental para a formação de uma cidadania consciente e, portanto, necessária ao processo democrático, devem igualmente ser considerados os valores e atitudes coletivos, refletidos na criação, na produção e nas diversas formas de expressão e manifestação cultural e artística, levando em conta os diferentes níveis de oportunidade da sociedade brasileira.

Sem descuidar de outros segmentos, cabe ao Ministério da Cultura o cumprimento da obrigação delegada ao Estado, através da Lei no 8.401/92, de 08 de janeiro de 1992, de assegurar condições de equilíbrio e competitividade para a obra audiovisual. O cinema, em particular, é uma indústria de ponta que dinamiza diversos outros setores e reclama, para o seu desenvolvimento, uma política de amparo à produção, distribuição e exibição. A virtual extinção dessa atividade, que atinge toda a população brasileira, restringe à oferta ao produto estrangeiro e pode comprometer os fundamentos da nossa identidade cultural.

Nesse contexto, impõe-se a revisão do quadro funcional do Ministério e, bem assim, o reforço dos seus recursos orçamentários, para que possa ter condições de assumir responsabilidades na

preservação da memória nacional e do seu patrimônio físico, artístico e cultural e estimular a criatividade de seu povo.

DIRETRIZES

- Preservação do patrimônio cultural brasileiro, através de ações que considerem o seu valor e a sua dimensão social.

- Preservação e difusão dos acervos depositados em Museus, Casas e Núcleos Históricos, Salas de Exposições e Corredores Culturais, estimulando a sociedade ao acesso a esses bens.

- Difusão do acervo bibliográfico e documental, garantindo o intercâmbio de publicações e informações no âmbito nacional e internacional.

- Ampliação do campo de trabalho do autor brasileiro, incentivando o hábito da leitura e promovendo o acesso à produção literária.

- Valorização das diferentes formas de expressão e comunicação das manifestações culturais, apoiando e incentivando a criação e a produção artística e cultural.

- Fomento à indústria cinematográfica e audiovisual, apoiando e estimulando a produção, distribuição e exibição, de forma a possibilitar gradativamente a sua auto-sustentação.

- Estímulo à participação do setor privado no financiamento da produção cultural, aperfeiçoando os mecanismos criados pela Lei no. 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

- Incentivo à formação, capacitação e reciclagem técnica de formuladores e executores de políticas e de artistas, objetivando suprir as necessidades de profissionais para o desempenho de atividades culturais.

OBJETIVOS

- Preservar o patrimônio tombado, cidades e núcleos urbanos, sítios e conjuntos históricos, sítios arqueológicos, bens móveis e imóveis.

- Identificar, difundir e manter em bom estado de conservação o vasto acervo depositado em Museus e Casas Históricas, facultando à sociedade o acesso a esses bens.

- Preservar e processar tecnicamente o acervo e ampliar a base de dados bibliográficos e documentais, de modo a facilitar o acesso ao usuário-pesquisador e ao público em geral.

- Promover a difusão e o acesso ao livro e premiar o autor nacional, buscando o incentivo à criação literária.

- Detectar problemas e necessidades dos agentes diretos da produção cultural, assim como de instituições culturais públicas ou privadas, com o objetivo de apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais, em suas diversas formas de expressão.

- Preservar o patrimônio cultural e ampliar o compartilhamento das ações e responsabilidades da proteção e formação desse patrimônio com os demais níveis de poder público e com a comunidade.

- Estabelecer estratégias conjuntas que resultem na implantação de um sistema descentralizado e integrado de informações culturais, democratizando o acesso às fontes da cultura e aos bens e serviços culturais.

- Elevar o número de produções cinematográficas e audiovisuais e estimular a sua veiculação e divulgação nos níveis nacional e internacional.

- Assegurar receitas alternativas para o financiamento das atividades culturais e propiciar a maior participação dos agentes culturais nos diferentes setores.

- Identificar as deficiências de informação e formação de profissionais que atuam na área da cultura e estabelecer ações que visem ao seu aperfeiçoamento, notadamente dos segmentos não contemplados pelos agentes oficiais de ensino e de pós-graduação

- Dar prosseguimento à pesquisa, principalmente nas áreas de Filosofia e História do Direito, e publicar os seus resultados.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL

As desigualdades econômicas e sociais entre as regiões, a concentração e o congestionamento urbanos e a utilização predatória dos recursos do meio ambiente são fatores que reforçam os entraves ao desenvolvimento brasileiro.

A configuração regional-espacial da alocação dos investimentos em infra-estrutura, em atividades produtivas e na formação de capital humano, a criação de condições para a desconcentração econômica e demográfica das cidades e a utilização racional do meio ambiente e dos recursos naturais, com preservação, proteção e renovação, são elementos essenciais para viabilizar um desenvolvimento mais harmônico, do ponto de vista social.

A articulação das políticas de desenvolvimento regional, urbano e de meio ambiente, conjugada com a política científica e tecnológica, constitui a estratégia de ordenação do território nacional - base de atuação do Ministério da Integração Regional e das entidades vinculadas à sua estrutura.

I - POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A política nacional de desenvolvimento regional fundamenta-se na ativação das potencialidades produtivas das regiões, na maior integração econômica inter-regional e na reinserção das regiões periféricas no processo global de desenvolvimento do país. Considera que a exploração das potencialidades das regiões menos desenvolvidas é fundamental para os propósitos de retomada seletiva do crescimento nacional.

Confere-se prioridade ao Nordeste, à Amazônia e ao Centro-Oeste, sem contudo descuidar-se do indispensável apoio ao desenvolvimento do sul e do sudeste do país.

A prioridade para o Nordeste justifica-se pelos grandes desníveis de desenvolvimento que persistem entre essa região e o conjunto do país. A estratégia baseia-se em três componentes: reforço e integração da base econômica, combate à pobreza e revisão da gestão da política de desenvolvimento regional.

O setor produtivo nordestino receberá investimentos privados para desenvolver uma agricultura moderna de mercado, dando-se ênfase a projetos de irrigação. Esforços também serão dirigidos para fomentar a agroindústria e promover a reestruturação produtiva da indústria tradicional, a continuidade do avanço técnico dos complexos industriais modernos (petroquímica, cloroquímica e álcoolquímica), bem como explorar as potencialidades do turismo. Essas ações visarão à produtividade e à competitividade interna e externa, ajustando-se ao paradigma tecnológico e organizacional emergente, que deve também orientar a administração dos incentivos fiscais para a região.

O combate à pobreza no Nordeste constituirá o núcleo da estratégia social para a região. Alternativas de desenvolvimento sustentável para o meio rural, sobretudo no semi-árido, devem atender aos objetivos de aumento da produtividade agrícola, da distribuição da renda e eliminação da pobreza crítica.

É imperativo rever a gestão da política regional do Nordeste, porquanto o arcabouço institucional existente não atende às exigências do novo ciclo de desenvolvimento. A prioridade para a região exigirá uma profunda adaptação das instituições, redefinindo-se suas funções e atribuições no que se refere ao planejamento, articulação, financiamento e execução da política de desenvolvimento. Tal revisão deverá se submeter a duas realidades: a importância crescente do mercado e dos investimentos privados no novo modelo de desenvolvimento do país e a emergência de um papel renovado para os estados no Federalismo.

A prioridade para a Amazônia decorre de sua frágil integração com as demais regiões, das grandes responsabilidades pelo uso racional de seu patrimônio natural e do resultante compromisso com o desenvolvimento sustentável, em benefício do futuro da região e do país. A estratégia de desenvolvimento envolve a vertente produtiva, com ênfase nos seguintes aspectos: aproveitamento da base minero-metalúrgica; exportação de recursos renováveis de alto valor; e agricultura.

A base produtiva deverá ser ativada pela exploração mais intensiva dos recursos minerais e energéticos, empregando tecnologias que evitem impactos ambientais adversos sobre os ecossistemas, e pelo aproveitamento da nova fronteira caracterizada pela diversidade biótica amazônica. O esforço inicial deverá combinar o conhecimento avançado e a experiência local em áreas como industrialização de produtos naturais, pesca, complexos agroflorestais, bioindústrias (farmacologia, insumos bióticos e outros) e turismo ecológico. Nesse sentido, é imperativo o reforço da capacitação tecnológica regional e nacional para assegurar a rentabilidade e o uso sustentado dos recursos.

Reveste-se de importância estratégica na região a proteção das fronteiras, para impedir invasões do espaço aéreo e coibir o narcotráfico e o contrabando. Para tanto, deverão ser implantados um Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) e uma política de ocupação permanente dessas áreas. Por seu turno, a gestão do desenvolvimento regional será ajustada às necessidades e peculiaridades da Amazônia.

O Centro-Oeste, entre as regiões periféricas do Brasil, é a que apresenta maiores perspectivas de desenvolvimento de um setor agrícola moderno. Impõe-se, contudo, fomentar a infraestrutura de transportes regional, buscando minimizar a distância econômica da região aos centros consumidores e portos, de modo a viabilizar a expansão da fronteira agrícola e do setor agroindustrial.

Com seu potencial para a produção de alimentos e matérias-primas agrícolas, a região Centro-Oeste pode contribuir para os objetivos nacionais de estabilização econômica com retomada do desenvolvimento. Será necessário incorporar à estratégia regional os novos paradigmas tecnológicos e de integração competitiva da economia moderna, a diversificação da estrutura produtiva, a interiorização dos centros de decisão econômica e a melhoria dos padrões de produtividade e competitividade na região. A par da produção agropecuária, serão incentivados o desenvolvimento agroindustrial e industrial, a expansão dos sistemas de transportes e o turismo.

Na fronteira interna entre as três macrorregiões citadas - Norte, Nordeste e Centro-Oeste - destacam-se a sub-região polarizada pelo Corredor Norte de Desenvolvimento Integrado, que tem condições de alavancar um novo ciclo de progresso no Norte e no Nordeste, porquanto incorpora as maiores jazidas minerais do país, na Serra dos Carajás, e ecossistemas aptos ao desenvolvimento florestal, em área tropical, e graneleiro, no cerrado setentrional. Por contar com infraestrutura ferroviária e portuária moderna, o Corredor Norte de Desenvolvimento Integrado continuará a merecer apoio prioritário.

As regiões Sul e Sudeste, notadamente mais dinâmicas, exigem ação voltada para aspectos de suporte estrutural às atividades produtivas, com ênfase para a descompressão urbana e para a interiorização econômica.

Assim, confere-se atenção especial à estruturação de áreas deprimidas ou subdesenvolvidas, como o Vale do Jequitinhonha, o Pontal do Paranapanema, o Norte Fluminense e o Vale do Ribeira, com o propósito de resgatá-las do longo período de estagnação que atravessam.

Por outro lado, esforços devem ser empreendidos com a finalidade de promover a aceleração do crescimento econômico na faixa ao longo da fronteira Sul, a par de ações que objetivem

reforçar o eixo Uberlândia (MG) a Uruguaiana (RS), com o intuito de descomprimir, para essas áreas, as atividades hoje vinculadas à faixa litorânea, bem como fortalecer as possibilidades de produção na fronteira, integrando-a ao MERCOSUL.

Nesse sentido, ao lado de programas de apoio às atividades produtivas nas áreas deprimidas e subdesenvolvidas, realizar-se-ão estudos de oportunidade e de viabilidade técnico-econômica para as áreas de fronteira da região Sul, sem deixar de dar continuidade aos programas nacionais ou bilaterais de aproveitamento de áreas irrigáveis, como os perímetros irrigados de Mampituba e da Lagoa Mirim, ou de recuperação de áreas degradadas por processos erosivos, em que se destaca o oeste do Paraná.

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

A Política de Desenvolvimento da Amazônia confere ênfase à interação entre ecologia e tecnologia, segundo duas macro-orientações:

- Desenvolvimento e conservação ambiental, pautados pelo zoneamento ecológico-econômico e coerentes com a política nacional do meio ambiente

- Desenvolvimento científico e tecnológico que amplie o conhecimento dos ecossistemas amazônicos e o uso das tecnologias endógenas e tradicionais, articulando-as com o desenvolvimento e difusão de inovações adaptadas às condições locais.

A estratégia preconizada articula quatro políticas regionais que subordinam e devem permear o conjunto de atividades e investimentos públicos e privados na Amazônia: política ambiental, política espacial, política sócio-antropológica e política institucional. A seguir são apresentados os principais objetivos e diretrizes dessas políticas.

A política ambiental tem como objetivos centrais:

- Compatibilizar o desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente.

- Definir áreas prioritárias de ação governamental relativas à qualidade ambiental e ao equilíbrio ecológico, harmonizando as ações concorrentes da União, dos estados e dos municípios.

- Estabelecer critérios, padrões de qualidade ambiental e normas técnicas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais.

- Desenvolver tecnologias orientadas para o uso racional de recursos ambientais.

- Difundir tecnologias de manejo do meio ambiente e divulgação de informações ambientais, visando à formação de uma consciência pública sobre o valor do meio ambiente e dos recursos naturais.

Suas diretrizes principais são:

- Combater as atividades degradadoras do meio ambiente, impondo aos agentes responsáveis, de acordo com normas e critérios de controle ambiental, a obrigação de recuperar os danos causados, ou de ressarcir o poder público pelos mesmos ou pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.

- Implantar programas de reorientação técnica e ambiental dos empreendimentos poluidores que operam na região.

- Desenvolver e apoiar programas de educação ambiental.

- Elaborar, em articulação com empresas do setor de infra-estrutura e mineração, planos setoriais de gestão ambiental.
- Controlar as atividades de garimpagem, estimulando sua modernização tecnológica com vistas à redução de seus impactos ambientais
- Estabelecer mecanismos de monitoramento ambiental para os programas de desenvolvimento regional.
- Promover a recuperação de ambientes degradados, restaurando ecossistemas e estimulando novos processos de utilização econômica dos recursos naturais.
- Construir um sistema regional de unidades de conservação, consolidando as unidades já existentes e ampliando o sistema segundo critérios que maximizem a preservação da biodiversidade e a conservação de recursos naturais renováveis

A política espacial para a Amazônia objetiva:

- Fortalecer e estabilizar locacionalmente as frentes econômicas existentes, de forma compatível com as políticas ambientais e sócio-antropológicas.
- Interiorizar o desenvolvimento, promovendo maior equilíbrio na hierarquia da rede urbana e na integração sócio-econômica rural-urbana
- Desconcentrar o dinamismo econômico, difundindo os benefícios do crescimento pelo conjunto da economia regional.
- Dinamizar e articular os sub-espços regionais, em conformidade com suas potencialidades econômicas e sustentabilidade ambiental, visando obter maior repercussão social dos investimentos.

As diretrizes da política espacial são:

- Direcionar os investimentos produtivos para localizações espaciais que garantam sua sustentabilidade, em conformidade com os critérios resultantes do zoneamento ecológico-econômico.
- Privilegiar investimentos em pólos urbanos de médio porte.
- Promover a ordenação da ocupação do espaço e dos solos rural e urbano.
- Estimular a articulação econômica entre as diferentes sub-regiões, localizando investimentos em infra-estrutura, consoante critérios do zoneamento ecológico-econômico.
- Fortalecer a atividade econômica e a ocupação humana nos municípios de fronteira.

A política sócio-antropológica tem por finalidade:

- Fortalecer a cidadania, garantindo a todos o acesso aos direitos fundamentais.
- Internalizar os benefícios sociais do desenvolvimento, em termos de melhoria de renda e da qualidade de vida da população
- Reduzir as tensões sociais, assegurando o acesso à terra e aos meios de sua utilização.
- Reconhecer os índios como grupos etnicamente diferenciados, garantindo a demarcação e proteção ambiental de suas reservas e o respeito pela sua cultura, organização social, condições de vida e demais formas de expressão

Incluem-se, entre suas diretrizes: valorizar a diversidade sócio-cultural da população regional; regular o processo de ocupação e concessão de títulos de terra, reordenando a ocupação do solo e reduzindo os conflitos nas áreas de tensão social; e fomentar o avanço tecnológico e a assistência técnico-econômica voltada para as atividades extrativistas e a pequena produção rural e urbana.

A política institucional tem o propósito de fortalecer e consolidar as instituições públicas e fundações privadas sem fins lucrativos, objetivando garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, o avanço científico e tecnológico, o controle e a fiscalização da qualidade ambiental, e o planejamento voltado para o desenvolvimento sustentável da região.

OBJETIVOS E DIRETRIZES PARA A REGIÃO NORDESTE

A política para o Nordeste tem como objetivo geral promover o aproveitamento do potencial de crescimento da região, única via para obter-se em definitivo a eliminação da pobreza absoluta, assim como a gradativa e permanente melhoria das condições sócio-econômicas da população.

Mais especificamente, busca-se: remover os entraves ao desenvolvimento regional, notadamente no que tange à infra-estrutura econômica e social; e concentrar esforços em ações geradoras de emprego e renda, sem descuidar do imperativo da modernização tecnológica.

Tendo em vista esses propósitos, delineiam-se as seguintes diretrizes de ação:

- Interiorizar o processo de desenvolvimento, mediante concentração de esforços em áreas estratégicas.
- Priorizar programas e/ou projetos que contribuam diretamente para o aumento do emprego e da renda em todo o espaço regional.
- Desenvolver projetos sociais que atendam às necessidades da população nas áreas de habitação, educação fundamental, saúde, saneamento e alimentação.
- Atribuir prioridade aos programas agroindustriais com segmento de irrigação, considerando o efeito gerador de emprego e renda no campo e na cidade.
- Enfatizar os programas de recuperação e manutenção da infra-estrutura de transporte, e ampliação da infra-estrutura de energia e comunicações, visando criar condições para a retomada do processo de desenvolvimento.
- Apoiar a expansão da agricultura irrigada em áreas selecionadas.
- Assegurar o ritmo de crescimento regional por meio de fomento dos pólos de indústrias dinâmicas, sem prejuízo da consolidação das indústrias tradicionais.
- Estimular o turismo e o artesanato, considerando o efeito multiplicador na geração de emprego e renda.
- Desenvolver programas que fortifiquem os Municípios nordestinos, tanto no campo da modernização institucional e administrativa, como no de infra-estrutura.
- Atribuir prioridade a um programa permanente de recursos hídricos e saneamento do Nordeste, visando aumentar a resistência regional às flutuações climáticas.

Especificamente para a região semi-árida, de maior vulnerabilidade às adversidades climáticas, a ação a ser executada desdobra-se nas seguintes políticas:

- a) Desenvolvimento de Recursos Hídricos, buscando-se ampliar a capacidade hídrica, mediante a execução de obras de acumulação, captação e regularização do potencial hidráulico.

b) Desenvolvimento Hidroagrícola, que promova a utilização racional da água no processo produtivo, objetivando o aumento da produção e da produtividade agrícolas, mediante a agricultura irrigada.

c) Desenvolvimento Agroindustrial, que possibilite a instalação de pólos de processamento de produtos derivados, sobretudo da agricultura irrigada, no sentido de ampliar as oportunidades de mercado e de emprego.

DIRETRIZES E OBJETIVOS PARA O CENTRO-OESTE

A estratégia de desenvolvimento do Centro-Oeste assenta-se no aproveitamento dos cerrados, cujo extraordinário potencial produtivo tem contribuído especialmente para a elevação da produção agropecuária do país.

A estratégia preconizada compõe-se dos seguintes pontos:

- Reavaliação das formas de intervenção nas áreas de cerrados, de modo a atenuar impactos ambientais, mediante zoneamento e diversificação das culturas em bases sustentáveis.

- Dinamização de atividades de transformação agroindustrial - com modernização, verticalização e ampliação da produção - e internalização do valor agregado.

- Atribuição adequada de infra-estrutura de suporte à produção e distribuição, de modo a consolidar as vantagens comparativas regionais.

Assim, buscar-se-á localizar adequadamente programas de consolidação de eixos troncais multimodais, para o deslocamento de cargas pesadas, e disseminar a estrutura capilar ao sistema. Ademais, empreender-se-á esforço com vistas a ampliar a oferta de energia para fins de irrigação e industrialização.

As diretrizes da política para o Centro-Oeste incluem:

- Prioridade para os investimentos localizados no eixo de interiorização e adensamento.

- Disciplinamento das tendências à diluição das frentes pioneiras, mediante consolidação da ocupação no eixo de adensamento, tendo em vista riscos ecológicos, ônus econômicos, problemas sociais e agressão às comunidades indígenas.

- Proteção ao ecossistema pantaneiro, estimulando programas de desenvolvimento econômico-ecológico.

- Redefinição das funções geopolítica, econômica, social e cultural da Capital Federal, à vista de sua inserção no contexto de desenvolvimento da região Centro-Oeste e do crescente processo de metropolização e conurbação.

- Dinamização das áreas de influência do Distrito Federal, para redirecionar as pressões atuais que convergem para Brasília.

- Adoção de medidas visando à integração regional, mediante maior articulação com o Programa Grande Carajás, ao apoio ao Corredor de Exportação Norte e aos Pólos Florestais, e do acesso ao gás proveniente da Bolívia.

- Eliminação das deficiências na infra-estrutura de armazenagem, energia e transporte, interligando as áreas de maior potencial e estruturando a faixa de adensamento.

- Implantação de zoneamentos agroambientais, observando o escalonamento estratégico da ordenação territorial e intensificando ações voltadas para a articulação programática com estados e municípios.

Como diretriz genérica da Política de Desenvolvimento Regional, os fundos constitucionais e os incentivos fiscais serão reorientados no sentido de ajustarem-se aos propósitos maiores do governo federal para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A esses instrumentos devem somar-se - em magnitude coerente com a dimensão da questão regional - recursos das linhas de crédito do Banco do Brasil S/A e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

II - POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO.

As áreas urbanas, especialmente as metropolitanas (Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas), são os espaços mais dinâmicos da economia nacional. Representam, ainda, os principais pólos de irradiação da modernização tecnológica e cultural da sociedade brasileira.

Todavia, a urbanização desordenada e a metropolização sem controle figuram hoje entre os efeitos mais indesejáveis do desenvolvimento brasileiro nas últimas décadas.

As grandes cidades brasileiras convivem com índices sem precedentes de pobreza, violência, insegurança e desemprego aberto. Registram déficits habitacionais e de infra-estrutura básica, concentram graves problemas ambientais, especialmente os relativos à poluição atmosférica e sonora, e exibem níveis altíssimos de contaminação dos cada vez mais poucos recursos hídricos.

Os municípios de fronteira e as cidades sob o impacto dos grandes projetos federais devem ser objeto de adequada atenção do poder público federal, inclusive no tocante à implantação de infra-estrutura física e social, dadas as ostensivas limitações de conjuntura a que estão submetidos.

DIRETRIZES

- Estimular a ação local, apoiando instituições municipais de Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas, dando-lhes a necessária assistência técnica e financeira; normatizando e coordenando a ação dos órgãos federais que atuam no espaço urbano e metropolitano; e identificando fontes de financiamento para a implantação e expansão dos serviços comuns e da infra-estrutura econômica e social.

- Articular esforços com vistas à instituição das diretrizes gerais para o desenvolvimento urbano.

- Apoiar as autoridades locais e a sociedade na busca dos modelos político-institucionais mais adequados a cada lugar.

- Assistir os órgãos municipais e metropolitanos no planejamento e coordenação das atividades de interesse municipal e metropolitano.

OBJETIVOS

- Melhorar a prestação de serviços sociais.

- Reduzir as deseconomias de aglomeração.

- Aumentar a eficiência e a eficácia dos serviços urbanos e metropolitanos.

- Reduzir os custos de operação e manutenção dos serviços metropolitanos.

- Aumentar a eficiência da gestão municipal e metropolitana.

- Ampliar a participação da sociedade na discussão e gestão dos assuntos de interesse municipal e metropolitano.

- Preservar e melhorar o meio ambiente.

III - ARTICULAÇÃO INTERGOVERNAMENTAL

DIRETRIZES

As principais diretrizes de ação do governo federal nesse campo são:

- Redefinir as estratégias de desenvolvimento, com vistas ao crescimento rápido, ordenado e integrado, incluindo reformas sociais.
- Capacitar os estados e Distrito Federal para a criação e implementação de sistema de arrecadação fiscal, objetivando a incrementação da receita própria.
- Adotar novos métodos de planejamento, voltados para a qualidade e a produtividade, em benefício das populações carentes, notadamente na reorientação dos investimentos setoriais.
- Melhorar a conjugação de esforços entre a área pública e a iniciativa privada no gerenciamento e destinação dos produtos para o mercado consumidor e para o abastecimento local, em apoio ao esforço comunitário desenvolvido na produção de alimentos.
- Promover a racionalização empresarial local, através de organizações, associações ou cooperativas, capazes de gerar seus próprios projetos, negociáveis junto aos agentes financeiros, promovendo, assim, o acesso das populações pobres ao emprego e à recuperação de sua renda.

OBJETIVOS

- Realizar capacitação rápida de populações locais, através de "Laboratórios Organizacionais" em projetos regionais específicos, visando à geração de emprego e renda.
- Elaborar projetos de "Integração Fiscal", de Informatização Municipal e de Resgate, Divulgação e Apoio à implementação de Tecnologias Alternativas, como forma de apoio ao fortalecimento dos municípios.
- Estimular a implementação de projetos de produção comunitária de alimentos, coleta e reciclagem de resíduos sólidos e associativismo intermunicipal.
- Implantar a contabilização da Balança Comercial Interestadual e de programa de integração fazendária

IV - DEFESA CIVIL

O Brasil apresentou, nas últimas décadas, êxodo rural acentuado, impulsionado pelo processo de industrialização e de modernização. Essa tendência de urbanização rápida não foi acompanhada de ação preventiva por parte dos poderes públicos locais, no sentido de estabelecer o ordenamento da ocupação do solo urbano.

Num exame retrospectivo constata-se que, após muitas décadas de esforço, foram poucos os avanços alcançados na redução das vulnerabilidades da sociedade brasileira aos desastres naturais, mesmo aqueles de natureza cíclica. Não raramente, os estratos sociais mais pobres avultam entre os mais afetados pelos desastres.

O crescimento desordenado das cidades, a redução do estoque de terrenos em áreas seguras e o seu consequente encarecimento provocam adensamentos dos estratos populacionais mais vulneráveis em áreas de riscos de desastres.

DIRETRIZES

Os critérios que orientam a seleção dos objetivos estabelecidos e das metas a atingir através dos subprogramas estão assentados na visão preventiva, como forma de garantir a redução de desastres, entendida como propósito finalístico da Defesa Civil.

As ações de redução de desastres abrangem os seguintes aspectos: minimização de desastres, respostas aos desastres e reconstrução.

OBJETIVOS

Com base na finalidade precípua da Defesa Civil, que é a redução de desastres, para proteger e salvaguardar vidas humanas e seus bens, depreendem-se como objetivos:

- Implementar um conjunto de medidas capazes de promover a redução de desastres, através de ações de:

a) Minimização de desastre, compreendendo prevenção e preparação para emergência e desastre.

b) Respostas aos desastres, envolvendo socorro, assistência às populações e reabilitação do cenário do desastre.

c) Reconstrução, que tem por finalidade restabelecer, em sua plenitude, os serviços públicos, a economia da área, o bem-estar da população e o moral social.

d) Promover a defesa permanente contra desastres naturais ou provocados pelo homem.

e) Prevenir ou minimizar danos sociais, assistir populações atingidas e reabilitar e recuperar áreas deterioradas por desastres.

f) Atuar na iminência ou em situações de desastres.

g) Promover a articulação e a coordenação do Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC), em todo o território nacional.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Orientando-se pelos princípios do desenvolvimento sustentável, o Ministério do Meio Ambiente promove uma evolução conceitual na política nacional de meio ambiente, como componente de um processo de desenvolvimento em que o objetivo de atender às necessidades prementes da população não deve comprometer a capacidade de atendimento das necessidades das futuras gerações.

As bases dessa política estão na preservação e recuperação dos sistemas naturais e da biodiversidade, na conservação do estoque de recursos naturais, no ordenamento das atividades econômicas em função da base ecológica do território nacional e na eliminação dos desperdícios no uso de energia e matérias-primas.

Esses princípios são particularmente importantes para o Brasil, que se desenvolve em um território de dimensão continental, dotado de inenso patrimônio natural, mas que acumula forte tradição de exploração predatória de seus recursos. Historicamente, as relações da sociedade brasileira com a natureza e o meio ambiente têm-se caracterizado por objetivos econômicos imediatistas, ausência de visão de longo prazo e pouco conhecimento da estrutura e da dinâmica dos sistemas ambientais. Disso resultaram rupturas e destruição desses sistemas e comprometimento dos recursos produtivos e dos bens naturais disponíveis para a população.

- O próprio subdesenvolvimento e os desequilíbrios sócio-econômicos são geradores de degradação do meio ambiente, devido a processos produtivos ineficientes e altamente predatórios dos recursos naturais. O desenvolvimento sustentável, ao propor um novo e mais equilibrado relacionamento entre a sociedade e o meio natural, representa um avanço na concepção de desenvolvimento, em que a utilização da natureza se fundamenta no conhecimento técnico-científico e na proteção e conservação dos recursos naturais, tendo em vista o desenvolvimento presente e sua sustentabilidade a longo prazo.

Para corresponder a esses desafios é necessária uma mudança cultural na sociedade, com a formação de uma consciência ecológica que atinja às pessoas tanto na condição de cidadãos como de agentes econômicos, envolvendo também as instituições políticas, científicas e culturais. A preocupação com o meio ambiente é condição intrínseca ao desenvolvimento sustentável, que procura a compatibilização da eficiência econômica com a justiça social e a ação não predatória sobre a natureza. As dimensões econômica, social e ambiental devem ser harmonizadas para tornar mais eficiente a produção, erradicar a pobreza e assegurar a integridade do meio ambiente e de seus recursos.

São ações prioritárias na execução dessa política o zoneamento ecológico-econômico do território nacional, a adequação da produção e consumo de bens e serviços a padrões conservacionistas, a ampliação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, visando a preservar os ecossistemas naturais e a diversidade biológica, e a recuperação do meio ambiente urbano e rural. Destacam-se, também, a proteção dos principais ecossistemas, como a Amazônia, os Cerrados, o Pantanal Matogrossense, a Caatinga e a Mata Atlântica, a preservação do patrimônio natural na ocupação de novas áreas e o respeito aos direitos e necessidades dos povos indígenas.

No nível internacional, o governo volta-se para os compromissos da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, com atenção para os problemas ecológicos globais, as ações propostas pela Agenda 21 e as convenções e acordos referentes aos direitos do mar, alterações climáticas, poluição atmosférica, diversidade biológica e preservação de florestas. No plano interno, promove-se a atuação das instituições governamentais em todos os níveis, tendo o Ministério do Meio Ambiente como órgão indutor e articulador.

DIRETRIZES

- Fortalecimento institucional dos órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), consolidando o papel do Ministério do Meio Ambiente como órgão central e incentivando a criação e funcionamento de conselhos estaduais e municipais de meio ambiente.

- Efetivação da presença do Ministério do Meio Ambiente nos processos decisórios, em instância nacional e internacional, relativos à participação brasileira nos organismos, acordos e negociações internacionais voltadas para as questões do meio ambiente.

- Ampliação da participação do Ministério do Meio Ambiente nas articulações governamentais no âmbito do MERCOSUL, em função das demandas geradas principalmente quanto à legislação ambiental.

- Fortalecimento da cooperação técnica, científica e financeira com o exterior, em apoio à Política Nacional do Meio Ambiente.

- Apoio aos órgãos estaduais de meio ambiente, na condução do zoneamento ecológico-econômico, prosseguimento da execução do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e implantação do Programa Piloto de Proteção às Florestas Tropicais do Brasil, com apoio financeiro e técnico dos países do Grupo dos Sete.

- Execução de pesquisas relacionadas à estrutura e dinâmica dos sistemas ambientais brasileiros, à tecnologia ambiental e ao uso, manejo e conservação de recursos naturais renováveis e não-renováveis.

- Promoção de estudos e ações direcionadas para o levantamento dos potenciais sustentáveis de captura de recursos vivos da Plataforma Continental (Zona Econômica Exclusiva), visando a identificar mecanismos de controle e gestão desses recursos.

- Desenvolvimento de metodologias para valorização do patrimônio natural, visando a incorporar o custo da utilização dos recursos ambientais ao sistema de contas nacionais.

- Apoio à melhoria dos sistemas de gestão e à criação de tecnologias inovadoras associadas às políticas de saneamento básico.

- Implementação de ações voltadas para a gestão ambiental e a melhoria da qualidade de vida, em especial nas áreas urbanas, sobretudo quanto à poluição do ar, do solo, hídrica e sonora, e à produção de resíduos sólidos, tóxicos, e radioativos.

- Controle e orientação das atividades de exploração da madeira e de outros recursos extrativos vegetais, especialmente a borracha.

- Apoio ao desenvolvimento das comunidades extrativistas, identificando alternativas econômicas para agregar valor à sua produção.

- Orientação do desenvolvimento e ordenamento da pesca, assegurando a reprodução das espécies e a manutenção de níveis sustentáveis de estoques, através de assistência técnica a comunidades pesqueiras e operação de estações de piscicultura.

- Prosseguimento da execução do Programa Nacional do Meio Ambiente - PNMA.

- Consolidação do Programa Integrado de Prevenção e Controle Ambiental, com prioridade para a Amazônia.

- Destinação dos recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA - para pesquisa e desenvolvimento tecnológico, educação ambiental, manejo e extensão florestal, controle ambiental, aproveitamento sustentado da flora e fauna nativas, criação de unidades de conservação, desenvolvimento institucional, proteção da diversidade biológica e gestão integrada das bacias hidrográficas.

- Implementação dos programas de gestão de bacias hidrográficas e de proteção de mananciais, incluindo o controle da poluição dos rios decorrente da atividade garimpeira.

- Implementação de programas de recuperação de áreas degradadas por processos de desertificação e outros processos impactantes.

- Execução de programas de educação ambiental em todos os níveis de ensino formal e não-formal e nos meios de comunicação.

- Promoção do cadastro ambiental em áreas indígenas e seu entorno, visando às ações de proteção, controle e recuperação ambiental.

- Implementação do Programa Nacional de Conservação da Diversidade Biológica.

- Ampliação, consolidação e administração das áreas integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC.

OBJETIVOS

- Elaboração das normas gerais, a serem submetidas ao Congresso Nacional, estabelecendo as diretrizes básicas para a execução da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme o artigo 24º, da Constituição Federal.

- Articulação política e técnica com os Ministérios e os órgãos da administração pública federal, estadual e municipal e com organizações civis para difundir o conceito de desenvolvimento sustentável e incorporá-lo à elaboração de políticas públicas setoriais.

- Articulação técnica, científica e financeira com o exterior, em apoio à política de meio ambiente, e implementação dos programas decorrentes de acordos e convenções internacionais, firmados pelo governo brasileiro, em função da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

- Apoio aos planos de ordenamento territorial, sobretudo ao Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico, e implementação da Política Nacional de Gerenciamento Costeiro.

- Incentivo à pesquisa e à produção científica de tecnologias adequadas ao desenvolvimento sustentável, inclusive a pesquisa dos recursos da Plataforma Continental (Zona Econômica Exclusiva).

- Promoção de ações voltadas para a gestão ambiental e a melhoria da qualidade de vida, incluindo o aperfeiçoamento e desenvolvimento dos instrumentos de gestão.

- Apoio à exploração sustentada dos recursos naturais renováveis, mediante manejo da fauna e flora, dos recursos pesqueiros, de florestas nacionais e de reservas extrativistas, e efetivação de políticas voltadas para o desenvolvimento de comunidades extrativistas.

- Monitoramento e controle da qualidade ambiental, fiscalização da exploração dos recursos naturais renováveis e desenvolvimento de uma política de recuperação de áreas degradadas.

- Promoção de ações voltadas para o manejo sustentado de recursos hídricos e do solo, visando à proteção de mananciais e cursos d'água.

- Proteção, preservação e conservação de ecossistemas representativos e efetivação de políticas de proteção de espécies ameaçadas de extinção, de modo a assegurar a preservação da diversidade biológica.

- Proteção, controle e recuperação ambiental das áreas indígenas e seu entorno.

II.2 - PROGRAMAÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA, REGIONALIZADA

Introdução

A segunda revisão do Plano Plurianual para 1994-1995, no que concerne à programação físico-financeira, abrange, apenas, os órgãos da Administração Pública Federal, isto é, as entidades compreendidas na Administração Direta e Indireta, do Poder Executivo. Admite-se que, de acordo com o Inciso IV, do Artigo 51, do Inciso XIII, do Artigo 52 e Parágrafo 1º, do Artigo 99, da Carta Magna, os Poderes Legislativo e Judiciário têm assegurados a autonomia administrativa e financeira, observados os parâmetros e limites estipulados pelas leis de diretrizes orçamentárias anuais, com base em negociações e entendimentos entre os três poderes da União.

Em obediência à determinação constitucional estabelecida no Parágrafo 1º do Artigo 165, o detalhamento da despesa é apresentado segundo duas categorias, consoantes com a sua natureza, quais sejam:

(a) despesas de capital, que contemplam as despesas de capital em sentido estrito, ou seja, investimentos, inversões financeiras e outras despesas de capital; e

(b)despesas correntes, que compreendem os gastos decorrentes das despesas de capital e aquelas relativas aos programas de duração continuada.

No que concerne aos dispêndios de empresas estatais e suas coligadas (Parecer PGFN/CRF/Nº649/920), é utilizada apenas a categoria Despesas de Capital, em virtude da determinação constitucional de incluir, exclusivamente, os investimentos daquelas entidades, no Orçamento Geral da União.

As despesas correntes, detalhadas nas tabelas que compõem o presente anexo, não contemplam os gastos com Pessoal e Encargos Sociais, bem como os Juros e Encargos da Dívida, Contratual ou Mobiliária. Estes últimos representam compromissos a serem pagos ou repactuados, de acordo com critérios de mercado, não se sujeitando, por conseguinte, à programação administrativa. Quanto aos gastos com Amortização, de forma análoga, não são considerados no âmbito das Despesas de Capital.

As Transferências Constitucionais, os dispêndios correspondentes aos Poderes Legislativo e Judiciário, os gastos com Pessoal e Encargos Sociais, e os Encargos e Amortizações da Dívida são apresentados de forma globalizada, nos Quadros I, e II, do Anexo I.

As fontes de recursos utilizadas restringiram-se aos Grupos-Fonte 1 e 2, adotados para os órgãos da Administração Direta e Indireta, com o propósito de evitar dupla contagem. O conjunto das fontes foi reagrupado em 5 categorias, a saber:

1. Recursos Ordinários do Tesouro
2. Recursos Vinculados do Tesouro
3. Ingressos de Operações de Crédito Internas
4. Ingressos de Operações de Crédito Externas
5. Recursos de Outras Fontes (Receita Própria da Administração Indireta)

Inicialmente, a estimativa de arrecadação não contemplou a receita diretamente arrecadada e os ingressos de operações de crédito, dentre outras, em virtude da indisponibilidade de informações que possibilitassem, aprioristicamente, a sua projeção. Essa incorporação ocorreu durante a fase de programação da despesa por parte dos órgãos setoriais, a partir da utilização dos parâmetros que orientaram as estimativas do Plano. Portanto, adicionando-se aos recursos do Tesouro os ingressos de operações de crédito e os recursos de outras fontes (receitas próprias das entidades da administração indireta), as disponibilidades para programação totalizaram Cr\$ 6.183.169.287 milhões, a preços de abril de 1993, sendo Cr\$ 3.339.535.915 milhões provenientes de recursos do Tesouro, conforme Quadro I do Anexo I.

Os Ingressos de Operações de Crédito Externas foram estimados com base nos cronogramas de desembolso constantes dos contratos com organismos financeiros multilaterais e bilaterais e em cartas-consulta já aprovadas pela Comissão de Financiamentos Externos-COFIEX.

As empresas estatais em processo de privatização em 1993 e aquelas cronogramadas para 1994 foram excluídas da programação de despesas.

As cinco tabelas de programação de despesa, que compõem este Anexo, são apresentadas segundo a Classificação Funcional Programática, com nível de desagregação até subprograma prioritário, desdobrado em metas físico-financeiras, regionalizadas, com identificação do órgão executor.

Entende-se como subprograma prioritário aquele que retrata as ações finalísticas de governo consubstanciadas nas oito linhas prioritárias de ação registradas no Anexo I do PPA.

Os subprogramas, finalísticos ou não, que constituem ações permanentes e importantes para a manutenção do Serviço Público, mas não se reportam diretamente às linhas prioritárias, foram considerados como Demais Subprogramas.

Introduz-se, assim, o conceito de unidade de programação, com a Classificação Funcional-Programática tendo primazia e superioridade sobre a Classificação Institucional. Desta forma, o Plano assume a sua característica de instrumento unitário, expressando as políticas públicas do governo, com os órgãos sendo destinados como executores das prioridades governamentais, consubstanciadas em funções, programas e subprogramas e metas regionalizadas e quantificadas físico-financeiramente.

A Tabela 1 apresenta o Demonstrativo Sintético da Despesa, por Função, de forma regionalizada, discriminando a despesa nas categorias de Despesas Correntes e Despesas de Capital.

A Tabela 2 apresenta o Demonstrativo Sintético da Despesa, por Programa, de forma regionalizada, discriminando a despesa nas categorias de Despesas Correntes e Despesas de Capital.

A Tabela 3 possui a mesma distribuição das anteriores, apresentando o detalhamento da despesa ao nível de Subprograma.

A Tabela 4 é apresentada por Função, Subprograma, Órgão Setorial e metas regionalizadas, quantificadas física e financeiramente, por fonte de recursos, segundo as categorias de Despesas Correntes e de Capital.

A Tabela 5 apresenta o Demonstrativo Sintético da Despesa por Função e por Fonte de Recursos, segundo as categorias de Despesas Correntes e de Capital.

Portanto, a meta física e a categoria essencial de programação no Plano Plurianual. A meta constitui o vetor que possibilita a correlação entre o Plano e os orçamentos anuais, por intermédio da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Constitui, ainda, a célula de programação que permitirá o acompanhamento e a avaliação da ação de governo, com base na execução orçamentária e financeira anuais.

Adota-se, nesta Revisão do Plano Plurianual, o conceito de programação físico-financeira, estabelecendo-se a vinculação das metas regionalizadas com os recursos financeiros correspondentes, com vistas a maior transparência na alocação dos recursos públicos, e como uma primeira aproximação da quantificação de custos médios das ações de governo nas distintas macrorregiões do País.

TABELA 1

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DA DESPESA PRIORITÁRIA POR FUNÇÃO

(1994 / 1995)

DEMONSTRATIVO SINTETICO DA DESPESA PRIORITARIA POR FUNÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO	REGIÃO	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR./93)		
		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
FUNÇÃO 02 JUDICIÁRIA		513 959	555 165	1.270 134
	NACIONAL	513 959	555 165	1.270 134
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0

DEMONSTRATIVO SINTETICO DA DESPESA PRIORITARIA POR FUNÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO	REGIÃO	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ARR./93)		
		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
FUNÇÃO 03 ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		157 216 633	52 711 580	209 928 213
	NACIONAL	156 488 709	50 515 999	207 004 708
	EXTERIOR	128 377	61 109	187 486
	REGIÃO NORTE	137 896	428 476	566 372
	REGIÃO NORDESTE	31 878	90 414	122 292
	REGIÃO SUDESTE	71 607	147 896	219 503
	REGIÃO SUL	51 211	315 184	366 395
	REGIÃO CENTRO-OESTE	308 958	1 154 502	1 463 460
FUNÇÃO 04 AGRICULTURA		308 772 112	29 806 992	338 578 104
	NACIONAL	149 298 394	20 421 551	169 719 945
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	27 296 491	1 185 997	28 482 488
	REGIÃO NORDESTE	49 661 359	2 914 043	52 575 402
	REGIÃO SUDESTE	9 338 625	1 315 408	10 654 033
	REGIÃO SUL	35 352 435	2 398 029	37 750 464
	REGIÃO CENTRO-OESTE	37 825 808	1 570 964	39 396 772
FUNÇÃO 05 COMUNICAÇÕES		265 659 597	104 435	266 774 032
	NACIONAL	62 196 844	104 435	62 301 079
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	5 481 972	0	5 481 972
	REGIÃO NORDESTE	22 982 882	0	22 982 882
	REGIÃO SUDESTE	142 722 528	0	142 722 528
	REGIÃO SUL	17 391 367	0	17 391 367
	REGIÃO CENTRO-OESTE	15 894 216	0	15 894 216
FUNÇÃO 06 DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA		18 160 643	9 751 685	27 912 329
	NACIONAL	15 619 853	8 549 261	24 169 114
	EXTERIOR	2 540 790	1 202 425	3 743 215
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
FUNÇÃO 07 DESENVOLVIMENTO REGIONAL		152 113 898	9 784 651	161 878 549
	NACIONAL	65 385 111	1 513 685	66 898 777
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	21 818 047	779 662	22 597 709
	REGIÃO NORDESTE	52 356 149	6 101 342	58 457 491
	REGIÃO SUDESTE	3 338 928	524 096	3 863 024
	REGIÃO SUL	2 458 930	493 226	2 952 156
	REGIÃO CENTRO-OESTE	6 755 733	352 659	7 108 392
FUNÇÃO 08 EDUCAÇÃO E CULTURA		124 848 148	100 547 878	225 396 024
	NACIONAL	5 212 329	15 589 852	21 802 181
	EXTERIOR	45 254	926 735	971 989
	REGIÃO NORTE	30 705 511	21 670 445	52 375 956
	REGIÃO NORDESTE	41 213 419	25 825 116	66 838 535
	REGIÃO SUDESTE	25 911 785	23 460 832	49 392 617
	REGIÃO SUL	10 947 625	7 993 614	18 941 239
	REGIÃO CENTRO-OESTE	9 612 223	5 291 284	14 903 507
FUNÇÃO 09 ENERGIA E RECURSOS MINERAIS		409 744 638	9 861 800	419 606 338
	NACIONAL	79 823 182	7 966 072	87 789 254
	EXTERIOR	8 168 464	0	8 168 464
	REGIÃO NORTE	25 790 959	410 239	26 201 198
	REGIÃO NORDESTE	83 060 049	426 063	83 486 112
	REGIÃO SUDESTE	188 259 067	632 523	188 791 590
	REGIÃO SUL	29 768 309	257 108	30 025 417
	REGIÃO CENTRO-OESTE	14 854 518	259 755	15 114 273

DEMONSTRATIVO SINTETICO DA DESPESA PRIORITARIA POR FUNÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO	REGIÃO	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR / 93)		
		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
FUNÇÃO 10 HABITAÇÃO E URBANISMO		40 701 928	0	40 701 928
	NACIONAL	0	0	0
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	7 325 347	0	7 325 347
	REGIÃO NORDESTE	14 652 692	0	14 652 692
	REGIÃO SUDESTE	9 261 445	0	9 261 445
	REGIÃO SUL	4 884 231	0	4 884 231
FUNÇÃO 11 INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	REGIÃO CENTRO-OESTE	4 477 213	0	4 477 213
		154 591 269	58 064 570	212 655 839
	NACIONAL	101 647 255	57 553 597	159 200 852
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	10 172 165	13 556	10 185 721
	REGIÃO NORDESTE	13 965 792	133 772	14 099 564
	REGIÃO SUDESTE	9 688 195	142 635	9 830 830
FUNÇÃO 12 RELAÇÕES EXTERIORES	REGIÃO SUL	5 254 014	60 780	5 314 794
	REGIÃO CENTRO-OESTE	13 663 848	160 230	14 024 078
		614 616	5 919 816	6 534 432
	NACIONAL	6 798	814 499	821 297
	EXTERIOR	607 816	5 105 317	5 713 135
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
FUNÇÃO 13 SAÚDE E SANEAMENTO	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
		90 160 383	356 340 899	446 501 282
	NACIONAL	51 685 032	354 992 377	406 677 409
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	5 417 464	65 352	5 482 816
FUNÇÃO 14 TRABALHO	REGIÃO NORDESTE	10 870 800	15 042	10 885 842
	REGIÃO SUDESTE	13 492 551	129 316	13 621 866
	REGIÃO SUL	3 505 241	1 137 471	4 642 712
	REGIÃO CENTRO-OESTE	5 169 295	1 342	5 190 637
		495 955	445 198 105	446 692 060
	NACIONAL	442 371	158 012 405	158 454 776
	EXTERIOR	0	0	0
FUNÇÃO 15 ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	REGIÃO NORTE	8 036	9 367 907	9 375 943
	REGIÃO NORDESTE	10 716	45 043 144	45 053 860
	REGIÃO SUDESTE	16 080	165 169 513	165 185 593
	REGIÃO SUL	10 716	52 340 673	52 351 389
	REGIÃO CENTRO-OESTE	8 036	15 062 453	15 070 489
		10 068 228	1 010 430 248	1 020 498 476
	NACIONAL	38 145	155 753	193 898
FUNÇÃO 16 TRANSPORTE	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	296 015	31 227 939	31 523 954
	REGIÃO NORDESTE	1 985 526	209 917 415	211 902 941
	REGIÃO SUDESTE	5 577 487	571 638 859	577 216 346
	REGIÃO SUL	1 860 331	162 109 551	163 969 882
	REGIÃO CENTRO-OESTE	410 724	35 380 731	35 791 455
		158 255 632	5 698 834	163 954 466
TOTAL DAS FUNÇÕES	NACIONAL	15 202 676	85 815	15 288 491
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	10 713 050	0	10 713 050
	REGIÃO NORDESTE	34 152 095	981 782	35 133 877
	REGIÃO SUDESTE	21 333 701	4 144 907	25 478 608
	REGIÃO SUL	16 644 148	485 350	17 129 498
	REGIÃO CENTRO-OESTE	8 220 962	0	8 220 962
		1 892 838 547	2 094 854 659	3 987 693 206
	NACIONAL	704 650 488	676 931 447	1 381 581 935
	EXTERIOR	11 488 703	7 295 585	18 784 289
	REGIÃO NORTE	145 162 953	65 147 593	210 310 546
	REGIÃO NORDESTE	324 943 354	291 248 133	616 191 487
	REGIÃO SUDESTE	459 211 987	757 396 984	1 216 608 971
	REGIÃO SUL	129 948 548	227 591 986	357 540 534
	REGIÃO CENTRO-OESTE	117 422 534	59 243 930	176 666 464

TABELA 2
DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DA DESPESA PRIORITÁRIA
POR PROGRAMA
(1994 / 1995)

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DA DESPESA PRIORITARIA POR PROGRAMA (1994 / 95)

PROGRAMA	REGIÃO	DESPESAS (EM MILHÕES DE AMR./94)		
		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
PROGRAMA 004 PROCESSO JUDICIÁRIO		613 969	1 047 888	1 661 858
	NACIONAL	613 969	1 047 888	1.661.858
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
PROGRAMA 007 ADMINISTRAÇÃO		101 935 688	84 070 828	186.076.516
	NACIONAL	100 296 914	81 271 882	181.568.828
	EXTERIOR	2 975	1 810	4.785
	REGIÃO NORTE	46 783	45.205	91.988
	REGIÃO NORDESTE	130 151	252.908	383.059
	REGIÃO SUDESTE	961 042	1 006 738	1.967.780
	REGIÃO SUL	146 234	276.883	423.117
	REGIÃO CENTRO-OESTE	362 489	1 083 909	1.446.398
PROGRAMA 008 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		113 852 923	16 929 211	130.782.134
	NACIONAL	83 587 809	10 142 982	93.730.791
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	13 483 859	92.653	13.576.512
	REGIÃO NORDESTE	16 254 241	3 815 081	20.069.322
	REGIÃO SUDESTE	361 321	1 996 583	2.357.904
	REGIÃO SUL	146 711	821 300	968.011
	REGIÃO CENTRO-OESTE	47 180	280 592	327.772
PROGRAMA 009 PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL		132.484.197	28.264.387	160.748.584
	NACIONAL	132.484.987	28.250.073	160.735.060
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	5.200	14.314	19.514
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
PROGRAMA 010 CIÊNCIA E TECNOLOGIA		20 815 028	11 045 114	31 860.142
	NACIONAL	19 832 271	10 933 821	30.766.092
	EXTERIOR	123 403	68 499	191.902
	REGIÃO NORTE	187 253	510 089	697.342
	REGIÃO NORDESTE	85 778	72 760	158.538
	REGIÃO SUDESTE	200 808	86 548	287.356
	REGIÃO SUL	110 302	92 159	202.461
	REGIÃO CENTRO-OESTE	96 713	90 180	186.893
PROGRAMA 013 ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA		112.245.858	8.115.028	120.360.886
	NACIONAL	0	0	0
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	17 969 185	978 367	18.947.552
	REGIÃO NORDESTE	47 163 136	2 568 332	49.731.468
	REGIÃO SUDESTE	6 734 501	366 890	7.101.391
	REGIÃO SUL	25 816 780	1 406 478	27.223.258
	REGIÃO CENTRO-OESTE	14 692 014	794 061	15.486.075
PROGRAMA 016 PRODUÇÃO VEGETAL		9 313	37 932	47.245
	NACIONAL	0	0	0
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	449	2 798	3.247
	REGIÃO NORDESTE	1 014	9 303	10.317
	REGIÃO SUDESTE	2 399	18.174	20.573
	REGIÃO SUL	2 532	16 741	19.273
	REGIÃO CENTRO-OESTE	2 719	16 918	19.637
PROGRAMA 019 PRODUÇÃO ANIMAL		290 047	861 878	1.151.925
	NACIONAL	24 890	27 486	52.376
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	7 120	29 376	36.496
	REGIÃO NORDESTE	81 987	133 046	215.033
	REGIÃO SUDESTE	63 895	230 044	303.939
	REGIÃO SUL	94 107	245 580	339.687
	REGIÃO CENTRO-OESTE	49 778	177 151	226.929

DEMONSTRATIVO SINTETICO DA DESPESA PRIORITARIA POR PROGRAMA (1994 / 98)

PROGRAMA	REGIÃO	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR./93)		
		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
PROGRAMA 016 ABASTECIMENTO		171 255 010	19 426.076	190 681.086
	NACIONAL	81 552 046	17 375 316	98 927.362
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	10 422 575	248 592	10 671 167
	REGIÃO NORDESTE	16 273 559	188 480	16 462 039
	REGIÃO SUDESTE	11 567 596	544 278	12 111 874
	REGIÃO SUL	14 820 087	928 082	15 748 169
	REGIÃO CENTRO-OESTE	35 918.247	543 328	37 461 575
PROGRAMA 017 PRESERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS		1 057 789	1 230.115	2 287 904
	NACIONAL	828.928	1.230.115	1.959.043
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	56 283	0	56 283
	REGIÃO SUDESTE	374 580	0	374 580
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
PROGRAMA 018 PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL		30 251.274	1 701 010	31.952.284
	NACIONAL	29 871 460	993 070	30 864 530
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	61 730	73 227	134 957
	REGIÃO NORDESTE	108 017	157 218	265 235
	REGIÃO SUDESTE	83 664	180 621	264 285
	REGIÃO SUL	91 765	175 430	267 195
	REGIÃO CENTRO-OESTE	34 858	121 444	156 302
PROGRAMA 021 COMUNICAÇÕES POSTAIS		11 361 944	0	11 361 944
	NACIONAL	497 044	0	497 044
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	800 189	0	800 189
	REGIÃO NORDESTE	2.222 631	0	2.222 631
	REGIÃO SUDESTE	6 346 484	0	6 346 484
	REGIÃO SUL	1 034.123	0	1 034 123
	REGIÃO CENTRO-OESTE	881 473	0	881 473
PROGRAMA 022 TELECOMUNICAÇÕES		247 279 857	251 988	247 531.845
	NACIONAL	85 025 857	251 988	85 277 845
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	4 836.000	0	4 836 000
	REGIÃO NORDESTE	20 830 000	0	20 830 000
	REGIÃO SUDESTE	135 415 000	0	135 415 000
	REGIÃO SUL	18 211 000	0	18 211 000
	REGIÃO CENTRO-OESTE	15 163 000	0	15 163 000
PROGRAMA 026 DEFESA AEREA		3 830.978	4.906 232	8.736.210
	NACIONAL	3 830.978	4.906 232	8.736.210
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
PROGRAMA 027 DEFESA MARITIMA		7 857.974	7 739 346	15 597 322
	NACIONAL	5.317 184	2 536 923	7 854 107
	EXTERIOR	2 540 790	1.202 425	3.743.215
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
PROGRAMA 028 DEFESA TERRESTRE		4 514 660	901 590	5.016.250
	NACIONAL	4 514 660	901 590	5.016 250
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0

DEMONSTRATIVO SINTETICO DA DESPESA PRIORITARIA POR PROGRAMA (1994 / 95)

PROGRAMA	REGIÃO	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR./93)		
		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
PROGRAMA 030 SEGURANÇA PÚBLICA		1 178 542	400 928	1 579 470
	NACIONAL	1 178 542	400 928	1 579 470
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
PROGRAMA 034 PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL - PIN		5 107 910	557 320	5.665.230
	NACIONAL	0	0	0
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	5 107 910	557 320	5 665.230
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
PROGRAMA 039 DESENVOLVIMENTO DE MICRO-REGIÕES		2.171 079	187 334	2 358 413
	NACIONAL	0	0	0
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	2 171 079	187 334	2 358 413
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
PROGRAMA 040 PROGRAMAS INTEGRADOS		27 826 413	707 084	28.583 497
	NACIONAL	7 293 748	0	7 293 748
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	5 781 974	217 516	6 078.590
	REGIÃO NORDESTE	10 900 742	214 835	11 115 377
	REGIÃO SUDESTE	459 256	131 687	592 943
	REGIÃO SUL	416 472	49 593	466 065
	REGIÃO CENTRO-OESTE	3 044 221	91 553	3.135 774
PROGRAMA 041 EDUCAÇÃO DA CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS		3 000 103	2.376 488	5.376 591
	NACIONAL	0	0	0
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	1 599.896	1 967 407	3 557 303
	REGIÃO NORDESTE	821 146	149 858	970 802
	REGIÃO SUDESTE	234 341	90 019	324 360
	REGIÃO SUL	90 855	58 210	159 065
	REGIÃO CENTRO-OESTE	153 865	113 196	267 061
PROGRAMA 042 ENSINO FUNDAMENTAL		90 499 978	43 095 833	133 595 811
	NACIONAL	838.211	3 843.963	4 683 174
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	26 518 763	15 621.215	42.139.978
	REGIÃO NORDESTE	33 858 109	13 485 838	47 323 747
	REGIÃO SUDESTE	16 160 418	6 282.616	22.443 034
	REGIÃO SUL	5 985 564	1 874 783	7 860 307
	REGIÃO CENTRO-OESTE	7 137 923	2 007 648	9.145 571
PROGRAMA 043 ENSINO MÉDIO		7 627 007	2 722 200	10.349.207
	NACIONAL	288.357	870.055	1 158.412
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	1.319 544	275.529	1.595 073
	REGIÃO NORDESTE	1.730.216	537 810	2.268 026
	REGIÃO SUDESTE	1 994 521	539 494	2.533 015
	REGIÃO SUL	1 371 292	263 949	1.635 241
	REGIÃO CENTRO-OESTE	919 677	235.363	1 154 440
PROGRAMA 044 ENSINO SUPERIOR		16.369.897	18 316.242	34 685 139
	NACIONAL	27 023	7.500 305	7.527.328
	EXTERIOR	45 260	825.119	870 359
	REGIÃO NORTE	1 057 710	514 112	1.571 822
	REGIÃO NORDESTE	4 288 958	1 620.062	5.909 020
	REGIÃO SUDESTE	6 811.001	2 858.831	9.678 832
	REGIÃO SUL	3 065.043	1 242.290	4 307 333
	REGIÃO CENTRO-OESTE	1.274 912	844 623	1.919 436

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DA DESPESA PRIORITÁRIA POR PROGRAMA (1994 / 95)

PROGRAMA	REGIÃO	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR /93)		
		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
PROGRAMA 045 ENSINO SUPLETIVO		164 486	584 463	748.949
	NACIONAL	13 150	290.717	303.877
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	14.966	29.370	44.336
	REGIÃO NORDESTE	87 100	167 430	254 530
	REGIÃO SUDESTE	25 880	49 932	75 810
	REGIÃO SUL	8 035	17 646	25 681
	REGIÃO CENTRO-OESTE	14 345	29.370	43.715
PROGRAMA 046 EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS		1 384 350	144 242	1.628 592
	NACIONAL	0	0	0
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	41 530	5 736	48.266
	REGIÃO NORDESTE	275 877	26 441	302 312
	REGIÃO SUDESTE	555 738	56 737	612 475
	REGIÃO SUL	413 307	40 384	453.691
	REGIÃO CENTRO-OESTE	96 904	13 944	110.848
PROGRAMA 047 ASSISTÊNCIA A EDUCANDOS		1 174 408	0	1.174 408
	NACIONAL	1 174 408	0	1 174 408
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
PROGRAMA 048 CULTURA		899 498	1 176 222	2 074 721
	NACIONAL	724 723	913 967	1 638 690
	EXTERIOR	4	1 616	1.620
	REGIÃO NORTE	39.556	34 106	73 662
	REGIÃO NORDESTE	76 358	111 183	187 541
	REGIÃO SUDESTE	56 701	108.729	167 430
	REGIÃO SUL	0	834	834
	REGIÃO CENTRO-OESTE	167	4 817	4 974
PROGRAMA 049 EDUCAÇÃO ESPECIAL		3 520 688	3 573 650	7 094 338
	NACIONAL	3 131 625	2 370.208	5 501 833
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	14 641	11 251	25.892
	REGIÃO NORDESTE	78 426	38 310	116 736
	REGIÃO SUDESTE	267 012	1 135.870	1 402 882
	REGIÃO SUL	13 415	5 717	20 132
	REGIÃO CENTRO-OESTE	15 669	11 294	26 963
PROGRAMA 051 ENERGIA ELÉTRICA		150 280 358	680 000	180.940 358
	NACIONAL	30.523 132	680.000	31.203.132
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	18 650 884	0	18 650 884
	REGIÃO NORDESTE	43 103 891	0	43 103 891
	REGIÃO SUDESTE	38 851 217	0	38 851 217
	REGIÃO SUL	19 131 834	0	19.131.834
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
PROGRAMA 052 PETRÓLEO		238 431 887	0	238.431 887
	NACIONAL	42 120 701	0	42 120 701
	EXTERIOR	8.188 484	0	8 188.484
	REGIÃO NORTE	5 913 384	0	5.913 384
	REGIÃO NORDESTE	33 822 619	0	33.822.619
	REGIÃO SUDESTE	122.987 958	0	122.987 958
	REGIÃO SUL	10 610 199	0	10.610 199
	REGIÃO CENTRO-OESTE	14 808 382	0	14.808 382
PROGRAMA 053 RECURSOS MINERAIS		12 495.855	2.961 200	15 477.355
	NACIONAL	6 452.687	1 086 072	7.538.659
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	1.226 831	410 259	1.637 150
	REGIÃO NORDESTE	1 285.271	426.083	1 681 354
	REGIÃO SUDESTE	3 470 674	532 523	4 003.097
	REGIÃO SUL	44 078	257 108	301 186
	REGIÃO CENTRO-OESTE	46 166	269.755	315.911

DEMONSTRATIVO SINTETICO DA DESPESA PRIORITARIA POR PROGRAMA (1994 / 95)

PROGRAMA	REGIÃO	DESPESAS (CRF MILHÕES DE ABR / 93)		
		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
PROGRAMA 054 RECURSOS HIDRICOS		24 765 799	1 512 250	26 378 059
	NACIONAL	0	0	0
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	176 584	124 765	301 350
	REGIÃO NORDESTE	17 806 916	923 774	18 530 690
	REGIÃO SUDESTE	2 149 972	77 679	2 227 651
	REGIÃO SUL	1 224 057	269 611	1 493 668
	REGIÃO CENTRO-OESTE	3 608 270	215 430	3 824 700
PROGRAMA 055 CARVÃO MINERAL		2 400	0	2 400
	NACIONAL	0	0	0
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	2 400	0	2 400
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
PROGRAMA 056 XISTO		13 600	0	13 600
	NACIONAL	13 600	0	13 600
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
PROGRAMA 057 HABITAÇÃO		40 701 928	0	40 701 928
	NACIONAL	0	0	0
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	7 328 347	0	7 328 347
	REGIÃO NORDESTE	14 652 692	0	14 652 692
	REGIÃO SUDESTE	9 351 445	0	9 351 445
	REGIÃO SUL	4 884 231	0	4 884 231
	REGIÃO CENTRO-OESTE	4 477 213	0	4 477 213
PROGRAMA 058 URBANISMO		4 215 251	107 935	4 324 187
	NACIONAL	4 215 251	107 935	4 324 187
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
PROGRAMA 059 REGIÕES METROPOLITANAS		4 098 588	0	4 098 588
	NACIONAL	4 098 588	0	4 098 588
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
PROGRAMA 062 INDUSTRIA		9 849 852	342 548	10 192 400
	NACIONAL	683 411	0	683 411
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	9 012 123	0	9 012 123
	REGIÃO NORDESTE	154 318	342 548	496 866
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
PROGRAMA 063 COMERCIO		92 165	1 080 865	1 173 031
	NACIONAL	92 165	1 080 865	1 173 031
	EXTERIOR	0	27 000	27 000
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0

DEMONSTRATIVO SINTETICO DA DESPESA PRIORITARIA POR PROGRAMA (1994 / 95)

PROGRAMA	REGIÃO	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR /93)		
		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
PROGRAMA 064 SERVIÇOS FINANCEIROS		426 864	0	426.864
	NACIONAL	426 864	0	426.864
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
PROGRAMA 065 TRAFEGO		10 816 186	140 530	10 956 716
	NACIONAL	8 659 154	112 524	8 771 778
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	1 300	2 800	3 900
	REGIÃO NORDESTE	1 959 732	25 306	1 981 038
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
PROGRAMA 066 ORGANIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL		189 680	1 371 718	1 561 398
	NACIONAL	189 680	1 371 718	1.561.398
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
PROGRAMA 072 POLÍTICA EXTERIOR		614 616	5 892 816	6.507.432
	NACIONAL	6 798	814 499	821 297
	EXTERIOR	507 818	5 078 317	5 686 135
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
PROGRAMA 075 SAÚDE		42 156 659	387 273 923	429.430.482
	NACIONAL	34 855 327	354 282 975	389.068.302
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	3 274 622	3 274 622
	REGIÃO NORDESTE	0	9 512 042	9 512 042
	REGIÃO SUDESTE	7 232 926	12.447 048	19 679 974
	REGIÃO SUL	88 306	5 613 681	5.681.067
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	2 223 575	2 223.575
PROGRAMA 076 SANEAMENTO		50 038 242	962 072	51.000.314
	NACIONAL	16 779 584	86 502	16.846.146
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	5.521 516	44 874	5.566.190
	REGIÃO NORDESTE	11 183 402	134.028	11 317 427
	REGIÃO SUDESTE	6 989 325	312 730	7 302 055
	REGIÃO SUL	4 270 876	357 405	4 628.283
	REGIÃO CENTRO-OESTE	5 293 537	44 878	5.338.213
PROGRAMA 077 PROTEÇÃO AO MEIO-AMBIENTE		4 705 029	4 755.785	9 481 784
	NACIONAL	4 411 345	3 897.940	8.209.285
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	134 161	389 246	603.407
	REGIÃO NORDESTE	26 035	69 454	117.489
	REGIÃO SUDESTE	70 807	143 898	214.803
	REGIÃO SUL	35 859	131.801	167.470
	REGIÃO CENTRO-OESTE	25 212	124.428	149 640
PROGRAMA 078 PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		876	310 120 220	310.121.096
	NACIONAL	358	23 139 171	23 139 729
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	192	9 337 412	9.337.604
	REGIÃO NORDESTE	128	44 894 680	44.995.008
	REGIÃO SUDESTE	0	188 307 391	188.307.381
	REGIÃO SUL	0	52 306 872	52.306.872
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	15.034 494	15.034.494

DEMONSTRATIVO SINTETICO DA DESPESA PRIORITARIA POR PROGRAMA (1994 / 95)

PROGRAMA	REGIÃO	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABN /93)		
		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
PROGRAMA 079 SEGURANÇA, HIGIENE E MEDICINA DO TRABALHO		495 965	921.505	1 417 480
	NACIONAL	442 371	759.280	1 201.651
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	8 036	33.150	41 186
	REGIÃO NORDESTE	10 715	44 199	54 915
	REGIÃO SUDESTE	16 080	44 044	60 124
	REGIÃO SUL	10 715	23 332	34 048
	REGIÃO CENTRO-OESTE	8 036	17 500	25 536
PROGRAMA 080 RELAÇÕES DO TRABALHO		0	336.083	336 083
	NACIONAL	0	272.037	272 037
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	11 517	11 517
	REGIÃO NORDESTE	0	13.513	13.513
	REGIÃO SUDESTE	0	18 078	18 078
	REGIÃO SUL	0	10 459	10 459
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	10.469	10.469
PROGRAMA 081 ASSISTENCIA		1 470 184	159 111 656	160.581 750
	NACIONAL	1.371 783	134.021 034	135.392.817
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	28 175	4 515 136	4 543 312
	REGIÃO NORDESTE	6 125	7 497 594	7 505 720
	REGIÃO SUDESTE	4 753	8 594 844	8 599 407
	REGIÃO SUL	8 081	2.462 286	2 470 367
	REGIÃO CENTRO-OESTE	49 255	1.920.892	1 970 147
PROGRAMA 082 PREVIDENCIA		9 295.325	960.516 151	969 813 486
	NACIONAL	0	0	0
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	251 055	25 473 910	25.724 965
	REGIÃO NORDESTE	1 918 245	202.280.278	204 198.523
	REGIÃO SUDESTE	5 311 203	660 070.259	665 381.462
	REGIÃO SUL	1 503 539	158 849 302	160 352 841
	REGIÃO CENTRO-OESTE	314 283	33 141.412	33 455 695
PROGRAMA 087 TRANSPORTE AEREO		297 851	0	297 851
	NACIONAL	297.851	0	297.851
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
PROGRAMA 088 TRANSPORTE RODOVIARIO		77 807.523	0	77 807 523
	NACIONAL	4.274 517	0	4 274.517
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	7 729 731	0	7 729 731
	REGIÃO NORDESTE	15 685 694	0	15.685 694
	REGIÃO SUDESTE	24 909 515	0	24 909.515
	REGIÃO SUL	17 083 599	0	17 083.599
	REGIÃO CENTRO-OESTE	8 144 362	0	8 144 362
PROGRAMA 089 TRANSPORTE FERROVIARIO		18 149 966	0	18.149 966
	NACIONAL	10 750.874	0	10.750.874
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	4.245.942	0	4.245.942
	REGIÃO SUDESTE	3 072.000	0	3.072 000
	REGIÃO SUL	70 350	0	70.350
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
PROGRAMA 090 TRANSPORTE MICROVIARIO		41.906 357	85.815	41.992 182
	NACIONAL	1 251.198	25.815	1.277.013
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	2.583 319	0	2 583.319
	REGIÃO NORDESTE	5 981.509	0	5.981.509
	REGIÃO SUDESTE	31.449 044	0	31.449.044
	REGIÃO SUL	154 897	0	154.897
	REGIÃO CENTRO-OESTE	76 800	0	76.800

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DA DESPESA PRIORITÁRIA POR PROGRAMA (1994 / 95)

PROGRAMA	REGIÃO	DESPESAS (CRF MILHÕES DE ABR./93)		
		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
PROGRAMA 091 TRANSPORTE URBANO		29 324.265	5 613.019	34.937.284
	NACIONAL	0	0	0
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	13 136 414	981 762	14 118 176
	REGIÃO SUDESTE	14.852 348	4 144.907	18.997 255
	REGIÃO SUL	1 335.502	486 350	1.821 852
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
TOTAL DOS PROGRAMAS		1.892 838 647	2.094 854 659	3 987.693.206
	NACIONAL	704 660 468	676.931 447	1.381 591 915
	EXTERIOR	11 486 703	17 295 686	18 784 289
	REGIÃO NORTE	146 182 953	65 147 592	210 330 545
	REGIÃO NORDESTE	324 943 354	291 246 133	616 189 487
	REGIÃO SUDESTE	486 211 987	767.395.984	1.253 607 971
	REGIÃO SUL	129 845 546	227 531 986	357 377 534
	REGIÃO CENTRO-OESTE	117 422 534	69 243 930	186.666 464

TABELA 3
DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DA DESPESA PRIORITÁRIA
POR SUBPROGRAMA
(1994 / 1995)

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DA DESPESA PRIORITÁRIA POR SUBPROGRAMA (1994 / 95)

SUBPROGRAMA	REGIÃO	DESPESAS (em milhões de R\$)		
		DE CAPITAL	CONCRETAS	TOTAL
SUBPROGRAMA 0014 DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO		613.989	966.196	1.279.134
	NACIONAL	613.989	966.196	1.279.134
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA 0015 CUSTÓDIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL		701.480	0	701.480
	NACIONAL	701.480	0	701.480
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA 0020 SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR		4.923	11.200	16.123
	NACIONAL	1.948	9.590	11.538
	EXTERIOR	2.975	1.610	4.585
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA 0021 ADMINISTRAÇÃO GERAL		770.608	441.923	1.212.531
	NACIONAL	766.188	441.923	1.208.111
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	2.400	0	2.400
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA 0022 DIVULGAÇÃO OFICIAL		252.746	3.162.484	3.415.230
	NACIONAL	0	2.128.470	2.128.470
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	252.746	1.034.014	1.286.760
SUBPROGRAMA 0024 INFORMATICA		8.110.218	0	8.110.218
	NACIONAL	8.766.188	0	8.766.188
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	48.283	0	48.283
	REGIÃO NORDESTE	130.251	0	130.251
	REGIÃO SUDESTE	981.042	0	981.042
	REGIÃO SUL	148.234	0	148.234
	REGIÃO CENTRO-OESTE	89.743	0	89.743
SUBPROGRAMA 0025 EDIFICAÇÕES PÚBLICAS		402.078	18.933	421.011
	NACIONAL	308.087	18.933	327.020
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	31.981	0	31.981
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA 0030 ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS		7.111.121	13.840.821	20.951.942
	NACIONAL	6.427.774	13.142.963	19.570.738
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	16.784	82.963	99.747
	REGIÃO NORDESTE	68.154	325.701	393.855
	REGIÃO SUDESTE	381.921	1.998.343	2.380.264
	REGIÃO SUL	148.711	821.300	970.011
	REGIÃO CENTRO-OESTE	47.186	280.932	328.118

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DA DESPESA PRIORITÁRIA POR SUBPROGRAMA (1994 / 95)

SUBPROGRAMA	REGIÃO	DESPESAS (CPM MILHÕES DE R\$)		
		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
SUBPROGRAMA 0031 ASSISTÊNCIA FINANCEIRA		124 132 660	60 959 819	185 072 479
	NACIONAL	122 185 529	60 808 219	182 993 808
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	1 502 574	148 358	1 650 942
	REGIÃO NORDESTE	411 183	800	411 983
	REGIÃO SUDESTE	12 510	2 576	15 086
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	864	96	960
SUBPROGRAMA 0036 PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA		39 686 804	3 288 380	42 977 184
	NACIONAL	10 055 843	0	10 055 843
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	13 436 875	0	13 436 875
	REGIÃO NORDESTE	16 195 086	3 288 380	19 483 466
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA 0040 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTAÇÃO		21 301	25 400	46 701
	NACIONAL	15 101	15 000	31 101
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	5 200	10 400	15 600
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA 0042 ORDENAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO		5 207 787	22 389 402	27 597 189
	NACIONAL	5 207 787	22 389 402	27 597 189
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA 0043 ORGANIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA		9 981	51 038	61 019
	NACIONAL	9 981	51 038	61 019
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA 0044 INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS		29 149	552 446	581 595
	NACIONAL	29 149	552 446	581 595
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA 0045 ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICO-SOCIAIS		2 414 703	5 388 975	7 803 678
	NACIONAL	2 414 703	5 272 349	7 687 052
	EXTERIOR	0	116 626	116 626
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA 0054 PESQUISA FUNDAMENTAL		4 403 501	5 980 094	10 383 595
	NACIONAL	4 403 501	5 980 094	10 383 595
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0

DEMONSTRATIVO SINTETICO DA DESPESA PRIORITARIA POR SUBPROGRAMA (1994 / 95)

SUBPROGRAMA	REGIÃO	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ANR /92)		
		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
SUBPROGRAMA 0055 PESQUISA APLICADA		8 619 512	4 908 428	11 527 940
	NACIONAL	5 944 226	4 394 475	10 338 701
	EXTERIOR	123 402	59 499	182 901
	REGIÃO NORTE	167 028	108 302	275 330
	REGIÃO NORDESTE	85 983	101 134	187 097
	REGIÃO SUDESTE	93 473	78 116	171 589
	REGIÃO SUL	110 176	89 518	199 696
	REGIÃO CENTRO-OESTE	95 242	77 384	172 626
SUBPROGRAMA 0056 DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL		1 429 825	1 674 672	3 104 497
	NACIONAL	1 429 825	1 662 453	3 092 278
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	1 631	1 631
	REGIÃO NORDESTE	0	2 745	2 745
	REGIÃO SUDESTE	0	4 088	4 088
	REGIÃO SUL	0	2 019	2 019
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	1 736	1 736
SUBPROGRAMA 0057 INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA		104 178	420 198	524 376
	NACIONAL	85 236	351 767	437 003
	EXTERIOR	432	28 007	28 439
	REGIÃO NORTE	25	126	151
	REGIÃO NORDESTE	3 513	21 639	25 152
	REGIÃO SUDESTE	14 377	6 877	21 254
	REGIÃO SUL	124	622	746
	REGIÃO CENTRO-OESTE	471	11 160	11 631
SUBPROGRAMA 0058 TESTES E ANÁLISE DE QUALIDADE		0	111 406	111 406
	NACIONAL	0	111 406	111 406
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA 0059 LEVANTAMENTO DO MEIO-AMBIENTE		53 334	220 442	273 776
	NACIONAL	50 408	160 202	200 610
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	15 064	15 064
	REGIÃO NORDESTE	0	7 650	7 650
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	1 844	24 324	26 168
	REGIÃO CENTRO-OESTE	1 082	23 202	24 284
SUBPROGRAMA 0060 REFORMA AGRÁRIA		112 245 855	6 115 028	118 360 883
	NACIONAL	0	0	0
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	17 959 265	978 367	18 937 632
	REGIÃO NORDESTE	47 143 296	2 568 332	49 711 627
	REGIÃO SUDESTE	5 734 501	356 890	6 091 391
	REGIÃO SUL	25 818 780	1 406 478	27 225 258
	REGIÃO CENTRO-OESTE	14 692 014	794 961	15 486 975
SUBPROGRAMA 0067 COLONIZAÇÃO		548 658	0	548 658
	NACIONAL	0	0	0
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	548 658	0	548 658
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA 0075 DEFESA SANITÁRIA VEGETAL		9 313	57 932	67 245
	NACIONAL	0	0	0
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	449	2 795	3 247
	REGIÃO NORDESTE	1 014	6 303	7 317
	REGIÃO SUDESTE	2 599	15 174	17 773
	REGIÃO SUL	2 532	15 741	18 273
	REGIÃO CENTRO-OESTE	2 719	18 916	21 635

DEMONSTRATIVO SINTETICO DA DESPESA PRIORITARIA POR SUBPROGRAMA (1994 / 95)

SUBPROGRAMA	REGIÃO	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR /93)		
		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
SUBPROGRAMA 0077 IRRIGAÇÃO		19.854.362	1.380.041	21.254.403
	NACIONAL	0	0	0
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	173.969	75.930	249.899
	REGIÃO NORDESTE	12.743.636	923.774	13.667.410
	REGIÃO SUDESTE	2.149.972	77.679	2.227.651
	REGIÃO SUL	1.208.515	86.228	1.294.743
	REGIÃO CENTRO-OESTE	3.608.270	216.430	3.824.700
SUBPROGRAMA 0087 DEFESA SANITÁRIA ANIMAL		195.796	728.242	924.037
	NACIONAL	0	0	0
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	7.792	26.647	35.339
	REGIÃO NORDESTE	15.565	57.022	72.587
	REGIÃO SUDESTE	63.955	232.818	296.873
	REGIÃO SUL	65.107	238.501	303.608
	REGIÃO CENTRO-OESTE	46.776	171.354	218.130
SUBPROGRAMA 0088 DESENVOLVIMENTO ANIMAL		4.753	3.853	8.606
	NACIONAL	0	0	0
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	4.753	3.853	8.606
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA 0089 DESENVOLVIMENTO DA PESCA		86.499	98.833	185.332
	NACIONAL	24.820	27.488	52.308
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	51.679	71.345	123.024
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA 0094 ESTOQUES REGULADORES		81.552.846	17.963.758	99.516.604
	NACIONAL	81.552.846	17.963.758	99.516.604
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA 0095 ARMAZENAMENTO E SILAGEM		313.376	0	313.376
	NACIONAL	313.376	0	313.376
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA 0096 SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS		54.866	180.328	235.194
	NACIONAL	0	0	0
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	54.866	180.328	235.194
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA 0097 INSPEÇÃO, PADRONIZAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS		198.172	1.416.372	1.614.544
	NACIONAL	0	0	0
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	7.767	55.535	63.303
	REGIÃO NORDESTE	7.767	55.535	63.303
	REGIÃO SUDESTE	62.166	444.034	506.200
	REGIÃO SUL	66.073	472.361	538.434
	REGIÃO CENTRO-OESTE	54.399	388.906	443.304

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DA DESPESA PRIORITÁRIA POR SUBPROGRAMA (1994 / 95)

SUBPROGRAMA	REGIÃO	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR / 93)		
		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
SUBPROGRAMA 0088 EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS		46 000 000	0	46 000 000
	NACIONAL	0	0	0
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	9 200 000	0	9 200 000
	REGIÃO NORDESTE	2 300 000	0	2 300 000
	REGIÃO SUDESTE	2 300 000	0	2 300 000
	REGIÃO SUL	9 200 000	0	9 200 000
	REGIÃO CENTRO-OESTE	23 000 000	0	23 000 000
SUBPROGRAMA 0103 PROTEÇÃO À FLORA E À FAUNA		3 625 237	4 339 373	7 964 610
	NACIONAL	3 512 520	4 105 094	7 617 614
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	38 285	96 417	134 703
	REGIÃO NORDESTE	14 762	24 978	39 738
	REGIÃO SUDESTE	37 798	71 070	108 868
	REGIÃO SUL	14 454	24 511	38 965
	REGIÃO CENTRO-OESTE	7 417	17 305	24 722
SUBPROGRAMA 0104 REFLORESTAMENTO		434 459	549 595	984 054
	NACIONAL	59 879	549 595	609 474
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	374 580	0	374 580
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA 0110 COOPERATIVISMO		0	522 714	522 714
	NACIONAL	0	0	0
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	43 124	43 124
	REGIÃO NORDESTE	0	104 543	104 543
	REGIÃO SUDESTE	0	139 826	139 826
	REGIÃO SUL	0	130 877	130 877
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	104 544	104 544
SUBPROGRAMA 0111 EXTENSÃO RURAL		379 824	185 225	565 049
	NACIONAL	0	0	0
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	81 730	30 103	91 833
	REGIÃO NORDESTE	108 017	52 675	160 692
	REGIÃO SUDESTE	83 694	40 795	124 449
	REGIÃO SUL	91 785	44 753	136 538
	REGIÃO CENTRO-OESTE	34 658	16 900	51 558
SUBPROGRAMA 0112 PROMOÇÃO AGRÁRIA		29 871 450	993 070	30 864 520
	NACIONAL	29 871 450	993 070	30 864 520
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA 0127 SERVIÇOS POSTAIS CONVENCIONAIS		11 381 944	0	11 381 944
	NACIONAL	497 044	0	497 044
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	800 189	0	800 189
	REGIÃO NORDESTE	2 222 531	0	2 222 531
	REGIÃO SUDESTE	6 346 484	0	6 346 484
	REGIÃO SUL	1 034 123	0	1 034 123
	REGIÃO CENTRO-OESTE	861 473	0	861 473
SUBPROGRAMA 0134 TELEFONIA		246 376 358	0	246 376 358
	NACIONAL	54 122 358	0	54 122 358
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	4 835 000	0	4 835 000
	REGIÃO NORDESTE	20 630 000	0	20 630 000
	REGIÃO SUDESTE	138 415 000	0	138 415 000
	REGIÃO SUL	16 211 000	0	16 211 000
	REGIÃO CENTRO-OESTE	15 183 000	0	15 183 000

DEMONSTRATIVO SINTETICO DA DESPESA PRIORITARIA POR SUBPROGRAMA (1994 / 95)

SUBPROGRAMA	REGIÃO	DESPESAS (EM MILHÕES DE ADM./93)		
		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
SUBPROGRAMA 0136 SERVIÇOS ESPECIAIS DE TELECOMUNICAÇÕES		78.884	47.134	126.788
	NACIONAL	78.884	47.134	126.788
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA 0137 RADIODIFUSÃO		904.734	1.301.448	2.206.182
	NACIONAL	904.734	1.301.448	2.206.182
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA 0160 OPERAÇÕES AERÉAS		3.830.978	4.905.232	8.736.210
	NACIONAL	3.830.978	4.905.232	8.736.210
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA 0163 OPERAÇÕES NAVAIS		7.857.974	3.738.248	11.697.322
	NACIONAL	5.317.184	2.525.923	7.894.107
	EXTERIOR	2.540.790	1.202.425	3.743.215
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA 0166 OPERAÇÕES TERRESTRES		4.583.080	584.340	5.167.400
	NACIONAL	4.583.080	584.340	5.167.400
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA 0174 POLICIAMENTO CIVIL		238.283	360.181	598.474
	NACIONAL	238.283	360.181	598.474
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA 0178 DEFESA CONTRA SINISTROS		1.333.636	1.839.181	2.872.803
	NACIONAL	1.333.636	999.061	2.332.647
	EXTERIOR	0	1	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	540.186	540.186
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA 0183 PROGRAMAÇÃO ESPECIAL		199.866.142	1.184.411	201.050.593
	NACIONAL	177.454.358	141.106	177.595.464
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	4.261.627	142.112	4.403.939
	REGIÃO NORDESTE	14.303.786	680.495	14.984.281
	REGIÃO SUDESTE	406.388	12.277	418.665
	REGIÃO SUL	418.906	185.784	604.690
	REGIÃO CENTRO-OESTE	3.020.097	31.487	3.051.584

DEMONSTRATIVO SINTETICO DA DESPESA PRIORITARIA POR SUBPROGRAMA (1994 / 95)

SUBPROGRAMA	REGIÃO	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR./94)		
		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
SUBPROGRAMA 0185 CRECHE		214 715	53 583	268 299
	NACIONAL	0	0	0
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	21 477	5 358	26 840
	REGIÃO NORDESTE	120 241	30 062	150 303
	REGIÃO SUDESTE	35 501	9 127	45 628
	REGIÃO SUL	15 030	3 758	18 788
	REGIÃO CENTRO-OESTE	21 472	5.358	26.840
SUBPROGRAMA 0187 ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO		479 160	2.552.234	3.041 384
	NACIONAL	0	0	0
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	340 312	1 045 208	1 385 518
	REGIÃO NORDESTE	88 640	948 204	1 036 844
	REGIÃO SUDESTE	27 348	226 130	253 478
	REGIÃO SUL	8 207	101.524	110 131
	REGIÃO CENTRO-OESTE	14 643	182.170	196 813
SUBPROGRAMA 0188 ENSINO REGULAR		70 302 600	21 053 496	91.356.096
	NACIONAL	0	0	0
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	24 074 807	9 277 428	33 352.235
	REGIÃO NORDESTE	28 658 618	7 555 351	36 213 969
	REGIÃO SUDESTE	8 755 733	2 076 352	10 832 085
	REGIÃO SUL	3 132 082	817 516	3 949 598
	REGIÃO CENTRO-OESTE	5 681 350	1 328.836	7 008 186
SUBPROGRAMA 0190 EDUCAÇÃO PRE-ESCOLAR		2 785 387	2 324 805	5.110 192
	NACIONAL	0	0	0
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	1 878 424	1 952 038	3 830 463
	REGIÃO NORDESTE	700 905	113 594	814 499
	REGIÃO SUDESTE	197 840	80 582	278 422
	REGIÃO SUL	75 825	64 452	140 277
	REGIÃO CENTRO-OESTE	132 393	107 828	240.221
SUBPROGRAMA 0195 FORMAÇÃO PARA O SETOR PRIMARIO		109 886	238 593	348.479
	NACIONAL	0	0	0
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	8 938	19 404	28 342
	REGIÃO NORDESTE	32 819	71 280	104 099
	REGIÃO SUDESTE	41 603	50 348	91 951
	REGIÃO SUL	14 285	31 018	45 303
	REGIÃO CENTRO-OESTE	12 235	25 553	37 788
SUBPROGRAMA 0198 FORMAÇÃO PARA O SETOR TERCIARIO		288 357	538 403	826.760
	NACIONAL	288 357	538 403	826 760
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA 0199 ENSINO POLIVALENTE		5 743 851	1 451 134	7 195.045
	NACIONAL	0	231 632	231 632
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	1 166 832	145 775	1 312 608
	REGIÃO NORDESTE	1 590 473	374 808	1 965 281
	REGIÃO SUDESTE	1 888 657	373 109	2 261 766
	REGIÃO SUL	1 284 027	174 416	1 458 443
	REGIÃO CENTRO-OESTE	833 862	151 433	985 295
SUBPROGRAMA 0205 ENSINO DE GRADUAÇÃO		11 457 259	3 294 558	14 751 857
	NACIONAL	7 413	19.520	26 933
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	960 011	347 896	1 307 907
	REGIÃO NORDESTE	3 322.350	923.960	4.246 310
	REGIÃO SUDESTE	4 137.183	1 172 043	5.309 226
	REGIÃO SUL	2 000 277	556 895	2.557 172
	REGIÃO CENTRO-OESTE	1 030 025	274.484	1.304 509

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DA DESPESA PRIORITÁRIA POR SUBPROGRAMA (1994 / 95)

SUBPROGRAMA	REGIÃO	DESPESA (CR\$ MILHÕES DE AMR./95)		
		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
SUBPROGRAMA 0206 ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO		137.868	12.020.644	12.158.512
	NACIONAL	18.810	7.480.785	7.500.595
	EXTERIOR	45.250	826.118	870.368
	REGIÃO NORTE	2.199	168.216	170.415
	REGIÃO NORDESTE	11.814	898.102	909.916
	REGIÃO SUDESTE	38.684	1.536.788	1.575.472
	REGIÃO SUL	14.272	885.595	899.867
	REGIÃO CENTRO-OESTE	8.139	370.038	378.178
SUBPROGRAMA 0213 CURSOS DE SUPLENÇA		0	2.863.718	2.863.718
	NACIONAL	0	2.863.718	2.863.718
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA 0215 CURSOS DE QUALIFICAÇÃO		13.180	8.093.037	8.106.187
	NACIONAL	13.180	8.093.037	8.106.187
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA 0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		389.362	4.807.816	5.197.178
	NACIONAL	389.362	2.758.801	3.148.163
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	31.080	31.080
	REGIÃO NORDESTE	0	386.303	386.303
	REGIÃO SUDESTE	0	948.836	948.836
	REGIÃO SUL	0	281.660	281.660
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	81.916	81.916
SUBPROGRAMA 0224 DESPORTO AMADOR		1.384.350	144.242	1.528.592
	NACIONAL	0	0	0
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	41.530	8.736	50.266
	REGIÃO NORDESTE	276.871	26.441	303.312
	REGIÃO SUDESTE	858.735	56.737	915.472
	REGIÃO SUL	413.307	40.384	453.691
	REGIÃO CENTRO-OESTE	96.904	13.844	110.748
SUBPROGRAMA 0235 BOLSAS DE ESTUDO		4.774.870	8.427.527	13.202.497
	NACIONAL	0	0	0
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	95.500	270.117	365.617
	REGIÃO NORDESTE	964.994	4.388.164	5.353.158
	REGIÃO SUDESTE	2.435.234	2.987.240	5.422.474
	REGIÃO SUL	1.090.494	849.834	1.940.328
	REGIÃO CENTRO-OESTE	236.748	132.172	370.920
SUBPROGRAMA 0236 LIVRO DIDÁTICO		0	4.920.838	4.920.838
	NACIONAL	0	0	0
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	3.217.414	3.217.414
	REGIÃO NORDESTE	0	886.864	886.864
	REGIÃO SUDESTE	0	728.700	728.700
	REGIÃO SUL	0	282.561	282.561
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	144.480	144.480
SUBPROGRAMA 0237 MATERIAL DE APOIO PEDAGÓGICO		384.828	2.687.550	3.072.378
	NACIONAL	0	0	0
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	34.834	1.949.649	1.984.483
	REGIÃO NORDESTE	115.447	244.802	359.249
	REGIÃO SUDESTE	180.082	317.857	497.939
	REGIÃO SUL	53.875	114.102	168.977
	REGIÃO CENTRO-OESTE	30.790	65.200	95.990

DEMONSTRATIVO SINTETICO DA DESPESA PRIORITARIA POR SUBPROGRAMA (1994 / 95)

SUBPROGRAMA	REGIÃO	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR./93)		
		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
SUBPROGRAMA 0239 TRANSPORTE ESCOLAR		70.679	0	70.679
	NACIONAL	0	0	0
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	5.822	0	5.822
	REGIÃO NORDESTE	21.202	0	21.202
	REGIÃO SUDESTE	27.347	0	27.347
	REGIÃO SUL	9.992	0	9.992
	REGIÃO CENTRO-OESTE	5.316	0	5.316
SUBPROGRAMA 0246 PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO		653.437	396.198	1.051.635
	NACIONAL	491.404	226.893	718.297
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	39.556	33.236	72.792
	REGIÃO NORDESTE	85.000	41.748	126.748
	REGIÃO SUDESTE	57.378	93.009	150.387
	REGIÃO SUL	0	84	84
	REGIÃO CENTRO-OESTE	99	3.228	3.327
SUBPROGRAMA 0247 DIFUSÃO CULTURAL		237.831	725.280	963.111
	NACIONAL	230.111	680.385	910.496
	EXTERIOR	4	15.291	15.295
	REGIÃO NORTE	0	870	870
	REGIÃO NORDESTE	7.658	16.647	24.305
	REGIÃO SUDESTE	0	10.000	10.000
	REGIÃO SUL	0	750	750
	REGIÃO CENTRO-OESTE	58	1.337	1.395
SUBPROGRAMA 0252 EDUCAÇÃO COMPENSATÓRIA		3.513.728	3.544.810	7.058.538
	NACIONAL	3.131.625	2.354.608	5.486.233
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	13.521	6.771	20.292
	REGIÃO NORDESTE	74.886	37.350	112.236
	REGIÃO SUDESTE	286.012	1.131.870	1.417.882
	REGIÃO SUL	13.415	5.717	19.132
	REGIÃO CENTRO-OESTE	14.559	7.294	21.853
SUBPROGRAMA 0263 GERAÇÃO DE ENERGIA HIDROELÉTRICA		62.084.315	0	62.084.315
	NACIONAL	6.956.779	0	6.956.779
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	6.204.945	0	6.204.945
	REGIÃO NORDESTE	26.308.973	0	26.308.973
	REGIÃO SUDESTE	17.925.401	0	17.925.401
	REGIÃO SUL	4.688.217	0	4.688.217
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA 0264 GERAÇÃO DE ENERGIA TERMELÉTRICA		12.885.664	0	12.885.664
	NACIONAL	0	0	0
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	3.585.079	0	3.585.079
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	9.100.585	0	9.100.585
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA 0265 GERAÇÃO DE ENERGIA TERMONUCLEAR		23.173.406	0	23.173.406
	NACIONAL	23.173.406	0	23.173.406
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA 0266 GERAÇÃO DE ENERGIA NÃO-CONVENCIONAL		98.000	0	98.000
	NACIONAL	98.000	0	98.000
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0

DEMONSTRATIVO SINTETICO DA DESPESA PRIORITARIA POR SUBPROGRAMA (1994 / 95)

SUBPROGRAMA	REGIÃO	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR /93)		
		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
SUBPROGRAMA 0267 TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		46 634 654	0	46.634.654
	NACIONAL	91 002	0	91 002
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	8 435 967	0	8 435.967
	REGIÃO NORDESTE	16 794 718	0	16 794.718
	REGIÃO SUDESTE	15 970 135	0	15.970 135
	REGIÃO SUL	5 342 832	0	5.342 832
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA 0268 DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA		5 592 720	0	5.592 720
	NACIONAL	212 346	0	212 346
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	424 693	0	424 693
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	4 955 661	0	4.955.661
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA 0269 ELETRIFICAÇÃO RURAL		20 000	680 000	700 000
	NACIONAL	20 000	680 000	700.000
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA 0289 PROSPECÇÃO E AVALIAÇÃO DE JAZIDAS		52.352 658	660 704	52 913 372
	NACIONAL	1 235 745	560 704	1 797 450
	EXTERIOR	8 168 464	0	8 168.464
	REGIÃO NORTE	4 818 472	0	4 818 472
	REGIÃO NORDESTE	16 249 067	0	16.249.067
	REGIÃO SUDESTE	15 640 209	0	15 640.209
	REGIÃO SUL	5 514 922	0	5 514 922
	REGIÃO CENTRO-OESTE	724 788	0	724 788
SUBPROGRAMA 0290 EXTRAÇÃO E BENEFICIAMENTO		105 843 021	429 247	106 272.268
	NACIONAL	5 052.231	112 106	5.164.337
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	2 253 169	0	2.253 169
	REGIÃO NORDESTE	17 125 603	0	17 125 603
	REGIÃO SUDESTE	81 412 018	317 141	81 729 159
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA 0292 LEVANTAMENTO GEOLÓGICO		274 794	1 676 587	1 953 381
	NACIONAL	0	0	0
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	68 634	410 259	478 893
	REGIÃO NORDESTE	73 876	426 083	499.959
	REGIÃO SUDESTE	42 052	215 382	257 434
	REGIÃO SUL	44 076	257 108	301 184
	REGIÃO CENTRO-OESTE	46 156	269 755	315.911
SUBPROGRAMA 0295 ESTUDOS E PESQUISAS HIDROLÓGICAS		55 283	0	55.283
	NACIONAL	0	0	0
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	55 283	0	55.283
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA 0297 REGULARIZAÇÃO DE CURSOS D'ÁGUA		3 692 219	0	3.692 219
	NACIONAL	0	0	0
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	3 692 219	0	3 692 219
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0

DEMONSTRATIVO SINTETICO DA DESPESA PRIORITARIA POR SUBPROGRAMA (1994 / 95)

SUBPROGRAMA	REGIÃO	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR./93)		
		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
SUBPROGRAMA 0316 HABITAÇÕES URBANAS		40 701 928	0	40.701.928
	NACIONAL	0	0	0
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	7.326 347	0	7 326 347
	REGIÃO NORDESTE	14 652 692	0	14 652 692
	REGIÃO SUDESTE	9 361 445	0	9 361 445
	REGIÃO SUL	4 884 231	0	4 884 231
	REGIÃO CENTRO-OESTE	4 477.213	0	4 477 213
SUBPROGRAMA 0323 PLANEJAMENTO URBANO		18 276 234	277 909	18.554 143
	NACIONAL	8 314 839	17 500	8.332.339
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	1 951.441	39 438	1 990 879
	REGIÃO NORDESTE	2 988 088	44 628	3 032 716
	REGIÃO SUDESTE	2 017.086	72 826	2.089 912
	REGIÃO SUL	1 208 256	78 806	1.287 062
	REGIÃO CENTRO-OESTE	1 796 524	24 711	1 821.235
SUBPROGRAMA 0325 LIMPEZA PÚBLICA		79 556	0	79 556
	NACIONAL	79 556	0	79.556
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA 0346 PROMOÇÃO INDUSTRIAL		730 410	529.882	1 260.292
	NACIONAL	0	0	0
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	576 092	187 334	763 426
	REGIÃO NORDESTE	154 318	342 548	496.866
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA 0347 PRODUÇÃO INDUSTRIAL		39 030 247	0	39 030 247
	NACIONAL	30 018 124	0	30 018 124
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	9 012 123	0	9 012 123
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA 0353 COMERCIALIZAÇÃO		50 495 596	557 267	51 052 863
	NACIONAL	6 021 914	82 469	6 104 373
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	2 184 598	13 556	2 198 154
	REGIÃO NORDESTE	13.965 792	133 772	14 099.564
	REGIÃO SUDESTE	9 206 430	106 470	9 311 900
	REGIÃO SUL	5 254 014	50 780	5 314.794
	REGIÃO CENTRO-OESTE	13 863 848	160.230	14 024 078
SUBPROGRAMA 0355 PROMOÇÃO EXTERNA DO COMÉRCIO		0	27 000	27.000
	NACIONAL	0	0	0
	EXTERIOR	0	27 000	27.000
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA 0352 SERVIÇOS BANCÁRIOS E FINANCEIROS		426 854	0	426 854
	NACIONAL	426 854	0	426.854
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0

DEMONSTRATIVO SINTETICO DA DESPESA PRIORITARIA POR SUBPROGRAMA (1994 / 95)

SUBPROGRAMA	REGIÃO	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR./93)		
		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
SUBPROGRAMA 0363 PROMOÇÃO DO TURISMO		1 957 232	109.286	2.066.518
	NACIONAL	208	81.380	81 588
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	1 300	2.800	3.900
	REGIÃO NORDESTE	1 955 732	25 306	1.981 038
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA 0364 EMPREENHIMENTOS TURISTICOS		8 858 954	31 244	8 890 198
	NACIONAL	8 858.954	31 244	8.890 198
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA 0374 MARCAS E PATENTES		0	1 452	1.452
	NACIONAL	0	0	0
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	1 452	1 452
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA 0378 REGISTRO DE EMPRESAS		189 680	1 371.718	1.561.398
	NACIONAL	189 680	1 371 718	1.561 398
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA 0410 RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS		607 366	5 846 090	6.252.476
	NACIONAL	0	729 017	729 017
	EXTERIOR	607 366	4 916 073	5.523 459
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA 0411 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL		98 961	339.617	438.678
	NACIONAL	98 961	307 060	406 021
	EXTERIOR	0	3.936	3 936
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	28 621	28.621
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA 0427 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO		878	84.785.231	84.786 109
	NACIONAL	558	53 015 695	53.016.123
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	192	3 237 514	3.237 506
	REGIÃO NORDESTE	128	9 515 896	9 516 024
	REGIÃO SUDESTE	0	12 317 733	12.317.733
	REGIÃO SUL	0	4 476 190	4.476 190
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	2.222.232	2.222.233
SUBPROGRAMA 0428 ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA		28 848 127	239 640 963	268 389.090
	NACIONAL	21 546.895	238 216 061	259 762.956
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	51 180	51 180
	REGIÃO NORDESTE	0	5 694	5 694
	REGIÃO SUDESTE	7 232 926	129 316	7 362.242
	REGIÃO SUL	68 306	1 137 471	1 205 777
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	1 342	1 342

DEMONSTRATIVO SINTETICO DA DESPESA PRIORITARIA POR SUBPROGRAMA (1994 / 95)

SUBPROGRAMA	REGIÃO	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR / 93)		
		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
SUBPROGRAMA: 0429 CONTROLE DAS DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS		4 815 414	13 593 643	18.409.057
	NACIONAL	4 815 414	13 593 643	18 409.057
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA: 0430 VIGILÂNCIA SANITÁRIA		5.349 935	293.500	5.643.535
	NACIONAL	5.349.935	293.500	5 643.535
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA: 0431 PREVENÇÃO PROFILÁTICA E TERAPÊUTICA		2.194 790	45 608 088	47.802.878
	NACIONAL	2.194.790	45 608 088	47 802.878
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA: 0447 ABASTECIMENTO D'ÁGUA		18.890.692	27 185	18.917 878
	NACIONAL	4.136.550	27 185	4 163 735
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	2 185 227	0	2 185.227
	REGIÃO NORDESTE	5 924 943	0	5.924 943
	REGIÃO SUDESTE	2.962 472	0	2.962 472
	REGIÃO SUL	1 458 645	0	1 458 645
	REGIÃO CENTRO-OESTE	2.221 855	0	2.221 855
SUBPROGRAMA: 0448 SANEAMENTO GERAL		10 588 864	33 836	10 622 700
	NACIONAL	10 588 864	33 836	10.622 700
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA: 0449 SISTEMAS DE ESGOTO		8 091 188	0	8 091 188
	NACIONAL	1 525 808	0	1 525 808
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	1 312 876	0	1.312.876
	REGIÃO NORDESTE	1.959 314	0	1.959.314
	REGIÃO SUDESTE	1 312 876	0	1.312.876
	REGIÃO SUL	787 725	0	787 725
	REGIÃO CENTRO-OESTE	1 181 589	0	1.181.589
SUBPROGRAMA: 0456 CONTROLE DA POLUIÇÃO		1 506 512	544 243	2 150 855
	NACIONAL	1 487 955	542 892	2.040.848
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	5 938	61.921	67 857
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	2 720	39 430	42.150
SUBPROGRAMA: 0457 DEFESA CONTRA AS SECAS		1.171.061	0	1.171 061
	NACIONAL	0	0	0
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	1 171 061	0	1 171.061
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0

DEMONSTRATIVO SINTETICO DA DESPESA PRIORITARIA POR SUBPROGRAMA (1994 / 95)

SUBPROGRAMA	REGIÃO	DESPESAS (CRF MILHÕES DE ABR /93)		
		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
SUBPROGRAMA 0458 DEFESA CONTRA INUNDAÇÕES		2 084 859	893 510	2.978 369
	NACIONAL	0	0	0
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	104 244	44 874	148 918
	REGIÃO NORDESTE	312 730	134 025	446 755
	REGIÃO SUDESTE	729 700	312 730	1 042 430
	REGIÃO SUL	833 943	357 405	1 191 348
	REGIÃO CENTRO-OESTE	104 242	44 675	148 918
SUBPROGRAMA 0470 SEGURO DESEMPREGO		0	301 989 281	301.989 281
	NACIONAL	0	15 031 852	15.031 852
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	9 323 240	9.323.240
	REGIÃO NORDESTE	0	44 985 432	44.985 432
	REGIÃO SUDESTE	0	165 307 391	165 307 391
	REGIÃO SUL	0	52 306 872	52 306 872
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	15 034 494	15.034 494
SUBPROGRAMA 0473 ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO		0	11 015	11.015
	NACIONAL	0	11 015	11.015
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA 0475 FISCALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO		0	255 872	255 872
	NACIONAL	0	191 825	191 825
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	11 517	11 517
	REGIÃO NORDESTE	0	13 513	13 513
	REGIÃO SUDESTE	0	18 078	18 078
	REGIÃO SUL	0	10 469	10 469
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	10 469	10 469
SUBPROGRAMA 0477 ORDENAMENTO DO EMPREGO E DO SALÁRIO		137 875	619 707	757 583
	NACIONAL	0	205 983	205 983
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	13 788	41 372	55 160
	REGIÃO NORDESTE	41 380	124 120	165 480
	REGIÃO SUDESTE	41 380	124 120	165 480
	REGIÃO SUL	13 788	41 372	55 160
	REGIÃO CENTRO-OESTE	27 580	82 740	110 320
SUBPROGRAMA 0479 NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA PROTEÇÃO NO TRABALHO		85 325	145 094	231 420
	NACIONAL	32 742	55 038	87 780
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	8 035	13 510	21 545
	REGIÃO NORDESTE	10 715	18 012	28 728
	REGIÃO SUDESTE	16 080	27 012	43 092
	REGIÃO SUL	10 715	18 012	28 728
	REGIÃO CENTRO-OESTE	8 035	13 510	21 545
SUBPROGRAMA 0480 PREVENÇÃO DO ACIDENTE DO TRABALHO		0	125 359	125.359
	NACIONAL	0	53 200	53.200
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	19.540	19 540
	REGIÃO NORDESTE	0	26 187	26 187
	REGIÃO SUDESTE	0	17 032	17 032
	REGIÃO SUL	0	5 320	5.320
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	3 990	3.990
SUBPROGRAMA 0483 ASSISTÊNCIA AO MENOR		19 059 749	17 745 051	36 805 800
	NACIONAL	0	0	0
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	2 220 928	3 694 598	5.915.526
	REGIÃO NORDESTE	5 168 226	5 424 916	10 593 142
	REGIÃO SUDESTE	7 315 043	4 907 575	12.222.618
	REGIÃO SUL	2 852 403	1 885 960	4 748.363
	REGIÃO CENTRO-OESTE	1 493 149	1 833 002	3.326 151

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DA DESPESA PRIORITÁRIA POR SUBPROGRAMA (1994 / 95)

SUBPROGRAMA	REGIÃO	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR./93)		
		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
SUBPROGRAMA 0484 ASSISTENCIA AO SILVICOLA		132.847	423.372	556.319
	NACIONAL	38.146	31.159	69.304
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	28.076	282.117	310.195
	REGIÃO NORDESTE	7.384	37.667	44.951
	REGIÃO SUDESTE	2.707	17.518	20.226
	REGIÃO SUL	7.500	28.450	35.950
	REGIÃO CENTRO-OESTE	49.133	26.650	75.693
SUBPROGRAMA 0485 ASSISTENCIA A VELHICE		0	5.216.473	5.216.473
	NACIONAL	0	0	0
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	699.640	699.640
	REGIÃO NORDESTE	0	1.198.638	1.198.638
	REGIÃO SUDESTE	0	2.849.116	2.849.116
	REGIÃO SUL	0	315.600	315.600
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	262.479	262.479
SUBPROGRAMA 0486 ASSISTENCIA SOCIAL GENAL		3.699	134.427.201	134.430.800
	NACIONAL	0	132.990.866	132.990.866
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	98	38.781	38.879
	REGIÃO NORDESTE	742	296.317	297.059
	REGIÃO SUDESTE	2.066	820.434	822.490
	REGIÃO SUL	581	232.266	232.837
	REGIÃO CENTRO-OESTE	122	48.547	48.669
SUBPROGRAMA 0487 ASSISTENCIA COMUNITARIA		86.180	99.200	185.380
	NACIONAL	0	0	0
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	86.180	99.200	185.380
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA 0492 PREVIDENCIA SOCIAL A SEGURADOS		9.298.326	980.515.151	989.813.486
	NACIONAL	0	0	0
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	251.089	26.473.910	26.724.995
	REGIÃO NORDESTE	1.916.249	202.280.278	204.196.523
	REGIÃO SUDESTE	5.311.203	960.070.253	965.381.452
	REGIÃO SUL	1.603.839	188.849.302	189.052.841
	REGIÃO CENTRO-OESTE	314.283	33.141.412	33.455.695
SUBPROGRAMA 0523 INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA		80.713	0	80.713
	NACIONAL	80.713	0	80.713
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA 0524 CONTROLE E SEGURANÇA DO TRAFEGO AEREO		217.148	0	217.148
	NACIONAL	217.148	0	217.148
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA 0534 ESTRADAS VICINAIS		1.387.877	0	1.387.877
	NACIONAL	1.387.877	0	1.387.877
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0

DEMONSTRATIVO SINTETICO DA DESPESA PRIORITARIA POR SUBPROGRAMA (1994 / 95)

SUBPROGRAMA	REGIÃO	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR / 93)		
		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
SUBPROGRAMA 0535 CONTROLE E SEGURANÇA DE TRAFEGO RODOVIARIO		4 274 517	194 549	4 469 066
	NACIONAL	4 274 517	194 549	4 469 066
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA 0537 CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS		31 796 776	0	31 796 776
	NACIONAL	1 408 225	0	1 408 225
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	4 668 610	0	4 668 610
	REGIÃO NORDESTE	1 654 652	0	1 654 652
	REGIÃO SUDESTE	14 181 499	0	14 181 499
	REGIÃO SUL	8 449 758	0	8 449 758
	REGIÃO CENTRO-OESTE	1 434 032	0	1 434 032
SUBPROGRAMA 0538 CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS		9 882 912	0	9 882 912
	NACIONAL	1 079 326	0	1 079 326
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	643 680	0	643 680
	REGIÃO NORDESTE	2 612 560	0	2 612 560
	REGIÃO SUDESTE	2 082 900	0	2 082 900
	REGIÃO SUL	1 725 246	0	1 725 246
	REGIÃO CENTRO-OESTE	1 829 200	0	1 829 200
SUBPROGRAMA 0539 RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS		34 540 869	0	34 540 869
	NACIONAL	0	0	0
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	2 417 441	0	2 417 441
	REGIÃO NORDESTE	11 398 486	0	11 398 486
	REGIÃO SUDESTE	8 535 217	0	8 535 217
	REGIÃO SUL	6 908 595	0	6 908 595
	REGIÃO CENTRO-OESTE	5 181 130	0	5 181 130
SUBPROGRAMA 0542 FERROVIAS		3 739 758	0	3 739 758
	NACIONAL	551 550	0	551 550
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	1 257 781	0	1 257 781
	REGIÃO SUDESTE	1 860 077	0	1 860 077
	REGIÃO SUL	70 350	0	70 350
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA 0545 SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIARIO		15 657 989	0	15 657 989
	NACIONAL	10 209 124	0	10 209 124
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	4 246 942	0	4 246 942
	REGIÃO SUDESTE	1 211 923	0	1 211 923
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA 0563 PORTOS E TERMINAIS MARITIMOS		87 428 172	0	87 428 172
	NACIONAL	7 325 442	0	7 325 442
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	2 983 319	0	2 983 319
	REGIÃO NORDESTE	7 573 263	0	7 573 263
	REGIÃO SUDESTE	50 218 700	0	50 218 700
	REGIÃO SUL	5 243 874	0	5 243 874
	REGIÃO CENTRO-OESTE	14 083 574	0	14 083 574
SUBPROGRAMA 0564 CONTROLE E SEGURANÇA DE TRAFEGO HIDROVIARIO		343 705	85 815	429 520
	NACIONAL	10 585	85 815	96 400
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	37 590	0	37 590
	REGIÃO SUDESTE	212 830	0	212 830
	REGIÃO SUL	6 100	0	6 100
	REGIÃO CENTRO-OESTE	76 600	0	76 600

DEMONSTRATIVO SINTETICO DA DESPESA PRIORITARIA POR SUBPROGRAMA (1994 / 95)

SUBPROGRAMA	REGIÃO	DESPESAS (em milhões de abr. 93)		
		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
SUBPROGRAMA 0565 SERVIÇOS DE TRANSPORTE MARITIMO		10 381 767	0	10 381 767
	NACIONAL	0	0	0
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	0	0	0
	REGIÃO SUDESTE	10 381 767	0	10 381 767
	REGIÃO SUL	0	0	0
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
SUBPROGRAMA 0572 TRANSPORTE METROPOLITANO		29 324 265	5.613.015	34.937.284
	NACIONAL	0	0	0
	EXTERIOR	0	0	0
	REGIÃO NORTE	0	0	0
	REGIÃO NORDESTE	13.135 414	981.762	14 118 176
	REGIÃO SUDESTE	14 852.348	4 144 907	18.997.255
	REGIÃO SUL	1 335 502	486.350	1.821.852
	REGIÃO CENTRO-OESTE	0	0	0
TOTAL DOS SUBPROGRAMAS		1 892.838.547	2.094.854.859	3.987.693.206
	NACIONAL	704.860 488	875.931 447	1 581.591.915
	EXTERIOR	11 488 703	7 295.586	18 784.289
	REGIÃO NORTE	145 162.953	85 147 593	210 310 546
	REGIÃO NORDESTE	324 843.354	291 248 193	616 191 487
	REGIÃO SUDESTE	458 211 987	787 395.384	1 225 507 971
	REGIÃO SUL	129 848.548	227.591.985	357 540.534
	REGIÃO CENTRO-OESTE	117 422.634	59 243 930	176.666.464

TABELA 4

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DA PROGRAMAÇÃO

(1994 / 1995)

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 02 - JUDICIARIA

ESPECIFICAÇÃO	META		FONTE	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR /93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
SUBPROGRAMA 0014 DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCESSO JUDICIARIO			1	613 969 613 969	656 165 656 165	1.270 134 1.270 134
MINISTERIO PUBLICO DA UNIÃO			1	613 969 613 969	656 165 656 165	1.270 134 1.270 134
META 0259 INSTALACAO DAS PROCURADORIAS REGIONAIS (UNIDADE)		15		132 939	66 962	199 901
	NA	15	1	132 939 132.939	66 962 66 962	199 901 199 901
META 0260 INST DAS PROCURADORIAS DA REP PRINC MUNICIPIOS (UNID)		44		128 042	52 385	180 428
	NA	44	1	128 042 128 042	52 385 52 385	180 428 180 428
META 0261 MODERNIZACAO DAS INSTALACOES DO MINIST PUBLICO (M2)		55 010		275 361	474 631	749 992
	NA	55 010	1	275 361 275 361	474 631 474 631	749 992 749.992
META 0282 IMPLANTACAO DA REDE DE PROCESSAMENTO DE DADOS (EQUIPAM)		522		77 627	62 185	139 813
	NA	522	1	77 627 77 627	62 185 62 185	139.813 139 813
DEMAIS SUBPROGRAMAS			1	814 485	137 747	952.212
	NA		1	814 485 814 485	137 747 137 747	952.212 952 212
TOTAIS DA FUNÇÃO 02 - JUDICIARIA				1.428.434	793.912	2.222.346
TIPOS DE FONTES				1.428.434	793.912	2.222.346
1 RECURSOS DO TESOURO (ORDINARIOS)						
2 RECURSOS DO TESOURO (VINCULADOS)				0	0	0
3 INGRESSOS OPERAÇÕES DE CREDITO (INTERNAS)				0	0	0
4 INGRESSOS OPERAÇÕES DE CREDITO (EXTERNAS)				0	0	0
5 RECURSOS DE OUTRAS FONTES				0	0	0

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 03 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

ESPECIFICAÇÃO	META		F O N T E	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR / 93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
SUBPROGRAMA 0020 SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR			1	4 523	3 870	8 393
			1	4 523	3 870	8 393
ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS			1	4 523	2 448	6 971
			1	4 523	2 448	6 971
META 0115 ADQUIÇÃO DE MATERIAL DE COMÚN. HF/SOFTWARE (UNIDADE)	EX		1	2 875	1 610	4 585
			1	2 875	1 610	4 585
			1	2 875	1 610	4 585
META 0116 INTEGRAÇÃO DIVERSOS CENTROS C/ZONAS DE DEFESA (UNIDADE)	NA		1	1 238	670	1 908
			1	1 238	670	1 908
			1	1 238	670	1 908
META 0222 TREINAMENTO REALIZADO (UNIDADE)	NA	20	1	310	168	478
		20	1	310	168	478
			1	310	168	478
MINISTERIO DA JUSTIÇA			1	0	1 422	1 422
			1	0	1 422	1 422
META 9012 REORD. JURÍDICO E ADEQUAC. NOVA ORDEM CONSTITUCIONAL	NA		1	0	1 422	1 422
			1	0	1 422	1 422
			1	0	1 422	1 422
SUBPROGRAMA 0021 ADMINISTRAÇÃO GERAL			1	854	58 959	59 813
			1	854	58 959	59 813
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL			1	854	58 959	59 813
			1	854	58 959	59 813
META 0169 DESENVOLVIMENTO E DIFUSÃO DE MÉTODOS DE GESTÃO (PROJETO)	NA	100	1	854	58 959	59 813
		100	1	854	58 959	59 813
			1	854	58 959	59 813
SUBPROGRAMA 0023 DIVULGAÇÃO OFICIAL			1	282 746	1 026 074	1 308 820
			1	135 072	48 532	184 610
			2	146 658	977 542	1 124 210
MINISTERIO DA JUSTIÇA			1	282 746	1 026 074	1 308 820
			1	135 078	48 532	184 610
			2	146 658	977 542	1 124 210
META 0158 MODERN. DO PARQUE GRÁFICO DA IMPRENSA NACIONAL (EQUIP.)	CD	4	1	282 746	1 026 074	1 308 820
		4	1	282 746	1 026 074	1 308 820
			1	135 078	48 532	184 610
			2	146 658	977 542	1 124 210
SUBPROGRAMA 0025 EDIFICAÇÕES PÚBLICAS			1	35 444	0	35 444
			1	35 444	0	35 444
ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS			1	35 038	0	35 038
			1	35 038	0	35 038
META 0119 MODERNIZAÇÃO DO HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS (PERC)	NA	100	1	18 020	0	18 020
		100	1	18 020	0	18 020
			1	18 020	0	18 020
META 0489 CONSTRUÇÃO DE ALOJAMENTO (UNIDADE)	NA	2	1	18 018	0	18 018
		2	1	18 018	0	18 018
			1	18 018	0	18 018
MINISTERIO DA JUSTIÇA			1	406	0	406
			1	406	0	406
META 0485 REFORMA DAS INSTAL. DO ARQUIVO E DA IMPRENSA NAC. (MZ)	NA	2	1	406	0	406
		2	1	406	0	406
			1	406	0	406
SUBPROGRAMA 0030 ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS				6 477.774	10 142.962	16.620.736

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 03 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

ESPECIFICAÇÃO	META		F O M T E	DESPESAS (EM MILHÕES DE AMR./95)		
	MEIO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
			1	77 278	5 378	82 656
			2	5 400 496	10 137 584	15 538 080
MINISTERIO DA FAZENDA			1	6 477 774	10 142 962	16 620 736
			2	77 278	5 378	82 656
			2	5 400 496	10 137 584	15 538 080
META 9027						
MELHORIA NA ADMINISTRACAO DO PATRIMONIO DA UNIAO	NA			77 278	4 525 640	4 603 918
			1	77 278	4 525 640	4 603 918
			2	0	5 378	5 378
					4 521 262	4 521 262
META 9031						
MODERNIZACAO E REAPARELHAMENTO DA RECEITA FEDERAL	NA			6 400 496	5 616 322	12 016 818
			2	6 400 496	5 616 322	12 016 818
			2	6 400 496	5 616 322	12 016 818
SUBPROGRAMA 0035						
PARTICIPACAO SOCIETARIA			1	9 373 432	0	9 373 432
			4	6 739 777	0	6 739 777
			4	2 633 655	0	2 633 655
MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA						
			1	9 373 432	0	9 373 432
			4	6 739 777	0	6 739 777
			4	2 633 655	0	2 633 655
META 0053						
PROJETOS EMPRESARIAIS DE P&D APOIADOS (PROJETO)	NA	450		9 373 432	0	9 373 432
		450	1	9 373 432	0	9 373 432
			4	6 739 777	0	6 739 777
			4	2 633 655	0	2 633 655
SUBPROGRAMA 0042						
ORDENAMENTO ECONOMICO-FINANCEIRO			1	5 035 254	22 290 866	27 326 120
			5	200 000	886 720	1 086 720
			5	4 835 254	21 404 188	26 239 422
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E COORDENACAO						
			1	200 000	850 000	1 050 000
			1	200 000	850 000	1 050 000
META 9005						
REESTRUTURACAO DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO E AVALIACAO	NA			200 000	850 000	1 050 000
			1	200 000	850 000	1 050 000
			1	200 000	850 000	1 050 000
MINISTERIO DA FAZENDA						
			5	4 835 254	21 404 188	26 239 422
			5	4 835 254	21 404 188	26 239 422
META 9029						
COORDENACAO DA POLITICA MONETARIA	NA			2 901 152	14 234 500	17 135 652
			5	2 901 152	14 234 500	17 135 652
			5	2 901 152	14 234 500	17 135 652
META 9030						
COORDENACAO DA POLITICA CAMBIAL	NA			1 934 102	7 159 668	9 103 770
			5	1 934 102	7 159 668	9 103 770
			5	1 934 102	7 159 668	9 103 770
MINISTERIO DA JUSTICA						
			1	0	36 720	36 720
			1	0	36 720	36 720
META 0159						
MUNICIPALIZACAO DA DEFESA DO CONSUMIDOR (MUNICIPIO)	NA	6		0	36 720	36 720
		6	1	0	36 720	36 720
			1	0	36 720	36 720
SUBPROGRAMA 0043						
ORGANIZACAO E MODERNIZACAO ADMINISTRATIVA			1	9 981	51 038	61 019
			1	9 981	51 038	61 019
SECRETARIA DA ADMINISTRACAO FEDERAL						
			1	9 981	51 038	61 019
			1	9 981	51 038	61 019
META 0170						
AUTOMACAO DOS SERVICOS PUBLICOS (PROJETO)	NA	40		7 064	10 779	17 843
		40	1	7 064	10 779	17 843
			1	7 064	10 779	17 843
META 0171						
MODERNIZACAO DA ADMINISTRACAO PUBLICA FEDERAL (PROJETO)	NA	60		2 917	40 259	43 176
		60	1	2 917	40 259	43 176
			1	2 917	40 259	43 176

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 03 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

ESPECIFICAÇÃO	META		FONTE	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR /93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
SUBPROGRAMA 0044						
INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS			1	23 349	531 916	555 265
				23 349	531 916	555 265
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E COORDENAÇÃO			1	23 097	525 856	548 953
				23 097	525 856	548 953
META 0100						
ESTUDOS E PESQ DEMOGRAFICAS SOCIAIS ECONOM (ESTUDOS)		100	1	23 097	525 856	548 953
	NA	100	1	23 097	525 856	548 953
				23 097	525 856	548 953
MINISTERIO DA AERONAUTICA			1	252	5 060	5 312
				252	5 060	5 312
META 0475						
PRODUÇÃO DE CARTA AERONAUTICA (UNIDADE)		4 851	1	252	5 060	5 312
	NA	4 851	1	252	5 060	5 312
				252	5 060	5 312
SUBPROGRAMA 0045						
ESTUDOS E PESQUISAS ECONOMICO-SOCIAIS			1	2 413 641	4 211 941	6 625 582
			1	1 896 574	2 153 553	4 050 127
			2	2 470	0	2 470
			4	514 597	2 058 388	2 572 985
SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS			1	2 332 763	2 835 543	5 169 306
			2	1 815 698	778 155	2 593 853
			4	2 470	0	2 470
				514 597	2 058 388	2 572 985
META 9179						
DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS ESTRATEGICOS			1	2 332 763	2 835 543	5 169 306
	NA		1	2 332 763	2 835 543	5 169 306
			2	1 815 698	778 155	2 593 853
			4	2 470	0	2 470
				514 597	2 058 388	2 572 985
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E COORDENAÇÃO			1	80 878	1 375 398	1 456 276
				80 878	1 375 398	1 456 276
META 0101						
PESQ CENSITARIA CARACTER DEMOGRAFICA SOC ECON (PESQ)		9	1	80 878	1 375 398	1 456 276
	NA	9	1	80 878	1 375 398	1 456 276
				80 878	1 375 398	1 456 276
SUBPROGRAMA 0054						
PESQUISA FUNDAMENTAL			1	408 358	5 567 559	5 975 927
			1	408 358	411 599	819 957
				0	5 155 970	5 155 970
MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA			1	408 358	5 567 559	5 975 927
			2	408 358	411 599	819 957
				0	5 155 970	5 155 970
META 0064						
BOLSA DE PESQUISA DE CAPAC RH CONCEDIDA (BOLSA)		21 103	2	0	5 155 970	5 155 970
	NA	21 103	2	0	5 155 970	5 155 970
				0	5 155 970	5 155 970
META 0065						
PROJ DE INFR-ESTR E PESQUISA BASICA APOIADOS (PROJETO)		3 320	1	408 358	411 599	819 957
	NA	3 320	1	408 358	411 599	819 957
				408 358	411 599	819 957
SUBPROGRAMA 0065						
PESQUISA APLICADA			1	4 630 179	2 841 114	7 271 293
			2	3 014 082	1 979 811	4 993 893
			4	20 102	246 895	266 997
				1 595 995	414 408	2 010 403
ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS			1	955 452	204 043	1 159 495
				955 452	204 043	1 159 495
META 0110						
IMPLANT SIST E EDIFIC P/VEIC LANÇAD DE SATELITES(PERC)		5	1	208 012	35 854	244 876
	NA	5	1	208 012	35 854	244 876
				208 012	35 854	244 876
META 0111						
PRODUÇÃO/ENSAIOS DE QUALIFICAÇÃO DE PROPULSORES (UNID)		5	1	208 012	35 893	243 905
	NA	5	1	208 012	35 893	243 905
				208 012	35 893	243 905

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 03 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

ESPECIFICAÇÃO	META		FONTE	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR /93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
META 0112 PRODUÇÃO/LANÇAMENTO DE VEÍCULO LANÇADOR SATELITE (UNID)	EX	9		123 402	59 499	182 901
		9	1	123 402	59 499	182 901
				123 402	59 499	182 901
META 0113 CONCLUSÃO DO SEGUNDO E TERCEIRO SATELITES (PERCENTUAL)	NA	60		208 013	35 893	243 906
		60	1	208 013	35 893	243 906
				208 013	35 893	243 906
META 0114 ADAPT. SEGMENTO SOLO P/MISSAO SENSORIAMENT REMOTO(PERC)	NA	60		208 013	35 894	243 907
		60	1	208 013	35 894	243 907
				208 013	35 894	243 907
MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA			1	3.658 195	2 385 338	6 043 533
			2	2 042 098	1.724 035	3 766 133
			4	20 102	246 895	266 997
				1 595 995	414 408	2 010 403
META 0065 ENTIDADES DE PESQUISA APLICADA APOIADAS (ENTIDADE)	NA	240		131 355	316 439	447 794
		240	1	131 355	316 439	447 794
				131 355	316 439	447 794
META 0067 PROJETOS DE PESQUISA APLICADA APOIADOS (PROJETO)	NA	6 680		2 900 910	1.318 676	4 219 586
		6 680	1	2 900 910	1 318 676	4 219 586
			2	1 284.813	657 373	1 942 185
			4	20.102	246 895	266 997
				1 595.985	414 408	2 010 403
META 0068 PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO APOIADOS (PROJETO)	NA	100		252 491	501 982	754 473
		100	1	252 491	501 982	754 473
				252 491	501 982	754 473
META 9001 AÇÕES DE PESQUISA APLICADA REALIZADAS	NA			373 439	248.241	621 680
			1	373 439	248.241	621.680
				373 439	248 241	621 680
MINISTERIO DA MARINHA			1	16 532	51 733	68 265
				16 532	51 733	68.265
META 9006 MISSAO ANTARTICA REALIZADA	NA	1		11 407	32 075	43 482
		1	1	11 407	32 075	43 482
				11 407	32 075	43 482
META 9007 DELIMITACAO DA MARGEM CONTINENTAL BRASILEIRA	NA	1		5 125	19 658	24 783
		1	1	5 125	19 658	24 783
				5 125	19 658	24 783
SUBPROGRAMA 0056 DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL			1	1.397 359	1 591 573	2 988 932
			2	649.255	595 814	1 245 069
			4	22 796	53 192	75 988
			5	179 254	0	179 254
				546 054	942 567	1 488 621
MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA			1	1 397 359	1 591 573	2 988 932
			2	649 255	595 814	1.245.069
			4	22 796	53 192	75 988
			5	179 254	0	179 254
				546 054	942 567	1 488 621
META 0068 PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO APOIADOS (PROJETO)	NA	1 089		506 108	1 367 857	1 873 965
		1 089	1	506 108	1 367 857	1.873 965
			2	232 504	392 941	625 445
			5	22 796	53 192	75 988
				250.808	921 724	1 172 532
META 0070 RELATORIOS DE DIVULGACAO PUBLICADOS (RELATORIO)	NA	65		0	31 489	31 489
		65	1	0	31 489	31 489
				0	31 489	31 489
META 9001 AÇÕES DE PESQUISA APLICADA REALIZADAS				427 451	0	427.451

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 03 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

ESPECIFICAÇÃO	META		FONTE	DESPESAS (CRÉ MILHÕES DE ABR./93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
	NA		1	427 451	0	427 451
			4	179 254	0	179 254
			6	246 197	0	246 197
META 9002			1			
AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL REALIZADAS			1	463 800	192 227	656 027
	NA		1	463 800	192 227	656 027
			3	416 751	171 384	588 135
			5	47 049	20 843	67 892
SUBPROGRAMA 0057						
INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA			1	78 438	314 846	393 084
			2	54 702	147 752	202 454
			5	0	20 264	20 264
			5	23 735	146 630	170 366
MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA						
			1	54 154	252 750	306 904
			2	60 418	135 834	196 252
			5	0	20 264	20 264
			5	3 736	95 652	99 388
META 0056						
ENTIDADES DE PESQUISA APLICADA APOIADAS (ENTIDADE)		86		4 000	52 778	56 778
	NA	86		4 000	52 778	56 778
			1	4 000	52 778	56 778
META 0059						
PROJETOS DE SIST DE INFORMAÇÃO APOIADOS (PROJETO)		40		39 228	81 286	120 514
	NA	40		39 228	81 286	120 514
			1	39 228	81 286	120 514
META 0070						
RELATORIOS DE DIVULGAÇÃO PUBLICADOS (RELATORIO)		115		10 926	117 586	128 512
	NA	115		10 926	117 586	128 512
			1	7 190	1 670	8 860
			2	0	20 264	20 264
			5	3 736	95 652	99 388
META 0507						
ENTIDADES NACIONAIS APOIADAS (ENTIDADES)		1		0	1 100	1 100
	NA	1		0	1 100	1 100
			1	0	1 100	1 100
MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE						
			1	24 284	61 896	86 180
			5	4 284	10 918	15 202
			5	20 000	50 978	70 978
META 0267						
DOCUMENTOS TÉCNICOS CIENTÍFICOS PRODUZIDOS (DOCUMENTO)		42		7 285	9 391	16 676
	NA	42		7 285	9 391	16 676
			1	1 285	3 215	4 500
			6	6 000	6 176	12 176
META 0351						
PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (PROJETO)		10		9 713	24 755	34 469
	NA	10		9 713	24 755	34 469
			1	1 713	4 366	6 079
			5	8 000	20 390	28 390
META 0352						
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO IMPLANTADOS(SIST)		2		7 285	27 749	35 035
	NA	2		7 285	27 749	35 035
			1	1 285	3 277	4 562
			5	6 000	24 472	30 472
SUBPROGRAMA 0059						
LEVANTAMENTO DO MEIO-AMBIENTE			1	53 334	220 442	273 776
			1	53 334	220 442	273 776
MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA						
			1	27 206	57 811	85 017
			1	27 206	57 811	85 017
META 9001						
AÇÕES DE PESQUISA APLICADA REALIZADAS				27 206	57 811	85 017
	NA			27 206	57 811	85 017
			1	27 206	57 811	85 017
MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE						
			1	25 128	162 631	187 759
			1	26 128	162 631	188 759
META 0232						
SEMINARIO REALIZADO (EVENTO)		1		0	1 449	1 449

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 03 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

ESPECIFICAÇÃO	META		F O N T E	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR /93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	T O T A L
	NA	1	1	0	1 449	1 449
				0	1 449	1 449
META 0338						
ZONEAMENTO DE AREAS PRIORITARIAS (KM2)		70 000		2 800	3 800	6 600
	NA	70 000	1	2 800	3 800	6 600
				2 800	3 800	6 600
META 0339						
MODERNIZAÇÃO DE METOS FLUTUANTES (EMBARCAÇÃO)		4		16 020	42 866	58 876
	NA	4	1	16 020	42 866	58 876
				16 020	42 866	58 876
META 0340						
PROJETOS DE IMPLEMENTAÇÃO CONDEMAS APOIADOS (PROJETO)		10		0	3 914	3 914
	NO	10	1	0	3 914	3 914
				0	3 914	3 914
META 0341						
ÁREAS DEGRADADAS REABILITADAS (HECTARE)		75		2 926	32 876	35 802
	CO	22	1	1 082	9 252	10 334
				1 082	9 252	10 334
	NO	15	1	0	8 000	8 000
				0	8 000	8 000
	SL	38	1	1 844	16 624	17 468
				1 844	16 624	17 468
META 0342						
PROJETOS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL APOIADO (PROJETO)		16		1 150	37 250	38 400
	CO	4	1	0	13 950	13 950
				0	13 950	13 950
	NA	7	1	1 150	3 800	4 950
				1 150	3 800	4 950
	NE	2	1	0	7 650	7 650
				0	7 650	7 650
	NO	1	1	0	3 150	3 150
				0	3 150	3 150
	SL	2	1	0	8 700	8 700
				0	8 700	8 700
META 0353						
PROJETOS DE GESTÃO APOIADOS (PROJETO)		8		3 232	23 226	26 458
	NA	8	1	3 232	23 226	26 458
				3 232	23 226	26 458
META 0356						
ESTUDOS E PESQUISAS DESENVOLVIDOS (ESTUDO)		11		0	17 460	17 460
	NA	11	1	0	17 460	17 460
				0	17 460	17 460
SUBPROGRAMA 0103						
PROTEÇÃO À FLORA E À FAUNA			1	1 930 627	2 663 445	4 594 072
			4	241 610	356 248	597 858
			4	1 689 017	2 307 197	3 996 214
MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE			1	1 930 627	2 663 445	4 594 072
			4	241 610	356 248	597 858
			4	1 689 017	2 307 197	3 996 214
META 0342						
PROJETOS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL APOIADO (PROJETO)		204		1 599 697	2 167 060	3 766 747
	CO	12	1	7 417	17 306	24 722
			4	1 712	3 983	5 705
			4	5 705	13 312	19 017
	NA	14	1	1 486 960	1 832 771	3 319 731
			4	50 729	107 276	158 005
			4	1 396 251	1 625 495	3 021 746
	NE	22	1	14 762	24 876	39 638
			4	5 303	10 571	15 874
			4	9 459	14 406	23 864
	NO	76	1	38 286	96 417	134 703
			4	16 338	32 109	48 447
			4	22 948	64 308	87 256
	SD	68		37 798	71 070	108 868

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 03 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

ESPECIFICAÇÃO	META		FONTE	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR./93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
			1	13 223	26 728	39.951
			4	24.575	44 342	88.917
	SL	22	1	14 454	24 511	38.965
			1	4 995	10 106	15.101
			4	9 459	14 405	23.864
META 0343						
PROGRAMAS DE DIVERSIDADE BIOLÓGICA APOIADOS (PROGRAMA)		2		330 930	496 395	827.325
	NA	2		330 930	496 395	827.325
			1	110 310	165 465	275.775
			4	220.620	330 930	551.550
SUBPROGRAMA 0183						
PROGRAMAÇÃO ESPECIAL				124 802 218	484 025	125.286.243
			1	82 745	428 025	510.770
			2	124 719 473	55.000	124.775.473
MINISTERIO DO TRABALHO						
			2	124 719 473	0	124.719.473
				124 719 473	0	124.719.473
META 0455						
EMPREGO GERADO (EMPREGO)		240 575		124 719 473	0	124.719.473
	NA	240 575		124 719 473	0	124.719.473
			2	124 719 473	0	124.719.473
MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE						
			1	82 745	484 025	566.770
			2	82 745	428.025	510.770
				0	55.000	55.000
META 0232						
SEMINARIO REALIZADO (EVENTO)		3		0	4 700	4.700
	NA	3		0	4 700	4.700
			1	0	4 700	4.700
META 0265						
DOCUMENTO EDUCATIVOS PRODUZIDOS (DOCUMENTO)		4		0	10 900	10.900
	NA	4		0	10 900	10.900
			1	0	10 900	10.900
META 0341						
ÁREAS DEGRADADAS REABILITADAS (HECTARE)		14		3 280	7.960	11.240
	NE	6		1 600	3 800	5.400
			1	1 600	3.800	5.400
	SL	8		1 680	4 160	5.840
			1	1 680	4 160	5.840
META 0344						
MACROZONEAMENTO DE ÁREAS COSTEIRAS (KM2)		275 000		8 000	31.000	39.000
	NA	275 000		8 000	31 000	39.000
			1	8 000	31 000	39.000
META 0345						
PROJETOS DE MODELO DE DESENV. SUSTEN. APOIADOS (PROJET)		9		8 000	32 000	40.000
	NA	9		8.000	32 000	40.000
			1	8 000	32 000	40.000
META 0347						
CAMPANHAS EDUCATIVAS REALIZADAS (CAMPANHA)		4		5 960	13 440	20.400
	CO	1		1 000	4 000	5.000
			1	1 000	4 000	5.000
	NE	1		3 840	960	4.800
			1	3 840	960	4.800
	NO	1		1 120	4 480	5.600
			1	1 120	4 480	5.600
	SO	1		1 000	4 000	5.000
			1	1 000	4 000	5.000
META 0346						
BACIAS HIDROGRÁFICAS ASSISTIDAS (BACIA HIDROGRÁFICA)		1		7 425	81 586	89.011
	SL	1		7 425	81 586	89.011
			1	7 425	54 465	61.891
			2	0	27.200	27.200
META 0349						
ÁREAS MONITORADAS E CONTROLADAS (HECTARE)		5 300 000		3 857	45 980	49.847
	SL	5.300 000		3 857	45.980	49.847
			1	3 857	45.980	49.847

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 03 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

E S P E C I F I C A Ç Ã O	M E T A		F O N T E	D E S P E S A S (CR\$ MILHÕES DE ABR /93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	T O T A L
META 0350 PROJETOS DE PROTEÇÃO DE NASCENTES APOIADOS (PROJETO)		10		6 855	104 553	111 418
	NO	4	1	2 615	48 836	51 451
			2	2 615	38 836	41 451
				0	10 000	10 000
	SL	6	1	4 250	55 717	59 967
			2	4 250	36 917	41 167
				0	18 800	18 800
META 0351 ÁREAS DE PREV E CONTROLE DE QUEIMADAS ASSISTIDAS (KM2)		1.700 000		15.600	75 400	91 000
	CO	300 000	1	3 320	14 280	17 600
				3 320	14 280	17 600
	NO	1 400 000	1	12 280	61 120	73 400
				12 280	61 120	73 400
META 0352 ÁREAS INDÍGENAS ASSISTIDAS (ÁREA)		3		0	13.900	13.900
	CO	1	1	0	5 500	5 500
				0	5 500	5.500
	NE	2	1	0	8 400	8 400
				0	8 400	8 400
META 0353 PROJETOS DE GESTÃO APOIADOS (PROJETO)		10		15 804	42 230	58 834
	NA	10	1	15 804	42 230	58 834
				15 804	42 230	58 834
META 0352 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO IMPLANTADOS(SIST)		10		2.600	7 100	9 700
	NA	10	1	2.600	7 100	9 700
				2.600	7 100	9 700
META 0373 MONITORAMENTO AMBIENTAL (PROJETO)		1		1 000	3 000	4.000
	NA	1	1	1 000	3 000	4 000
				1 000	3 000	4 000
META 0375 ÓRGÃOS AMBIENTAIS BENEFICIADOS (ÓRGÃO)		12		2 544	10 176	12 720
	NA	12	1	2 544	10 176	12 720
				2 544	10 176	12 720
SUBPROGRAMA 0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS			1	0	27 433	27 433
				0	27 433	27.433
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL			1	0	27 433	27 433
				0	27 433	27 433
META 0172 CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL (SERV TREINADO)		52 000		0	27 433	27 433
	NA	52 000	1	0	27 433	27 433
				0	27 433	27 433
SUBPROGRAMA 0323 PLANEJAMENTO URBANO			1	84.345	250 409	344 754
			4	32.391	145 196	177 587
				51.954	115 213	167 167
MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE			1	84 345	250.409	344 754
			4	32.391	145 196	177 587
				51 954	115 213	167 167
META 0354 ÁREAS METROPOLITANAS CRÍTICAS IDENTIFICADAS (KM2)		2 450		0	31.760	31 760
	NE	700	1	0	10.840	10.840
				0	10.840	10.840
	NO	500	1	0	7 840	7 840
				0	7.840	7 840
	SL	1 250	1	0	13.080	13.080
				0	13 080	13.080
META 0355 PROJETOS AMBIENTAIS URBANOS APOIADOS (PROJETO)		130		84.345	228.648	312.994
	CO	18		10.673	24 711	35.384

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 03 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

ESPECIFICAÇÃO	META		F O N T E	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR./93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
			1	3 114	6 744	9 858
			4	7 559	17 957	25 526
	NE	21	1	11 673	33 788	45 461
			4	4 114	15 821	19 935
			4	7 559	17 957	25 526
	NO	13	1	11 499	31 598	43 097
			4	5 794	20 285	27 080
			4	4 705	11 312	16 017
	SD	54	1	32.809	72.826	105 635
			4	10 137	18.922	29 059
			4	22 672	63 904	76 576
	SL	24	1	17 691	65 726	83 417
			4	8 232	51.663	59 895
			4	9 459	14 063	23 522
SUBPROGRAMA 0411						
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL						
			1	98 961	258 894	357 855
				98 961	258 894	357 855
MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA						
			1	88 920	248 953	337 773
				88 920	248 953	337 773
META 0061						
PROJ DE INTERCAMBIO INTERNACIONAL APOIADOS (PROJETO)		24		4 875	14 828	19 703
	NA	24	1	4 875	14 828	19 703
				4 875	14 828	19 703
META 0062						
ENTIDADES INTERNACIONAIS APOIADAS (ENTIDADE)		25		0	20 949	20 949
	NA	25	1	0	20 949	20 949
				0	20 949	20 949
META 9001						
AÇÕES DE PESQUISA APLICADA REALIZADAS				84 045	213 076	297 121
	NA		1	84 045	213 076	297 121
				84 045	213 076	297 121
MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE						
			1	10 041	10 041	20 082
				10 041	10 041	20 082
META 0356						
ESTUDOS E PESQUISAS DESENVOLVIDOS (ESTUDO)		4		10 041	10 041	20 082
	NA	4	1	10 041	10 041	20 082
				10 041	10 041	20 082
SUBPROGRAMA 0456						
CONTROLE DA POLUIÇÃO				8 656	101 351	110 007
			1	8 656	101 351	110 007
MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE						
			1	8 656	101 351	110 007
				8 656	101 351	110 007
META 0357						
ÁREAS CRÍTICAS DE GARIMPAGEM IDENTIFICADA (HECTARE)		900.000		5 596	78 281	84 857
	CO	400 000	1	2 220	30.330	32 550
				2 220	30.330	32 550
	NO	500 000	1	4 376	47 931	52 307
				4 376	47 931	52 307
META 0358						
ÁREA MONITORADA (HECTARE)		614.000		2 060	23 090	25 150
	CO	290 000	1	500	9 100	9 600
				500	9 100	9 600
	NO	324.000	1	1 560	13 990	15 550
				1 560	13 990	15 550
SUBPROGRAMA 0487						
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA				65 160	99 200	165 360
			1	33 080	49 600	82 680
			4	33.080	49 600	82 680
MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE						
			1	65 160	99 200	165 360
				33 080	49 600	82 680
			4	33 080	49 600	82 680
META 0342						
PROJETOS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL APOIADO (PROJETO)		48		33 080	49 600	82 680
	NO	48	1	33 080	49 600	82 680
				15 540	24 600	41 340

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 03 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

ESPECIFICAÇÃO	META		F O N T E	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR /93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
META 0352			4	16.540	24.800	41.340
ÁREAS INDÍGENAS ASSISTIDAS (ÁREA)		27		33.080	49.600	82.680
	NO	27		33.080	49.600	82.680
			1	16.540	24.800	41.340
			4	16.540	24.800	41.340
SUBPROGRAMA 0535						
CONTROLE E SEGURANÇA DE TRÁFEGO RODoviário				0	163.831	163.831
				0	163.831	163.831
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA				0	163.831	163.831
			1	0	163.831	163.831
META 0168						
CADASTRAMENTO VEÍCULOS AUTOMOTORES (CADASTRO)		36 700 000		0	163.831	163.831
	NA	36 700 000		0	163.831	163.831
			1	0	163.831	163.831
DEMAIS SUBPROGRAMAS				121.451.562	180.626.195	302.077.757
			1	9.002.226	12.076.483	21.078.709
			2	33.883.516	3.949.059	37.832.575
			3	67.829.944	0	67.829.944
			5	10.735.876	164.600.653	175.335.529
	NA			121.451.562	180.626.195	302.077.757
			1	9.002.226	12.076.483	21.078.709
			2	33.883.516	3.949.059	37.832.575
			3	67.829.944	0	67.829.944
			5	10.735.876	164.600.653	175.335.529
TOTAIS DA FUNÇÃO 03 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO				278.568.195	233.337.776	512.005.970
TIPOS DE FONTES						
1 RECURSOS DO TESOURO (ORDINÁRIOS)				22.804.258	20.702.445	43.506.703
2 RECURSOS DO TESOURO (VINCULADOS)				165.195.521	20.896.506	186.092.027
3 INGRESSOS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (INTERNAS)				67.829.944	0	67.829.944
4 INGRESSOS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (EXTERNAS)				6.687.552	4.944.806	11.632.358
5 RECURSOS DE OUTRAS FONTES				16.140.920	187.094.018	203.234.938

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 04 - AGRICULTURA

E S P E C I F I C A Ç ã O	M E T A		F O R M A T O	D E S P E S A S (CR\$ MILHÕES DE ABR / 93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	T O T A L
SUBPROGRAMA 0031 ASSISTENCIA FINANCEIRA			2 4	65 912 723 64 598 083 1 314 640	6 894 387 6 894 387 0	72 807 110 71 492 470 1 314 640
OPERAÇÕES OFICIAIS DE CREDITO			2 4	65 912 723 64 598 083 1 314 640	6 894 387 6 894 387 0	72 807 110 71 492 470 1 314 640
META 9037 FINANCIAMENTO DE CUSTEIO AGROPECUARIO				37 229 577	6 894 387	44 124 064
	NA		2	37 229 577 37 229 577	6 894 387 6 894 387	44 124 064 44 124 064
META 9038 FINANC PROGRAMAS DE INVESTIMENTO AGROPECUARIO				28 683 046	0	28 683 046
	NA		2 4	28 683 046 27 365 406 1 314 640	0 0 0	28 683 046 27 365 406 1 314 640
SUBPROGRAMA 0055 PESQUISA APLICADA			1 2 5	495 275 455 804 123 39 348	457 764 384 014 3 472 70 278	953 039 839 816 3 595 109 626
MINISTERIO DA AGRICULTURA DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRARIA				0 441 759 441 759	0 358 527 358 527	0 800 686 800 686
META 0235 UNIDADE DE PESQ EQUIPADA E REEQUIPADA (UNIDADE)		40		75 377	62 058	138 435
	CO	10	1	19 083 19 083	15 505 15 505	34 588 34 588
	NE	7	1	13 385 13 385	10 876 10 876	24 261 24 261
	NO	5	1	11 441 11 441	9 296 9 296	20 737 20 737
	SD	10	1	19 083 19 083	15 505 15 505	34 588 34 588
	SL	7	1	13 385 13 385	10 876 10 876	24 261 24 261
META 0237 PESO AGROPECUARIA APLICADA DESENVOLVIDA (PROJETO)		2 500		365 382	296 869	662 251
	CO	521	1	76 159 76 159	61 879 61 879	138 038 138 038
	NE	495	1	72 315 72 315	58 755 58 755	131 072 131 072
	NO	322	1	47 047 47 047	38 226 38 226	85 273 85 273
	SD	500	1	73 067 73 067	59 356 59 356	132 433 132 433
	SL	562	1	96 793 96 793	78 642 78 642	175 435 175 435
MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE			1 2 5	53 516 14 046 123 39 348	98 837 25 087 3 472 70 278	152 353 39 132 3 595 109 626
META 0274 ESTATISTICAS AMBIENTAIS REALIZADAS (ESTATISTICA)		55		13 347	21 840	35 187
	NA	55	1 5	13 347 3 511 9 836	21 840 6 271 15 569	35 187 9 782 25 405
META 0359 PESQUISAS REALIZADAS (PESQUISA)		62		18 811	35 850	55 661
	NA	62	1 2 5	18 811 4 917 123 13 771	35 850 8 780 3 472 24 598	55 661 13 897 3 595 38 369
META 0360 REDES DE MONITORAMENTO MONTADAS (REDE)		2		21 358	40 147	61 505
	NA	2		21 358	40 147	61 505

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 04 - AGRICULTURA

ESPECIFICAÇÃO	META		FONTE	DESPESA (CR\$ MILHÕES DE ABR. 793)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
SUBPROGRAMA 0066 REFORMA AGRÁRIA			1	5 617	10 036	15 653
			5	15 741	30 111	45 852
			1	112 245 855	6 115 028	118 360 883
			2	1 884 239	1 018 451	2 892 690
			5	109 920 476	3 313 937	113 234 413
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA			5	461 140	1 782 630	2 243 770
				0	0	0
			1	112 245 855	6 115 028	118 360 883
			2	1 884 239	1 018 451	2 892 690
			5	109 920 476	3 313 937	113 234 413
META 0238 FAMÍLIA ASSENTADA (FAMÍLIA)			5	461 140	1 782 630	2 243 770
		358 467		112 245 855	6 115 028	118 360 883
	CO	47 901		14 592 014	794 661	15 386 675
			1	242 362	132 401	374 763
			2	14 289 714	430 818	14 720 532
NE			5	59 948	231 742	291 690
		154 735		47 143 295	2 558 332	49 701 627
			1	782 881	427 754	1 210 635
			2	46 166 536	1 391 872	47 558 408
			5	193 578	748 706	942 284
MO		58 955		17 969 265	978 357	18 947 622
			1	298 277	162 953	461 230
			2	17 587 206	530 194	18 117 400
			5	73 782	285 220	359 002
SD		22 108		6 734 501	366 890	7 101 391
			1	111 850	51 105	162 955
			2	6 594 983	195 831	6 790 814
			5	27 658	106 954	134 612
SL		84 747		25 815 780	1 406 478	27 222 258
			1	428 779	234 246	663 025
			2	25 281 937	782 222	26 064 159
			5	106 064	410 008	516 072
SUBPROGRAMA 0076 DEFESA SANITÁRIA VEGETAL				9 313	57 932	67 245
			1	9 313	57 932	67 245
				0	0	0
			1	9 313	57 932	67 245
			1	9 313	57 932	67 245
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA				0	0	0
			1	9 313	57 932	67 245
			1	9 313	57 932	67 245
				0	0	0
			1	9 313	57 932	67 245
META 0241 PREVENÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS E DOENÇAS EFETUADOS (HA)		160 000		3 119	19 401	22 520
	CO	80 000		1 355	8 520	10 006
			1	1 355	8 520	10 006
	NE	20 000		347	2 155	2 502
			1	347	2 155	2 502
MO		16 000		260	1 616	1 876
			1	260	1 616	1 876
	SD	40 000		692	4 310	5 002
			1	692	4 310	5 002
SL		25 000		434	2 700	3 134
			1	434	2 700	3 134
META 0242 ANÁLISE LABORATORIAL REALIZADA (AMOSTRA)		140 000		3 307	20 577	23 884
	CO	32 000		755	4 704	5 459
			1	755	4 704	5 459
	NE	16 000		378	2 352	2 730
			1	378	2 352	2 730
MO		4 000		94	585	679
			1	94	585	679
	SD	40 000		945	5 880	6 825
			1	945	5 880	6 825
SL		48 000		1 134	7 055	8 189
			1	1 134	7 055	8 189
META 0243 CONTROLE QUALIDADE PRODUTO VEGETAL EFETUADO (INSPECÇÃO)		80 000		2 887	17 964	20 851
	CO	12 000		577	3 692	4 269
			1	577	3 692	4 269
				577	3 692	4 269
			1	577	3 692	4 269

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 04 - AGRICULTURA

ESPECIFICAÇÃO	META		FONTE	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR /93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
	NE	6.000	1	289	1.796	2.085
				289	1.796	2.085
	NO	2.000	1	95	597	692
				95	597	692
	SD	20.000	1	962	5.984	6.946
				962	5.984	6.946
	SL	20.000	1	964	5.985	6.949
				964	5.985	6.949
SUBPROGRAMA 0087 DEFESA SANITARIA ANIMAL			1	198.795	728.242	927.037
				198.795	728.242	927.037
MINISTERIO DA AGRICULTURA DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRARIA			1	0	0	0
				198.795	728.242	927.037
				198.795	728.242	927.037
META 0242 ANALISE LABORATORIAL REALIZADA (AMOSTRA)		800.000		187.244	895.931	873.175
	CO	120.000	1	44.947	164.555	209.602
				44.947	164.555	209.602
	NE	40.000	1	14.969	54.837	69.806
				14.969	54.837	69.806
	NO	20.000	1	7.494	27.455	34.949
				7.494	27.455	34.949
	SD	160.000	1	59.917	219.492	279.409
				59.917	219.492	279.409
	SL	160.000	1	59.917	219.492	279.409
				59.917	219.492	279.409
META 0246 CONTROLE TRANSITO ANIMAIS REALIZADO (POSTO MANTIDO)		38		11.551	42.311	53.862
	CO	6	1	1.829	6.699	8.528
				1.829	6.699	8.528
	NE	2	1	596	2.185	2.781
				596	2.185	2.781
	NO	1	1	298	1.092	1.390
				298	1.092	1.390
	SD	12	1	3.638	13.326	16.964
				3.638	13.326	16.964
	SL	18	1	5.190	19.009	24.199
				5.190	19.009	24.199
SUBPROGRAMA 0089 DESENVOLVIMENTO DA PESCA			1	24.820	27.488	52.308
				3.096	3.432	6.527
			5	21.725	24.056	45.781
MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE			1	24.820	27.488	52.308
				3.096	3.432	6.527
			5	21.725	24.056	45.781
META 0287 ESTUDOS DA COMERCIALIZACAO DO PESCADO REALIZ (ESTUDO)		2		7.450	8.252	15.702
	NA	2	1	7.450	8.252	15.702
				935	1.032	1.967
			5	6.515	7.220	13.735
META 0353 COMUNIO PESQUEIRAS APOIADAS E ASSISTIDAS (COMUNIDADE)		45		8.685	9.618	18.303
	NA	45	1	8.685	9.618	18.303
				1.080	1.200	2.280
			5	7.605	8.418	16.023
META 0364 ESTACOES DE PISCICULTURA COLOCADAS EM OPERACAO(ESTACAO)		8		8.685	9.618	18.303
	NA	8	1	8.685	9.618	18.303
				1.080	1.200	2.280
			5	7.605	8.418	16.023
SUBPROGRAMA 0094 ESTOQUES REGULADORES			2	81.552.846	11.175.316	92.728.162
				81.552.846	11.175.316	92.728.162
OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO				81.552.846	11.175.316	92.728.162

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 04 - AGRICULTURA

ESPECIFICAÇÃO	META		FONTE	DESPESAS (EM MILHÕES DE R\$ / 93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
META 9039 FINANC POLITICA DE ESTOQUES REGULADORES ESTRATEGICOS			2	81 552 846	11 175 316	92 728 162
	NA			81 552 846	11 175 316	92 728 162
			2	81 552 846	11 175 316	92 728 162
SUBPROGRAMA 0097 INSPEÇÃO, PADRONIZAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS			1	198 172	1 415 372	1 614 544
			2	135 637	20 748	157 385
			2	81 535	1 395 624	1 467 159
MINISTERIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRARIA				0	0	0
			1	198 172	1 415 372	1 614 544
			2	135 637	20 748	157 385
			2	81 535	1 395 624	1 467 159
META 0247 INSPEÇÃO INDUSTRIAL DE PRODUTO ANIMAL (ESTABELECIMENTO)		3 029		0	20 748	20 748
	CD	848	1	0	5 807	5 807
				0	5 807	5 807
	NE	121	1	0	828	828
				0	828	828
	NO	121	1	0	828	828
				0	828	828
	SD	909	1	0	6 226	6 226
				0	6 226	6 226
	SL	1 030	1	0	7 059	7 059
				0	7 059	7 059
META 0250 FISCALIZAÇÃO DE PRODUTO DE ORIGEM VEGETAL (VISITA)		28 560		198 172	1 395 624	1 593 796
	CD	7 840	1	54 399	383 096	437 497
			2	37 507	0	37 507
				16 892	383 096	399 990
	NE	1 120	1	7 767	54 708	62 475
			2	5 356	0	5 356
				2 411	54 708	57 119
	NO	1 120	1	7 767	54 708	62 475
			2	5 356	0	5 356
				2 411	54 708	57 119
	SD	8 960	1	62 166	437 808	499 974
			2	42 853	0	42 853
				19 303	437 808	457 111
	SL	9 520	1	66 073	465 302	531 375
			2	45 655	0	45 655
				20 518	465 302	485 820
SUBPROGRAMA 0098 EXECUÇÃO DA POLITICA DE PREÇOS AGRICOLAS			3	46 000 000	0	46 000 000
				46 000 000	0	46 000 000
MINISTERIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRARIA				0	0	0
			3	46 000 000	0	46 000 000
				46 000 000	0	46 000 000
META 0251 ESTOQUE ESTRATEGICO FORMADO (T)		5 000 000		46 000 000	0	46 000 000
	CD	2 500 000	3	23 000 000	0	23 000 000
				23 000 000	0	23 000 000
	NE	250 000	3	2 300 000	0	2 300 000
				2 300 000	0	2 300 000
	NO	1 000 000	3	9 200 000	0	9 200 000
				9 200 000	0	9 200 000
	SD	250 000	3	2 300 000	0	2 300 000
				2 300 000	0	2 300 000
	SL	1 000 000	3	9 200 000	0	9 200 000
				9 200 000	0	9 200 000
SUBPROGRAMA 0103 PROTEÇÃO A FLORA E A FAUNA			1	1 694 610	1 675 928	3 370 538
			4	328 376	259 244	587 620
			5	997 396	948 567	1 945 963
				368 838	468 127	836 965
MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE				1 694 610	1 675 928	3 370 538

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 04 - AGRICULTURA

E S P E C I F I C A Ç Ã O	M E T A		F O N T E	D E S P E S A S (CR\$ MILHÕES DE ARR./93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	T O T A L
			1	328 376	259 244	587 620
			4	997 396	948 557	1 945 953
			5	368 838	468 127	836 965
META 0355 COBERTURAS DE FLORESTAS MONITORADAS (ÁREAS)		79		31 570	76 959	108 529
	NA	79	1	31 570	76 959	108 529
			5	3 942	9 616	13 558
				27 628	67 343	94 971
META 0356 ECOSSISTEMAS PROTEGIDOS FISCALIZ. E CONSERV.(ECOSSIST.)		114		47 355	115 439	162 794
	NA	114	1	47 355	115 439	162 794
			5	5 913	14 423	20 336
				41 442	101 016	142 458
META 0357 PROJETOS DO PROGRAMA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE(PROJETO)		100		1 615 685	1 483 530	3 099 215
	NA	100	1	1 615 685	1 483 530	3 099 215
			4	318 521	235 205	553 726
			5	997 396	948 557	1 945 953
				299 768	299 768	599 536
SUBPROGRAMA 0104 REFLORESTAMENTO			1	59 879	549 595	609 474
			2	8 495	95 577	104 072
			5	9 220	23 143	32 363
				42 164	430 875	473 039
MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE			1	59 879	549 595	609 474
			2	8 495	95 577	104 072
			5	9 220	23 143	32 363
				42 164	430 875	473 039
META 0358 REPOSIÇÃO FLORESTAL (PROJETO)		51		19 275	210 980	230 255
	NA	51	1	19 275	210 980	230 255
			5	2 410	38 630	41 040
				16 865	172 350	189 215
META 0359 ASSISTÊNCIA TÉCNICA A PROJETOS FLORESTAIS (PROJETO)		11.800		40 604	338 615	379 219
	NA	11.800	1	40 604	338 615	379 219
			2	6 086	55 947	62 033
			5	9 220	23 143	32 363
				25 299	258 525	283 824
SUBPROGRAMA 0110 COOPERATIVISMO			1	0	522 714	522 714
			2	0	7 648	7 648
				0	615 066	615 066
MINISTERIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA			1	0	522 714	522 714
			2	0	7 648	7 648
				0	615 066	615 066
META 0253 TREINAMENTO BÁSICO GERENCIAL (PESSOA)		20 000		0	339 764	339 764
	CO	4 000	2	0	67 953	67 953
	NE	4 000	2	0	67 953	67 953
	NO	2.000	2	0	33 977	33 977
	SD	5.000	1	0	84 940	84 940
	SL	5 000	2	0	84 940	84 940
META 0254 TRANSFERÊNCIA TECNOLÓGICA REALIZADA (COOP. ASSISTIDA)		1.000		0	182 950	182 950
	CO	200	2	0	36 591	36 591
	NE	200	2	0	36 590	36 590
	NO	60	2	0	9 147	9 147
				0	9 147	9 147

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 04 - AGRICULTURA

ESPECIFICAÇÃO	META		FONTE	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR./93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
	SD	300	2	0	54.885	54.885
				0	54.885	54.885
	SL	250	2	0	45.737	45.737
				0	45.737	45.737
SUBPROGRAMA- 0111 EXTENSÃO RURAL			1	379.824	185.226	565.050
				379.824	185.226	565.050
MINISTERIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRARIA			1	0	0	0
				379.824	185.226	565.050
				379.824	185.226	565.050
META 0255 UNIDADE ESTADUAL EQUIPADA E REEQUIPADA (UNIDADE)		32		160.209	78.126	238.335
	CO	5	1	24.592	11.992	36.584
				24.592	11.992	36.584
	NE	10	1	51.196	24.966	76.162
				51.196	24.966	76.162
	NO	8	1	40.536	19.768	60.304
				40.536	19.768	60.304
	SD	5	1	24.592	11.992	36.584
				24.592	11.992	36.584
	SL	4	1	19.293	9.408	28.701
				19.293	9.408	28.701
META 0256 PRODUTOR RURAL ASSISTIDO (PRODUTOR)		1.700.000		219.515	107.100	326.615
	CO	77.860	1	10.066	4.908	14.974
				10.066	4.908	14.974
	NE	439.790	1	56.821	27.709	84.530
				56.821	27.709	84.530
	NO	164.050	1	21.194	10.335	31.529
				21.194	10.335	31.529
	SD	457.300	1	59.062	28.803	87.865
				59.062	28.803	87.865
	SL	561.000	1	72.472	35.346	107.817
				72.472	35.346	107.817
DEMAIS SUBPROGRAMAS				5.341.267	5.727.447	11.068.714
			1	3.530.424	2.549.519	6.080.043
			2	952.463	647.626	1.600.089
			4	1.495.506	1.049.901	2.545.407
			5	362.874	2.480.301	2.843.175
	NA		1	5.341.267	5.727.447	11.068.714
			2	3.530.424	2.549.519	6.080.043
			4	952.463	647.626	1.600.089
			4	1.495.506	1.049.901	2.545.407
			5	362.874	2.480.301	2.843.175
TOTAIS DA FUNÇÃO 04 - AGRICULTURA				315.113.379	38.533.439	353.646.818
TIPOS DE FONTES						
1. RECURSOS DO TESOURO (ORDINARIOS)				6.915.002	5.310.143	12.225.145
2. RECURSOS DO TESOURO (VINCULADOS)				257.094.746	23.968.571	281.063.317
3. INGRESSOS OPERAÇÕES DE CREDITO (INTERNAS)				46.000.000	0	46.000.000
4. INGRESSOS OPERAÇÕES DE CREDITO (EXTERNAS)				3.807.542	1.998.458	5.806.000
5. RECURSOS DE OUTRAS FONTES				1.295.089	5.256.267	6.551.356

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 05 - COMUNICAÇÕES

E S P E C I F I C A Ç Ã O	M E T A		F O N T E	D E S P E S A S (CR\$ MILHÕES DE ABR / 93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	T O T A L
SUBPROGRAMA 0021 ADMINISTRAÇÃO GERAL			2	684 112 684 112	0 0	684 112 684 112
MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES			2	684 112 684 112	0 0	684 112 684 112
META 9048 MODERNIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES				684 112	0	684 112
	NA		2	684 112 684 112	0 0	684 112 684 112
SUBPROGRAMA 0024 INFORMATICA			5	8 110 218 8 110 218	0 0	8 110 218 8 110 218
MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES			5	8 110 218 8 110 218	0 0	8 110 218 8 110 218
META 0047 AGENCIA POSTAL AUTOMATIZADA (UNIDADE)		778		1 133 100	0	1 133 100
	CO	10	5	14 179 14 179	0 0	14 179 14 179
	NA	411	5	582 744 582 744	0 0	582 744 582 744
	NE	20	5	58 357 58 357	0 0	58 357 58 357
	NO	11	5	15 597 15 597	0 0	15 597 15 597
	SD	296	5	419 689 419 689	0 0	419 689 419 689
	SL	30	5	42 534 42 534	0 0	42 534 42 534
META 0048 SISTEMA DE RASTREAMENTO DE OBJETOS AMPLIADO (UNIDADE)		2 005		1 240 989	0	1 240 989
	CO	45	5	27 853 27 853	0 0	27 853 27 853
	NA	1 480	5	922 231 922 231	0 0	922 231 922 231
	NE	49	5	30 328 30 328	0 0	30 328 30 328
	NO	28	5	17 331 17 331	0 0	17 331 17 331
	SD	315	5	194 968 194 968	0 0	194 968 194 968
	SL	78	5	48 278 48 278	0 0	48 278 48 278
META 0049 CENTRO OPERACIONAL AUTOMATIZADO (UNIDADE)		415		5 736 129	0	5 736 129
	CO	2	5	27 711 27 711	0 0	27 711 27 711
	NA	379	5	5 251 190 5 251 190	0 0	5 251 190 5 251 190
	NE	3	5	41 566 41 566	0 0	41 566 41 566
	NO	2	5	13 855 13 855	0 0	13 855 13 855
	SD	25	5	346 385 346 385	0 0	346 385 346 385
	SL	4	5	55 422 55 422	0 0	55 422 55 422
SUBPROGRAMA 0127 SERVIÇOS POSTAIS CONVENCIONAIS			5	11 361 944 11 361 944	0 0	11 361 944 11 361 944
MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES			5	11 361 944 11 361 944	0 0	11 361 944 11 361 944
META 0044 AGENCIA POSTAL CONSTRUÍDA (UNIDADE)		247		772 170	0	772 170

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 05 - COMUNICAÇÕES

ESPECIFICAÇÃO	META		F O N T E	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR./93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	T O T A L
	CO	12	5	37 514 37 514	0 0	37 514 37 514
	NA	11	5	34 388 34 388	0 0	34 388 34 388
	NE	49	5	153 184 153 184	0 0	153 184 153 184
	NO	12	5	37 514 37 514	0 0	37 514 37 514
	SD	141	6	440 794 440 794	0 0	440 794 440 794
	SL	22	5	68 776 68 776	0 0	68 776 68 776
META 0045 IMÓVEL OPERACIONAL REFORMADO (UNIDADE)		7 728		10 038 225	0	10.038.225
	CO	385	5	501 392 501 392	0 0	501 392 501 392
	NA	309	5	401 373 401 373	0 0	401 373 401 373
	NE	1 546	5	2 008 164 2 008 164	0 0	2.008 164 2.008 164
	NO	385	5	501 392 501 392	0 0	501 392 501 392
	SD	4 405	5	5 721 840 5 721 840	0 0	5.721.840 5.721.840
	SL	896	5	904 064 904 064	0 0	904 064 904 064
META 0046 CENTRO OPERACIONAL CONSTRUÍDO (UNIDADE)		13		551 549	0	551 549
	CO	2	5	122 567 122 567	0 0	122 567 122 567
	NA	2	5	51 283 51 283	0 0	51 283 51 283
	NE	2	5	51 283 51 283	0 0	51 283 51 283
	NO	2	5	51 283 51 283	0 0	51 283 51 283
	SD	3	5	183 850 183 850	0 0	183 850 183 850
	SL	2	5	51 283 51 283	0 0	51 283 51 283
SUBPROGRAMA 0134 TELEFONIA				245 376 358	0	245.376.358
			3	24 455 000	0	24 455 000
			4	38 800 000	0	38 800 000
			5	183 121 358	0	183 121 358
MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES				245 376 358	0	245.376.358
			3	24 455 000	0	24 455 000
			4	38 800 000	0	38 800 000
			5	183 121 358	0	183 121 358
META 0050 TERMINAL TELEFÔNICO INSTALADO (UNIDADE)		2 645.559		182 254 000	0	182.254.000
	CO	212.153	3	15 153 000 1 075 000 942 000 13 145 000	0 0 0 0	15 153 000 1 075 000 942 000 13 145 000
	NE	314.191	3	20.630 000 1 574 000 1 925 000 17 131 000	0 0 0 0	20.630 000 1 574 000 1 925 000 17 131 000
	NO	105 508	3	4 835 000 504 000 153 000 4 178 000	0 0 0 0	4 835 000 504 000 153 000 4 178 000
	SD	1 572 834	3	135 415 000 13 410 000	0 0	135 415 000 13 410 000

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 05 - COMUNICAÇÕES

ESPECIFICAÇÃO	META		FONTE	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR./93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
			4	27 071 000	0	27 071 000
			5	94 928.000	0	94 928.000
	SL	340 763		16 211 000	0	16 211 000
			3	2.101.000	0	2.101.000
			4	403 000	0	403 000
			6	13 707 000	0	13 707 000
META 0513 TRONCO DE TRANSITO INSTALADO (UNIDADE)		143 204		51.808 000	0	51.808 000
	NA	143 204		51.808.000	0	51 808 000
			3	5 791 000	0	5 791 000
			4	8 300 000	0	8 300 000
			6	37 717.000	0	37 717 000
META 9051 MANUT E MODERNIZACAO SISTEMA DE TELECOMUNICACOES				2 314 358	0	2.314 358
	NA			2 314 358	0	2.314 358
			6	2 314 358	0	2 314 358
SUBPROGRAMA 0135 SERVICOS ESPECIAIS DE TELECOMUNICACOES				79 864	47 134	126 798
			1	79 864	47 134	126 798
ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS				79 864	47 134	126 798
			1	79 864	47 134	126 798
META 0117 CONCLUSAO DA IMPLANTACAO DA BANDA C (PERCENTUAL)		10		31 856	18 854	50.720
	NA	10		31 856	18 854	50 720
			1	31 856	18 854	50 720
META 0118 CONTRATACAO E IMPLANTACAO DA BANDA X (PERCENTUAL)		5		47 798	28 280	75.078
	NA	5		47 798	28 280	75.078
			1	47.798	28.280	75 078
SUBPROGRAMA 0137 RADIODIFUSAO				57 301	57 301	114.602
			1	57 301	57 301	114.602
GABINETE DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA				57 301	57 301	114.602
			1	57.301	57.301	114 602
META 0466 MODERNIZACAO DA RADIOBRAS (EQUIPAMENTO)		3 000		57 301	57.301	114 602
	NA	3 000		57 301	57 301	114 602
			1	57 301	57 301	114 602
DEMAIS SUBPROGRAMAS				1 240 989	251 702	1.492.891
			1	0	251 702	251 702
			5	1 240 989	0	1.240.989
	EX			0	101 000	101.000
			1	0	101 000	101 000
	NA			1 240 989	150 702	1 391.691
			1	0	150 702	150 702
			5	1.240 989	0	1.240 989
TOTAIS DA FUNÇÃO 05 - COMUNICAÇÕES				267 910.985	355 137	268 266 723
TIPOS DE FONTES						
1 RECURSOS DO TESOURO (ORDINARIOS)				136.965	355 137	493.102
2 RECURSOS DO TESOURO (VINCULADOS)				884 112	0	884 112
3 INGRESSOS OPERAÇÕES DE CREDITO (INTERNAS)				24 455 000	0	24 455 000
4 INGRESSOS OPERAÇÕES DE CREDITO (EXTERNAS)				38.800.000	0	38 800 000
5 RECURSOS DE OUTRAS FONTES				203 834 509	0	203 834.509

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1984 / 95)

FUNÇÃO: 06 - DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA

ESPECIFICAÇÃO	META		FONTE	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR. 793)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
SUBPROGRAMA 0015 CUSTODIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL			1	701.480 701.480	0 0	701.480 701.480
MINISTERIO DA JUSTIÇA			1	701.480 701.480	0 0	701.480 701.480
META 0155 CONSTRUÇÃO DE UNIDADES PRISIONAIS (UNIDADE)		38	1	701.480	0	701.480
	NA	38	1	701.480 701.480	0 0	701.480 701.480
SUBPROGRAMA 0025 EDIFICAÇÕES PÚBLICAS			1	238.799 238.799	10.019 10.019	248.818 248.818
MINISTERIO DA JUSTIÇA			1	238.799 238.799	10.019 10.019	248.818 248.818
META 0483 CONSTR. POSTOS/DELEGACIAS DA POLICIA RODOV. FED (UNID)		20	1	42.319	0	42.319
	NA	20	1	42.319 42.319	0 0	42.319 42.319
META 0484 CONSTR. SUPERINTENDENCIAS REG. DA POLICIA FED (UNID)		6	1	196.480	10.019	206.499
	NA	6	1	196.480 196.480	10.019 10.019	206.499 206.499
SUBPROGRAMA 0035 PARTICIPAÇÃO SOCIETARIA			1	683.411 683.411	0 0	683.411 683.411
MINISTERIO DO EXERCITO			1	683.411 683.411	0 0	683.411 683.411
META 0514 MODERNIZAR A INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL (M2)		50.000	1	142.064	0	142.064
	NA	50.000	1	142.064 142.064	0 0	142.064 142.064
META 0515 AMPLIAÇÃO DA UNID. DE FABR. DE POLVORA BASE SIMPLES (M2)		50.300	1	154.916	0	154.916
	NA	50.300	1	154.916 154.916	0 0	154.916 154.916
META 0516 CONSTRUÇÃO DE DISPOSIT. P/PRESERVAÇÃO AMBIENTAL (M2)		23.850	1	139.856	0	139.856
	NA	23.850	1	139.856 139.856	0 0	139.856 139.856
META 0517 CONSTRUÇÃO UNID. DE FABR. DE EMULSÃO EXPLOSIVA (M2)		46.000	1	97.488	0	97.488
	NA	46.000	1	97.488 97.488	0 0	97.488 97.488
META 0518 MODERNIZAR A FABRICA DE ESPOLETAS ELÉTRICAS (M2)		45.495	1	149.107	0	149.107
	NA	45.495	1	149.107 149.107	0 0	149.107 149.107
SUBPROGRAMA 0044 INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS			1	5.800 5.800	20.530 20.530	26.330 26.330
MINISTERIO DO EXERCITO			1	5.800 5.800	20.530 20.530	26.330 26.330
META 0141 PRODUÇÃO DE CARTA TOPOGRÁFICA MILITAR (UNIDADE)		29	1	5.800	20.530	26.330
	NA	29	1	5.800 5.800	20.530 20.530	26.330 26.330
SUBPROGRAMA 0054 PESQUISA FUNDAMENTAL			1	18.568 18.568	93.319 93.319	111.887 111.887
MINISTERIO DA MARINHA			1	18.568 18.568	93.319 93.319	111.887 111.887
META 0076 PESQUISAS DESENVOLVIDAS (PESQUISA)		1	1	18.568	93.319	111.887

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 06 - DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA

ESPECIFICAÇÃO	META		FONTE	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR /93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
	NA	1	1	18 568 18 568	93 319 93 319	111 887 111.887
SUBPROGRAMA 0160 OPERAÇÕES AERÉAS			1	3 830 978 3.830.978	4 905 232 4 905 232	8.736.210 8.736 210
MINISTERIO DA AERONAUTICA			1	3 830 978 3 830.978	4 905 232 4 905 232	8.736 210 8 736.210
META 0144 AQUISIÇÃO DE AERONAVES (UNIDADE)		20		700 000	0	700.000
	NA	20	1	700 000 700 000	0 0	700.000 700.000
META 0145 REVISITAZIÇÃO DE AERONAVE (UNIDADE)		530		1 006 860	0	1.006 860
	NA	530	1	1 006 860 1 006.860	0 0	1 006.860 1 006.860
META 0146 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS DE SUPERFÍCIE (UNIDADE)		600		57 262	0	57 262
	NA	600	1	57 262 57.262	0 0	57 262 57.262
META 0153 AQUISIÇÃO DE PEÇAS MOTORES E COMP DE AERONAVES (UNID)		2.843		2 036 158	4 168 492	6.204.650
	NA	2.843	1	2 036 158 2 036 158	4 168 492 4 168 492	6.204 650 6.204 650
META 9010 AQUISIÇÃO DE MATERIAL BELICO				30 698	736 740	767 438
	NA		1	30 698 30 698	736 740 736 740	767 438 767 438
SUBPROGRAMA 0163 OPERAÇÕES NAVAIS			1	7 857 974 6.802 538 1 055 436	3 739 348 2 751 220 988 128	11.597 322 9.553.758 2.043.564
MINISTERIO DA MARINHA			1	7 857 974 6 802 538 1 055 436	3 739 348 2 751 220 988 128	11 597 322 9.553.758 2 043 564
META 0121 CONSTRUÇÃO DE NAVIOS-TRANSPORTE (UNIDADE)		8		249 269	94 688	343.957
	EX	4	1	80.294 80 294	33 611 33 611	113.905 113.905
	NA	4	1	168 975 168.975	61 077 61 077	230 052 230 052
META 0122 CONSTRUÇÃO DE LANCHAS AMPÍBIAS (UNIDADE)		4		13 848	5.260	19 108
	NA	4	1	13 848 13 848	5.260 5 260	19 108 19 108
META 0123 AQUISIÇÃO NAVIOS-TRANSPORTE (UNIDADE)		6		193.875	73.647	267 522
	EX	3	1	62 451 62 451	26 142 26 142	88.593 88 593
	NA	3	1	131.424 131 424	47.506 47 506	178.926 178 926
META 0124 APRIMORAMENTO INFRA-ESTRUTURA APOIO (PERCENTUAL)		4		3.018 322	1 146 787	4.165.109
	EX	2	1	972 436 972.436	407 077 407 077	1.379 513 1.379.513
	NA	2	1	2 045 886 2.045.886	739 710 739 710	2.785.596 2 785 596
META 0125 DESENVOLVIMENTO PROTOTIPO SUBMARINO NAC-1 (PERCENTUAL)		10		13 851	5.263	19.114
	NA	10	1	13.851 13.851	5.263 5 263	19 114 19 114
META 0126 AQUISIÇÃO DE VIATURAS E MATERIAIS ESPECIALIZ (PROJETO)		2		12 393	5.540	17.933
	NA	2	1	12.393	5.540	17.933

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 06 - DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA

ESPECIFICAÇÃO	META		FONTE	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR /93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
			1	12 393	5 540	17 933
META 0127						
APRIMORAMENTO DOS SERVICOS DE PROTECAO A NAVES (PROJ)		2		900 000	415 702	1 315 702
	NA	2	2	900 000	415 702	1.315 702
				900 000	415 702	1.315 702
META 0128						
CONSTRUCAO DE LANCHAS PATRULHA (UNIDADE)		8		2.221	14 019	16 240
	EX	4	2	1 241	34	1 275
				1 241	34	1 275
	NA	4	2	980	13 985	14 965
				980	13 985	14.965
META 0129						
CONSTRUCAO DE CORVETAS NO PAIS (UNIDADE)		8		145 405	55.235	200 640
	EX	4	1	46 837	19 607	66 444
				46 837	19 607	66 444
	NA	4	1	98 568	35.628	134 196
				98 568	35 628	134 196
META 0130						
CONSTRUCAO DE SUBMARINOS IXL NO PAIS (UNIDADE)		6		366 977	139 404	506 381
	EX	3	1	118 209	49 485	167 694
				118 209	49 485	167.694
	NA	3	1	248 768	89 919	338 687
				248 768	89 919	338 687
META 0131						
DESENV PROJ ESPECIAIS CRIACAO PROTOTIPOS (PROJETO)		4		1 190 826	445 488	1 636 314
	EX	2	1	318 942	132 018	450 960
				318 942	132 018	450 960
	NA	2	1	871 884	313 470	1 185 354
				871 884	313 470	1 185 354
META 0132						
AQUISICAO DE FRAGATAS (UNIDADE)		12		817 043	310 359	1 127 412
	EX	6	1	263 182	110 172	373 354
				263 182	110 172	373 354
	NA	6	1	553 861	200 197	754 058
				553 861	200 197	754 058
META 0133						
MODERNIZACAO DE FRAGATAS (UNIDADE)		6		20 777	7 898	28 665
	NA	6	1	20 777	7 898	28 665
				20 777	7 898	28 665
META 0134						
AQUIS REBOC AVISOS CHATAS E EMBARC ESPECIAIS(UNIDADE)		10		6 926	2 632	9 558
	NA	10	1	6 926	2 632	9 558
				6 926	2 632	9 558
META 0135						
CONST REBOC AVISOS CHATAS E EMBARC ESPECIAIS(UNIDADE)		10		70 000	30 000	100 000
	NA	10	2	70 000	30 000	100.000
				70 000	30 000	100.000
META 0137						
MODERNIZACAO DE AERONAVES (UNIDADE)		10		281 394	29 857	311 251
	EX	10	1	281 394	291 857	573 251
				281 394	291 857	573 251
META 0144						
AQUISICAO DE AERONAVES (UNIDADE)		12		306 180	103 455	409 635
	EX	12	1	306 180	103 455	409 635
				306 180	103 455	409.635
META 0467						
AQUISICAO DE LANCHAS ANFIBIAS (UNIDADE)		6		20 772	7 891	28 663
	NA	6	1	20 772	7 891	28.663
				20 772	7 891	28.663
META 0468						
CONSTRUCAO DE NAVIOS-PATRULHA (UNIDADE)		12		83 215	528 407	611 622
	EX	6		47 247	11 218	58 465

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 06 - DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA

ESPECIFICAÇÃO	META		FONTE	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ARR./93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
			2	47 247	11 218	58 465
	NA	6	2	35.968	517 189	553 157
				35.968	517 189	553 157
META 0469						
MODERNIZAÇÃO NAVIO AERODROMO MINAS GERAIS (PERCENTUAL)		200		131.558	49 874	181 532
	EX	100	1	42 377	17 739	60 116
				42 377	17 739	60 116
	NA	100	1	89 181	32 235	121 416
				89 181	32 235	121 416
META 0470						
DESENVOLVIMENTO DE MEIOS FLUTUANTES (PESQUISA)		2		13 122	5 832	18 954
	NA	2	1	13 122	5 832	18 954
				13 122	5 832	18 954
SUBPROGRAMA 0186						
OPERAÇÕES TERRESTRES			1	4 583 060	564 340	5 147 400
				4.583 060	564 340	5.147 400
MINISTERIO DO EXERCITO			1	4 583 060	564 340	5 147 400
				4 583 060	564 340	5.147 400
META 0138						
UNIDADE MILITAR ORGANIZADA (UNIDADE)		18		2 720 450	173 650	2 894 100
	NA	18	1	2 720 450	173 650	2 894 100
				2.720.450	173 650	2 894 100
META 0139						
UNIDADE MILITAR TRANSFERIDA (UNIDADE)		12		370 970	23 700	394 670
	NA	12	1	370 970	23 700	394 670
				370 970	23 700	394 670
META 0140						
UNIDADE MILITAR TRANSFORMADA (UNIDADE)		24		115 000	7 340	122.340
	NA	24	1	115 000	7 340	122.340
				115 000	7 340	122.340
META 0142						
MODERNIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS (EQUIP)		8		36 840	147 340	184 180
	NA	8	1	36 840	147 340	184 180
				36 840	147 340	184 180
META 0478						
UNIDADE MILITAR MELHORADA (UNIDADE)		34		296 800	19 000	315.800
	NA	34	1	296 800	19.000	315 800
				296.800	19 000	315 800
META 0479						
UNIDADE MILITAR COMPLEMENTADA (UNIDADE)		6		515 700	10 530	526.230
	NA	6	1	515 700	10 530	526 230
				515 700	10 530	526.230
META 0480						
UNIDADE SISTEMICA IMPLANTADA (UNIDADE)		12		527 300	182 780	710.080
	NA	12	1	527 300	182 780	710 080
				527 300	182.780	710 080
SUBPROGRAMA 0174						
POLICIAMENTO CIVIL			1	238 283	360 191	598 474
				238.283	360.191	598 474
MINISTERIO DA JUSTIÇA			1	238 283	360 191	598 474
				238.283	360 191	598 474
META 0142						
MODERNIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS (EQUIP)		4 792		238 283	360 191	598 474
	NA	4 792	1	238 283	360 191	598 474
				238 283	360 191	598 474
SUBPROGRAMA 0188						
FORMAÇÃO PARA O SETOR TERCIÁRIO			1	227	11 135	11.362
				227	11 135	11 362
MINISTERIO DA AERONAUTICA			1	227	11 135	11.362
				227	11.135	11.362
META 0476						
CURSO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO REALIZADO (ALUNO)		716		227	11 135	11 362
	NA	716		227	11.135	11 362

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 06 - DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA

ESPECIFICAÇÃO	META		FONTE	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR / 93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
SUBPROGRAMA 0205 ENSINO DE GRADUAÇÃO			1	227	11 135	11.362
			1	2 083	16 854	18 937
			1	2 083	16 854	18.937
MINISTERIO DA AERONAUTICA			1	2.083	16 854	18.937
			1	2.083	16 854	18.937
META 0477 ESPECIALIZAÇÃO EXTENSA E ALTOS ESTUDOS REALIZ (ALUNO)		352		2 083	16 854	18 937
	NA	352		2 083	16 854	18 937
			1	2.083	16 854	18.937
SUBPROGRAMA 0535 CONTROLE E SEGURANÇA DE TRAFEGO RODOVIARIO			1	0	30 718	30 718
			1	0	30 718	30.718
MINISTERIO DA JUSTIÇA			1	0	30 718	30 718
			1	0	30 718	30.718
META 0167 CADASTRAMENTO CONDUTORES VEIC. AUTOMOTORES (CADASTRO)		40 700 000		0	30 718	30 718
	NA	40 700 000		0	30 718	30.718
			1	0	30 718	30 718
DEMAIS SUBPROGRAMAS				37 465 537	58 953 501	96 419 038
			1	7 422.209	16 348 141	23 770 350
			2	226 770	162 766	379 526
			5	29 816 558	42 452 604	72 269 162
	EX			7 037 850	6 682 261	13.720 111
			1	40.854	573 903	614 767
			5	6 996 985	6 108 358	13 105 344
	NA			30 427 687	52 271 240	82 698 927
			1	7 381 345	15 774 238	23 155 583
			2	226 770	162 766	379 526
			5	22 819 572	35 344 246	59 163 818
TOTAIS DA FUNÇÃO 06 - DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA				55 626 180	68 705 187	124 331 367
TIPOS DE FONTES						
1 RECURSOS DO TESOURO (ORDINARIOS)				24 527 416	25 111 699	49 639 115
2 RECURSOS DO TESOURO (VINCULADOS)				1 282 205	1 140 884	2 423 090
3 INGRESSOS OPERAÇÕES DE CREDITO (INTERNAS)				0	0	0
4 INGRESSOS OPERAÇÕES DE CREDITO (EXTERNAS)				0	0	0
5 RECURSOS DE OUTRAS FONTES				29 816 558	42 452 604	72 269 162

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 07 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ESPECIFICAÇÃO	META		FONTE	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR /93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
SUBPROGRAMA 0020 SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR			1	0	7 330	7 330
				0	7 330	7 330
MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL			1	0	7 330	7 330
				0	7 330	7 330
META 0271 PROJETOS DESENVOLVIMENTO URBANO IMPLANTADOS (PROJETOS)		2		0	7 330	7 330
	NA	2	1	0	7 330	7 330
				0	7 330	7 330
SUBPROGRAMA 0031 ASSISTENCIA FINANCEIRA			1	1 927 131	150 254	2 077 385
			2	23 074	9 686	32 760
			5	317 760	58 270	376 030
				1 586 297	82 298	1 668 595
MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL			1	1 927 131	150 254	2 077 385
			2	23 074	9 686	32 760
			5	317 760	58 270	376 030
				1 586 297	82 298	1 668 595
META 0011 MUNICIPIO BENEFICIADO (MUNICIPIO)		20		1 179 614	82 298	1 261 912
	NO	20	5	1 179 614	82 298	1 261 912
				1 179 614	82 298	1 261 912
META 0253 PROJETOS SUPORTE PLANEJAMENTO REGIONAL REALIZADOS (PROJ)		60		484 243	39 670	523 913
	NE	18	5	161 283	0	161 283
				161 283	0	161 283
	NO	42	1	322 960	39 670	362 630
			2	5 200	2 600	7 800
				317 760	37 070	354 830
META 0388 PROFISSIONAL FORMADO (PESSOA)		1 700		0	10 600	10 600
	NO	1 700	2	0	10 600	10 600
				0	10 600	10 600
META 0408 ESTUDO E PESQUISA DESENVOLVIDOS (PROJETO)		24		17 874	17 686	35 560
	CO	1	1	864	96	960
				864	96	960
	NE	2	1	4 500	500	5 000
				4 500	500	5 000
	NO	20	1	0	15 800	15 800
			2	0	5 200	5 200
				0	10 600	10 600
	SD	1	1	12 510	1 290	13 800
				12 510	1 290	13 800
META 0502 NUCLEOS COMUNITARIOS POLIVALENTES (IMPLANTADOS)		20		122 700	0	122 700
	NE	20	5	122 700	0	122 700
				122 700	0	122 700
META 0503 EMPRESAS COMUNITARIAS IMPLANTADAS (EMPRESAS)		10		122 700	0	122 700
	NE	10	5	122 700	0	122 700
				122 700	0	122 700
SUBPROGRAMA 0036 PARTICIPAÇÃO SOCIETARIA			5	29 631 961	3 288 380	32 920 341
				29 631 961	3 288 380	32 920 341
MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL			5	29 631 961	3 288 380	32 920 341
				29 631 961	3 288 380	32 920 341
META 0303 PROJETO INCENTIVADO APOIADO PELO FINOR (PROJETO)		1 500		16 195 085	3 288 380	19 483 465
	NE	1 500	5	16 195 085	3 288 380	19 483 465
				16 195 085	3 288 380	19 483 465
META 0310 PROJETO INCENTIVADO APOIADO PELO FINAM (PROJETO)		1 000		13 436 875	0	13 436 875
	NO	1 000		13 436 875	0	13 436 875

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 07 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ESPECIFICAÇÃO	META		FONTE	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR./93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
SUBPROGRAMA 0040 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTAÇÃO			5	13 436.876	0	13 436.876
MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL			1	21.301	25.400	46.701
META 0406 ESTUDO E PESQUISA DESENVOLVIDOS (PROJETO)		9	1	21.301	25.400	46.701
NA		2	1	16.101	15.000	31.101
NO		7	1	5.200	10.400	15.600
SUBPROGRAMA 0045 ESTUDOS E PESQUISAS ECONOMICAS-SOCIAIS			1	0	391.721	391.721
MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL			1	0	391.721	391.721
META 0406 ESTUDO E PESQUISA DESENVOLVIDOS (PROJETO)		12	1	0	391.721	391.721
NA		12	1	0	391.721	391.721
SUBPROGRAMA 0055 PESQUISA APLICADA			1	106.840	80.780	187.620
MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL			2	106.840	80.780	187.620
META 0263 PROJETOS SUPORTE PLANEJAMENTO REGIONAL REALIZADOS (PROJ.)		17	1	44.980	10.600	55.580
NO		17	1	44.980	10.600	55.580
META 0304 PROJ. PESQUISA E DES. CIENC. TECNOL. IMPLANTADO (PROJETO)		50	2	63.580	31.680	95.260
NO		50	2	63.580	31.680	95.260
META 0398 PROFISSIONAL FORMADO (PESSOA)		350	1	0	18.490	18.490
NO		350	1	0	18.490	18.490
SUBPROGRAMA 0067 COLONIZAÇÃO			5	548.658	0	548.658
MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL			5	548.658	0	548.658
META 0492 TRECHO RODOVIARIO IMPLANTADO (KM)		350	5	548.658	0	548.658
NO		350	5	548.658	0	548.658
SUBPROGRAMA 0077 IRRIGAÇÃO			1	19.884.362	1.380.041	21.264.403
MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL			2	10.920.470	720.457	11.640.927
META 0268 OBRAS HIDRAULICAS REALIZADAS (M3)		147 579.338	4	2.215.442	0	2.215.442
CO		90.170.337	1	6.748.480	658.584	7.407.064
NE		1 086.931	4	19.884.362	1.380.041	21.264.403
			2	10.920.470	720.457	11.640.927
			4	2.215.442	0	2.215.442
			4	6.748.480	658.584	7.407.064
			1	2.893.388	180.083	3.073.471
			4	2.235.273	24.628	2.259.901
			4	468.118	195.495	663.613
			3	3 187 044	187.878	3.374.922

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 07 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ESPECIFICAÇÃO	META		F D N T E	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR./93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
			1	1 090 359	23.787	1 114 146
			2	1 362 182	0	1 362 182
			4	734.503	164.088	898.591
	NO	1 065 931	1	58 847	70.330	129 177
			4	25.847	7 033	32.880
			4	33 000	63.297	96 297
	SD	21.118.503	1	696 701	52 055	748 757
			4	498 189	17 017	615.206
			4	198 512	35 039	233.551
	SL	34 166.536	1	1 077 183	77.822	1 155.105
			4	820.735	6.955	827.691
			4	256 448	70 966	327.414
META 0312						
REDE ELÉTRICA IMPLANTADA (KM)		4 795		3.055 611	0	3.055 611
	CO	1 482	1	914 881	0	914.881
			4	825.361	0	625.361
			4	289 520	0	289 520
	NE	533	1	441 005	0	441 005
			4	107 555	0	107 555
			4	333 460	0	333 460
	NO	139	1	116 122	0	116 122
			4	43 122	0	43 122
			4	72 000	0	72.000
	SD	2.482	1	1 453.271	0	1 453.271
			4	1 082 501	0	1 082 501
			4	370 770	0	370 770
	SL	159	1	131 332	0	131 332
			4	61 720	0	61.720
			4	89 612	0	89 612
META 0315						
ÁREA IRRIGADA IMPLANTADA (HA)		224.540		3 151.853	531 006	3.682 859
	NE	224.540	1	3 151.853	531 006	3.682 859
			4	2 035 768	401 391	2 437 149
			4	1 116 105	129.615	1.245 720
META 0316						
ÁREA IRRIGADA EM PRODUÇÃO (HA)		71.972		5.963 724	89 384	6.053.108
	NE	71.972	1	5.963 724	89 384	6.053 108
			4	2 294 050	89 384	2 383 434
			4	853 260	0	853 260
			4	2.816 414	0	2.816 414
META 0317						
FAMÍLIAS ASSENTADAS-PROJETOS IRRIGADOS (FAMÍLIA)		8 400		0	82 007	82.007
	NE	8.400	1	0	82 007	82.007
			4	0	82.007	82.007
META 0504						
CADASTRO NACIONAL DE IRRIGAÇÕES (IRRIGANTES)		145 814		0	109 378	109 378
	CO	48 814	1	0	36 347	36.347
			4	0	19 991	19 991
			4	0	16 356	16.356
	NE	44.993	1	0	33 502	33.502
			4	0	26 802	26 802
			4	0	6 710	6.700
	NO	7 520	1	0	5 600	5 600
			4	0	2 800	2.800
			4	0	2.800	2.800
	SD	34 412	1	0	25 623	25 623
			4	0	14 093	14.093
			4	0	11 530	11 530
	SL	11 156	1	0	8 306	8 306
			4	0	4 568	4 568
			4	0	3 738	3 738
SUBPROGRAMA 0088						
DESENVOLVIMENTO ANIMAL			1	4 753	3.853	8 606
			4	4 753	3.853	8.606
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL			1	4 753	3.853	8 606
			4	4 753	3 853	8 606
META 0318						
ANIMAIS PRODUZIDOS (CABEÇA)		2.240		0	3 853	3.853

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 07 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ESPECIFICAÇÃO	META		F O N T E	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR./93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
	NE	2.240	1	0	3 853	3 853
				0	3 853	3 853
META- 0319						
UNIDADES DEMONSTRACAO PECUARIA IMPLANTADAS (UNIDADE)		14	1	4 753	0	4 753
	NE	14	1	4 753	0	4 753
				4 753	0	4.753
SUBPROGRAMA 0089						
DESENVOLVIMENTO DA PESCA			1	61 579	71 345	133.024
				61.579	71 345	133.024
MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL			1	61 579	71 345	133.024
				61 579	71 345	133.024
META 0320						
ALEVINHOS PRODUZIDOS (MILHAO)		121	1	0	42.486	42.486
	NE	121	1	0	42.486	42 486
				0	42 486	42 486
META 0322						
ALEVINHOS UTILIZADOS EM REPOVOAMENTO RIOS/LAGOAS(MILHAO)		40	1	0	28.859	28 859
	NE	40	1	0	28 859	28 859
				0	28 859	28.859
META 0332						
ESTACAO AQUICULTURA AMPLIADA/RECUPERADA (ESTACAO)		10	1	61 579	0	61 579
	NE	10	1	61 579	0	61 579
				61 579	0	61 579
SUBPROGRAMA 0095						
ARMAZENAMENTO E SILAGEM			1	313 376	0	313 376
				313 376	0	313 376
MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL			1	313 376	0	313.376
				313 376	0	313 376
META 0284						
ARMAZENS GERAIS CONSTRUÍDOS (T)		1 722	1	313 376	0	313.376
	NA	1 722	1	313.376	0	313.376
				313.376	0	313.376
SUBPROGRAMA 0096						
SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS AGRICOLAS			5	54 866	180.328	235 194
				54 866	180 328	235 194
MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL			5	54 866	180 328	235 194
				54 866	180.328	235.194
META 0276						
PROJETOS PROD ALIMENTAR COMUNITARIA INCENTIVADOS(PROJ)		12	5	54 866	180 328	235 194
	NO	12	5	54 866	180.328	235 194
				54 866	180.328	235 194
SUBPROGRAMA 0178						
DEFESA CONTRA SINISTROS			1	1 333.638	1 539 165	2.872.803
				0	648 874	648 874
			2	1 333.638	889 279	2.222.917
			5	0	1 012	1 012
MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL			1	1 333.638	1 539 165	2.872.803
				0	648 874	648 874
			2	1 333 638	889.279	2.222.917
			5	0	1.012	1.012
META 0011						
MUNICIPIO BENEFICIADO (MUNICIPIO)		71		0	186	186
	NA	71	2	0	186	186
				0	186	186
META 0275						
ACDES PREVENTIVAS AREAS DE RISCO IMPLANTADA (MUNICIPIO)		350		1.333.638	998.823	2.332.461
	NA	360	1	1.333 638	998.823	2.332.461
			2	0	109.730	109 730
				1 333.638	889.093	2.222.731
META 0300						
SISTEMA DE INFORMACAO CLIMATICA MANTIDO (SISTEMA)		3		0	377.736	377 736
	NE	3	1	0	377 736	377 736
				0	377.736	377.736
META 0408						
ESTUDO E PESQUISA DESENVOLVIDOS (PROJETO)		6		0	162.420	162.420

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 07 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ESPECIFICAÇÃO	META		F O N T E	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR / 93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	T O T A L
	NE	6		0	162 420	162 420
			1	0	161 408	161 408
			5	0	1 072	1.072
SUBPROGRAMA 0183				73.889 516	700 425	74.589 942
PROGRAMAÇÃO ESPECIAL			1	5 131 522	143 106	5.274 628
			2	57 185 462	557 320	57 742 782
			4	11 482 532	0	11 482 532
			5	90 000	0	90 000
MINISTÉRIO DA FAZENDA				49 433 043	0	49 433 043
			2	49 343 043	0	49 343 043
			5	90 000	0	90 000
META 9032				1 006 258	0	1.006.258
FINANC. ATRAVÉS DO FUNDO DE APOIO AO DESENV. SOCIAL	NA			1 006 258	0	1 006.258
			2	916 258	0	916.258
			5	90 000	0	90 000
META 9035				48 426 785	0	48.426 785
FINANCIAMENTO AOS SETORES PRODUTIVOS	NA			48 426 785	0	48.426 785
			2	48 426 785	0	48.426 785
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL				24 465 473	700 425	25.165 899
			1	5 131 522	143 106	5.274 628
			2	7 842 419	557 320	8.399 739
			4	11 482 532	0	11.482 532
META 0263				545 400	2.600	548 000
PROJETOS SUPORTE PLANEJAMENTO REGIONAL REALIZADOS (PROJ.)	NO	67		545 400	2.600	548 000
			1	5 200	2.600	7 800
			2	540 200	0	540.200
META 0301				2 559 451	0	2.559.451
HABITACAO BAIXO CUSTO CONSTRUIDA (CASA)	NE	100.000		2 559 451	0	2.559 451
			2	2 559 451	0	2 559.451
META 0302				2 548 459	0	2.548 459
SISTEMA SANEAMENTO BASICO AMPLIADO (PESSOA)	NE	4 000.000		2 548 459	0	2.548 459
			2	2 548 459	0	2.548 459
META 0311				0	557 320	557 320
PROJETO PROMOCAO INDUSTRIAL APOIADO (PROJETO)	NE	40		0	557 320	557 320
			2	0	557 320	557 320
META 0333				123 670	0	123 670
AUDITORIA IMPLANTADA (KM)	NE	200		123 670	0	123 670
			2	123 670	0	123 670
META 0398				0	3 900	3 900
PROFISSIONAL FORMADO (PESSOA)	NO	2.500		0	3 900	3 900
			1	0	3 900	3 900
META 0506				13.746 350	106.607	13 852.957
INFRA-ESTRUTURA ECONOMICA E SOCIAL IMPLANTADA (PROJETO)	CO	8		888.909	2.503	891.412
			1	122 599	2.503	125 102
			4	746 310	0	746 310
	NA	400		2 088 886	0	2.088 886
			1	1.253 505	0	1.253 505
			2	835 181	0	835 181
	NE	25.008		8.637 647	81.255	8 718.903
			1	1 161 380	81.255	1 242 635
			2	714 255	0	714 255
			4	6 762 012	0	6 762 012
	NO	10		1 718 509	14 017	1 732 526
			1	886 813	14 017	900 830
			2	187 991	0	187 991
			4	843 705	0	843 705
	SO	2		202 693	4 138	206 831

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 07 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ESPECIFICAÇÃO	META		F D N T E	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR / 93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
			1	202 693	4 138	206 831
	SL	4	1	229 905	4 693	234 599
			4	229 906	4 693	234 599
META 0509 CONSERVAÇÃO AMBIEN IMPLANT EM PROJETO INTEGRADOS(PROJETO)		7	1	2 541 953	13 430	555 383
	CO	1	1	1 259 684	3 672	273 356
			4	179 894	3 672	183 566
			4	1 089 800	0	1 089 800
	NE	1	1	121 219	2 474	123 693
			1	121 219	2 474	123 693
	NO	3	1	1 095 847	4 115	1 099 962
			1	201 548	4 115	205 663
			2	93 604	0	93 604
			4	800 695	0	800 695
	SD	1	1	101 347	2 069	103 416
			1	101 347	2 069	103 416
	SL	1	1	53 856	1 100	54 956
			1	53 856	1 100	54 956
META 0510 DESENVOL AGRICOLA IMPLANT EM PROJETO INTEGRADOS(PROJETO)		19	1	2 291 190	15 589	307 759
	CO	1	1	877 184	2 542	879 726
			4	124 524	2 542	127 066
			4	752 660	0	752 660
	NE	11	1	307 882	6 285	314 167
			1	307 882	6 285	314 167
	NO	5	1	885 856	3 244	889 100
			1	158 898	3 244	162 142
			2	239 608	0	239 608
			4	487 350	0	487 350
	SD	1	1	101 346	2 070	103 416
			1	101 346	2 070	103 416
	SL	1	1	118 922	2 428	121 350
			1	118 922	2 428	121 350
SUBPROGRAMA 0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS			1	0	83 106	83 106
			1	0	83 106	83 106
MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL			1	0	83 106	83 106
			1	0	83 106	83 106
META 0398 PROFISSIONAL FORMADO (PESSOA)		6 375	1	0	83 106	83 106
	NA	6 375	1	0	83 106	83 106
			1	0	83 106	83 106
SUBPROGRAMA 0296 ESTUDOS E PESQUISAS HIDROLOGICAS			1	55 283	0	55 283
			1	55 283	0	55 283
MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL			1	55 283	0	55 283
			1	55 283	0	55 283
META 0323 AREA PARA AGRICULTURA IRRIGADA ESTUDADA (HA)		40 000	1	15 045	0	15 045
	NE	40 000	1	15 045	0	15 045
			1	15 045	0	15 045
META 0324 AREA AGRIC IRRIGADA COM PROJ EXECUTIVO ELABORADO (HA)		20 000	1	40 237	0	40 237
	NE	20 000	1	40 237	0	40 237
			1	40 237	0	40 237
SUBPROGRAMA 0297 REGULARIZAÇÃO DE CURSOS D'AGUA			1	3 692 219	0	3 692 219
			1	3 692 219	0	3 692 219
MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL			1	3 692 219	0	3 692 219
			1	3 692 219	0	3 692 219
META 0315 AREA IRRIGADA IMPLANTADA (HA)		14 550	1	479 904	0	479 904
	NE	14 550	1	479 904	0	479 904
			1	479 904	0	479 904
META 0331 ACUDE RECUPERADO (ACUDE)		17	1	377 867	0	377 867

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 07 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL

E S P E C I F I C A Ç Ã O	M E T A		F O N T E	D E S P E S A S (CR\$ MILHÕES DE ABR./93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
	NE	17	1	377.867	0	377.867
				377.867	0	377.867
META 0335						
BARRAGEM CONSTRUÍDA (BARRAGEM)		7.812		2.834.446	0	2.834.446
	NE	7.812	1	2.834.446	0	2.834.446
				2.834.446	0	2.834.446
SUBPROGRAMA 0323						
PLANEJAMENTO URBANO			1	8.336.512	17.500	8.354.112
			2	6.111.552	17.500	6.129.052
				2.225.060	0	2.225.060
MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL				8.336.512	17.500	8.354.112
			1	6.111.552	17.500	6.129.052
			2	2.225.060	0	2.225.060
META 0011						
MUNICÍPIO BENEFICIADO (MUNICÍPIO)		821		5.855.834	0	5.855.834
	NA	821	1	5.855.834	0	5.855.834
			2	4.268.930	0	4.268.930
				1.586.904	0	1.586.904
META 0022						
TRECHO PAVIMENTADO (KM)		30		8.566	0	8.566
	NO	30	1	8.566	0	8.566
				8.566	0	8.566
META 0269						
GESTÃO E PLANEJ. MUNICIPAL APOIADO (MUNICÍPIO)		8.036		0	17.500	17.500
	NA	8.036	1	0	17.500	17.500
				0	17.500	17.500
META 0270						
SERVIÇOS URBANOS IMPLANTADOS (FAMÍLIA BENEFICIADA)		19.898.286		1.639.583	0	1.639.583
	NA	19.898.286	1	1.639.583	0	1.639.583
			2	1.164.979	0	1.164.979
				474.604	0	474.604
META 0312						
REDE ELÉTRICA IMPLANTADA (KM)		40		121	0	121
	NO	40	1	121	0	121
				121	0	121
META 0497						
REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA IMPLANTADA (KM)		40		6.798	0	6.798
	NO	40	1	6.798	0	6.798
				6.798	0	6.798
META 0498						
REDE DE ESGOTO IMPLANTADA (KM)		40		4.759	0	4.759
	NO	40	1	4.759	0	4.759
				4.759	0	4.759
META 0499						
OBRAS DE DRENAGEM REALIZADAS (KM)		12		1.529	0	1.529
	NO	12	1	1.529	0	1.529
				1.529	0	1.529
META 0508						
UNIDADE DA FEDERAÇÃO BENEFICIADA (UNIDADE)		27		819.422	0	819.422
	NA	27	1	819.422	0	819.422
			2	655.870	0	655.870
				153.552	0	153.552
SUBPROGRAMA 0345						
PROMOÇÃO INDUSTRIAL			1	730.410	529.882	1.260.292
			5	70.806	0	70.806
				659.604	529.882	1.189.486
MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL				730.410	529.882	1.260.292
			1	70.806	0	70.806
			5	659.604	529.882	1.189.486
META 0271						
PROJETOS DESENVOLVIMENTO URBANO IMPLANTADOS (PROJETOS)		2		676.092	187.334	763.426
	NO	2	5	676.092	187.334	763.426
				676.092	187.334	763.426
META 0287						
PROJETO MODERNIZAÇÃO INDUSTRIAL IMPLANTADO (PROJETO)		2		0	246.002	246.002

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 07 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ESPECIFICAÇÃO	META		F O N T E	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR /93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
	NE	2	5	0	246.002	246.002
META 0298				0	246.002	246.002
PEQ NEGOCIOS INDUSTRIAIS IMPLANTADOS (PROJETO)		2		154.318	96.546	250.864
	NE	2	1	154.318	96.546	250.864
			5	70.806	0	70.806
				83.512	96.546	160.058
SUBPROGRAMA 0353				1.024.556	0	1.024.556
COMERCIALIZAÇÃO			1	21.770	0	21.770
			5	1.002.786	0	1.002.786
MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL				1.024.556	0	1.024.556
			1	21.770	0	21.770
			5	1.002.786	0	1.002.786
META 0313						
ENTREPOSTO ALFANDEGADO IMPLANTADO (UNIDADE)		2		559.208	0	559.208
	NO	2	1	559.208	0	559.208
			5	11.186	0	11.186
				548.042	0	548.042
META 0314						
ÁREAS DE LIVRE COMERCIO IMPLANTADA (UNIDADE)		10		455.348	0	455.348
	NO	10	1	455.348	0	455.348
			5	10.604	0	10.604
				454.744	0	454.744
SUBPROGRAMA 0353				1.957.032	27.906	1.984.938
PROMOÇÃO DO TURISMO			1	1.380.776	2.600	1.383.376
			2	551.550	0	551.550
			5	25.306	25.306	50.612
MINISTERIO DA INDUSTRIA, DO COMERCIO E DO TURISMO				1.378.876	0	1.378.876
			1	1.378.876	0	1.378.876
META 0272						
MELHORAMENTOS AEROPORT POLOS TURISTICOS REALIZ (POLO)		14		690.817	0	690.817
	NE	14	1	690.817	0	690.817
				690.817	0	690.817
META 0273						
INFRA-ESTRUTURA PORTUARIA IMPLANTADA (UNIDADE)		4		62.049	0	62.049
	NE	4	1	62.049	0	62.049
				62.049	0	62.049
META 0492						
TRECHO RODOVIARIO IMPLANTADO (KM)		805		626.010	0	626.010
	NE	805	1	626.010	0	626.010
				626.010	0	626.010
MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL				578.156	27.906	606.062
			1	1.300	2.600	3.900
			2	551.450	0	551.450
			5	25.306	25.306	50.612
META 0272						
MELHORAMENTOS AEROPORT POLOS TURISTICOS REALIZ (POLO)		5		137.890	0	137.890
	NE	5	2	137.890	0	137.890
				137.890	0	137.890
META 0273						
INFRA-ESTRUTURA PORTUARIA IMPLANTADA (UNIDADE)		5		248.195	0	248.195
	NE	5	2	248.195	0	248.195
				248.195	0	248.195
META 0299						
EQUIPAM SERVICOS TURISMO ARTEZANATO AMPLIAD (PROJETO)		190		12.652	12.652	25.304
	NE	190	5	12.652	12.652	25.304
				12.652	12.652	25.304
META 0301						
INFRA-ESTRUTURA TURISTICA-ECOLOGICA IMPLEMENTADA (PROJ)		4		1.300	0	1.300
	NO	4	1	1.300	0	1.300
				1.300	0	1.300
META 0308						
PLANEJ MARKETING/TURISTICO IMPLEMENTADO (PROJETO)		1		0	1.950	1.950

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 07 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ESPECIFICAÇÃO	META		F.O.M.T.E.	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR /93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
	NO	1	1	0	1 950	1 950
META 0398				0	1 950	1 950
PROFISSIONAL FORMADO (PESSOA)		1 000		0	650	650
	NO	1 000	1	0	650	650
				0	650	650
META 0492						
TRECHO RODOVIARIO IMPLANTADO (KM)		150		165 465	0	165 465
	NE	150	2	165 465	0	165 465
				165 465	0	165 465
META 0506						
INFRA-ESTRUTURA ECONOMICA E SOCIAL IMPLANTADA (PROJETO)		174		12 654	12 654	25 308
	NE	174	5	12 654	12 654	25 308
				12 654	12 654	25 308
SUBPROGRAMA 0457						
DEFESA CONTRA AS SECAS			1	1 171 061	0	1 171 061
				1 171 061	0	1 171 061
MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL			1	1 171 061	0	1 171 061
				1 171 061	0	1 171 061
META 0328						
CISTERNA CONSTRUIDA (CISTERNA)		1 000		22 649	0	22 649
	NE	1 000	1	22 649	0	22 649
				22 649	0	22 649
META 0329						
POÇOS PERFORADOS (POÇO)		1 843		196 644	0	196 644
	NE	1 843	1	196 644	0	196 644
				196 644	0	196 644
META 0332						
ADUTORA IMPLANTADA (KM)		4		951 768	0	951 768
	NE	4	1	951 768	0	951 768
				951 768	0	951 768
SUBPROGRAMA 0458						
DEFESA CONTRA INUNDAÇÕES			1	2 084 859	893 510	2 978 369
				2 084 859	893 510	2 978 369
MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL			1	2 084 859	893 510	2 978 369
				2 084 859	893 510	2 978 369
META 0264						
BARRAGEM DE NIVEL IMPLANTADA (UNIDADE)		76		833 942	357 400	1 191 342
	CD	4	1	41 695	17 871	59 567
				41 695	17 871	59 567
	NE	12	1	125 091	53 609	178 700
				125 091	53 609	178 700
	NO	4	1	41 698	17 870	59 568
				41 698	17 870	59 568
	SD	26	1	291 880	125 091	416 971
				291 880	125 091	416 971
	SL	30	1	333 577	142 959	476 536
				333 577	142 959	476 536
META 0326						
ACHADRENAÇÃO E DRAGAGEM REALIZADAS (MIL M3 DE TERRA)		51 000		1 250 917	536 110	1 787 027
	CD	2 550	1	62 546	26 805	89 351
				62 546	26 805	89 351
	NE	7 850	1	187 639	80 416	268 055
				187 639	80 416	268 055
	NO	2 550	1	62 546	26 804	89 350
				62 546	26 804	89 350
	SD	17 850	1	437 820	187 639	625 459
				437 820	187 639	625 459
	SL	20 400	1	500 365	214 445	714 812
				500 365	214 445	714 812
SUBPROGRAMA 0477						
ORDENAMENTO DO EMPREGO E DO SALARIO				137 876	413 724	551 600

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 07 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ESPECIFICAÇÃO	META		FONTE	DESPESAS (EM MILHÕES DE ABR / 93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL			1	137 876	413 724	551.600
			1	137 876	413 724	551.600
META 0276 PROJETOS PROD ALIMENTAR COMUNITARIA INCENTIVADOS(PROJ)		20		68 938	206 862	275.800
	CO	4	1	13 790	41 370	55 160
				13 790	41 370	55 160
	NE	6	1	20 680	62 060	82.740
				20 680	62 060	82.740
	NO	2	1	6 894	20 686	27 580
				6 894	20 686	27.580
	SD	6	1	20 680	62 060	82.740
				20 680	62 060	82.740
	SL	2	1	6 894	20 686	27 580
				6 894	20 686	27.580
META 0277 PROJ ASSOCIATIVISMO INTERMUNICIPAL INCENTIVADO(PROJETO)		20		68 938	206 862	275.800
	CO	4	1	13 790	41 370	55 160
				13 790	41 370	55 160
	NE	6	1	20 680	62 060	82.740
				20 680	62.060	82.740
	NO	2	1	6 894	20 686	27 580
				6 894	20 686	27.580
	SD	6	1	20 680	62 060	82.740
				20 680	62 060	82.740
	SL	2	1	6 894	20 686	27 580
				6 894	20.686	27.580
SUBPROGRAMA 0534 ESTRADAS VICINAIS				1 397.877	0	1.397.877
			1	1 175 162	0	1 175 162
			2	222.715	0	222.715
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL				1 397.877	0	1.397.877
			1	1 175 162	0	1 175 162
			2	222.715	0	222.715
META 0492 TRECHO RODOVIARIO IMPLANTADO (KM)		1 646		1 397.877	0	1.397.877
	NA	1 646		1 397.877	0	1.397.877
			1	1 175 162	0	1.175.162
			2	222.715	0	222.715
SUBPROGRAMA 0537 CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS				1 408.225	0	1.408.225
			1	1 018.473	0	1.018.473
			2	389.752	0	389.752
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL				1 408.225	0	1.408.225
			1	1 018.473	0	1 018.473
			2	389.752	0	389.752
META 0492 TRECHO RODOVIARIO IMPLANTADO (KM)		2 011		1 408.225	0	1.408.225
	NA	2 011		1 408.225	0	1.408.225
			1	1.018.473	0	1.018.473
			2	389.752	0	389.752
SUBPROGRAMA 0538 CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS				1 079.326	0	1.079.326
			1	940.129	0	940.129
			2	139.197	0	139.197
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL				1 079.326	0	1.079.326
			1	940.129	0	940.129
			2	139.197	0	139.197
META 0026 TRECHO RODOVIARIO RESTAURADO (KM)		1 864		1 079.326	0	1.079.326
	NA	1 864		1 079.326	0	1.079.326
			1	940.129	0	940.129
			2	139.197	0	139.197
SUBPROGRAMA 0542 FERROVIAS				1 257.781	0	1.257.781
			1	1 257.781	0	1.257.781

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 07 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ESPECIFICAÇÃO	META		FONTE	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR /93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL			1	1 257 781 1 257 781	0 0	1 257 781 1 257 781
META 0291						
TRECHOS FERROVIARIOS CONSTRUIDOS (KM)	NE	110		1 257 781	0	1 257 781
		110	1	1 257 781 1 257 781	0 0	1 257 781 1 257 781
DEMAIS SUBPROGRAMAS						
			1	3 242.892	1 306 554	4 548 446
			1	1 953 680	284 240	2 247.820
			2	1 197 095	444 795	1 641.891
			5	92 217	566 518	658 735
	NA					
			1	3 242 892	1 306 554	4 548 446
			1	1.953 680	284 240	2.247 820
			2	1 197 095	444 795	1 641 891
			5	92 217	566 518	658 735
TOTAIS DA FUNÇÃO 07 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL				155.356.790	11.070.205	166 426.995
TIPOS DE FONTES						
1 RECURSOS DO TESOURO (ORDINARIOS)				37 550 502	3 734 252	41 284 754
2 RECURSOS DO TESOURO (VINCULADOS)				65.883 611	2 002 645	67 886 255
3 INGRESSOS OPERAÇÕES DE CREDITO (INTERNAS)				0	0	0
4 INGRESSOS OPERAÇÕES DE CREDITO (EXTERNAS)				18 230 982	659 584	18 890 566
5 RECURSOS DE OUTRAS FONTES				33 691 695	4 673 724	38.365 419

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 08 - EDUCAÇÃO E CULTURA

ESPECIFICAÇÃO	META		F O M T E	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR./93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
SUBPROGRAMA 0031 ASSISTENCIA FINANCEIRA			1	0 0	1.285 1.285	1.285 1.285
MINISTERIO DA CULTURA			1	0 0	1.285 1.285	1.285 1.285
META 0072 ACERVOS ARTISTICOS E CIENTIFICOS DIFUNDIDOS (PROGRAMA)		2		0	1.285	1.285
	SD	2	1	0 0	1.285 1.285	1.285 1.285
SUBPROGRAMA 0055 PESQUISA APLICADA			1	12.703	85.805	79.508
			1	8.153	33.208	41.441
			2	4.208	8.258	12.556
			5	252	25.250	25.512
MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO			2	262	31.502	31.764
			5	0 262	5.252 25.250	5.252 25.512
META 0414 EVENTO TECNICO CIENTIFICO REALIZADO (EVENTO)		73		262	26.502	27.164
	NE	73	2	262	26.502	27.164
			5	0 262	1.852 25.250	1.852 25.512
META 0415 PESQUISA DESENV. EM CIENCIA SOCIAL APLICADA (PESQUISA)		52		0	4.500	4.500
	NE	52	2	0 0	4.500 4.500	4.500 4.500
MINISTERIO DO EXERCITO			1	7.910 7.910	31.580 31.580	39.490 39.490
META 0143 AVALIACAO TECNICO/OPERACIONAL DE MATERIAL BELICO (UNID)		4		1.060	4.210	5.270
	NA	4	1	1.060 1.060	4.210 4.210	5.270 5.270
META 0481 DESENVOLVIMENTO DE MATERIAL BELICO REALIZADO (PROJETO)		2		5.270	21.050	26.320
	NA	2	1	5.270 5.270	21.050 21.050	26.320 26.320
META 0482 PESQUISA APLICADA EM MATERIAL BELICO REALIZ (PROJETO)		8		1.580	5.320	7.900
	NA	8	1	1.580 1.580	5.320 5.320	7.900 7.900
MINISTERIO DA CULTURA			1	4.831	3.724	8.255
			2	243	1.708	1.951
				4.288	2.015	5.304
META 0075 PESQUISAS DESENVOLVIDAS (PESQUISA)		18		1.323	3.245	4.568
	SD	18	1	1.323 243	3.245 1.223	4.568 1.472
			2	1.080	2.015	3.095
META 0408 ESTUDO E PESQUISA DESENVOLVIDOS (PROJETO)		15		3.208	479	3.687
	NA	15	1	3.208 0	479 479	3.687 479
			2	3.208	0	3.208
SUBPROGRAMA 0056 DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL			2	0 0	12.219 12.219	12.219 12.219
MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO			2	0 0	12.219 12.219	12.219 12.219
META 0408 ESTUDO E PESQUISA DESENVOLVIDOS (PROJETO)		111		0	9.775	9.775
	CD	10	2	0 0	1.502 1.502	1.502 1.502
	NE	17	2	0 0	2.042 2.042	2.042 2.042
	NO	10		0	1.397	1.397

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DA PROGRAMAÇÃO (1984 / 85)

FUNÇÃO: 08 - EDUCAÇÃO E CULTURA

ESPECIFICAÇÃO	META		F O N T E	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR./93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
			2	0	1 357	1 357
	SO	51	2	0	3 224	3 224
			2	0	3 224	3 224
	SL	231	2	0	1 510	1 510
			2	0	1 510	1 510
META 0409 EVENTO REALIZADO (UNIDADE)		69		0	2 444	2 444
	CO	11	2	0	234	234
			2	0	234	234
	NE	16	2	0	703	703
			2	0	703	703
	NO	5	2	0	234	234
			2	0	234	234
	SO	23	2	0	854	854
			2	0	854	854
	SL	13	2	0	409	409
			2	0	409	409
SUBPROGRAMA 0057 INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA			2	4 306	34 332	38 638
			2	858	14 346	15 214
			5	3 438	19 386	23 424
MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO			2	4 306	34 332	38 638
			2	858	14 346	15 214
			5	3 438	19 386	23 424
META 0012 ENTIDADE APOIADA (ENTIDADE)		8		0	8 492	8 492
	CO	6	2	0	8 492	8 492
			2	0	8 492	8 492
META 0408 ESTUDO E PESQUISA DESENVOLVIDOS (PROJETO)		40		521	2 614	3 135
	CO	9	2	124	763	832
			2	124	763	832
	NE	6	2	75	373	448
			2	75	373	448
	NO	2	2	25	123	151
			2	25	123	151
	SO	14	2	173	735	950
			2	173	735	950
	SL	9	2	124	322	746
			2	124	322	746
META 0411 PUBLICAÇÃO E EDIÇÃO (PUBLICAÇÃO)		139		347	1 950	2 307
	CO	139	2	347	1 950	2 307
			2	347	1 950	2 307
META 0416 ESTUDOS DAS ÁREAS TROPICAIS (ESTUDO)		9		3 438	20 255	23 704
	NE	9	2	3 438	20 255	23 704
			2	0	250	250
			5	3 438	19 935	23 424
META 0417 SISTEMA DE PESQUISA DESENVOLVIDO (SISTEMA)		21		0	500	500
	NE	21	2	0	500	500
			2	0	500	500
META 0418 BASE DE DADOS GERADA (UNIDADE)		35		0	500	500
	NE	35	2	0	500	500
			2	0	500	500
SUBPROGRAMA 0137 RÁDIODIFUSÃO			2	847 433	1 244 147	2 091 580
			2	844 591	1 240 553	2 085 354
			5	2 742	3 484	6 226
MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO			2	847 433	1 244 147	2 091 580
			2	844 591	1 240 553	2 085 354
			5	2 742	3 484	6 226

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 08 - EDUCAÇÃO E CULTURA

E S P E C I F I C A Ç Ã O	M E T A		F Q N T E	D E S P E S A S (CR\$ MILHÕES DE ABR /93)		
	R E G I Ã O	Q U A N T I D A D E		D E C A P I T A L	C O R R E N T E S	T O T A L
META 0379 PROGRAMA DE TV VEICULADO (PROGRAMA)		27 920		839 211	1 218 753	2.057 964
	NA	27 920	2 5	839 211 835 469 2 742	1 218 753 1 215 269 3 484	2.057 964 2.051 736 6 225
META 0412 PROGRAMA DE RADIO PRODUZIDO (PROGRAMA)		17 000		3 678	10 446	14 124
	NA	17 000	2	3 678 3 678	10 446 10 446	14 124 14 124
META 0413 PROGRAMA DE TV PRODUZIDO (PROGRAMA)		21 000		4 544	14 948	19 492
	NA	21 000	2	4 544 4 544	14 948 14 948	19 492 19 492
SUBPROGRAMA 0183 PROGRAMAÇÃO ESPECIAL			5	1 174 408 1 174 408	0 0	1 174 408 1 174 408
MINISTÉRIO DA FAZENDA			5	1 174 408 1 174 408	0 0	1 174 408 1 174 408
META 9032 FINANC ATRAVES DO FUNDO DE APOIO AO DESENV SOCIAL				1 174 408	0	1 174 408
	NA		5	1 174 408 1 174 408	0 0	1 174 408 1 174 408
SUBPROGRAMA 0185 CRECHE			2	214 716 214 716	53 683 53 683	268 399 268 399
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO			2	214 716 214 716	53 683 53 683	268 399 268 399
META 0380 INSTITUIÇÃO PÚBLICA APOIADA (INSTITUIÇÃO)		2 967		128 829	32 210	161 039
	CO	308	2	12 883 12 883	3 221 3 221	16 104 16 104
	NE	1 671	2	72 144 72 144	18 038 18 038	90 182 90 182
	NO	301	2	12 883 12 883	3 221 3 221	16 104 16 104
	SO	495	2	21 901 21 901	5 476 5 476	27 377 27 377
	SL	192	2	9 018 9 018	2 254 2 254	11 272 11 272
META 0381 INSTITUIÇÃO PRIVADA APOIADA (INSTITUIÇÃO)		8 418		85 887	21 473	107 360
	CO	873	2	8 589 8 589	2 147 2 147	10 736 10 736
	NE	4 741	2	48 097 48 097	12 024 12 024	60 121 60 121
	NO	853	2	8 589 8 589	2 147 2 147	10 736 10 736
	SO	1 405	2	14 600 14 600	3 651 3 651	18 251 18 251
	SL	546	2	6 012 6 012	1 504 1 504	7 516 7 516
SUBPROGRAMA 0187 ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO			2 5	479 150 154 074 325 076	2 562 234 1 684 398 877 836	3 041 384 1.838 472 1.202.912
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO			2 5	479 150 154 074 325 076	2 562 234 1 684 398 877 836	3 041.384 1.838 472 1.202.912
META 0004 PESSOA ASSISTIDA (PESSOA)		1 109 537		327 824	2 268 488	2.596.312
	CO	115 399	2	298 298	152 800 152 800	153 098 153 098
	NE	625 929		1 540	779 374	780 914

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 08 - EDUCAÇÃO E CULTURA

ESPECIFICAÇÃO	META		FONTE	DESPESAS (CRÉ MILHÕES DE ABR. 1993)			
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL	
META 0376 DOCENTE TREINADO (DOCENTE)	NO	112.731	2	1.540	779.374	780.914	
			2	325.346	1.015.835	1.341.182	
			5	270	138.000	138.270	
	SD	183.327	2	325.075	877.835	1.202.912	
			2	488	235.200	235.688	
	SL	72.151	2	468	235.200	235.668	
			2	172	84.278	84.450	
			2	172	84.278	84.450	
	CO	258	2	0	293.746	293.746	
			2	0	29.370	29.370	
	NE	1.458	2	0	29.370	29.370	
			2	0	167.430	167.430	
	NO	251	2	0	167.430	167.430	
2			0	29.370	29.370		
SD	431	2	0	29.370	29.370		
		2	0	49.930	49.930		
SL	166	2	0	49.930	49.930		
		2	0	17.545	17.545		
META 0378 ESCOLA EQUIPADA (ESCOLA)		192	2	0	17.545	17.545	
			2	0	75.000	75.000	
	CO	18	2	75.000	0	75.000	
			2	7.300	0	7.300	
	NE	110	2	7.300	0	7.300	
			2	43.100	0	43.100	
	NO	19	2	43.100	0	43.100	
			2	7.300	0	7.300	
	SD	32	2	7.300	0	7.300	
			2	12.900	0	12.900	
	SL	12	2	12.900	0	12.900	
			2	4.400	0	4.400	
	META 0380 INSTITUICAO PUBLICA APOIADA (INSTITUICAO)		4.552	2	4.400	0	4.400
				2	75.326	0	75.326
CO		472	2	7.045	0	7.045	
			2	7.045	0	7.045	
NE		2.554	2	44.000	0	44.000	
			2	44.000	0	44.000	
NO		461	2	44.000	0	44.000	
			2	7.555	0	7.555	
SD		780	2	7.555	0	7.555	
			2	13.980	0	13.980	
SL		295	2	13.980	0	13.980	
			2	3.535	0	3.535	
SUBPROGRAMA 0188 ENSINO REGULAR				2	3.535	0	3.535
				2	70.302.500	21.063.495	91.366.095
			4	50.757.947	8.259.555	59.027.502	
			5	702.139	4.829.144	5.531.283	
			5	18.832.514	7.974.796	26.807.310	
			2	70.302.500	21.063.495	91.366.095	
			2	50.757.947	8.259.555	59.027.502	
			4	702.139	4.829.144	5.531.283	
			5	18.832.514	7.974.796	26.807.310	
	MINISTERIO DA EDUCACAO E DO DESPORTO			2	70.302.500	21.063.495	91.366.095
				2	50.757.947	8.259.555	59.027.502
				4	702.139	4.829.144	5.531.283
				5	18.832.514	7.974.796	26.807.310
			2	70.302.500	21.063.495	91.366.095	
			2	50.757.947	8.259.555	59.027.502	
			4	702.139	4.829.144	5.531.283	
			5	18.832.514	7.974.796	26.807.310	
META 0376 DOCENTE TREINADO (DOCENTE)		CO	843.051	2	19.002.233	20.832.274	39.834.507
				2	32.247	1.295.955	1.328.203
				4	32.247	814.041	846.285
		NE	492.691	4	0	482.915	482.915
				2	32.247	7.510.570	7.542.817
		NO	81.791	4	32.247	4.582.244	4.714.491
	2			0	2.828.325	2.828.325	
			2	15.873.245	9.201.839	25.075.084	
			2	40.731	169.357	210.095	
			4	0	457.575	457.575	
			5	18.832.514	7.974.796	26.807.310	

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 08 - EDUCAÇÃO E CULTURA

ESPECIFICAÇÃO	META		F O N T E	D E S P E S A S (CR\$ MILHÕES DE ABR /93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
META 0377 SALA DE AULA CONSTRUÍDA (SALA)	SD	132 285	2 4	32 247 32 247 0	2 035 275 1 264 797 770 478	2 067 522 1.297 044 770 478
	SL	63 028	2 4	32.247 32.247 0	787 534 497 885 289 749	819.881 530 132 289 749
	CO	17 947		38 408 598	124.504	38 533 102
	NE	2 023	2 4	4 225 544 4 168 717 57 827	14 941 14 941 0	4 241 585 4 183 558 57 927
	NO	9 989	2 4	21 447 715 27 152 818 294 897	24 901 24 901 0	21 472 616 21.177 719 294 897
	SD	1 839	2 4	3 883.291 3 830 630 52 661	43 575 43 575 0	3.926 866 3 874.205 52.661
	SL	2 943	2 4	6 535.250 6 445 728 89 522	26 145 26 145 0	6.562 396 6 472.874 89 522
	CO	1 153	2 4	2 314 898 2 283 102 31.596	14 941 14 941 0	2 329 639 2.298 043 31.596
	NE	35 191		12 891 789	105 717	12 998 486
	NO	3 696	2 4	1 422 459 1 403 150 19 309	14 941 14 941 0	1 437 400 1 418 091 19.309
	SD	19.521	2 4	7 178 656 7 080 355 98 300	29 880 29 880 0	7 208 536 7 110.236 98 300
	SL	3 751	2 4	1 318 271 1 300 717 17 554	32 014 32 014 0	1 350.285 1.332 731 17.554
META 0378 ESCOLA EQUIPADA (ESCOLA)	SD	5.849	2 4	2 187.235 2 157 386 29 840	14 941 14 941 0	2.202 177 2 172.337 29 840
	SL	2.354	2 4	785 147 774 514 10 633	14 941 14 941 0	800.068 789 555 10 513
	CO					
	NE		2 5	2 785 387 1 230 167 1 555 220	2 324 805 475 835 1 848 970	5.110 192 1 706 002 3.404 190
	NO		2 5	2 785 387 1 230 167 1 555 220	2 324 805 475 835 1 848 970	5.110 192 1.706.002 3 404 190
	SD	86 177		1.555 220	2 324.805	3 880.025
	SL	15 124	2	0 0	107 828 107 828	107 828 107.828
	CO					
	NE	32.047	2	0 0	119 594 119.594	119 594 119.594
	NO	14 776	2 5	1 555.220 0 1 555 220	1 552 039 103 069 1 848.970	3 507 259 103 069 3 404 190
	SD	14 773	2	0 0	80.892 80.892	80 892 80.892
	SL	9 457	2	0 0	64 452 64 452	64 452 64.452
META 0379 SALA DE AULA CONSTRUÍDA (SALA)	CO	403		922 625	0	922.625
	NE	42	2	98 364 98.364	0 0	98.364 98.364
	NO	232	2	528 756 528 756	0 0	528 756 528 756
	SD	40		92 601	0	92.601

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: DB - EDUCAÇÃO E CULTURA

ESPECIFICAÇÃO	META		FONTE	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR./93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
			2	92.601	0	92.601
	SD	65	2	147.619	0	147.619
			2	147.619	0	147.619
	SL	24	2	55.285	0	55.285
			2	55.285	0	55.285
META 0376		9.977		307.542	0	307.542
ESCOLA EQUIPADA (ESCOLA)						
	CO	1.139	2	34.029	0	34.029
			2	34.029	0	34.029
	NE	5.184	2	172.149	0	172.149
			2	172.149	0	172.149
	NO	1.112	2	30.603	0	30.603
			2	30.603	0	30.603
	SD	1.831	2	50.221	0	50.221
			2	50.221	0	50.221
	SL	711	2	20.540	0	20.540
			2	20.540	0	20.540
SUBPROGRAMA 0195						
FORMAÇÃO PARA O SETOR PRIMARIO			2	109.886	238.593	348.479
			2	109.886	238.593	348.479
MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO			2	109.886	238.593	348.479
			2	109.886	238.593	348.479
META 0395		15.910		54.943	119.297	174.240
ALUNO MATRICULADO (ALUNO)						
	CO	1.720	2	6.190	13.440	19.630
			2	6.190	13.440	19.630
	NE	4.730	2	16.336	35.472	51.808
			2	16.336	35.472	51.808
	NO	1.280	2	4.542	9.861	14.403
			2	4.542	9.861	14.403
	SD	6.020	2	20.732	45.015	65.747
			2	20.732	45.015	65.747
	SL	2.150	2	7.143	15.509	22.652
			2	7.143	15.509	22.652
META 0397		6.105		21.977	47.718	69.695
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (EQUIPAMENTO)						
	CO	660	2	2.418	5.249	7.667
			2	2.418	5.249	7.667
	NE	1.815	2	6.593	14.315	20.908
			2	6.593	14.315	20.908
	NO	495	2	1.759	3.817	5.576
			2	1.759	3.817	5.576
	SD	2.310	2	8.351	18.133	26.484
			2	8.351	18.133	26.484
	SL	825	2	2.856	6.204	9.060
			2	2.856	6.204	9.060
META 0398		10.285		32.966	71.578	104.544
PROFISSIONAL FORMADO (PESSOA)						
	CO	1.112	2	3.627	7.874	11.501
			2	3.627	7.874	11.501
	NE	3.058	2	9.890	21.473	31.363
			2	9.890	21.473	31.363
	NO	834	2	2.637	5.726	8.363
			2	2.637	5.726	8.363
	SD	3.892	2	12.526	27.200	39.726
			2	12.526	27.200	39.726
	SL	1.390	2	4.285	9.305	13.591
			2	4.285	9.305	13.591
SUBPROGRAMA 0196						
FORMAÇÃO PARA O SETOR TERCIARIO			2	288.130	627.268	915.398
			2	288.130	627.268	915.398
MINISTERIO DA AERONAUTICA				288.130	627.268	915.398

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 08 - EDUCAÇÃO E CULTURA

ESPECIFICAÇÃO	META		FONTE	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR / 93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
META 0476 CURSO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO REALIZADO (ALUNO)		1 595	2	288 130	627 268	915 398
	NA	1 595	2	288 130	627 268	915 398
SUBPROGRAMA 0199 ENSINO POLIVALENTE			2	6 743 851	1 451 194	8 195 045
			4	5 817 247	81 286	5 898 533
			4	926 604	1 369 908	2 316 512
MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO			2	6 743 851	1 451 194	8 195 045
			4	5 817 247	81 286	5 898 533
			4	926 604	1 369 908	2 316 512
META 0376 DOCENTE TREINADO (DOCENTE)		4 380		0	463 302	463 302
	CO	480	4	0	50 964	50 964
			4	0	50 964	50 964
	NE	1 500	4	0	157 522	157 522
			4	0	157 522	157 522
	NO	420	4	0	46 330	46 330
			4	0	46 330	46 330
	SD	1 440	4	0	152 890	152 890
			4	0	152 890	152 890
	SL	540	4	0	55 596	55 596
			4	0	55 596	55 596
META 0397 EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (EQUIPAMENTO)		19 500		1 454 312	15 321	1 469 633
	CC	1 950	2	145 431	1 532	146 963
			2	145 431	1 532	146 963
	NE	6 500	2	494 467	5 209	499 676
			2	494 467	5 209	499 676
	NO	1 625	2	116 345	1 226	117 571
			2	116 345	1 226	117 571
	SD	5 825	2	509 009	5 352	514 371
			2	509 009	5 352	514 371
	SL	2 600	2	189 050	1 992	191 052
			2	189 050	1 992	191 052
META 0399 CENTRO TECNOLÓGICO IMPLANTADO (CENTRO)		47		1 745 174	16 586	1 761 760
	CO	6	2	243 209	2 653	245 862
			2	243 209	2 653	245 862
	NE	8	2	421 436	4 439	425 875
			2	421 436	4 439	425 875
	NO	11	2	235 793	2 484	238 277
			2	235 793	2 484	238 277
	SD	16	2	601 527	6 337	607 864
			2	601 527	6 337	607 864
	SL	5	2	243 209	2 563	245 772
			2	243 209	2 563	245 772
META 0400 ESCOLA CONSTRUÍDA (ESCOLA)		14		2 617 761	27 579	2 645 340
	CO	2	2	352 562	3 714	356 276
			2	352 562	3 714	356 276
	NE	2	2	359 524	3 785	363 310
			2	359 524	3 785	363 310
	NO	4	2	731 300	7 706	739 006
			2	731 300	7 706	739 006
	SD	2	2	443 075	4 668	447 743
			2	443 075	4 668	447 743
	SL	4	2	731 300	7 706	739 006
			2	731 300	7 706	739 006
META 0402 TÉCNICO ADMINISTRATIVO TREINADO (PESSOA)		3 920		0	463 302	463 302
	CO	420		0	46 330	46 330

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO 08 - EDUCAÇÃO E CULTURA

E S P E C I F I C A Ç Ã O	M E T A		F O N T E	D E S P E S A S (CR\$ MILHÕES DE ABR /93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	T O T A L
			4	0	46 330	46 330
	NE	1 330	4	0	157 522	157 522
				0	157 522	157 522
	NO	350	4	0	41 698	41 698
				0	41 698	41 698
	SO	1 330	4	0	157 522	157 522
				0	157 522	157 522
	SL	490	4	0	60 230	60 230
				0	60 230	60 230
META 0406						
CURSO AVALIADO (CURSO)		25		0	231 652	231 652
	CO	5	4	0	46 330	46 330
				0	46 330	46 330
	NE	5	4	0	46 330	46 330
				0	46 330	46 330
	NO	5	4	0	46 332	46 332
				0	46 332	46 332
	SO	5	4	0	46 330	46 330
				0	46 330	46 330
	SL	5	4	0	46 330	46 330
				0	46 330	46 330
META 0405						
ESTUDO E PESQUISA DESENVOLVIDOS (PROJETO)		5		0	231 652	231 652
	NA	5	4	0	231 652	231 652
				0	231 652	231 652
META 0505						
ESCOLA ADAPTADA (ESCOLA)		112		926.604	0	926.604
	CO	12	4	92 660	0	92 660
				92 660	0	92 660
	NE	38	4	315 046	0	315 046
				315 046	0	315 046
	NO	10	4	83 394	0	83 394
				83 394	0	83 394
	SO	38	4	315 046	0	315 046
				315 046	0	315 046
	SL	14	4	120 458	0	120 458
				120 458	0	120 458
SUBPROGRAMA 0205						
ENSINO DE GRADUAÇÃO			2	11 455 176	3 277 744	14 732 920
			4	3 323 341	3 277 744	6 601 085
				8 131 835	0	8 131 835
MINISTERIO DA AERONAUTICA			2	5 330	2 666	7 996
				5 330	2 666	7 996
META 0477						
ESPECIALIZACAO EXTENCAO E ALTOS ESTUDOS REALIZ (ALUNO)		800		5 330	2 666	7 996
	NA	800	2	5 330	2 666	7 996
				5 330	2 666	7 996
MINISTERIO DA EDUCACAO E DO DESPORTO			2	11 449 846	3 276 078	14 724 924
			4	3 318 011	3 276 078	6 593 089
				8 131 835	0	8 131 835
META 0397						
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (EQUIPAMENTO)		12 508		7 260 579	1 016 482	8 277 061
	CO	1 250	2	725 335	101 635	826 970
			4	145 731	101 635	248 365
				578 604	0	578 604
	NE	3 750	2	2 176 286	304 635	2 481 221
			4	440 180	304 635	745 115
				1 736 106	0	1 736 106
	NO	750	2	435 506	80 980	495 486
			4	88 042	60 380	149 022
				347 464	0	347 464
	SO	4 500	2	2 611 785	365 949	2 977 734
			4	528 213	365 949	894 162
				2 083 572	0	2 083 572

ESPECIFICAÇÃO	META		FONTE	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR /93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
META 0403 INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR APOIADA (INSTITUIÇÃO)	SL	2 258	2 4	1 311 657 270 184 1 041 483	182 963 182 963 0	1 494 630 453 147 1.041.483
		55		4 189 267	2 142 425	6.331 692
	CO	4	2 4	304 680 134 884 169 806	155.809 155 809 0	460 499 250.693 159.806
	NE	15	2 4	1 146 064 505 817 640.247	584 281 584 281 0	1 730 346 1 090.098 640 247
	NO	7	2 4	524 505 226 048 298 457	272 664 272 664 0	797 169 498 712 298 457
	SD	20	2 4	1 525 398 674 422 850 976	779 102 779 102 0	2 304 600 1 453 524 850 976
	SL	9	2 4	588 610 303 490 385 120	350 569 350 569 0	1 039 179 654 059 385 120
META 0404 INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR AVALIADA (INSTITUIÇÃO)		40		0	116 191	116 191
	CO	6	2	0 0	17 040 17 040	17 040 17 040
	NE	12	2	0 0	34 744 34 744	34 744 34 744
	NO	4	2	0 0	14 252 14 252	14 252 14 252
	SD	10	2	0 0	26 992 26 992	26 992 26 992
	SL	8	2	0 0	23 163 23 163	23 163 23 163
SUBPROGRAMA 0206 ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO			1 2 5	137 688 17 131 75.287 45.250	12 020 644 146 810 11 793 335 80 498	12 158 312 163 941 11 858.623 125 748
MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA			2	0 0	7 313 954 7.313 954	7 313 954 7 313 954
META 0060 BOLSA DE FORMACAO MANTIDA (BOLSA)		9 645		0	7 313 954	7.313 954
	NA	9 645	2	0 0	7 313 954 7 313 954	7 313 954 7 313 954
MINISTERIO DA EDUCACAO E DO DESPORTO			2 5	118 056 72 808 45 250	4 639 859 4 459 367 80 498	4 657 917 4.532.169 125 748
META 0106 BOLSA DE ESTUDOS CONCEDIDA (BOLSA)		25 070		45 250	2 851 569	2.896 819
	CO	2 808	2	0 0	234 884 234.884	234 884 234.884
	EX	2 202	2 5	45.250 0 45.250	925 119 844 621 80 498	970.359 844 621 125 748
	NE	5 946	2	0 0	428 395 428.395	428 395 428 395
	NO	1 598	2	0 0	113.887 113.887	113 887 113.887
	SD	8.399	2	0 0	800 465 800 465	800 465 800 465
	SL	4 117	2	0 0	348 819 348 819	348 819 348 819
META 0405 CURSO AVALIADO (CURSO)		3 373		0	334 451	334 451
	CO	267	2	0 0	26 774 26.774	26 774 26.774

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 08 - EDUCAÇÃO E CULTURA

ESPECIFICAÇÃO	META		F O N T E	D E S P E S A S (CR\$ MILHÕES DE ABR /93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	T O T A L
	NE	554	2	0	53 050	53 050
				0	53 050	53 050
	NO	116	2	0	10 376	10 376
				0	10 376	10 376
	SO	1 773	2	0	177 545	177 545
				0	177 545	177 545
	SL	663	2	0	66 706	66 706
				0	66 706	66 706
META 0407						
CURSO APOIADO (CURSO)		1 808		72 808	1 353 839	1 426 647
	CO	145	2	6 139	106 381	114 520
				6 139	106 381	114 520
	NE	302	2	11 614	214 657	226 271
				11 614	214 657	226 271
	NO	63	2	2 199	41 953	44 152
				2 199	41 953	44 152
	SO	974	2	38 584	718 778	757 362
				38 584	718 778	757 362
	SL	324	2	14 272	270 070	284 342
				14 272	270 070	284 342
MINISTERIO DO EXERCITO						
			1	19 610	166 831	186 441
			2	17 131	146 810	163 941
				2 479	20 021	22 500
META 0477						
ESPECIALIZACAO EXTENCAO E ALTOS ESTUDOS REALIZ (ALUNO)		8 628		19 610	166 831	186 441
	NA	8.628	1	19 610	166 831	186 441
			2	17 131	146 810	163 941
				2 479	20 021	22 500
SUBPROGRAMA 0213						
CURSOS DE SUPLENCIA			5	0	2 563 719	2 563 719
				0	2 563 719	2 563 719
MINISTERIO DA EDUCACAO E DO DESPORTO						
			5	0	2 563 719	2 563 719
				0	2 563 719	2 563 719
META 0380						
INSTITUICAO PUBLICA APOIADA (INSTITUICAO)		2 730		0	2 557 170	2 557 170
	NA	2 730	5	0	2 557 170	2 557 170
				0	2 557 170	2 557 170
META 0381						
INSTITUICAO PRIVADA APOIADA (INSTITUICAO)		5		0	106 549	106 549
	NA	5	6	0	106 549	106 549
				0	106 549	106 549
SUBPROGRAMA 0216						
CURSOS DE QUALIFICACAO			1	13 160	39 470	52 630
				13 160	39 470	52 630
MINISTERIO DO EXERCITO						
			1	13 160	39 470	52 630
				13 160	39 470	52 630
META 0476						
CURSO DE FORMACAO E APERFEICAMENTO REALIZADO (ALUNO)		8 494		13 160	39 470	52 630
	NA	8 494	1	13 160	39 470	52 630
				13 160	39 470	52 630
SUBPROGRAMA 0217						
TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS			1	0	45 926	45 926
			2	0	7 641	7 641
				0	38 286	38 286
MINISTERIO DA EDUCACAO E DO DESPORTO						
			2	0	38 286	38 286
				0	35 285	35 285
META 0376						
DOCENTE TREINADO (DOCENTE)		14 320		0	19 143	19 143
	CO	1 440	2	0	1 914	1 914
				0	1 914	1 914
	NE	5 160	2	0	6 892	6 892
				0	6 892	6 892
	NO	2 180		0	2 871	2 871

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 08 - EDUCAÇÃO E CULTURA

ESPECIFICAÇÃO	META		FONTE	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR./93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
META 0401 CURSO REALIZADO (CURSO)	SP	3 740	2	0	2 871	2.871
			2	0	4 977	4 977
	SL	1 800	2	0	2 489	2 489
			2	0	2 489	2.489
	CO	464	2	0	9 571	9 571
			2	0	958	958
	NE	155	2	0	3 254	3 254
			2	0	3 254	3 254
	NO	58	2	0	1 148	1 148
			2	0	1 148	1 148
META 0402 TECNICO ADMINISTRATIVO TREINADO (PESSOA)	SD	142	2	0	2 967	2.967
			2	0	2 967	2.967
	SL	80	2	0	1 244	1.244
			2	0	1 244	1.244
	CO	3 360	2	0	9 571	9 571
			2	0	957	957
	NE	1 120	2	0	3 159	3 159
			2	0	3 159	3 159
	NO	280	2	0	861	861
			2	0	861	861
MINISTERIO DA CULTURA	SD	1 175	2	0	3 350	3 350
			2	0	3.350	3.350
	SL	448	2	0	1 244	1 244
			2	0	1 244	1 244
			1	0	7 641	7 641
			1	0	7 641	7 641
	CO	2	1	0	252	252
			1	0	252	252
	NA	40	1	0	5 200	5 200
			1	0	5 200	5 200
META 0075 RECURSOS HUMANOS CAPACITADOS (PROGRAMA)	SD	94	1	0	1 189	1 189
			1	0	1 189	1 189
	SUBPROGRAMA 0224 DESPORTO AMADOR		1	1 384 350	144 242	1 528 592
			1	1 384 350	144 242	1 528 592
	MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO		1	1 384 350	144 242	1 528 592
			1	1 384 350	144 242	1.528 592
	META 0001 CENTRO DE DESPORTO APOIADO (CENTRO)	432		0	137 030	137 030
				0	6 732	6 732
	CO	20	1	0	6 732	6 732
			1	0	26 441	26 441
META 0219 ESPACO POLIESPORTIVO APOIADO (ESPACO)	NE	80	1	0	26 441	26 441
			1	0	6 736	6 736
	NO	20	1	0	6 736	6 736
			1	0	56 737	56 737
	SD	192	1	0	56 737	56 737
			1	0	40 384	40 384
	SL	120	1	0	40 384	40 384
			1	0	40 384	40 384
	CO	20	1	1 384 350	0	1 384 350
			1	95 904	0	95 904
META 0219 ESPACO POLIESPORTIVO APOIADO (ESPACO)	NE	80	1	276 871	0	276 871
			1	276 871	0	276 871

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 08 - EDUCAÇÃO E CULTURA

ESPECIFICAÇÃO	META		F O N T E	D E S P E S A S (CRE MILHÕES DE ABR /93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	T O T A L
	NO	10	1	41.530 41.530	0 0	41.530 41.530
	SO	120	1	555.738 555.738	0 0	555.738 555.738
	SL	90	1	413.307 413.307	0 0	413.307 413.307
META 0245 COOPERAÇÃO TÉCNICA PRESTADA (PROGRAMA)		26		0	7.212	7.212
	CO	26	1	0 0	7.212 7.212	7.212 7.212
SUBPROGRAMA 0235 BOLSAS DE ESTUDO			2	4.774.970 4.774.970	8.427.527 0	13.202.497 4.774.970
			5	0	8.427.527	8.427.527
MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO			2	4.774.970 4.774.970	8.427.527 0	13.202.497 4.774.970
			5	0	8.427.527	8.427.527
META 0382 VAGA ADQUIRIDA EM ESCOLAS PARTIC (ALUNO MATRICULADO)		434.250		0	8.427.527	8.427.527
	CO	7.380	5	0 0	132.172 132.172	132.172 132.172
	NE	225.810	5	0 0	4.388.164 4.388.164	4.388.164 4.388.164
	NO	13.500	5	0 0	270.117 270.117	270.117 270.117
	SO	153.720	5	0 0	2.987.240 2.987.240	2.987.240 2.987.240
	SL	33.440	5	0 0	649.834 649.834	649.834 649.834
META 0405 BOLSA CONCEDIDA-CREDITO EDUCATIVO (BOLSA)		100.000		4.774.970	0	4.774.970
	CO	5.000	2	238.748 238.748	0 0	238.748 238.748
	NE	20.000	2	954.994 954.994	0 0	954.994 954.994
	NO	2.000		95.500 95.500	0 0	95.500 95.500
	SO	51.000	2	2.435.234 2.435.234	0 0	2.435.234 2.435.234
	SL	22.000	2	1.050.494 1.050.494	0 0	1.050.494 1.050.494
SUBPROGRAMA 0236 LIVRO DIDÁTICO			2	0	4.920.839	4.920.839
			5	0	1.888.955 3.031.884	1.888.955 3.031.884
MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO			2	0	4.920.839	4.920.839
			5	0	1.888.955 3.031.884	1.888.955 3.031.884
META 0383 ALUNO BENEFICIADO COM LIVRO DIDÁTICO (ALUNO)		29.131.200		0	3.989.661	3.989.661
	CO	2.080.775	2	0 0	75.557 75.557	75.557 75.557
	NE	8.782.648	2	0 0	283.343 283.343	283.343 283.343
	NO	2.792.985	2	0 0	3.125.746 94.862	3.125.746 94.862
			5	0	3.031.884	3.031.884
	SO	11.321.199	2	0 0	371.790 371.790	371.790 371.790
	SL	4.143.592	2	0 0	132.225 132.225	132.225 132.225
META 0384 ALUNO BENEFICIADO COM BIBLIOTECA (ALUNO)		25.529.335		0	875.239	875.239
	CO	1.832.265		0	65.880	65.880

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 08 - EDUCAÇÃO E CULTURA

ESPECIFICAÇÃO	META		F O N T E	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR / 93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
			2	0	65 880	65 880
	NE	7 696 737	2	0	264 452	264 452
	NO	2 447 652	2	0	85 002	85 002
	SD	9 921 414	2	0	337 124	337 124
	SL	3.631 267	2	0	122 781	122 781
META 0387						
ALUNO DO CAIC BENEFICIADO COM LIVRO DIDÁTICO (ALUNO)		1 800 932		0	55 939	55 939
	CO	129 254	2	0	3 043	3 043
	NE	542 955	2	0	18 889	18 889
	NO	172 659	2	0	5 665	5 665
	SD	699 892	2	0	20 786	20 786
	SL	256 162	2	0	7 555	7 555
SUBPROGRAMA 0237						
MATERIAL DE APOIO PEDAGÓGICO			2	384 828	2 687 550	3 072 378
			5	384 828	815 010	1.199 838
			5	0	1 872 540	1.872 540
MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO			2	384 828	2 687 550	3 072 378
			5	384 828	815 010	1.199 838
			5	0	1 872 540	1.872 540
META 0385						
ALUNO BENEFICIADO COM MATERIAL PEDAGÓGICO (ALUNO)		29 131 200		0	2 659 815	2 659 815
	CO	2 090 775	2	0	62 982	62 982
	NE	8 782 545	2	0	236 182	236 182
	NO	2 792.986	2	0	1 943 394	1.943 394
	SD	11 321 199	2	0	307 039	307 039
	SL	4 143 592	2	0	110 218	110 218
META 0386						
MATERIAL ESCOLAR VENDIDO (UNIDADE)		168 623.136		384 828	0	384 828
	CO	12 102 250	2	30 790	0	30 790
	NE	50 837 514	2	115 447	0	115 447
	NO	16 166 916	2	34 534	0	34 534
	SD	65 531 571	2	150 082	0	150 082
	SL	23 984 785	2	53 875	0	53 875
META 0388						
ALUNO DO CAIC BENEFIC MATERIAL PEDAGÓGICO (ALUNO)		1 800 932		0	27 735	27 735
	CO	129 254	2	0	2 218	2 218
	NE	542 955	2	0	8 320	8 320
	NO	172 659	2	0	2 495	2 495
	SD	699 892	2	0	10 818	10 818

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 08 - EDUCAÇÃO E CULTURA

TOTAL

ESPECIFICAÇÃO	META		FONTE	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR / 93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
	SL	256 152	2	* 0	3 884	3 884
				* 0	3.884	3.884
SUBPROGRAMA 0239						
TRANSPORTE ESCOLAR			2	70 679	0	70 679
				70 679	0	70 679
MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO						
			2	70 679	0	70 679
				70.679	0	70.679
META 0011						
MUNICIPIO BENEFICIADO (MUNICIPIO)		1.040		70 679	0	70 679
	CO	74	2	5.315	0	5 315
				5.315	0	5 315
	NE	313	2	21 202	0	21 202
				21 202	0	21 202
	NO	102	2	5 822	0	5 822
				6 822	0	6 822
	SD	404	2	27 347	0	27 347
				27 347	0	27 347
	SL	147	2	9 992	0	9 992
				9 992	0	9 992
SUBPROGRAMA 0245						
PATRIMONIO HISTORICO ARTISTICO E ARQUEOLOGICO			1	652 437	398 198	1 051 635
			2	255 871	164 154	420 025
			5	395 004	224 468	619 472
				2.555	9.675	12 132
MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO						
			2	555	5 015	5 572
			5	0	1 040	1 040
				555	3 975	4 532
META 0359						
PESQUISAS REALIZADAS (PESQUISA)		32	1	555	4 691	5.247
	NE	25	2	0	530	530
				0	530	530
	NO	7	2	555	4 051	4.617
			5	0	85	85
				555	3 975	4 532
META 0419						
ACERVO BIBLIOGRAFICO AMPLIADO (EXEMPLAR)		4.500		0	175	175
	NE	4 500	2	0	175	175
				0	175	175
META 0420						
ACERVO PRESERVADO (ACERVO)		92.284		0	150	150
	NE	90.000	2	0	143	143
				0	143	143
	NO	2.284	2	0	7	7
				0	7	7
MINISTERIO DA JUSTIÇA						
			1	175	0	175
				175	0	175
META 0160						
REST PATRIM HIST ARTIST E ARQUEOLOGICO TOMBADO (M2)		2		175	0	175
	SD	2	1	175	0	175
				175	0	175
MINISTERIO DA CULTURA						
			1	652 705	393 182	1 045 887
			2	255 701	164 154	419 855
			5	395 004	223 428	618 432
				2.000	5 600	7.600
META 0071						
PATRIMONIO CULTURAL PRESERVADO (PROJETO)		410		559.228	272 870	832.098
	CO	1	1	0	2 000	2.000
			2	0	1 000	1 000
				0	1 000	1 000
	NA	202	1	435 928	149 422	585.350
			2	209 528	41.338	251.255
				225 000	108 084	334.084
	NE	102	2	45 000	31 034	76.034
				45.000	31 034	76 034
	NO	101		29.000	25 000	54 000

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 08 - EDUCAÇÃO E CULTURA

ESPECIFICAÇÃO	META		F O N T E	DESPESAS (C\$ MILHÕES DE ASR /93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
			2	29 000	25 000	54.000
	SD	4	1	49 300	85 414	114.714
			2	9 000	42 814	51.814
				40 300	22.500	62.800
META 0072 ACERVOS ARTÍSTICOS E CIENTÍFICOS DIFUNDIDOS (PROGRAMA)		10 839		44 537	49 073	93 610
	CO	2	1	99	501	600
			2	99	331	430
				0	170	170
	NA	5 000	1	27 738	29 553	57 291
			2	17 738	24.353	42.291
				10 000	5.000	15.000
	NE	2 402	2	10 000	5 732	15 732
				10 000	5 732	15 732
	NO	2 402	2	5 000	2 188	7 188
				5 000	2 188	7 188
	SD	31	1	1 700	11 035	12 735
			2	200	5 123	5 323
			5	1 500	5 712	7 212
				0	200	200
	SL	2	2	0	84	84
				0	84	84
META 0420 ACERVO PRESERVADO (ACERVO)		305 809		48 940	71.239	120.179
	CO	1	1	0	727	727
			2	0	433	433
				0	294	294
	NA	3.200	1	27 738	47 918	75 655
			2	17 738	42.918	60 655
				10 000	5 000	15 000
	NE	1.301	2	10 000	4 034	14 034
				10 000	4 034	14 034
	NO	1 300	2	5 000	2 000	7 000
				5 000	2 000	7 000
	SD	300.007	1	5 202	16 580	22.782
			2	998	5 544	6 542
			5	3 204	5 516	8 720
				2 000	5 400	7 400
SUBPROGRAMA 0247 DIFUSÃO CULTURAL			1	237 831	711.805	949 435
			2	90 861	195 940	286 801
			5	139 312	600 487	839 799
				7 558	15 178	22 836
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO			2	7 558	16 017	23 575
			5	0	1 039	1 039
				7 558	14 878	22.636
META 0421 DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO REALIZADA (UNIDADE)		900		7 558	15.152	22 810
	NE	900	2	7 558	15 152	22.810
			5	0	174	174
				7 558	14 978	22 636
META 0422 PROGRAMA EDUCATIVO PRODUZIDO (VIDEO)		65		0	485	485
	NE	65	2	0	485	485
				0	485	485
META 0423 INVESTIMENTO EM TRATO CULTURAL (CENTRO)		63		0	380	380
	NE	35	2	0	250	250
				0	250	250
	NO	27	2	0	120	120
				0	120	120
MINISTÉRIO DA CULTURA			1	230 173	695 585	925 751
			2	90.861	195 940	286 801
			5	139 312	499 448	638 760
				0	200	200
META 0074 INCENTIVO A LITERATURA E AO LIVRO (PROGRAMA)		243		58	15 487	15.645

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 08 - EDUCAÇÃO E CULTURA

ESP-E-C-I-F-I-C-A-Ç-ÃO	M E T A		F O N T E	D E S P E S A S (CR\$ MILHÕES DE ABR / 93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	T O T A L
	CO	35	1	58	1 337	1 395
			2	58	587	745
				0	550	550
	EX	38	1	0	1 500	1 500
				0	1 500	1 500
	NA	2	1	0	300	300
			2	0	100	100
				0	200	200
	NE	35	1	0	750	750
			2	0	100	100
				0	550	550
	NO	18	1	0	750	750
			2	0	100	100
				0	550	550
	SD	98	1	0	10 000	10 000
			2	0	4 000	4 000
			5	0	5 800	5 800
				0	200	200
	SL	14	1	0	750	750
			2	0	100	100
				0	550	550
META 0015						
RECURSOS HUMANOS CAPACITADOS (PROGRAMA)		2		0	15 000	15 000
	NA	2	2	0	15 000	15 000
				0	15 000	15 000
META 9003						
ATIVIDADES CULTURAIS PROMOVIDAS				205 939	550 748	756 687
	EX		1	4	15	20
				4	15	20
	NA		1	205 935	550 732	756 667
			2	79 799	115 828	215 627
				126 135	423 904	550 040
META 9004						
INFORMACOES CULTURAIS DIFUNDIDAS				24 175	103 353	127 528
	NA		1	24 175	103 353	127 528
			2	11 000	52 409	63 409
				13 175	50 944	64 120
SUBPROGRAMA 0252						
EDUCAÇÃO COMPENSATORIA			2	3 513 728	3 544 510	7 058 238
			5	1 105 862	364 715	1 470 578
				2 407 865	3 179 894	5 587 760
MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO			2	3 513 728	3 544 510	7 058 238
			5	1 105 862	364 715	1 470 578
				2 407 865	3 179 894	5 587 760
META 0380						
INSTITUICAO PUBLICA APOIADA (INSTITUICAO)		12 343		3 489 555	1 447 511	4 937 066
	CO	1 207	2	13 487	5 754	20 241
				13 487	5 754	20 241
	NA	701	2	3 131 525	278 558	3 410 084
			5	951 774	278 559	1 230 333
				2 179 851	0	2 179 851
	NE	5 557	2	73 225	35 559	108 785
				73 225	35 559	108 785
	NO	1 179	2	13 177	5 598	19 776
				13 177	5 599	19 776
	SD	1 845	2	249 714	1 114 711	1 364 425
			5	21 599	10 855	32 555
				228 015	1 103 845	1 331 860
	SL	754	2	8 425	4 219	12 645
				8 425	4 219	12 645
META 0381						
INSTITUICAO PRIVADA APOIADA (INSTITUICAO)		1 410		13 705	1 733 168	1 746 874
	CO	94	2	1 082	540	1 622
				1 082	540	1 622
	NA	222	5	0	1 725 307	1 725 307
				0	1 725 307	1 725 307

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 08 - EDUCAÇÃO E CULTURA

ESPECIFICAÇÃO	META		F O N T E	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR./93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
	NE	118	2	1.360	681	2.041
				1.360	681	2.041
	NO	30	2	344	172	516
				344	172	516
	SO	514	2	5.931	2.970	8.901
				5.931	2.970	8.901
	SL	432	2	4.989	2.496	7.487
				4.989	2.496	7.487
META 0397						
MATERIAL DIDÁTICO ESCOLAR DISTRIBUÍDO (MÓDULO)		4.073		0	248.056	248.056
	NA	4.073	5	0	248.056	248.056
				0	248.056	248.056
META 0395						
ALUNO MATRICULADO (ALUNO)		1.330		10.367	14.189	24.556
	SO	1.330	2	10.367	14.189	24.556
				10.367	14.189	24.556
META 0408						
ESTUDO E PESQUISA DESENVOLVIDOS (PROJETO)		19		0	20.705	20.705
	NA	19	5	0	20.705	20.705
				0	20.705	20.705
META 0409						
EVENTO REALIZADO (UNIDADE)		109		0	80.981	80.981
	NA	109	5	0	80.981	80.981
				0	80.981	80.981
SUBPROGRAMA 0427						
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO			1	0	31.746.046	31.746.046
			2	0	13.473.003	13.473.003
				0	18.273.043	18.273.043
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO			1	0	31.746.046	31.746.046
			2	0	13.473.003	13.473.003
				0	18.273.043	18.273.043
META 0392						
ALUNO BENEFICIADO COM MERENDA ESCOLAR (ALUNO)		31.305.660		0	30.094.976	30.094.976
	SO	2.246.839	1	0	2.126.984	2.126.984
			2	0	902.691	902.691
				0	1.224.293	1.224.293
	NE	9.438.212	1	0	8.998.512	8.998.512
			2	0	3.839.805	3.839.805
				0	5.158.707	5.158.707
	NO	3.001.461	1	0	3.064.713	3.064.713
			2	0	1.279.935	1.279.935
				0	1.784.778	1.784.778
	SO	12.186.256	1	0	11.650.796	11.650.796
			2	0	4.944.592	4.944.592
				0	6.706.206	6.706.206
	SL	4.462.886	1	0	4.253.969	4.253.969
			2	0	1.805.382	1.805.382
				0	2.448.687	2.448.687
META 0393						
ALUNO DO CAIC BENEFICIADO COM MERENDA ESCOLAR (ALUNO)		1.800.932		0	1.651.070	1.651.070
	SO	129.294	1	0	96.249	96.249
			2	0	40.421	40.421
				0	54.828	54.828
	NE	542.965	1	0	507.936	507.936
			2	0	215.588	215.588
				0	292.366	292.366
	NO	172.869	1	0	168.729	168.729
			2	0	67.365	67.365
				0	91.364	91.364
	SO	899.892	1	0	866.935	866.935
			2	0	282.933	282.933
				0	384.002	384.002
	SL	255.162	1	0	222.221	222.221
			2	0	94.311	94.311
				0	127.910	127.910
SUBPROGRAMA 0483						
ASSISTÊNCIA AO MENOR				19.069.748	238.696	19.299.445

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 08 - EDUCAÇÃO E CULTURA

ESPECIFICAÇÃO	META		FONTE	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR / 93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO			2	18 429 071	239 696	18 668 767
			5	630 678	0	630.678
			2	18 059 749	239 696	18 299 445
			5	18 429 071	239 696	18 668 767
META 0389				630 678	0	630 678
CAIC IMPLANTADO (CENTRO)		420		19 059 749	239 696	19 299 445
	CO	31	2	1 493 149	239 696	1 732 845
			2	1 491 149	239 696	1 732 845
	NE	119	2	5 168 226	0	5 168 226
			2	5 168 226	0	5 168 226
	NO	36	2	2 220 928	0	2 220 928
			2	1 590 250	0	1 590 250
			5	630 678	0	630 378
	SD	168	2	7 315 043	0	7 315 043
			2	7 315 043	0	7 315 043
	SL	66	2	2 852 403	0	2 852 403
			2	2 852 403	0	2 852 403
DEMAIS SUBPROGRAMAS				20 203 769	22 697 625	42 901 394
			1	43 005	962 258	1 005 263
			2	13 835 411	14 534 841	28 371 252
			4	262 745	0	262 745
			5	6 057 608	7 200 525	13 258 134
	EX			0	6 468	6 468
			1	0	6 468	6 468
	NA			20 209 769	22 691 157	42 900 926
			1	43 005	965 790	998 795
			2	13 835 411	14 534 841	28 371 252
			4	262 745	0	262 745
			5	6 057 608	7 200 525	13 258 134
TOTAIS DA FUNÇÃO 08 - EDUCAÇÃO E CULTURA				144 857 915	123 245 303	268 103 418
TIPOS DE FONTES				1 812 537	15 168 092	16 980 629
1 RECURSOS DO TESOURO (ORDINARIOS)				101 966 779	64 626 553	166 593 474
2 RECURSOS DO TESOURO (VINCULADOS)				0	0	0
3 INGRESSOS OPERAÇÕES DE CREDITO (INTERNAS)				10 023 323	6 219 652	16 242 975
4 INGRESSOS OPERAÇÕES DE CREDITO (EXTERNAS)				31 055 276	37 231 654	68 286 940
5 RECURSOS DE OUTRAS FONTES						

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 09 - ENERGIA E RECURSOS MINERAIS

ESPECIFICAÇÃO	META		F O M T E	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR./93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
SUBPROGRAMA 0021 ADMINISTRAÇÃO GERAL			1	85.600	0	85.600
MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA			1	85.600	0	85.600
META 0213 EDICAO TECNICA PUBLICADA (PUBLICACAO)		2		13.000	0	13.000
	NA	2	1	13.000	0	13.000
META 0215 ESTUDO TECNOLÓGICO REALIZADO (ESTUDO)		4		8.400	0	8.400
	NA	2	1	6.000	0	6.000
	SL	2	1	2.400	0	2.400
META 0491 ESTUDO E DIAGNOSTICO REALIZADOS (UNIDADE)		4		64.200	0	64.200
	NA	4	1	64.200	0	64.200
SUBPROGRAMA 0045 ESTUDOS E PESQUISAS ECONOMICO-SOCIAIS			1	1.062	45.714	46.776
			2	0	8.128	8.128
MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA			2	1.062	37.586	38.648
META 0491 ESTUDO E DIAGNOSTICO REALIZADOS (UNIDADE)		88		1.062	45.714	46.776
	NA	88	1	1.062	45.714	46.776
			2	0	8.128	8.128
SUBPROGRAMA 0055 PESQUISA APLICADA			1	1.062	37.586	38.648
			2	102.000	213.396	315.396
MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA			2	102.000	124.732	226.732
META 0215 ESTUDO TECNOLÓGICO REALIZADO (ESTUDO)		16		102.000	213.396	315.396
	NA	16	1	102.000	124.732	226.732
			2	0	88.664	88.664
SUBPROGRAMA 0094 ESTOQUES REGULADORES			1	0	6.200.000	6.200.000
			3	0	200.000	200.000
MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA			3	0	6.000.000	6.000.000
META 0202 ESTOQUE ESTRATEGICO DE COMBUSTIVEIS IMPLANTADO (M3)		280.000		0	6.200.000	6.200.000
	NA	280.000	1	0	6.200.000	6.200.000
			3	0	200.000	200.000
SUBPROGRAMA 0253 GERAÇÃO DE ENERGIA HIDROELETRICA			1	62.084.315	0	62.084.315
			3	2.474	0	2.474
MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA			3	5.973.017	0	5.973.017
			4	4.930.108	0	4.930.108
			5	51.178.716	0	51.178.716
META 0195 CONCLUSÃO DE NOVAS USINAS HIDROELETRICAS (MW/OPERACAO)		2.529		32.513.918	0	32.513.918

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 09 - ENERGIA E RECURSOS MINERAIS

ESPECIFICAÇÃO	META		F D N T E	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR / 93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
	NE	2.500	1	26 308 973	0	26 308 973
			4	2 474	0	2 474
			4	3 945 346	0	3 945 346
			5	22.380.153	0	22.380.153
	NO	129	5	6 204 945	0	6 204 945
			5	6 204 945	0	6 204 945
META 0196 CONST DE NOVAS USINAS HIDROELETRICAS (NM/IMPLANTACAO)		3 145		22 613.618	0	22.613 618
	SO	1 525	5	17 925 401	0	17 925 401
			5	17 925 401	0	17.925 401
	SL	1 620	5	4 688 217	0	4.688.217
			5	4 688 217	0	4 688.217
META 9019 OBRAS COMPLEMENTARES DE ITAIPU REALIZADAS				6 956 779	0	6 956.779
	NA		3	6 956 779	0	6.956 779
			4	5 973 017	0	5.973 017
			4	983 762	0	983.762
SUBPROGRAMA 0254 GERACAO DE ENERGIA TERMELETRICA			4	12 585.664	0	12.585 664
			4	455 028	0	455 028
			5	12 230 636	0	12.230 636
MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA			4	12 585.664	0	12.585.664
			4	455 028	0	455.028
			5	12 230.636	0	12.230 636
META 0197 CONCLUSAO DE NOVAS USINAS TERMELETRICAS (NM/OPERACAO)		516		6 563 452	0	6.563 452
	NO	165	5	3 585 079	0	3 585 079
			5	3 585.079	0	3 585 079
	SL	351	4	2 978 373	0	2.978.373
			4	148 918	0	148.918
			5	2.829 455	0	2.829 455
META 0198 CONST DE NOVAS USINAS TERMELETRICAS (NM/IMPLANTACAO)		350		6 122.212	0	6.122.212
	SL	350	4	6 122 212	0	6.122 212
			4	306 110	0	306 110
			5	5 816 102	0	5.816 102
SUBPROGRAMA 0255 GERACAO DE ENERGIA TERMOMUCLEAR			4	23 173 405	0	23 173 405
			4	4 433.362	0	4 433.362
			5	18 740 043	0	18 740.043
MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA			4	23 173 405	0	23 173 405
			4	4 433 362	0	4 433 362
			5	18 740 043	0	18 740 043
META 9020 OBRAS DE CONSTRUCAO DE ANGRA 11 REALIZADAS				22 166 810	0	22.166 810
	NA		4	22 166 810	0	22 166 810
			4	4 433 362	0	4.433.362
			5	17 733 448	0	17 733 448
META 9049 COMBUSTIVEL E MELHORIAS ANGRA-1				1.006.595	0	1.006.595
	NA		5	1 006.595	0	1.006.595
			5	1 006.595	0	1.006.595
SUBPROGRAMA 0266 GERACAO DE ENERGIA NAO-CONVENCIONAL			1	98.000	0	98.000
			1	98 000	0	98.000
MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA			1	98 000	0	98.000
			1	98 000	0	98 000
META 9050 DESENVOLVIMENTO MOTOR ALCOOL/GASOL P/VEICULOS PESADOS				98 000	0	98 000
	NA		1	98 000	0	98.000
			1	98.000	0	98 000
SUBPROGRAMA 0267 TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA			4	46 634.654	0	46 634 654
			4	2 884 394	0	2 884 394
			5	43 950 260	0	43 950.260
MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA				46.634 654	0	46.634.654

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 09 - ENERGIA E RECURSOS MINERAIS

E S P E C I F I C A Ç Ã O	M E T A		F O N T E	D E S P E S A S (CR\$ MILHÕES DE ABR / 93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	T O T A L
			4	2 684 394	0	2 684 394
			5	43 950 260	0	43 950 260
META 0199						
LINHA DE TRANSMISSÃO CONSTRUÍDA (KM)		3 370		19 951 780	0	19 951 780
	NE	1 000		7 557 623	0	7 557 623
			4	427 148	0	427 148
			5	7 130 475	0	7 130 475
	NO	700		3 371 787	0	3 371 787
			4	193 470	0	193 470
			5	3 178 297	0	3 178 297
	SO	1 070		5 850 974	0	5 850 974
			4	322 435	0	322 435
			5	5 528 538	0	5 528 538
	SL	600		3 171 415	0	3 171 415
			4	206 969	0	206 969
			5	2 964 447	0	2 964 447
META 0200						
SUBESTAÇÕES IMPLANTADAS (MVA)		7 200		26 591 872	0	26 591 872
	NE	2 000		9 237 095	0	9 237 095
			4	522 070	0	522 070
			5	8 715 025	0	8 715 025
	NO	1 000		5 054 200	0	5 054 200
			4	235 463	0	235 463
			5	4 827 737	0	4 827 737
	SO	3 200		10 119 161	0	10 119 161
			4	558 859	0	558 859
			5	9 560 292	0	9 560 292
	SL	1 000		2 171 415	0	2 171 415
			4	206 969	0	206 969
			5	1 964 447	0	1 964 447
META 9008						
ESTUDO ENGENH PLANEJ E OPERACAO DO SISTEMA REALIZADO				91 002	0	91 002
	NA			91 002	0	91 002
			5	91 002	0	91 002
SUBPROGRAMA 0268						
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELETRICA			4	5 592 720	0	5 592 720
			5	274 945	0	274 945
			5	5 317 774	0	5 317 774
MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA			4	5 592 720	0	5 592 720
			5	274 945	0	274 945
			5	5 317 774	0	5 317 774
META 0201						
REDE DE DISTRIBUICAO AMPLIADA (CONSUMIDOR ATENDIDO)		206 000		5 380 374	0	5 380 374
	NO	35 000		424 693	0	424 693
			4	22 337	0	22 337
			5	402 356	0	402 356
	SO	170 000		4 955 681	0	4 955 681
			4	252 608	0	252 608
			5	4 703 072	0	4 703 072
META 0223						
CONSERVACAO DE ENERGIA ELETRICA REALIZADA (MMH)		6 100 000		212 345	0	212 345
	NA	6 100 000		212 345	0	212 345
			5	212 345	0	212 345
SUBPROGRAMA 0269						
ELETRIFICACAO RURAL			1	20 000	680 000	700 000
			1	20 000	680 000	700 000
MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA			1	20 000	680 000	700 000
			1	20 000	680 000	700 000
META 0201						
REDE DE DISTRIBUICAO AMPLIADA (CONSUMIDOR ATENDIDO)		15 000		20 000	680 000	700 000
	NA	15 000		20 000	680 000	700 000
			1	20 000	680 000	700 000
SUBPROGRAMA 0289						
PROSPECÇÃO E AVALIAÇÃO DE JAZIDAS			1	52 352 668	560 704	52 913 372
			2	12 334	272 950	285 284
			4	11 000	287 744	298 744
			4	1 185 833	0	1 185 833
			5	51 143 501	0	51 143 501

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 09 - ENERGIA E RECURSOS MINERAIS

ESPECIFICAÇÃO	META		F O N T E	DESPESAS (CRÉ MILHÕES DE ABR / 93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA			1	52.352 686	560 704	52 913.372
			2	12 334	272 960	285 294
			4	11 000	287 744	298 744
			4	1 185 833	0	1.185 833
			5	51 143 501	0	51.143 501
META 0146 LINHAS SISMICAS LEVANTADAS (KM)		179 230		16 841 507	0	16.841 507
	CO	1.200		263 637	0	263 637
			5	263 637	0	263 637
	NE	53 210		7 133 960	0	7 133 960
			5	7 133 960	0	7 133 960
	NO	14 680		2 068 454	0	2 068 454
			5	2 068 454	0	2 068 454
	SO	67 580		5 468 262	0	5 468 262
			5	5 468 262	0	5 468 262
	SL	42 560		1 907 294	0	1 907 294
			5	1 907 294	0	1 907 294
META 0187 POÇOS EXPLORATORIOS PERFURADOS (POCO)		223		26 105 851	0	26 105 851
	CO	3		461 151	0	461 151
			5	461 151	0	461 151
	NE	121		9 115 107	0	9 115 107
			5	9 115 107	0	9 115 107
	NO	11		2 750 018	0	2 750 018
			5	2 750 018	0	2 750 018
	SO	67		10 171 947	0	10 171 947
			5	10 171 947	0	10 171 947
	SL	21		3 607 628	0	3 607 628
			5	3 607 628	0	3.607.628
META 0188 CAPACIDADE DE PETROLEO E LIGN AMPLIADA (BARRIS/DIA)		44 027		8 168 464	0	8.168.464
	EX	44 027		8 168 464	0	8 168 464
			4	1 185 833	0	1 185 833
			5	6 982 631	0	6.982.631
META 0205 DEPOSITO MINERAL AVALIADO (UNIDADE)		78		19 334	387 135	406 470
	NA	78		19 334	387 135	406 470
			1	10 334	197 500	207 834
			2	9 000	189 635	198 635
META 0206 CARTA DE SINTESE ELABORADA (MAPA)		30		0	21 108	21 108
	NA	30		0	21 108	21 108
			1	0	7 000	7.000
			2	0	14 108	14 108
META 0213 EDICAO TECNICA PUBLICADA (PUBLICACAO)		10		0	40 450	40 450
	NA	10		0	40 450	40 450
			1	0	15 450	15.450
			2	0	25 000	25.000
META 0214 CARACTERIZACAO GEOLOGICA EXECUTADA (PROJETO)		24		0	59 600	59.600
	NA	24		0	59 600	59 600
			1	0	24 600	24.600
			2	0	35 000	35 000
META 0215 ESTUDO TECNOLÓGICO REALIZADO (ESTUDO)		16		4 000	52 400	56 400
	NA	16		4 000	52 400	56 400
			1	2 000	28 400	30 400
			2	2.000	24 000	26 000
META 9018 PESQUISA GEOLOGICA PARA MAPEAMENTO MINERAL				1 213 412	0	1.213.412
	NA			1 213 412	0	1.213 412
			5	1 213 412	0	1 213 412
SUBPROGRAMA 0290 EXTRAÇÃO E BENEFICIAMENTO				105.843 021	429.247	106 272 268

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 09 - ENERGIA E RECURSOS MINERAIS

ESPECIFICAÇÃO	META		F O R T E	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR /93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
			1	0	7 303	7 303
			2	5 441	104 803	110 244
			3	1 378 878	0	1 378 878
			4	23 395 049	0	23 395 049
			5	81 063 653	317 141	81 380 794
MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA				105 843 021	429 247	106 272 268
			1	0	7 303	7 303
			2	5 441	104 803	110 244
			3	1 378 878	0	1 378 878
			4	23 395 049	0	23 395 049
			5	81 063 653	317 141	81 380 794
META 0188						
CAPACIDADE DE PETROLEO E LGA AMPLIADA (BARRIS/DIA)		781 000		95 022 515	0	95 022 515
	NE	208 000		15 944 208	0	15 944 208
			5	15 944 208	0	15 944 208
	NO	10 000		1 094 912	0	1 094 912
			5	1 094 912	0	1 094 912
	SD	563 000		77 983 495	0	77 983 495
			4	23 395 049	0	23 395 049
			5	84 588 447	0	84 588 447
META 0208						
PRODUÇÃO DE MINERIO DE FERRO EXPANDIDA (T/A)		10 000 000		2 180 285	0	2 180 285
	SD	10 000 000		2 180 285	0	2 180 285
			3	551 550	0	551 550
			5	1 608 735	0	1 608 735
META 0209						
PRODUÇÃO DE OURO EXPANDIDA (KG/A)		5 851		1 451 610	317 141	1 768 751
	NE	1		303 353	0	303 353
			5	303 353	0	303 353
	NO	6 550		1 158 257	0	1 158 257
			3	275 775	0	275 775
			5	882 481	0	882 481
	SD	300		0	317 141	317 141
			5	0	317 141	317 141
META 0210						
PRODUÇÃO DE CONCENTRADO DE ANATASIO AMPLIADA (T/A)		1		1 288 235	0	1 288 235
	SD	1		1 288 235	0	1 288 235
			5	1 288 235	0	1 288 235
META 0211						
PRODUÇÃO DE CLORETO DE POTASSIO AMPLIADA (T/A)		500 000		220 621	0	220 621
	NE	500 000		220 621	0	220 621
			5	220 621	0	220 621
META 0212						
PRODUÇÃO DE SINTER DE MANGANEZ AMPLIADA (T/A)		300 000		657 421	0	657 421
	NE	300 000		657 421	0	657 421
			5	657 421	0	657 421
META 0216						
MINA CONTROLADA (UNIDADE)		65		3 265	20 234	23 499
	NA	65		3 265	20 234	23 499
			1	0	4 382	4 382
			2	3 265	15 852	19 117
META 0217						
CONCESSÃO MINERAL FISCALIZADA (UNIDADE)		7 400		2 175	91 872	94 046
	NA	7 400		2 175	91 872	94 046
			1	0	2 921	2 921
			2	2 175	89 951	91 127
META 9046						
REQUERIMENTO E MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES				5 045 790	0	5 045 790
	NA			5 045 790	0	5 045 790
			3	551 552	0	551 552
			5	4 495 238	0	4 495 238
SUBPROGRAMA 0292						
LEVANTAMENTO GEOLOGICO				274 794	1 578 587	1 853 381
			1	158 652	1 172 996	1 339 648
			5	108 142	405 591	513 733
MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA				274 794	1 578 587	1 853 381
				158 652	1 172 996	1 339 648

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 09 - ENERGIA E RECURSOS MINERAIS

ESPECIFICAÇÃO	META		F O N T E	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR / 93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
META 0207 MEDICAO HIDROMETEOROLOGICA REALIZADA (MEDICAO)			3	108 142	405 597	513 733
		24 482		57 082	148 030	205 112
	CO	5 096	5	11 882	30 814	42 696
				11 882	30 814	42 696
	NE	4 052	5	9 448	24 500	33 948
				9 448	24 500	33 948
	NO	3 714	5	8 560	22 456	31 116
				8 560	22 456	31 116
	SO	7 388	5	17 226	44 672	61 898
				17 226	44 672	61 898
	SL	4 232	5	9 856	25 588	35 454
				9 856	25 588	35 454
META 0493 MAPA TERMICO ELABORADO (MAPA)						
		332		90 277	651 976	742 253
	CO	62	1	16 795	121 298	138 093
				16 795	121 298	138 093
	NE	82	1	27 295	197 110	224 405
				27 295	197 110	224 405
	NO	86	1	29 393	212 272	241 665
				29 393	212 272	241 665
	SO	44	1	7 347	53 067	60 414
				7 347	53 067	60 414
	SL	58	1	9 447	68 729	77 676
				9 447	68 729	77 676
META 0494 PROJETO GEOLOGICOS ELABORADOS (PROJETO)						
		90		127 435	778 581	906 016
	CO	11	1	17 479	117 643	135 122
			5	10 275	84 937	95 212
				7 204	32 706	39 910
	NE	29	1	37 133	204 473	241 605
			5	22 668	124 013	146 681
				14 465	60 480	74 945
	NO	23	1	30 581	175 537	206 112
			5	18 537	110 988	129 525
				12 044	64 543	76 587
	SO	11	1	17 479	117 643	135 122
			5	10 275	84 937	95 212
				7 204	32 706	39 910
	SL	16	1	24 763	163 291	188 054
			5	14 620	116 145	130 765
				10 143	47 146	57 289
SUBPROGRAMA 0347 PRODUÇÃO INDUSTRIAL						
			4	30 018 124	0	30 018 124
			5	5 127 351	0	5 127 351
				24 890 773	0	24 890 773
MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA						
			4	30 018 124	0	30 018 124
			5	5 127 351	0	5 127 351
				24 890 773	0	24 890 773
META 9047 CONSTR DE UNID DE DESTILACAO CONVERSAD E MELHORIA						
				30 018 124	0	30 018 124
	NA		4	30 018 124	0	30 018 124
			5	5 127 351	0	5 127 351
				24 890 773	0	24 890 773
SUBPROGRAMA 0456 CONTROLE DA POLUIÇÃO						
			1	1 448 667	154 152	1 602 819
			2	30 258	118 468	148 726
			4	30 290	35 684	65 974
			5	802 729	0	802 729
				585 390	0	585 390
MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA						
			1	1 448 667	154 152	1 602 819
			2	30 258	118 468	148 726
			4	30 290	35 684	65 974
			5	802 729	0	802 729
				585 390	0	585 390
META 0490 AREA RECUPERADA (NA)						
		140		20 506	43 218	53 724

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 09 - ENERGIA E RECURSOS MINERAIS

ESPECIFICAÇÃO	META		F O N T E	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR /93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
	NA	140	1	20 506	43 218	63.724
			2	8 216	26 474	34 690
				12 290	15 744	28 034
META 0491						
ESTUDO E DIAGNOSTICO REALIZADOS (UNIDADE)		20		40 042	110 934	150 976
	NA	20		40 042	110 934	150 976
			1	22.042	97 994	114 036
			2	18.000	18 940	36 940
META 9015						
CONTROLE DE POLUICAO ATMOSFERICA				181 957	0	181.957
	NA			181 957	0	181.957
			4	111 854	0	111 854
			5	70 103	0	70 103
META 9016						
CONTROLE DE POLUICAO DE SOLO				700 188	0	700 188
	NA			700 188	0	700 188
			4	390 720	0	390 720
			5	309 468	0	309 468
META 9017						
CONTROLE DE POLUICAO HIDRICA				505 994	0	505 994
	NA			505 994	0	505 994
			4	300 155	0	300 155
			5	205 839	0	205 839
SUBPROGRAMA 0545						
SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIARIO				9 463 043	0	9 463 043
			3	275 776	0	275 776
			5	9 187 267	0	9 187 267
MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA				9 463 043	0	9.463.043
			3	275 776	0	275 776
			5	9 187.267	0	9 187.267
META 0480						
PARQUES E TERMINAIS DE CARGAS INSTALADOS (T)		1.550 000		1 239 501	0	1.239 501
	NE	80 000		27 578	0	27.578
			5	27 578	0	27.578
	SD	1 500 000		1 211 923	0	1 211 923
			5	1 211 923	0	1 211 923
META 0461						
MATERIAL RODANTE ADQUIRIDO (UNIDADE)		83		4 219 364	0	4.219.364
	NE	83		4 219.364	0	4 219 364
			5	4 219 364	0	4 219 364
META 9046						
REEQUIPAMENTO E MODERNIZACAO DE INSTALACOES				4 004 178	0	4 004 178
	NA			4 004 178	0	4.004.178
			3	275 776	0	275 776
			5	3 728 402	0	3.728.402
SUBPROGRAMA 0563						
PORTOS E TERMINAIS MARITIMOS				53 589.267	0	53 589 267
			4	21 395 985	0	21.395.985
			5	32.173.282	0	32.173.282
MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA				53.589.267	0	53.589.267
			4	21 395 985	0	21.395.985
			5	32.173.282	0	32.173.282
META 0190						
DUTOS CONSTRUIDOS (KM)		587		43 874 914	0	43.874.914
	CO	1		14 083 574	0	14 083 574
			4	8 714 541	0	8 714 541
			5	5 368 933	0	5.368.933
	NE	401		1 629 344	0	1 629 344
			4	733 205	0	733 205
			5	896 139	0	896 139
	SD	1		23 065 719	0	23.065.719
			4	9 140 011	0	9 140 011
			5	13 926 708	0	13 926 708
	SL	264		5 095 277	0	5.095.277
			4	2 808 128	0	2 808 128
			5	2.287 149	0	2.287 149
META 0462						
PARQUE DE ESTOCAGEM DE MINERIO AMPLIADO (T)		2 000 000		780 444	0	780.444

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 09 - ENERGIA E RECURSOS MINERAIS

ESPECIFICAÇÃO	META		FONTE	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR / 93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
	NE	800.000	6	366 781	0	366 781
				366 781	0	366 781
	SD	1.200 000	5	413 663	0	413 663
				413 663	0	413 663
META 0453 PIER INSTALADO (T)		15 000		124 099	0	124 099
	NE	15 000	5	124 099	0	124 099
				124 099	0	124 099
META 0464 SIST. DE MOVIMENT. DE CARGA/MERCADORIA INSTAL. (T)		6 650.000		1 464 368	0	1 464 368
	NE	50 000	5	140 646	0	140 646
				140 646	0	140 646
	SD	6 600 000	5	1 323 722	0	1 323 722
				1 323 722	0	1 323 722
META 9013 MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE TERMINAIS PORTUÁRIOS				6 074 829	0	6 074 829
	NA		5	6 074 829	0	6 074 829
				6 074 829	0	6 074 829
META 9046 REEQUIPAMENTO E MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES				1 250 613	0	1 250 613
	NA		5	1 250 613	0	1 250 613
				1 250 613	0	1 250 613
SUBPROGRAMA 0555 SERVIÇOS DE TRANSPORTE MARÍTIMO			3	6 297 534	0	6 297 534
			5	4 408 274	0	4 408 274
				1 889 260	0	1 889 260
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA			3	6 297 534	0	6 297 534
			5	4 408 274	0	4 408 274
				1 889 260	0	1 889 260
META 0191 EMBARCAÇÕES ADQUIRIDAS (TPB)		264 000		6 297 534	0	6 297 534
	SD	264 000	3	6 297 534	0	6 297 534
			5	4 408 274	0	4 408 274
				1 889 260	0	1 889 260
DEMAIS SUBPROGRAMAS				27.312 784	2 240 784	29.553 568
			1	251 076	877 856	1 128 932
			2	58 042	1 314 816	1 372 858
			5	27.003 666	48 112	27.051 778
	NA		1	27.312 784	2.240 784	29.553 568
			2	251 076	877 856	1 128 932
			5	58 042	1.314 816	1 372 858
				27 003 666	48 112	27.051 778
TOTAIS DA FUNÇÃO 09 - ENERGIA E RECURSOS MINERAIS				437 057.322	12 102 584	449 159 906
TIPOS DE FONTES						
1 RECURSOS DO TESOURO (ORDINÁRIOS)				768 394	3 462 443	4 230 837
2 RECURSOS DO TESOURO (VINCULADOS)				105 835	1 869 297	1 975 132
3 INGRESSOS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (INTERNAS)				12 035 945	6.000.000	18 035.945
4 INGRESSOS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (EXTERNAS)				54 684 785	0	54 684 785
5 RECURSOS DE OUTRAS FONTES				359 462.363	770.844	360.233.207

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 10 - HABITAÇÃO E URBANISMO

ESPECIFICAÇÃO	META		F O N T E	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR / 93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
SUBPROGRAMA 0316						
HABITAÇÕES URBANAS			2	40 701 928	0	40.701.928
				40 701 928	0	40 701 928
MINISTERIO DO BEM-ESTAR SOCIAL			2	40 701 928	0	40 701 928
				40 701 928	0	40 701.928
META 0083						
FAMILIA BENEFICIADA (FAMILIA)		582 952		40 701 928	0	40.701.928
	CO	86 711	2	4 477 213	0	4 477 213
				4 477.213	0	4 477.213
	NE	209 273	2	14 652.692	0	14.652.692
				14 652 692	0	14.662.692
	NO	104 253	2	7 326 347	0	7 326.347
				7 326 347	0	7.326 347
	SD	133 213	2	9 351 445	0	9.351.445
				9 351 445	0	9.351.445
	SL	69 502	2	4 884 231	0	4.884 231
				4 884 231	0	4 884 231
DEMAIS SUBPROGRAMAS				323 641	2 963 580	3.287.221
			1	1 097	117 553	118.650
			5	322 544	2 846 027	3 168.571
	NA			323 641	2 963 580	3 287 221
			1	1 097	117 553	118 650
			5	322 544	2 846 027	3 168 571
TOTAIS DA FUNÇÃO 10 - HABITAÇÃO E URBANISMO				41 025 559	2 963 580	43.989 149
TIPOS DE FONTES						
1 RECURSOS DO TESOUREO (ORDINARIOS)				1 097	117 553	118.650
2 RECURSOS DO TESOUREO (VINCULADOS)				40 701 928	0	40.701.928
3 INGRESSOS OPERAÇÕES DE CREDITO (INTERNAS)				0	0	0
4 INGRESSOS OPERAÇÕES DE CREDITO (EXTERNAS)				0	0	0
5 RECURSOS DE OUTRAS FONTES				322 544	2 846 027	3 168 571

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 11 - INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

ESPECIFICAÇÃO	META		F D N T E	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR / 93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
SUBPROGRAMA 0021 ADMINISTRAÇÃO GERAL			5	0 0	382.954 382.954	382.954 382.954
MINISTERIO DA FAZENDA			5	0 0	382.954 382.954	382.954 382.954
META 9025 COORDENACAO DA POLITICA CAFEIRA	NA			0	382.954	382.954
			5	0 0	382.954 382.954	382.954 382.954
SUBPROGRAMA 0026 EDIFICAÇÕES PÚBLICAS			5	126.835 98.749 28.086	9.914 0 9.914	136.749 98.749 38.000
MINISTERIO DA INDUSTRIA, DO COMERCIO E DO TURISMO			5	126.835 98.749 28.086	9.914 0 9.914	136.749 98.749 38.000
META 0432 LABORATORIO DE CALOR E OTICA IMPLANT (PERCENTUAL)	SD	90	1	93.961 93.961	0 0	93.961 93.961
META 0433 CENTRO OPERACIONAL DE METROLOGIA IMPLANT (PERCENTUAL)	SD	90	1	20 20	0 0	20 20
META 0434 POSTO REGIONAL DE METROLOGIA CONSTRUÍDO (UNIDADE)	NA	10	1	32.854 32.854 4.768 28.086	9.914 9.914 0 9.914	42.768 42.768 4.768 38.000
SUBPROGRAMA 0031 ASSISTENCIA FINANCEIRA			2 3 4	56.272.806 53.971.734 0 2.301.072	53.913.892 9.205.786 44.707.604 0	110.186.698 63.178.022 44.707.604 2.301.072
OPERAÇÕES OFICIAIS DE CREDITO			2 3 4	56.272.806 53.971.734 0 2.301.072	53.913.892 9.205.788 44.707.604 0	110.186.698 63.178.022 44.707.604 2.301.072
META 9040 FINANC. PROGRAMAS DE INVESTIMENTOS AGROINDUSTRIAL	NA		2 4	34.210.774 34.210.774 31.905.702 2.301.072	0 0 0 0	34.210.774 34.210.774 31.905.702 2.301.072
META 9041 FINANCIAMENTO AS EXPORTACOES DE BENS E SERVICOS	NA		2 3	22.062.032 22.062.032 0	53.913.892 9.205.788 44.707.604	75.975.924 31.268.320 44.707.604
SUBPROGRAMA 0042 ORDENAMENTO ECONOMICO-FINANCEIRO			1	172.533 172.533	98.514 98.514	271.047 271.047
MINISTERIO DA INDUSTRIA, DO COMERCIO E DO TURISMO			1	172.533 172.533	98.514 98.514	271.047 271.047
META 9022 ELABORAR E COORDENAR A POLITICA INDUSTRIAL	NA		1	166.730 166.730 166.730	33.838 33.838 33.838	200.568 200.568 200.568
META 9043 ELABORAR E COORDENAR A POLITICA NACIONAL DE COMERCIO	NA		1	0 0 0	30.016 30.016 30.016	30.016 30.016 30.016
META 9044 ELABORAR E COORDENAR A POLITICA DE COMERCIO EXTERIOR	NA		1	2.087 2.087 2.087	18.345 18.345 18.345	20.432 20.432 20.432
META 9045 ELABORAR E COORDENAR A POLITICA DE TURISMO E SERVICOS				3.716	16.315	20.031

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 11 - INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS

ESPECIFICAÇÃO	META		FONTE	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR./93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
	NA		1	3 715 3.715	15 315 15 315	20 031 20 031
SUBPROGRAMA 0057 INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA			5	14 204 14.204	5 092 5 092	20 296 20 296
MINISTERIO DA INDUSTRIA, DO COMERCIO E DO TURISMO			5	14.204 14.204	5 092 5.092	20 296 20.296
META 0424 ESTUDOS DE INFORMAÇÃO C&T ELABORADOS (ESTUDO)		13		755	258	1 014
	SD	13	5	755 755	258 258	1 014 1 014
META 0439 ACERVO CULTURAL AMPLIADO (DOCUMENTO)		3.800.000		11 534	5 555	17 289
	SD	3.800.000	5	11.534 11.534	5 555 5.555	17 289 17.289
META 0440 BANCO SETORIAL DE INFORMAÇÃO TECNOLÓGICA CRIADO (UNID)		5		1.814	179	1 993
	SD	5	5	1.814 1.814	179 179	1 993 1 993
SUBPROGRAMA 0094 ESTOQUES REGULADORES			5	0 0	588 442 588 442	588 442 588 442
MINISTERIO DA FAZENDA			5	0 0	588 442 588 442	588 442 588 442
META 5033 ESTOQUES MANTIDOS				0	588 442	588 442
	NA		5	0 0	588 442 588 442	588 442 588.442
SUBPROGRAMA 0104 REFLORESTAMENTO			5	374 580 374 580	0 0	374 580 374 580
MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA			5	374 580 374 580	0 0	374 580 374 580
META 0204 REFLORESTAMENTO REALIZADO (HA)		154 548		374 580	0	374 580
	SD	154 548	5	374 580 374.580	0 0	374 580 374 580
SUBPROGRAMA 0112 PROMOÇÃO AGRÁRIA			5	29 871 450 29 871 450	993 070 993 070	30 864 520 30.864 520
MINISTERIO DA FAZENDA			5	29 871 450 29 871 450	993 070 993 070	30 864 520 30 864.520
META 9026 ATIVIDADE DE CAFEICULTURA INCENTIVADA				29.871 450	993 070	30.864 520
	NA		5	29.871 450 29.871 450	993 070 993 070	30.864 520 30 864 520
SUBPROGRAMA 0347 PRODUÇÃO INDUSTRIAL			3 5	9 012 123 1 822 577 7 189 546	0 0 0	9 012 123 1 822 577 7 189 546
MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA			3 5	9 012 123 1 822 577 7 189 546	0 0 0	9 012 123 1 822 577 7 189 546
META 0203 CAPACIDADE DE PRODUÇÃO DE ALUMINA AMPLIADA (T/A)		547 000		9 012 123	0	9 012 123
	NO	547 000	3 5	9 012 123 1 822 577 7.189 546	0 0 0	9 012 123 1 822 577 7 189 546
SUBPROGRAMA 0353 COMERCIALIZAÇÃO			1 2 5	49 471 040 9 106 66 430 49 395 604	557 257 8 192 59 405 489 670	50 028 307 17 298 125 835 49.885 174
MINISTERIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA				0 43 449 126	0 474 808	0 43 923 934

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 11 - INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

ESPECIFICAÇÃO	META		F O N T E	DESPESAS (EM MILHÕES DE ABR./93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
META 0257 ALIMENTO BÁSICO ADQUIRIDO E DISTRIBUÍDO (T)		1 440 000	5	43 449 126	474 808	43.923.934
	CO	459 360	5	26 095 818	274 408	26.370.226
	NE	462 240	5	8 328 160	95 290	8 424 450
	NE	462 240	5	8 328 160	95 290	8 424 450
	NE	462 240	5	8 395 390	69 462	8 464 842
	NE	462 240	5	8 395 390	69 462	8 464 842
	ND	38 880	5	691 498	8 150	699.648
	ND	38 880	5	691 498	8 150	699.648
	SD	305 280	5	5 526 495	63.992	5.590.488
	SD	305 280	5	5 526 495	63.992	5.590.488
	SL	174 240	5	3 154 274	36 524	3 190.798
	SL	174 240	5	3 154 274	36 524	3 190.798
META 0258 PROGRAMA DE SUPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR ATENDIDO (T)		960 000		17 353 308	200 400	17 653 708
	CO	306 240	5	5 535 688	63 940	5 599.628
	CO	306 240	5	5 535 688	63 940	5 599.628
	NE	308 160	5	5 570 402	64 320	5 634.722
	NE	308 160	5	5 570 402	64 320	5 634.722
	ND	25 920	5	468 544	5 406	473.950
	ND	25 920	5	468 544	5 406	473.950
	SD	203 520	5	3 678 934	42 478	3 721.412
	SD	203 520	5	3 678 934	42 478	3 721.412
	SL	116 160	5	2 099 740	24 256	2 123.996
	SL	116 160	5	2 099 740	24 256	2 123.996
MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA			5	5 929 748	0	5 929 748
			5	5 929 748	0	5 929 748
META 0192 UNIDADES DE COMERC. CONSTRUÍDAS E AMPLIADAS (UNIDADE)		149		2 943 074	0	2 943 074
	NA	149	5	2 943 074	0	2 943 074
	NA	149	5	2 943 074	0	2 943 074
META 0193 EXPANSÃO DA FROTA DE CAMINHÕES TANQUE (M3)		10 426		2 730	0	2 730
	NA	10 426	5	2 730	0	2 730
	NA	10 426	5	2 730	0	2 730
META 0194 REDE DE POSTOS AMPLIADA (UNIDADE)		106		2 983 944	0	2 983 944
	NA	106	5	2 983 944	0	2 983.944
	NA	106	5	2 983 944	0	2 983.944
MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE			1	92 166	82.459	174.625
			2	9 106	8 192	17 298
			5	66 430	59 405	125 835
			5	16 630	14 862	31 492
META 0370 MADEIRA DE EXPORTAÇÃO CONTROLADA (M3)		160 000		36 866	32 984	69.850
	NA	160 000	1	36.866	32 984	69.850
			2	3.842	3 277	6 919
			5	26 572	23 762	50.334
			5	6.852	5 945	12 697
META 0371 PROJETOS FLORESTAIS INSPECIONADOS (PROJETO)		205		32 257	28 880	61.117
	NA	205	1	32 257	28.880	61 117
			2	3 187	2 887	6 064
			5	23.250	20 791	44 041
			5	5.820	5 202	11 022
META 0372 ESTUDO DE USINA MODELO DE SERRINGAL NATIVO (ESTUDO)		3		23 043	20 615	43.658
	NA	3	1	23 043	20 615	43.658
			2	2.277	2 048	4 325
			5	16 608	14 852	31 460
			5	4 158	3.715	7.873
SUBPROGRAMA 0362 SERVIÇOS BANCÁRIOS E FINANCEIROS			5	426 864	0	426.864
			5	426 864	0	426.864
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E COORDENAÇÃO				426.864	0	426.864

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 11 - INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

ESPECIFICAÇÃO	META		F D N T E	DESPESAS (EM MILHÕES DE ABR / 93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
META 0103			5	426.854	0	426.854
APOIO REEST. E CAPACIT. TECNOL. INDÚSTRIA (PROJETO)		2		426.854	0	426.854
	NA	2	5	426.854	0	426.854
SUBPROGRAMA 0363						
PROMOÇÃO DO TURISMO				200	81.380	81.580
				200	81.380	81.580
MINISTERIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO				200	81.380	81.580
				200	81.380	81.580
META 0429						
FLUXO TURÍSTICO INTERNO AMPLIADO (PESSOA)		210.000		200	81.380	81.580
	NA	210.000	1	200	81.380	81.580
				200	81.380	81.580
SUBPROGRAMA 0364						
EMPREENHIMENTOS TURÍSTICOS				8.558.854	31.244	8.590.198
			1	21.787	16.422	38.209
			4	7.583.268	0	7.583.268
			5	1.053.899	14.822	1.068.721
MINISTERIO DA FAZENDA				7.583.268	0	7.583.268
			4	7.583.268	0	7.583.268
META 9034						
PROJETO DE INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA FINANCIADO				7.583.268	0	7.583.268
	NA		4	7.583.268	0	7.583.268
				7.583.268	0	7.583.268
MINISTERIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO				1.075.686	31.244	1.106.930
				21.787	16.422	38.209
			5	1.053.899	14.822	1.068.721
META 0437						
INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA FINANCIADA (PROJETO)		82		1.075.686	31.244	1.106.930
	NA	82	1	1.075.686	31.244	1.106.930
			4	21.787	16.422	38.209
			5	1.053.899	14.822	1.068.721
SUBPROGRAMA 0374						
MARCAS E PATENTES				0	1.452	1.452
			5	0	1.452	1.452
MINISTERIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO				0	1.452	1,452
			5	0	1,452	1,452
META 0426						
ESTUDOS SOBRE PROPRIED. INDUSTRIAL ELABORADOS (ESTUDO)		12		0	726	726
	SD	12	5	0	726	726
				0	726	726
META 0427						
ESTUDOS SOBRE TRANSF. DE TECNOLOGIA ELAB. (ESTUDO)		11		0	726	726
	SD	11	5	0	726	726
				0	726	726
SUBPROGRAMA 0375						
REGISTRO DE EMPRESAS				189.680	1.371.718	1.561.398
			2	189.680	1.371.718	1.561.398
MINISTERIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO				189.680	1.371.718	1.561.398
			2	189.680	1.371.718	1.561.398
META 0396						
AUTOMATIZAÇÃO DAS JUNTAS COMERCIAIS (UNIDADE)		24		115.324	62.706	178.030
	NA	24	2	115.324	62.706	178.030
				115.324	62.706	178.030
META 0410						
EMPRESAS CADASTRADAS (UNIDADE)		120.000		14.290	82.154	96.454
	NA	120.000	2	14.290	82.154	96.454
				14.290	82.154	96.454
META 0436						
JUNTAS COMERCIAIS PADRONIZADAS (UNIDADE)		50.000		60.066	1.226.848	1.286.914
	NA	50.000	2	60.066	1.226.848	1.286.914
				60.066	1.226.848	1.286.914
SUBPROGRAMA 0411						
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL				0	28.621	28.621

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 11 - INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

ESPECIFICAÇÃO	META		FONTE	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR /93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA DO COMÉRCIO E DO TURISMO			5	0	28 621	28 621
			5	0	28 621	28 621
META 0425						
TREINAMENTO EM TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA (PESSOAS)		30		0	710	710
	SD	30		0	710	710
			5	0	710	710
META 0441						
PROPRIEDADE INDUSTRIAL DIVULGADA (PUBLICAÇÃO)		24		0	27 911	27 911
	SD	24		0	27 911	27 911
			5	0	27 911	27 911
DEMAIS SUBPROGRAMAS				1 162 860 014	13 594 185	1 176 454 200
			1	80 732	577 856	658 588
			2	0	248	248
			5	1 162 779 282	13 016 082	1 175 795 364
	EX			0	25 418	25 418
			5	0	25 418	25 418
	NA			1 162 860 014	13 568 768	1 176 428 782
			1	80 732	577 856	658 588
			2	0	248	248
			5	1 162 779 282	12 990 664	1 175 769 946
TOTAIS DA FUNÇÃO 11 - INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS				1 317 451 263	71 658 766	1 389 110 039
TIPOS DE FONTES						
1. RECURSOS DO TESOURO (ORDINÁRIOS)				383 107	782 364	1 165 471
2. RECURSOS DO TESOURO (VINCULADOS)				54 227 844	10 637 699	64 865 503
3. INGRESSOS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS				1 822 577	44 707 604	46 530 181
4. INGRESSOS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (EXTERNAS)				9 884 340	0	9 884 340
5. RECURSOS DE OUTRAS FONTES				1 251 132 415	15 531 129	1 266 664 544

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 12 - RELAÇÕES EXTERIORES

ESPECIFICAÇÃO	META		FONTE	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR./93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
SUBPROGRAMA 0045 ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICO-SOCIAIS			1	0	116 821	116 821
			4	0	6 512	6 512
				0	110 309	110 309
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES			1	0	116 821	116 821
			4	0	6 512	6 512
				0	110 309	110 309
META 0487 IMPLEMENTAÇÃO DE BANCO DE DADOS DO MERCOSUL (UNIDADE)		4		0	116 821	116 821
	EX	2	1	0	116 825	116 825
			4	0	6 317	6 317
				0	110 309	110 309
	NA	2	1	0	195	195
				0	195	195
SUBPROGRAMA 0057 INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA			1	7 230	65 128	72 358
			2	0	65 128	65 128
				7 230	0	7 230
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES			1	7 230	65 128	72 358
			2	0	65 128	65 128
				7 230	0	7 230
META 0488 PROJETO DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA (PROJETO)		4		7 230	65 128	72 358
	EX	2	1	432	28 007	28 439
			2	0	28 007	28 007
				432	0	432
	NA	2	1	6 798	37 121	43 919
			2	0	37 121	37 121
				6 798	0	6 798
SUBPROGRAMA 0247 DIFUSÃO CULTURAL			1	0	13 675	13 675
				0	13 675	13 675
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES			1	0	13 675	13 675
				0	13 675	13 675
META 0109 CENTROS DE ESTUDOS MANTIDOS NO EXTERIOR (UNIDADE)		7		0	13 675	13 675
	EX	7	1	0	13 675	13 675
				0	13 675	13 675
SUBPROGRAMA 0355 PROMOÇÃO EXTERNA DO COMÉRCIO			1	0	27 000	27 000
				0	27 000	27 000
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES			1	0	27 000	27 000
				0	27 000	27 000
META 0486 FEIRA OU EXPOSIÇÃO COMERCIAL NO EXTERIOR (UNIDADE)		100		0	27 000	27 000
	EX	100	1	0	27 000	27 000
				0	27 000	27 000
SUBPROGRAMA 0410 RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS			1	607 386	5 645 090	6 252 476
			2	0	5 645 090	5 645 090
				607 386	0	607 386
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES			1	607 386	5 645 090	6 252 476
			2	0	5 645 090	5 645 090
				607 386	0	607 386
META 0104 IMPLANTAÇÃO DE CHANCELARIA E RESIDÊNCIA (UNIDADE)		5		607 386	0	607 386
	EX	5	2	607 386	0	607 386
				607 386	0	607 386
META 1105 EMBAIXADA E REPARTIÇÃO CONSULAR MANTIDA (UNIDADE)		200		0	5 645 090	5 645 090
	EX	100	1	0	4 916 073	4 916 073
				0	4 916 073	4 916 073
	NA	100	1	0	729 017	729 017
				0	729 017	729 017
SUBPROGRAMA 0411 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL				0	52 102	52 102

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 12 - RELAÇÕES EXTERIORES

ESPECIFICAÇÃO	META		FONTE	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE APR./93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES			1	0	52.102	52.102
			1	0	52.102	52.102
META 0105 BOLSA DE ESTUDOS CONCEDIDA (BOLSA)		100		0	46.019	46.019
	NA	100	1	0	46.019	46.019
META 0107 MISSÃO TÉCNICA REALIZADA NO EXTERIOR (UNIDADE)		38		0	2.354	2.354
	EX	19	1	0	1.400	1.400
	NA	19	1	0	1.464	1.464
META 0108 MISSÃO TÉCNICA ESTRANGEIRA RECEBIDA (UNIDADE)		32		0	3.219	3.219
	EX	16	1	0	2.536	2.536
	NA	16	1	0	683	683
DEMAIS SUBPROGRAMAS				108.462	9.661.432	9.769.894
			1	0	1.273.786	1.273.786
			2	108.462	8.362.874	8.471.336
			4	0	24.820	24.820
	EX		1	0	8.593.639	8.593.639
			1	0	206.937	206.937
			2	0	8.362.874	8.362.874
			4	0	23.820	23.820
	NA		1	108.462	1.067.343	1.175.805
			1	0	1.066.881	1.066.881
			2	108.462	0	108.462
			4	0	992	992
TOTAIS DA FUNÇÃO 12 - RELAÇÕES EXTERIORES		5		723.078	13.681.298	16.304.376
TIPOS DE FONTES						
1 RECURSOS DO TESOIRO (ORDINARIOS)				0	7.083.295	7.083.295
2 RECURSOS DO TESOIRO (VINCULADOS)				723.078	8.362.874	9.085.952
3 INGRESSOS OPERAÇÕES DE CREDITO (INTERNAS)				0	0	0
4 INGRESSOS OPERAÇÕES DE CREDITO (EXTERNAS)				0	135.129	135.129
5 RECURSOS DE OUTRAS FONTES				0	0	0

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 13 - SAÚDE E SANEAMENTO

ESPECIFICAÇÃO	META		F O N T E	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR /93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	T O T A L
SUBPROGRAMA 0054						
PESQUISA FUNDAMENTAL			2	113 358	319 206	432 564
			5	104 912	239 008	343 918
				8 446	80 200	88 646
MINISTERIO DA SAUDE - FUNDO NACIONAL DE SAUDE			2	113 358	319 206	432 564
			5	104 912	239 008	343 918
				8 446	80 200	88 646
META 0077						
PESQUISA BASICA REALIZADA EM SAUDE (PESQUISA)		695		104 120	277 202	381 322
	NA	695		104 120	277 202	381 322
			2	95 674	197 002	292 676
			5	8 446	80 200	88 646
META 9009						
DEMAIS ACOES DE SAUDE				9 238	42 004	51 242
	NA			9 238	42 004	51 242
			2	9 238	42 004	51 242
SUBPROGRAMA 0055						
PESQUISA APLICADA			1	861 186	1 104 532	1 965 718
			2	274 330	0	274 330
				586 856	1 104 532	1 691 388
MINISTERIO DA SAUDE - FUNDO NACIONAL DE SAUDE				861 186	1 104 532	1 965 718
			1	274 330	0	274 330
			2	586 856	1 104 532	1 691 388
META 0078						
PESQUISA TECNOLÓGICA REALIZADA EM SAUDE (PESQUISA)		72		861 186	1 104 532	1 965 718
	NA	72		861 186	1 104 532	1 965 718
			1	274 330	0	274 330
			2	586 856	1 104 532	1 691 388
SUBPROGRAMA 0056						
DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL			2	32 466	70 880	103 346
				32 466	70 880	103 346
MINISTERIO DA SAUDE - FUNDO NACIONAL DE SAUDE			2	32 466	70 880	103 346
				32 466	70 880	103 346
META 0079						
PESQUISA EXPERIMENTAL REALIZADA EM SAUDE (PESQUISA)		100		32 466	70 880	103 346
	NA	100		32 466	70 880	103 346
			2	32 466	70 880	103 346
SUBPROGRAMA 0058						
TESTES E ANALISE DE QUALIDADE			2	0	111 406	111 406
				0	111 406	111 406
MINISTERIO DA SAUDE - FUNDO NACIONAL DE SAUDE			2	0	111 406	111 406
				0	111 406	111 406
META 0080						
MEDICAMENTO ANALISADO (TESTE)		19 200		0	111 406	111 406
	NA	19 200		0	111 406	111 406
			2	0	111 406	111 406
SUBPROGRAMA 0217						
TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS			1	389 362	2 209 634	2 598 996
			2	0	672	672
			5	337 520	2 000 192	2 337 712
				51 842	208 770	260 612
MINISTERIO DA SAUDE - FUNDO NACIONAL DE SAUDE			1	389 362	2 209 634	2 598 996
			2	0	672	672
			5	337 520	2 000 192	2 337 712
				51 842	208 770	260 612
META 0081						
CAPACITAÇÃO EM NIVEL SUPERIOR (ALUNO)		212 380		240 600	1 228 340	1 468 940
	NA	212 380		240 600	1 228 340	1 468 940
			1	0	672	672
			2	204 310	1 081 108	1 285 418
			5	35 290	146 560	182 850
META 0082						
CAPACITAÇÃO EM NIVEL MEDIO E AUXILIAR (ALUNO)		211 098		141 466	916 628	1 057 094
	NA	211 098		141 466	916 628	1 057 094
			2	125 914	853 418	979 332
			5	15 552	62 210	77 762
META 9008						
DEMAIS ACOES DE SAUDE				7 298	66 666	72 962

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 13 - SAÚDE E SANEAMENTO

ESPECIFICAÇÃO	META		F D N T E	DESPESAS (EM MILHÕES DE ABR./93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
	NA		2	7 296 7 296	65 666 65 666	72.962 72.962
SUBPROGRAMA 0323 PLANEJAMENTO URBANO				9 855.277 2 013.604 3 195.309 4 646.364	0 0 0 0	9.855.277 2 013.604 3 195.309 4.646.364
MINISTÉRIO DO BEM-ESTAR SOCIAL				9 855.277 2 013.604 3 195.309 4 646.364	0 0 0 0	9.855.277 2 013.604 3 195.309 4.646.364
META 0093 FAMÍLIA BENEFICIADA (FAMÍLIA)		4 124 007		9 855.277	0	9.855.277
	CO	747 308		1 785.851 362.449 587.074 835.328	0 0 0 0	1 785.851 362.449 587.074 835.328
	NE	1.245.513		2 976.415 604.081 978.455 1.393.879	0 0 0 0	2 976.415 604.081 978.455 1.393.879
	NO	802 639		1 918.169 402.721 586.094 929.354	0 0 0 0	1.918.169 402.721 586.094 929.354
	SO	830 342		1 984.277 402.721 652.304 929.252	0 0 0 0	1.984.277 402.721 652.304 929.252
	SL	498 205		1 190.565 241.631 391.382 557.551	0 0 0 0	1.190.565 241.631 391.382 557.551
SUBPROGRAMA 0326 LIMPEZA PÚBLICA				79.556 79.556	0 0	79.556 79.556
MINISTÉRIO DA SAÚDE - FUNDO NACIONAL DE SAÚDE				79.556 79.556	0 0	79.556 79.556
META 0073 MUNICÍPIO BENEFICIADO (MUNICÍPIO)		260		79.556	0	79.556
	NA	260		79.556 79.556	0 0	79.556 79.556
SUBPROGRAMA 0427 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO				878 878	53 039.185 53 039.185	53.040.063 53.040.063
MINISTÉRIO DA SAÚDE - FUNDO NACIONAL DE SAÚDE				0 0	52 960.263 52 960.263	52.960.263 52.960.263
META 0027 CRIANÇA DESNUTRIDA ATENDIDA (CRIANÇA)		4 590.000		0	13 874.512	13.874.512
	NA	4 590.000		0	13 874.512	13.874.512
META 0030 CRIANÇA COM RISCO NUTRICIONAL ATENDIDA (CRIANÇA)		9 180.000		0	27.749.023	27.749.023
	NA	9 180.000		0	27.749.023	27.749.023
META 0459 GESTANTE DE RISCO NUTRICIONAL ATENDIDA (GESTANTE)		3 400.000		0	10 277.416	10 277.416
	NA	3 400.000		0	10 277.416	10 277.416
META 9009 DEMAIS AÇÕES DE SAÚDE				0	1 059.312	1 059.312
	NA			0	1 059.312	1 059.312
MINISTÉRIO DO TRABALHO				878 878	78 922 78 922	79.800 79.800
META 0221 EMPRESA RESSARCIDA (EMPRESA)		72		320	23.820	23.840

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 13 - SAÚDE E SANEAMENTO

ESPECIFICAÇÃO	META		F O N T E	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR /93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
	NE	32	2	128 128	9 448 9 448	9 576 9 576
	NO	40	2	192 192	14 172 14 172	14 364 14 364
META 7444 REESTRUTURAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PA* (UNIDADE)		27		558	55 302	55 860
	NA	27	2	558 558	55 302 55 302	55 860 55 860
SUBPROGRAMA 042F ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA				28 848 127 3 710 749 17 864 638 4 224 235 3 048 504	239 540 963 12 732 292 214 803 872 4 137 275 7 847 624	268 389 090 15 443 041 232 666 510 8 361 511 10 915 028
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO				88 306 24 788 43 518	1 202 798 201 208 1 001 590	1 271 104 225 996 1 045 108
META 0293 LEITO INSTALADO (LEITO)		667		43 518	1 081 783	1 105 301
	SL	667	2 5	43 518 0 43 518	1 081 783 109 571 952 212	1 105 301 109 571 955 730
META 0321 PACIENTE ATENDIDO (PACIENTE)		1 175 000		24 788	0	24 788
	SL	1 175 000	2	24 788 24 788	0 0	24 788 24 788
META 0330 PACIENTE INTERNADO (PACIENTE)		24 740		0	73 049	73 049
	SL	24 740	2	0 0	73 049 73 049	73 049 73 049
META 0394 ALUNO BENEFICIADO (ALUNO)		5 011 080		0	67 966	67 966
	CO	5 011 080	2	0 0	1 342 1 342	1 342 1 342
	NE	2 415 222	2	0 0	5 594 5 594	5 594 5 594
	NO	188 070	2 5	0 0 0	51 180 1 802 49 378	51 180 1 802 49 378
	SO	3 113 328	2	0 0	7 211 7 211	7 211 7 211
	SL	1 139 488	2	0 0	2 539 2 539	2 539 2 539
MINISTÉRIO DA SAÚDE - FUNDO NACIONAL DE SAÚDE				28 779 821 3 710 749 17 839 850 4 224 235 3 004 986	238 335 185 12 732 292 214 602 664 4 137 275 6 865 934	267 117 985 16 443 041 232 442 514 8 361 511 9 870 920
META 0063 CONSULTA MÉDICA REALIZADA (MIL CONSULTAS)		8 813		25 678	10 247 294	10 272 972
	NA	5 409	1 2 6	0 0 0	10 194 350 1 000 319 5 173 361 4 020 670	10 194 350 1 000 319 5 173 361 4 020 670
	SO	404	2 5	25 678 9 414 16 264	52 944 45 340 5 604	78 622 55 764 22 868
META 0084 CONSULTA ODONTOLÓGICA REALIZADA (MIL CONSULTAS)		4 035		0	7 196 608	7 196 608
	NA	4 035	2	0 0	7 196 608 7 196 608	7 196 608 7 196 608
META 0086 ATENDIMENTO BÁSICO DE SAÚDE REALIZ. (MIL ATENDIMENTOS)		13 664		0	4 797 738	4 797 738
	NA	13 664	1 2	0 0	4 797 738 700 000 1 297 738	4 797 738 700 000 1 297 738

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 13 - SAÚDE E SANEAMENTO

ESPECIFICAÇÃO	META		F O N T E	DESPESAS (CNR MILHÕES DE ABR / 93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
META 0086 INTERNACAO HOSPITALAR REALIZADA (MIL INTERNACOES)			5	0	2 800 000	2 800 000
		180		33.546	798 160	831 706
	NA	158	2	0	729 000	729 000
				0	729 000	729 000
	SD	22	2	33 546	89 160	102 706
				12 298	60 532	72 830
			5	21 248	8 628	29 876
META 0089 MODERNIZACAO DA REDE HOSPITALAR (UNIDADE)						
		48		4 001 702	0	4 001 702
	SD	48		4 001 702	0	4 001 702
			2	3 108 190	0	3 108 190
			5	893 512	0	893 512
META 0090 MODERNIZACAO DA REDE BASICA DE SAUDE (UNIDADE)						
		562		4 292 540	0	4 292 540
	NA	533	2	1 120 540	0	1 120 540
				1 120 540	0	1 120 540
	SD	34	2	3 172 000	0	3 172 000
				1 172 000	0	1 172 000
			5	2 000 000	0	2 000 000
META 0099 MODERNIZACAO REDE LAB FARMACEUTICOS (LABORATORIO)						
		24		293 532	219 464	512 996
	NA	24	2	293 532	219 464	512 996
				293 532	219 464	512 996
META 0511 PROVISAO DE ATENCAO HOSPITALAR (MIL INTERNACOES)						
		22 886		500 000	80 175 164	80 675 164
	NA	22.886	1	500 000	80 175 164	80 675 164
				0	3 289 940	3 289 940
			2	500 000	76 885 224	77 385 224
META 0512 PROV SERV AMBUL E ACOES DE PROMOC DE SAUDE (MIL PESSOAS)						
		155 471		0	100 535 357	100 535 357
	NA	155 471	1	0	100 535 357	100 535 357
				0	3 289 939	3 289 939
			2	0	97 245 428	97 245 428
META 9009 DEMAIS ACOES DE SAUDE						
				19 632 823	34 365 370	54 001 193
	NA		1	19 632 823	34 365 370	54 001 193
			2	3 710 749	4 452 094	8 162 843
			4	11 823 876	25 748 969	37 572 845
			5	4 224 236	4 137 275	8 361 511
				73 962	30 032	103 994
SUBPROGRAMA 0429 CONTROLE DAS DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS						
			1	4 815 414	13 593 643	18 409 057
				5 486	0	5 486
			2	4 578 192	12 683 670	17 261 862
			4	231 736	909 973	1 141 709
MINISTERIO DA SAUDE - FUNDO NACIONAL DE SAUDE						
			1	4 815 414	13 593 643	18 409 057
				5 486	0	5 486
			2	4 578 192	12 683 670	17 261 862
			4	231 736	909 973	1 141 709
META 0091 CRIANCA MENOR DE UM ANO VACINADA (CRIANCA)						
		8.202 864		270 850	833 758	1 104 608
	NA	8.202 864	2	270 850	833 758	1 104 608
				270 850	833 758	1 104 608
META 0092 POPULACAO PROTEGIDA (MIL PESSOAS)						
		112 708		4 096 758	12 759 885	16 856 643
	NA	112 708	2	4 096 758	12 759 885	16 856 643
				3 895 022	11 849 912	15 744 934
			4	231 736	909 973	1 141 709
META 0093 FAMILIA BENEFICIADA (FAMILIA)						
		24 000		447 806	0	447 806
	NA	24.000	1	447 806	0	447 806
				5 486	0	5 486
			2	442 320	0	442 320
SUBPROGRAMA 0430 VIGILANCIA SANITARIA						
			1	6 345 936	293 600	6 643 536
				988 004	123 545	1 111 550

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 13 - SAÚDE E SANEAMENTO

ESPECIFICAÇÃO	META		FONTE	DESPESAS (CRÉ MILHÕES DE ADM.793)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
MINISTERIO DA SAUDE - FUNDO NACIONAL DE SAUDE			2	4 355 074	157 106	4.512 180
			5	6 858	12 948	19 806
			1	5 349 936	293.600	5.643.536
			2	588 004	123 646	1 111.590
			5	4 355 074	157 106	4.512 180
META 0084				6 858	12 948	19 806
MODERNIZAÇÃO REDE LAB SAUDE PUBLICA (LABORATORIO)		26		2 789 064	0	2.789.064
	NA	26		2 789 064	0	2.789.064
			1	551 560	0	551 560
			2	2 237.514	0	2.237.514
META 0085						
EXPANSÃO REDE LABORATORIO SAUDE PUBLICA (LABORATORIO)		20		2 425 914	0	2.425.914
	NA	20		2 425 914	0	2.425.914
			1	383.506	0	383 506
			2	2 042 408	0	2.042 408
META 0086						
ANALISE DE PRODUTO REALIZADA (ANALIS)		34 000		134 958	293 600	428.558
	NA	34 000		134 958	293.600	428 558
			1	52 948	123 546	175 494
			2	75 152	157 106	232 258
			5	6 858	12.948	19 806
SUBPROGRAMA 0431						
PRODUTOS PROFILÁTICOS E TERAPEUTICOS				2 194 790	45 608 088	47 802 878
			1	0	10 637 692	10 637 692
			2	1 722.862	34 739 398	36 462 260
			5	471 928	230 998	702 926
MINISTERIO DA SAUDE - FUNDO NACIONAL DE SAUDE				2 194 790	45 608 088	47.802 878
			1	0	10 637 692	10.637 692
			2	1 722 862	34 739 398	36.462.260
			5	471 928	230 998	702 926
META 0087						
DISTRIBUIÇÃO DE VACINAS (MIL DOSES)		589 950		1 667 384	3 963 842	5.631 226
	NA	589.950		1 667 384	3 963 842	5 631 226
			2	1 667 384	3.941 416	5.608.800
			5	0	22 426	22.426
META 0088						
DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS (MIL PESSOAS BENEFICIADAS)		376 295		482 254	41 618 026	42 100 280
	NA	376 295		482 254	41 618 026	42 100 280
			1	0	10 637 692	10 637 692
			2	10 326	30 771 762	30 782 088
			5	471 928	208 572	680 500
META 0089						
MODERNIZAÇÃO REDE LAB FARMACEUTICOS (LABORATORIO)		22		45 162	26.220	71 372
	NA	22		45 162	26.220	71.372
			2	45 162	26 220	71.372
SUBPROGRAMA 0447						
ABASTECIMENTO D'AGUA				16 890 692	27 186	16.917 878
			1	6 081 227	0	6.081 227
			2	5 764 083	27 186	5 791 269
			4	6 969 256	0	6.969 256
			5	76 126	0	76 126
MINISTERIO DO BEM-ESTAR SOCIAL				14 754 142	0	14.754 142
			1	2 997 913	0	2.997 913
			2	4 786 973	0	4 786 973
			4	6 969 256	0	6.969 256
META 0093						
FAMÍLIA BENEFICIADA (FAMÍLIA)		6 168 645		14 754 142	0	14 754 142
	CD	928 844		2 221 855	0	2.221 855
			1	453 061	0	453.061
			2	718 045	0	718 045
			4	1 050 748	0	1 050 748
	NE	2 477 185		6 924 943	0	6 924 943
			1	1 208 163	0	1.208 163
			2	1 914 789	0	1.914 789
			4	2.801 991	0	2.801.991
	NO	914 038		2 186 227	0	2.186 227
			1	453 061	0	453.061
			2	718 045	0	718 045
			4	1 015 124	0	1.015 124
	SO	1 238.562		2.962.472	0	2.962 472

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 13 - SAUDE E SANEAMENTO

ESPECIFICAÇÃO	META		F O N T E	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR./93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
			1	604 081	0	604 081
			2	957 395	0	957 395
			4	1 400 996	0	1 400 996
	SL	608 885	1	1 458 645	0	1 458 645
			2	279 550	0	279 550
			4	478 698	0	478 698
			4	700 397	0	700 397
MINISTÉRIO DA SAÚDE - FUNDO NACIONAL DE SAÚDE			1	4 135 550	27 186	4 163 736
			2	3 083 314	0	3 083 314
			5	977 110	27 186	1 004 296
			5	76 126	0	76 126
META 0093						
FAMÍLIA BENEFICIADA (FAMÍLIA)		600 000		4 135 550	27 186	4 163 736
	NA	600 000		4 135 550	27 186	4 163 736
			1	3 083 314	0	3 083 314
			2	977 110	27 186	1 004 296
			5	76 126	0	76 126
SUBPROGRAMA 0448						
SANEAMENTO GERAL			1	10 598 864	33 836	10 622 700
			2	530 044	10 146	540 190
			5	9 448 712	23 690	9 472 402
			5	610 108	0	610 108
MINISTÉRIO DO BEM-ESTAR SOCIAL			1	7 793 676	10 146	7 793 822
			2	0	10 146	10 146
			2	7 793 676	0	7 793 676
META 0093						
FAMÍLIA BENEFICIADA (FAMÍLIA)		3 200 000		7 793 676	10 146	7 793 822
	NA	3 200 000		7 793 676	10 146	7 793 822
			1	0	10 146	10 146
			2	7 793 676	0	7 793 676
MINISTÉRIO DA SAÚDE - FUNDO NACIONAL DE SAÚDE			1	2 805 188	23 690	2 828 878
			2	530 044	0	530 044
			5	1 655 036	23 690	1 688 726
			5	610 108	0	610 108
META 0093						
FAMÍLIA BENEFICIADA (FAMÍLIA)		448 580		2 805 188	23 690	2 828 878
	NA	448 580		2 805 188	23 690	2 828 878
			1	530 044	0	530 044
			2	1 655 036	23 690	1 688 726
			5	610 108	0	610 108
SUBPROGRAMA 0449						
SISTEMAS DE ESGOTOS			1	8 091 188	0	8 091 188
			2	3 853 740	0	3 853 740
			5	3 895 908	0	3 895 908
			5	341 540	0	341 540
MINISTÉRIO DO BEM-ESTAR SOCIAL			1	6 554 380	0	6 554 380
			2	3 152 978	0	3 152 978
			2	3 411 402	0	3 411 402
META 0093						
FAMÍLIA BENEFICIADA (FAMÍLIA)		2 744 324		6 554 380	0	6 554 380
	CO	493 978		1 181 589	0	1 181 589
			1	557 535	0	557 535
			2	614 053	0	614 053
	NE	823 297		1 969 314	0	1 969 314
			1	945 893	0	945 893
			2	1 023 421	0	1 023 421
	ND	548 855		1 312 876	0	1 312 876
			1	630 596	0	630 596
			2	682 280	0	682 280
	SD	548 855		1 312 876	0	1 312 876
			1	630 596	0	630 596
			2	682 280	0	682 280
	SL	329 319		787 725	0	787 725
			1	378 357	0	378 357
			2	409 368	0	409 368
MINISTÉRIO DA SAÚDE - FUNDO NACIONAL DE SAÚDE			1	1 526 808	0	1 526 808
			2	700 762	0	700 762
			5	484 506	0	484 506
			5	341 540	0	341 540
META 0093						
FAMÍLIA BENEFICIADA (FAMÍLIA)		240 000		1 526 808	0	1 526 808

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 13 - SAÚDE E SANEAMENTO

ESPECIFICAÇÃO	META		FONTE	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR./93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
	NA	240 000	1	1 526 808	0	1.526.808
			2	700 762	0	700 762
			5	484 606	0	484.606
				341 640	0	341 640
SUBPROGRAMA 0456						
CONTROLE DA POLUIÇÃO			1	49 289	388 740	438 029
			2	5 976	135 775	142 751
			4	0	70 551	70 551
			5	0	159 639	159.639
				43 313	21 765	65 078
MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE						
			1	49 289	388 740	438.029
			2	5 976	135 775	142 751
			4	0	70.551	70 551
			5	0	159 639	159.639
				43 313	21 765	65.078
META 0373						
MONITORAMENTO AMBIENTAL (PROJETO)	NA	58		27 622	372 793	400 415
			1	27 622	372 793	400 415
			2	5 976	131 111	137 687
			4	0	70 551	70.551
			5	0	159 639	159.639
				21 646	10.882	32 528
META 0374						
LICENCIAMENTOS EFETIVADOS NORMATIZADOS (LICENCIAMENTO)	NA	13 150		21 657	15 947	37 614
			1	21 657	15 947	37 614
			5	0	5 064	5 064
				21 667	10 883	32.550
DEMAIS SUBPROGRAMAS						
			1	7 378 157	224 150 119	231 528.276
			2	179 700	4 134 847	4 314 547
			5	5.312 925	204 670 647	209.883.572
				1 885 532	15 444 625	17 330 157
	NA					
			1	7 378 157	224 150 119	231.528 276
			2	179 700	4 134 847	4 314.547
			5	5 312 925	204 670 647	209.883 572
				1 885 532	15 444 625	17 330 157
TOTAIS DA FUNÇÃO 13 - SAÚDE E SANEAMENTO				97 538 540	580 491 018	678 029.558
TIPOS DE FONTES						
1 RECURSOS DO TESOURO (ORDINARIOS)				17 722 416	27 775 870	45 498 386
2 RECURSOS DO TESOURO (VINCULADOS)				57 200 335	523 641 331	580.841 666
3 INGRESSOS OPERAÇÕES DE CREDITO (INTERNAS)				0	0	0
4 INGRESSOS OPERAÇÕES DE CREDITO (EXTERNAS)				16 071 592	5 206 887	21.278 479
5 RECURSOS DE OUTRAS FONTES				6 544 137	23.855 830	30.411 027

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1984 / 95)

FUNÇÃO: 14 - TRABALHO

E S P E C I F I C A Ç Ã O	M E T A		F O N T E	D E S P E S A S (CR\$ MILHÕES DE ABR / 93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	T O T A L
SUBPROGRAMA 0023 DIVULGAÇÃO OFICIAL			1	0	2 126 410	2 126 410
			2	0	13 500	13 500
				0	2 112 910	2 112 910
MINISTERIO DO TRABALHO			1	0	2 126 410	2 126 410
			2	0	13 500	13 500
				0	2 112 910	2 112 910
META 0457 DIVULGAÇÃO INST COM E DE SERV PUBL REALIZADA (CAMPAHIA)		20		0	2 112 910	2 112 910
	NA	20	2	0	2 112 910	2 112 910
				0	2 112 910	2 112 910
META 0458 PUBLICAÇÃO AREA TRABALHO EDITADA (PUBLICAÇÃO)		32		0	13 500	13 500
	NA	32	1	0	13 500	13 500
				0	13 500	13 500
SUBPROGRAMA 0048 ESTUDOS E PESQUISAS ECONOMICO-SOCIAIS			1	0	622 778	622 778
			2	0	88 950	88 950
				0	533 828	533 828
MINISTERIO DO TRABALHO			1	0	622 778	622 778
			2	0	88 950	88 950
				0	533 828	533 828
META 0232 SEMINARIO REALIZADO (EVENTO)		18		0	9 975	9 975
	NA	18	1	0	9 975	9 975
				0	9 975	9 975
META 0233 ESTUDO E PESQUISA REALIZADOS (UNIDADE)		115		0	612 803	612 803
	NA	115	1	0	612 803	612 803
			2	0	78 975	78 975
				0	533 828	533 828
SUBPROGRAMA 0056 PESQUISA APLICADA			2	409 629	354 036	773 665
			5	0	48 276	48 276
				409 629	315 760	725 389
MINISTERIO DO TRABALHO			2	409 629	354 036	773 665
			5	0	48 276	48 276
				409 629	315 760	725 389
META 0007 UNIDADE INFORMATIZADA (UNIDADE)		28		67 652	14 202	81 854
	NA	28	5	67 652	14 202	81 854
				67 652	14 202	81 854
META 0233 ESTUDO E PESQUISA REALIZADOS (UNIDADE)		52		125 489	328 110	453 599
	NA	52	2	125 489	328 110	453 599
			5	0	48 276	48 276
				125 489	279 834	405 323
META 0398 CENTRO TECNOLÓGICO IMPLANTADO (CENTRO)		28		216 488	21 724	238 212
	NA	28	5	216 488	21 724	238 212
				216 488	21 724	238 212
SUBPROGRAMA 0215 CURSOS DE QUALIFICAÇÃO			1	0	6 053 557	6 053 557
			2	0	251 247	251 247
				0	5 802 320	5 802 320
MINISTERIO DO TRABALHO			1	0	6 053 557	6 053 557
			2	0	251 247	251 247
				0	5 802 320	5 802 320
META 0227 TRABALHADOR RECICLADO (PESSOA)		257 486		0	1 802 400	1 802 400
	NA	257 486	2	0	1 802 400	1 802 400
				0	1 802 400	1 802 400
META 0446 TRABALHADOR EMPREGADO OU DESEMPREGADO TREINADO (PESSOA)		203 000		0	3 007 920	3 007 920
	NA	203 000	1	0	3 007 920	3 007 920
				0	8 000	8 000

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 14 - TRABALHO

ESPECIFICAÇÃO	META		FONTE	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR / 93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
META 0447			2	0	2 999 920	2 999 920
AGENTE MULTIPLICADOR PARA FORM PROF TREINADO (TECNICO)		24 000		0	1 015 000	1 015 000
	NA	24 000	1	0	1 015 000	1 015 000
			2	0	15 000	15 000
				0	1 000 000	1 000 000
META 0448						
JOVEM TREINADO PARA O MERCADO DE TRABALHO (PESSOA)		260 538		0	228 247	228 247
	NA	260 538	1	0	228 247	228 247
				0	228 247	228 247
SUBPROGRAMA 0217						
TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS			1	0	305 834	305 834
			2	0	18 828	18 828
			5	0	174 076	174 076
				0	112 930	112 930
MINISTERIO DO TRABALHO						
			1	0	305 834	305 834
			2	0	18 828	18 828
			5	0	174 076	174 076
				0	112 930	112 930
META 0132						
CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR PUBLICO FEDERAL (SERV TREINADO)		31 648		0	294 180	294 180
	NA	31 648	1	0	294 180	294 180
			2	0	11 892	11 892
			5	0	171 224	171 224
				0	111 064	111 064
META 0222						
TREINAMENTO REALIZADO (UNIDADE)		302		0	11 654	11 654
	NA	302	1	0	11 654	11 654
			2	0	6 935	6 935
			5	0	2 852	2 852
				0	1 666	1 666
SUBPROGRAMA 0470						
SEGURO DESEMPREGO			2	0	301 989 281	301 989 281
				0	301 989 281	301 989 281
MINISTERIO DO TRABALHO						
			2	0	301 989 281	301 989 281
				0	301 989 281	301 989 281
META 0224						
TRABALHADOR BENEFICIADO SEGURO-DESEMPREGO (PESSOA)		11 636 440		0	243 202 970	243 202 970
	CO	560 870	2	0	11 722 384	11 722 384
				0	11 722 384	11 722 384
	NE	1 811 771	2	0	37 866 702	37 866 702
				0	37 866 702	37 866 702
	NO	375 590	2	0	7 806 814	7 806 814
				0	7 806 814	7 806 814
	SO	6 955 097	2	0	145 362 416	145 362 416
				0	145 362 416	145 362 416
	SL	1 935 112	2	0	40 444 654	40 444 654
				0	40 444 654	40 444 654
META 0225						
TRABALHADOR INTERMEDIADO (PESSOA)		1 175 362		0	25 847 459	25 847 459
	CO	109 626	2	0	2 416 760	2 416 760
				0	2 416 760	2 416 760
	NE	193 595	2	0	4 263 610	4 263 610
				0	4 263 610	4 263 610
	NO	44 760	2	0	979 216	979 216
				0	979 216	979 216
	SO	415 261	2	0	9 200 775	9 200 775
				0	9 200 775	9 200 775
	SL	412 119	2	0	8 997 098	8 997 098
				0	8 997 098	8 997 098
META 0227						
TRABALHADOR RECICLADO (PESSOA)		1 333 000		0	17 907 000	17 907 000
	CO	66 650	2	0	895 350	895 350
				0	895 350	895 350
	NE	213 280		0	2 865 120	2 865 120

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 14 - TRABALHO

ESPECIFICAÇÃO	META		F O N T E	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR./93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
			2	0	2.855.120	2.855.120
	NO	39.990	2	0	537.210	537.210
				0	537.210	537.210
	SD	799.800	2	0	10.744.200	10.744.200
				0	10.744.200	10.744.200
	SL	213.280	2	0	2.855.120	2.855.120
				0	2.855.120	2.855.120
META 0454 CADASTRO NACIONAL INFORM SOCIAIS IMPLANTADO (UNIDADE)		1	1	0	15.031.852	15.031.852
	NA	1	2	0	15.031.852	15.031.852
				0	15.031.852	15.031.852
SUBPROGRAMA 0473 ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO			1	0	11.015	11.015
				0	11.015	11.015
MINISTERIO DO TRABALHO			1	0	11.015	11.015
				0	11.015	11.015
META 0136 SINDICATO ASSISTIDO (SINDICATO)		20.000	1	0	1.773	1.773
	NA	20.000	1	0	1.773	1.773
				0	1.773	1.773
META 0235 CADASTRO IMPLANTADO E REESTRUTURADO (UNIDADE)		1	1	0	2.700	2.700
	NA	1	1	0	2.700	2.700
				0	2.700	2.700
META 0453 LEGISLAÇÃO TRABALHISTA REVISADA (RELATORIO)		1	1	0	6.542	6.542
	NA	1	1	0	6.542	6.542
				0	6.542	6.542
SUBPROGRAMA 0476 FISCALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO			1	0	255.872	255.872
				0	255.872	255.872
MINISTERIO DO TRABALHO			1	0	255.872	255.872
				0	255.872	255.872
META 0002 EMPRESA FISCALIZADA (EMPRESA)		1.025.613		0	64.046	64.046
	CO	81.928	1	0	10.469	10.469
				0	10.469	10.469
	NE	224.668	1	0	13.513	13.513
				0	13.513	13.513
	NO	41.021	1	0	11.517	11.517
				0	11.517	11.517
	SD	535.294	1	0	18.078	18.078
				0	18.078	18.078
	SL	141.702	1	0	10.469	10.469
				0	10.469	10.469
META 0220 TRABALHADOR BENEFICIADO (PESSOA)		33.600.000		0	191.826	191.826
	NA	33.600.000	1	0	191.826	191.826
				0	191.826	191.826
SUBPROGRAMA 0477 ORDENAMENTO DO EMPREGO E DO SALARIO			1	0	205.983	205.983
				0	205.983	205.983
MINISTERIO DO TRABALHO			1	0	205.983	205.983
				0	205.983	205.983
META 0228 CTPS EMITIDA (UNIDADE)		22.233.952		0	66.764	66.764
	NA	22.233.952	1	0	66.764	66.764
				0	66.764	66.764
META 0229 CTPS DISTRIBUIDA (UNIDADE)		23.348.160		0	70.023	70.023
	NA	23.348.160	1	0	70.023	70.023
				0	70.023	70.023
META 0455 CBO IMPLEMENTADA MANTIDA E ATUALIZADA (UNIDADE)		1		0	69.196	69.196

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 14 - TRABALHO

ESPECIFICAÇÃO	META		F D N T E	DESPESAS (EM MILHÕES DE ABR / 93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
	NA	1	1	0 0	69.196 69.196	69.196 69.196
SUBPROGRAMA 0479						
NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA PROTEÇÃO NO TRABALHO			2	86.326 86.326	145.094 145.094	231.420 231.420
MINISTERIO DO TRABALHO			2	86.326 86.326	145.094 145.094	231.420 231.420
META 0002						
EMPRESA FISCALIZADA (EMPRESA)		720.000		53.584	90.066	143.640
	CO	108.000	2	8.036 8.036	13.510 13.510	21.546 21.546
	NE	144.000	2	10.716 10.716	16.012 16.012	26.728 26.728
	NO	108.000	2	8.036 8.036	13.510 13.510	21.546 21.546
	SO	216.000	2	16.080 16.080	27.012 27.012	43.092 43.092
	SL	144.000	2	10.716 10.716	16.012 16.012	26.728 26.728
META 0222						
TREINAMENTO REALIZADO (UNIDADE)		20		14.882	25.018	39.900
	NA	20	2	14.882 14.882	25.018 25.018	39.900 39.900
META 0451						
NORMA DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRAB REV PUBL (UNIDADE)		42		17.860	30.020	47.880
	NA	42	2	17.860 17.860	30.020 30.020	47.880 47.880
SUBPROGRAMA 0480						
PREVENÇÃO DO ACIDENTE DO TRABALHO			2	0 0	125.369 125.369	125.369 125.369
MINISTERIO DO TRABALHO			2	0 0	125.369 125.369	125.369 125.369
META 0442						
CAMPANHA INSTITUCIONAL DESENVOLVIDA - CAMPAT (UNIDADE)		54		0	72.169	72.169
	CO	8	2	0 0	3.990 3.990	3.990 3.990
	NE	18	2	0 0	26.187 26.187	26.187 26.187
	NO	14	2	0 0	19.640 19.640	19.640 19.640
	SO	8	2	0 0	17.032 17.032	17.032 17.032
	SL	6	2	0 0	5.320 5.320	5.320 5.320
META 0443						
CARTILHA SOBRE DIR TRAB EM SAÚDE DIVULGADA (EXEMPLAR)		1.000.000		0	26.600	26.600
	NA	1.000.000	2	0 0	26.600 26.600	26.600 26.600
META 0452						
CONTEUDO DE SEG HIG E SAÚDE IMPLANTADO NAS ESCOLAS (UF)		54		0	26.600	26.600
	NA	54	2	0 0	26.600 26.600	26.600 26.600
SUBPROGRAMA 0486						
ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL			2	0 0	132.990.866 132.990.866	132.990.866 132.990.866
MINISTERIO DO TRABALHO			2	0 0	132.990.866 132.990.866	132.990.866 132.990.866
META 0225						
TRABALHADOR BENEFICIADO ABONO SALARIAL (PESSOA)		12.500.000		0	130.955.446	130.955.446
	NA	12.500.000	2	0 0	130.955.446 130.955.446	130.955.446 130.955.446
META 0480						
SERVICO DE PROCESSAMENTO DE DADOS CONTRATADO (SERVICO)		1		0	2.035.420	2.035.420

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 14 - TRABALHO

ESPECIFICAÇÃO	META		FONTE	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR /93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
DEMAIS SUBPROGRAMAS	NA	1	2	0	2.035.420	2.035.420
				0	2.035.420	2.035.420
			1	17.006.751	133.773.717	150.780.468
				281.991	1.380.467	1.662.458
				16.673.570	132.303.790	148.977.360
	NA	1	5	51.190	89.460	140.650
			1	17.006.751	133.773.717	150.780.468
				281.991	1.380.467	1.662.458
				16.673.570	132.303.790	148.977.360
			5	51.190	89.460	140.650
TOTAIS DA FUNÇÃO 14 - TRABALHO				17.502.706	578.969.822	596.472.528
TIPOS DE FONTES						
1 RECURSOS DO TESOURO (ORDINARIOS)				281.991	2.225.862	2.507.853
2 RECURSOS DO TESOURO (VINCULADOS)				16.759.896	576.225.810	592.985.706
3 INGRESSOS OPERAÇÕES DE CREDITO (INTERNAS)				0	0	0
4 INGRESSOS OPERAÇÕES DE CREDITO (EXTERNAS)				0	0	0
5 RECURSOS DE OUTRAS FONTES				460.819	518.150	978.969

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 15 - ASSISTENCIA E PREVIDENCIA

ESPECIFICAÇÃO	META		F D N 7 E	DESPESAS (EM MILHÕES DE R\$)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
SUBPROGRAMA 0030 ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS			2 5	533.357 304.183 329.194	3.497.889 3.497.889 0	4.131.226 3.802.032 329.194
MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL			2 5	533.357 304.183 329.194	3.497.889 3.497.889 0	4.131.226 3.802.032 329.194
META 0002 EMPRESA FISCALIZADA (EMPRESA)		180.000		533.357	3.497.889	4.131.226
	CO	13.410	2 5	47.186 22.660 24.526	286.592 286.592 0	307.776 286.592 24.526
	NE	16.812	2 5	59.155 28.409 30.746	326.701 326.701 0	385.896 326.701 30.746
	NO	4.770	2 5	16.784 8.060 8.724	92.693 92.693 0	109.477 100.763 8.724
	SO	102.744	2 5	361.521 173.617 187.904	1.996.683 1.996.683 0	2.358.104 2.170.200 187.904
	SL	42.264	2 5	146.711 71.417 77.294	821.300 821.300 0	970.011 892.717 77.294
SUBPROGRAMA 0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS			2	0	1.835.683	1.835.683
MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL			2	0	1.835.683	1.835.683
META 0172 CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR PUBLICO FEDERAL (SERV TREINADO)		103.482		0	1.835.683	1.835.683
	CO	4.240	2	0	57.835	57.835
	NA	3.452	2	0	124.594	124.594
	NE	27.450	2	0	352.998	352.998
	NO	3.690	2	0	46.200	46.200
	SO	47.930	2	0	977.373	977.373
	SL	16.760	2	0	276.683	276.683
SUBPROGRAMA 0483 ASSISTENCIA AO MENOR			1 2	0	17.306.385	17.306.385
MINISTERIO DO BEM-ESTAR SOCIAL			1 2	0	17.306.385	17.306.385
META 0014 CRIANÇA ATENDIDA (CRIANÇA)		5.155.235		0	17.306.385	17.306.385
	CO	544.774	1 2	0	1.549.306	1.549.306
	NE	933.237	1 2	0	5.376.916	5.376.916
	NO	1.293.838	1 2	0	3.578.598	3.578.598
	SO	1.702.419	1 2	0	4.840.576	4.840.576
	SL	580.967	1 2	0	1.859.980	1.859.980
				0	1.774.660	1.774.660

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 15 - ASSISTENCIA E PREVIDENCIA

E S P E C I F I C A Ç Ã O	M E T A		F O N T E	D E S P E S A S (CR\$ MILHÕES DE ABR / 93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	T O T A L
MINISTERIO DA EDUCACÃO E DO DESPORTO			1	0	200.000	200.000
META 0501				0	200.000	200.000
PESSOA TREINADA (PESSOA)		7.117		0	200.000	200.000
	CO	525	1	0	44.000	44.000
				0	44.000	44.000
	NE	2.011	1	0	48.000	48.000
				0	48.000	48.000
	NO	518	1	0	15.000	15.000
				0	15.000	15.000
	SD	2.847	1	0	67.000	67.000
				0	67.000	67.000
	SL	1.114	1	0	26.000	26.000
				0	26.000	26.000
SUBPROGRAMA 0484				132.947	423.372	556.319
ASSISTENCIA AO SILVICOLA			1	117.357	392.213	509.580
			5	15.580	31.159	46.739
MINISTERIO DA JUSTIÇA			1	132.947	423.372	556.319
			5	117.357	392.213	509.580
				15.580	31.159	46.739
META 0161						
DEMARCAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS (HA)		4.562		22.555	195.473	218.038
	CO	342	1	0	16.371	16.371
				0	16.371	16.371
	NA	472	1	22.555	0	22.555
				22.555	0	22.555
	NO	3.817	1	0	172.908	172.908
				0	172.908	172.908
	SD	45	1	0	2.051	2.051
				0	2.051	2.051
	SL	85	1	0	4.143	4.143
				0	4.143	4.143
META 0163						
IMPLANTACÃO DE POSTOS INDÍGENAS (POSTO)		83		9.740	0	9.740
	CO	13	1	1.461	0	1.461
				1.461	0	1.461
	NE	4	1	487	0	487
				487	0	487
	NO	48	1	5.843	0	5.843
				5.843	0	5.843
	SL	16	1	1.949	0	1.949
				1.949	0	1.949
META 0164						
RECUPERAÇÃO DE POSTOS INDÍGENAS (POSTO)		187		6.487	0	6.487
	CO	28	1	973	0	973
				973	0	973
	NE	9	1	324	0	324
				324	0	324
	NO	112	1	3.892	0	3.892
				3.892	0	3.892
	SL	36	1	1.298	0	1.298
				1.298	0	1.298
META 0165						
PROTEÇÃO A GRUPOS INDÍGENAS ISOLADOS (GRUPO)		103		1.622	14.605	16.227
	CO	26	1	292	2.929	2.921
				292	2.929	2.921
	NO	77	1	1.330	11.976	13.306
				1.330	11.976	13.306
META 0166						
SERV. ASSISTENCIAIS A POSTOS INDÍGENAS (INDIO ASSIST)		57.338		92.533	213.294	305.827
	CO	10.150		46.407	7.580	53.987

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 15 - ASSISTENCIA E PREVIDENCIA

ESPECIFICAÇÃO	META		F O N T E	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR./93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
			1	45.407	7.560	53.967
	MA	9.000	5	15.580	31.159	46.739
				15.580	31.159	46.739
	ME	6.220	1	6.573	37.667	44.240
				6.573	37.667	44.240
	MO	21.270	1	17.013	97.233	114.245
				17.013	97.233	114.245
	SO	3.383	1	2.707	15.488	18.195
				2.707	15.488	18.195
	SL	6.215	1	4.253	24.307	28.560
				4.253	24.307	28.560
SUBPROGRAMA 0485				0	5.215.473	5.215.473
ASSISTENCIA A VELHICE			1	0	136.733	136.733
			2	0	5.078.740	5.078.740
MINISTERIO DO BEM-ESTAR SOCIAL				0	5.215.473	5.215.473
			1	0	136.733	136.733
			2	0	5.078.740	5.078.740
META 0015						
IDOSO ATENDIDO (PESSOA)		900.447		0	5.215.473	5.215.473
	CO	37.286	1	0	252.479	252.479
			2	0	10.990	10.990
				0	241.489	241.489
	ME	177.013	1	0	1.196.836	1.196.836
			2	0	51.952	51.952
				0	1.147.076	1.147.076
	MO	88.507	1	0	596.640	596.640
			2	0	26.101	26.101
				0	573.539	573.539
	SO	551.079	1	0	2.849.116	2.849.116
			2	0	34.343	34.343
				0	2.814.773	2.814.773
	SL	46.582	1	0	315.800	315.800
			2	0	13.737	13.737
				0	301.863	301.863
SUBPROGRAMA 0486						
ASSISTENCIA SOCIAL GERAL			2	3.599	1.436.335	1.439.934
				3.599	1.436.335	1.439.934
MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL				3.599	1.436.335	1.439.934
			2	3.599	1.436.335	1.439.934
META 0003						
PESSOA REABILITADA (PESSOA)		2.000.000		3.028	1.208.305	1.211.333
	CO	84.800	2	102	40.840	40.942
				102	40.840	40.942
	ME	549.200	2	625	249.274	249.899
				625	249.274	249.899
	MO	71.800	2	82	32.824	32.706
				82	32.824	32.706
	SO	958.800	2	1.730	680.184	681.914
				1.730	680.184	681.914
	SL	335.600	2	489	195.383	195.872
				489	195.383	195.872
META 0004						
PESSOA ASSISTIDA (PESSOA)		800.000		571	228.030	228.601
	CO	33.920	2	20	7.707	7.727
				20	7.707	7.727
	ME	219.880	2	117	47.043	47.160
				117	47.043	47.160
	MO	28.720	2	15	6.157	6.173
				15	6.157	6.173
	SO	383.440	2	326	130.250	130.576
				326	130.250	130.576
	SL	134.240	2	82	36.873	36.955
				82	36.873	36.955
SUBPROGRAMA 0492						
PREVIDENCIA SOCIAL A SEGURADOS				5.298.325	980.615.151	985.913.476

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 15 - ASSISTENCIA E PREVIDENCIA

ESPECIFICAÇÃO	META		FONTE	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR./93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		* DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL			2	9 298 325	922 190 343	931 488 668
			5	0	58 324 818	58 324 818
			2	9 298 325	930 515 161	989 813 486
			5	9 298 325	922 190 343	931 488 668
				0	58 324 818	58 324 818
META 0005 BENEFICIO CONCEDIDO (PESSOA)		5 632 128		0	233.989 868	233.989 868
	CO	238 802		0	7 908 858	7 908 858
			2	0	7 570 858	7 570 858
			5	0	338 000	338 000
	NE	1 546 582		0	48 272 110	48 272 110
			2	0	46 209 110	46 209 110
			5	0	2 063 000	2 063 000
	NO	202 194		0	5 317 727	5 317 727
			2	0	5 047 727	5 047 727
			5	0	270 000	270 000
	SD	2 699 478		0	133 655 012	133 655 012
			2	0	127 943 012	127 943 012
			5	0	5 712 000	5 712 000
	SL	945 072		0	37 835 161	37 835 161
			2	0	35 219 161	35 219 161
			5	0	1 617 000	1 617 000
META 0006 BENEFICIO MANTIDO (PESSOA)		18 563 526		0	746 525 293	746 525 293
	CO	787 093		0	25 232 554	25 232 554
			2	0	23 599 176	23 599 176
			5	0	1 633 376	1 633 376
	NE	5 097 544		0	154 008 168	154 008 168
			2	0	144 038 758	144 038 758
			5	0	9 969 410	9 969 410
	NO	665 431		0	20 155 183	20 155 183
			2	0	18 851 413	18 851 413
			5	0	1 304 770	1 304 770
	SD	8 897 498		0	426 415 247	426 415 247
			2	0	398 812 111	398 812 111
			5	0	27 603 136	27 603 136
	SL	3 114 560		0	120 713 141	120 713 141
			2	0	112 899 017	112 899 017
			5	0	7 814 124	7 814 124
META 0007 UNIDADE INFORMATIZADA (UNIDADE)		500		9 298 325	0	9 298 325
	CO	22		214 283	0	214 283
			2	314 283	0	314 283
	NE	138		1 918 245	0	1 918 245
			2	1 918 245	0	1 918 245
	NO	18		251 055	0	251 055
			2	251 055	0	251 055
	SD	238		5 311 203	0	5 311 203
			2	5 311 203	0	5 311 203
	SL	84		1 503 539	0	1 503 539
			2	1 503 539	0	1 503 539
DEMAIS SUBPROGRAMAS				27 446 247	60 838 731	88 384 978
			1	13 805	5 578 732	5 592 538
			2	4 644 118	46 495 387	51 099 505
			5	22 788 323	7 904 612	30 692 935
	NA	1		27 446 247	60 838 731	88 384 978
			1	13 805	5 578 732	5 592 538
			2	4 644 118	46 495 387	51 099 505
			5	22 788 323	7 904 612	30 692 935
TOTAIS DA FUNÇÃO 15 - ASSISTENCIA E PREVIDENCIA				37.514 475	1.071 368 973	1 108 883 454

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 15 - ASSISTENCIA E PREVIDENCIA

ESPECIFICAÇÃO		META		F O N T E	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR./93)		
		REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
TIPOS DE FONTES	1 RECURSOS DO TESOURO (ORDINARIOS)				131 173	8 150.684	8.291 857
	2 RECURSOS DO TESOURO (VINCULADOS)				14 250 205	995 947 705	1 011 197 911
	3 INGRESSOS OPERAÇÕES DE CREDITO (INTERNAS)				0	0	0
	4 INGRESSOS OPERAÇÕES DE CREDITO (EXTERNAS)				0	0	0
	5 RECURSOS DE OUTRAS FONTES				23.133 097	66.260 589	89 393 686

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 16 - TRANSPORTE

ESPECIFICAÇÃO	META		FONTE	DESPESAS (CNE MILHÕES DE ABR./93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
SUBPROGRAMA 0054 PESQUISA FUNDAMENTAL			1	3.853.217 3.853.217	0 0	3.853.217 3.853.217
MINISTERIO DA AERONAUTICA			1	3.853.217 3.853.217	0 0	3.853.217 3.853.217
META 0147 PRODUÇÃO AERONAVES DE ALTA PERFORMANCE (AM-X) (UNIDADE)		8		3.114.551	0	3.114.551
	NA	8	1	3.114.551 3.114.551	0 0	3.114.551 3.114.551
META 0154 TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA NA AREA ESPACIAL (PROJETO)		3		748.855	0	748.855
	NA	3	1	748.855 748.855	0 0	748.855 748.855
SUBPROGRAMA 0523 INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA			1	80.713 80.713	0 0	80.713 80.713
MINISTERIO DA AERONAUTICA			1	80.713 80.713	0 0	80.713 80.713
META 0148 AMPLIACAO DE AERODROMOS (UNIDADE)		6		80.600	0	80.600
	NA	6	1	80.600 80.600	0 0	80.600 80.600
META 0150 MODERNIZACAO DE AERODROMOS (UNIDADE)		7		20.113	0	20.113
	NA	7	1	20.113 20.113	0 0	20.113 20.113
SUBPROGRAMA 0524 CONTROLE E SEGURANÇA DO TRAFEGO AEREO			1	217.148 217.148	0 0	217.148 217.148
MINISTERIO DA AERONAUTICA			1	217.148 217.148	0 0	217.148 217.148
META 0149 IMPLANTACAO SISTEMA DE CONTROLE ESPACO AEREO (PERC)		1		217.148	0	217.148
	NA	1	1	217.148 217.148	0 0	217.148 217.148
SUBPROGRAMA 0535 CONTROLE E SEGURANÇA DE TRAFEGO/RODOVIARIO			1	4.274.517 4.274.517	0 0	4.274.517 4.274.517
MINISTERIO DOS TRANSPORTES			1	4.274.517 4.274.517	0 0	4.274.517 4.274.517
META 0019 POSTO DE PESAGEM MANTIDO (UNIDADE)		50		82.731	0	82.731
	NA	50	1	82.731 82.731	0 0	82.731 82.731
META 0020 PONTO CRITICO ELIMINADO (UNIDADE)		1.000		3.419.514	0	3.419.514
	NA	1.000	1	3.419.514 3.419.514	0 0	3.419.514 3.419.514
META 0021 SINALIZACAO RODOVIARIA MANTIDA (KM)		9.000		772.172	0	772.172
	NA	9.000	1	772.172 772.172	0 0	772.172 772.172
SUBPROGRAMA 0537 CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS			1	30.385.551 16.188.877 14.199.574	0 0 0	30.385.551 16.188.877 14.199.574
MINISTERIO DOS TRANSPORTES			1	30.385.551 16.188.877 14.199.574	0 0 0	30.385.551 16.188.877 14.199.574
META 0022 TRECHO PAVIMENTADO (KM)		851		9.081.016	0	9.081.016
	CO	108	1	1.434.032 1.434.032	0 0	1.434.032 1.434.032
	NE	118		1.554.652	0	1.554.652

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 18 - TRANSPORTE

ESPECIFICAÇÃO	META		FONTE	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR./93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
			1	1.654.652	0	1.654.652
	NO	339	1	4.668.610	0	4.668.610
			1	4.668.610	0	4.668.610
	SO	74	1	992.792	0	992.792
			1	992.792	0	992.792
	SL	22	1	330.930	0	330.930
			1	330.930	0	330.930
META 0023 TRECHO RODOVIARIO DUPLICADO (KM)		772		21.307.535	0	21.307.535
	SO	478	1	13.188.707	0	13.188.707
			4	4.402.504	0	4.402.504
			4	8.786.203	0	8.786.203
	SL	294	1	8.118.826	0	8.118.826
			4	2.705.357	0	2.705.357
			4	5.413.471	0	5.413.471
SUBPROGRAMA 0538 CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS			1	8.603.586	0	8.603.586
			1	8.603.586	0	8.603.586
MINISTERIO DOS TRANSPORTES			1	8.603.586	0	8.603.586
			1	8.603.586	0	8.603.586
META 0025 TRECHO RODOVIARIO CONSERVADO (KM)		48.992		8.603.586	0	8.603.586
	CO	8.940	1	1.529.200	0	1.529.200
			1	1.529.200	0	1.529.200
	NE	14.580	1	2.612.550	0	2.612.550
			1	2.612.550	0	2.612.550
	NO	3.806	1	543.680	0	543.680
			1	543.680	0	543.680
	SO	12.044	1	2.092.900	0	2.092.900
			1	2.092.900	0	2.092.900
	SL	9.822	1	1.725.245	0	1.725.245
			1	1.725.245	0	1.725.245
SUBPROGRAMA 0539 RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS			1	34.540.859	0	34.540.859
			4	17.484.162	0	17.484.162
			4	17.056.707	0	17.056.707
MINISTERIO DOS TRANSPORTES			1	34.540.859	0	34.540.859
			1	17.484.162	0	17.484.162
			4	17.056.707	0	17.056.707
META 0026 TRECHO RODOVIARIO RESTAURADO (KM)		13.980		34.540.859	0	34.540.859
	CO	2.120	1	5.181.130	0	5.181.130
			4	2.622.624	0	2.622.624
			4	2.558.506	0	2.558.506
	NE	4.536	1	11.398.486	0	11.398.486
			4	5.769.773	0	5.769.773
			4	5.628.713	0	5.628.713
	NO	960	1	2.417.441	0	2.417.441
			4	1.223.472	0	1.223.472
			4	1.193.969	0	1.193.969
	SO	3.606	1	8.635.217	0	8.635.217
			4	4.371.040	0	4.371.040
			4	4.264.177	0	4.264.177
	SL	2.838	1	6.908.595	0	6.908.595
			4	3.497.253	0	3.497.253
			4	3.411.342	0	3.411.342
SUBPROGRAMA 0542 FERROVIAS			1	2.481.977	0	2.481.977
			5	551.550	0	551.550
			5	1.930.427	0	1.930.427
MINISTERIO DOS TRANSPORTES			1	2.481.977	0	2.481.977
			5	551.550	0	551.550
			5	1.930.427	0	1.930.427
META 0028 TRECHO FERROVIARIO RECUPERADO (KM)		315		2.481.977	0	2.481.977
	MA	280		551.550	0	551.550

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 16 - TRANSPORTE

ESPECIFICAÇÃO	META		F O N T E	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR / 93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
			1	551 550	0	551 550
	SD	50	5	1 860 077	0	1 860 077
				1 860 077	0	1 860 077
	SL	5	5	70 350	0	70 350
				70 350	0	70 350
SUBPROGRAMA 0543						
SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO			4	5 204 946	0	5 204 946
			5	5 874 015	0	5 874 015
				330 931	0	330 931
MINISTERIO DOS TRANSPORTES			4	5 204 946	0	5 204 946
			5	5 874 015	0	5 874 015
				330 931	0	330 931
META 0030						
LOCOMOTIVA RESTAURADA (UNIDADE)		175		5 204 946	0	5 204 946
	NA	175	4	5 204 946	0	5 204 946
			5	5 874 015	0	5 874 015
				330 931	0	330 931
SUBPROGRAMA 0563						
PORTOS E TERMINAIS MARITIMOS			1	33 858 905	0	33 858 905
			2	362 109	0	362 109
			3	2 764 303	0	2 764 303
			4	410 900	0	410 900
			5	1 745 700	0	1 745 700
				28 575 893	0	28 575 893
MINISTERIO DOS TRANSPORTES			1	33 858 905	0	33 858 905
			2	362 109	0	362 109
			3	2 764 303	0	2 764 303
			4	410 900	0	410 900
			5	1 745 700	0	1 745 700
				28 575 893	0	28 575 893
META 0034						
DRAGAGEM REALIZADA (M3)		332 647 336		2 831 574	0	2 831 574
	NE	291 647 336	1	268 483	0	268 483
			2	77 313	0	77 313
			5	113 781	0	113 781
				77 389	0	77 389
	NO	1 400 000	5	114 254	0	114 254
				114 254	0	114 254
	SD	38 200 000	2	2 344 037	0	2 344 037
			5	31 708	0	31 708
				2 312 329	0	2 312 329
	SL	1 600 000	5	104 800	0	104 800
				104 800	0	104 800
META 0036						
BERCO IMPLANTADO (UNIDADE)		24		11 284 943	0	11 284 943
	NE	8	1	529 937	0	529 937
			2	128 074	0	128 074
			5	57 086	0	57 086
				344 777	0	344 777
	NO	5	2	703 021	0	703 021
			5	87 869	0	87 869
				615 352	0	615 352
	SD	10	1	10 051 985	0	10 051 985
			2	47 640	0	47 640
			3	874 794	0	874 794
			5	248 200	0	248 200
				8 881 351	0	8 881 351
META 0040						
CAPACIDADE DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA AMPLIADA (T/ANO)		98 666 952		19 742 386	0	19 742 386
	NE	61 083 952	1	4 613 973	0	4 613 973
			2	109 082	0	109 082
			5	195 936	0	195 936
				4 208 955	0	4 208 955
	NO	8 773 000	2	2 166 044	0	2 166 044
			5	93 735	0	93 735
				2 072 309	0	2 072 309
	SD	28 000 000	2	13 018 574	0	13 018 574
			3	1 271 297	0	1 271 297
			4	162 700	0	162 700
			5	1 745 700	0	1 745 700
				9 838 877	0	9 838 877

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 18 - TRANSPORTE

ESPECIFICAÇÃO	META		F O R M A T O	D E S P E S A S (C R \$ MILHÕES DE ABR./93)		
	REGIÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
	SL	800 000	1	43 797	0	43 797
			2	38.297	0	38 297
			5	5.500	0	5 500
SUBPROGRAMA 0564						
CONTROLE E SEGURANÇA DE TRAFEGO HIDROVIARIO			1	343 706	85.815	429 520
			5	137 087	85.815	222 902
				206.618	0	206 618
MINISTERIO DA MARINHA			1	10.885	85.815	96 400
				10 885	85.815	96 400
META 0127						
APRIMORAMENTO DOS SERVICOS DE PROTECAO A NAVEG (PROJ)		2		10.686	85.815	96 400
	NA	2		10.686	85.815	96 400
			1	10 686	85.815	96 400
MINISTERIO DOS TRANSPORTES						
			1	333.120	0	333.120
				128.502	0	128 502
			5	206 618	0	206 618
META 0027						
BALIZAMENTO EXECUTADO (KM)		3 472		333.120	0	333 120
	CO	36		76 600	0	76 600
			1	76.600	0	76 600
	NE	3 262		37.590	0	37 590
			1	8.942	0	8 942
			5	28 648	0	28 648
	SO	171		212.830	0	212 830
			1	36.860	0	36 860
			5	175.270	0	175 270
	SL	3		6 100	0	6 100
			1	4 400	0	4 400
			5	1 700	0	1 700
SUBPROGRAMA 0565						
SERVICOS DE TRANSPORTE MARITIMO				4 084 233	0	4 084 233
			3	496 396	0	496 396
			4	2.470.947	0	2 470 947
			5	1 116.890	0	1 116 890
MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA						
			3	4 084 233	0	4 084 233
			4	496.396	0	496 396
			4	2 470 947	0	2 470 947
			5	1 116 890	0	1 116 890
META 0191						
EMBARCACOES ADQUIRIDAS (TPB)		327 000		4 084 233	0	4 084 233
	SD	327 000		4 084 233	0	4 084 233
			3	496.396	0	496 396
			4	2 470 947	0	2 470 947
			5	1 116 890	0	1 116 890
SUBPROGRAMA 0572						
TRANSPORTE METROPOLITANO				29.324 286	5 613 019	34 937 284
			1	13.867 485	1.824 251	15 281 736
			3	1 218 927	0	1 218 927
			4	11.849 455	0	11 849 455
			5	2.898 399	3.988 768	6 887 165
MINISTERIO DOS TRANSPORTES						
			1	29.324 286	5 613 019	34 937 284
				13.867 485	1.824 251	15 281 736
			3	1 218 927	0	1 218 927
			4	11 849 455	0	11 849 455
			5	2.898 399	3.988 768	6 887 165
META 0041						
CAPACIDADE DE TRANSPORTE DE PASSAG AMPLIADA (PASS/DIA)		823 000		29.324 286	5.613 019	34 937 284
	NE	210 000		13 136 414	981.782	14 118 196
			1	2 781 087	525.008	3 316 095
			4	7 456.949	0	7 456 949
			5	2.898 399	448 786	3 345 185
	SO	385 000		14.852 349	4 144.907	18 997 255
			1	9 751.536	582.197	10 333 733
			3	1.218.927	0	1 218 927
			4	3.871.886	0	3 871 886
			5	0	3.462.710	3 462 710
	SL	48 000		1 336.902	486.360	1 823 262
			1	1.114.882	397 048	1 511 930
			4	220.820	0	220 820
			5	0	68.302	68 302
DEMÁS SUBPROGRAMAS				21.436.830	22.814 936	44 251 766

DEMONSTRATIVO ANALITICO DA PROGRAMAÇÃO (1994 / 95)

FUNÇÃO: 16 - TRANSPORTE

ESPECIFICAÇÃO	META		FONTE	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR./93)		
	REGRÃO	QUANTIDADE		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
			1	3 602.515	13 490 654	16 993.269
			2	8 399 835	2.903.771	11.303.606
			4	937 637	0	937 637
			5	8 596 140	8 420 510	15.016.650
	NA		1	21 436.230	22 814 935	44.251 165
			2	3 602.515	13 490 654	16.993.269
			4	8 399.838	2 903.771	11 303.609
			5	937.637	0	937.637
			5	8.596 140	8 420 510	15.016 650
TOTAIS DA FUNÇÃO 16 - TRANSPORTE				179 702.862	28.613 789	208 216 651
TIPOS DE FONTES						
1 RECURSOS DO TESOURO (ORDINARIOS)				68 923 066	15 200 720	84 123 786
2 RECURSOS DO TESOURO (VINCULADOS)				11 184 141	2.903 771	14 067.912
3 INGRESSOS OPERAÇÕES DE CREDITO (INTERNAS)				2 126.223	0	2 126.223
4 INGRESSOS OPERAÇÕES DE CREDITO (EXTERNAS)				53.834 135	0	53.834 135
5 RECURSOS DE OUTRAS FONTES				43 856 297	10 409 278	54 064 575

TABELA 5
DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DA DESPESA PRIORITÁRIA
POR FUNÇÃO E FONTE

(1994 / 1995)

DEMONSTRATIVO SINTETICO DA DESPESA POR UNÇÃO E FONTE (1994 / 95)

FUNÇÃO	FONTE	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR / 91)		
		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
FUNÇÃO 02 JUDICIÁRIA	TOTAL DAS DESPESAS	1 428 434	793 912	2 222 346
	TESOURO (ORDINÁRIOS)	1 428 434	793 912	2 222 346
	TESOURO (VINCULADOS)	0	0	0
	OP. DE CREDITO (INTERNAS)	0	0	0
	OP. DE CREDITO (EXTERNAS)	0	0	0
	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	0	0	0
	DESPESAS PRIORITARIAS	613 969	656 166	1 270 134
	TESOURO (ORDINÁRIOS)	613 969	656 166	1 270 134
	TESOURO (VINCULADOS)	0	0	0
	OP. DE CREDITO (INTERNAS)	0	0	0
	OP. DE CREDITO (EXTERNAS)	0	0	0
	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	0	0	0
	DESPESAS NÃO PRIORITARIAS	814 465	137 747	952 212
	TESOURO (ORDINÁRIOS)	814 465	137 747	952 212
	TESOURO (VINCULADOS)	0	0	0
	OP. DE CREDITO (INTERNAS)	0	0	0
	OP. DE CREDITO (EXTERNAS)	0	0	0
	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	0	0	0
FUNÇÃO 03 ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	TOTAL DAS DESPESAS	278 668 196	233 337 775	512 005 970
	TESOURO (ORDINÁRIOS)	22 804 288	20 702 449	43 506 737
	TESOURO (VINCULADOS)	165 196 621	20 596 506	185 793 127
	OP. DE CREDITO (INTERNAS)	67 829 944	0	67 829 944
	OP. DE CREDITO (EXTERNAS)	6 697 852	4 944 806	11 642 658
	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	18 140 920	187 094 018	205 234 938
	DESPESAS PRIORITARIAS	157 216 633	52 711 580	209 928 213
	TESOURO (ORDINÁRIOS)	13 802 032	8 625 962	22 427 994
	TESOURO (VINCULADOS)	131 312 006	16 847 447	147 059 452
	OP. DE CREDITO (INTERNAS)	0	0	0
	OP. DE CREDITO (EXTERNAS)	6 697 852	4 944 806	11 642 658
	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	5 405 044	22 493 365	27 898 409
	DESPESAS NÃO PRIORITARIAS	121 451 562	180 626 195	302 077 757
	TESOURO (ORDINÁRIOS)	9 002 225	12 076 482	21 078 707
	TESOURO (VINCULADOS)	33 883 516	3 949 069	37 832 585
	OP. DE CREDITO (INTERNAS)	67 829 944	0	67 829 944
	OP. DE CREDITO (EXTERNAS)	0	0	0
	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	10 735 876	164 600 653	175 336 529
FUNÇÃO 04 AGRICULTURA	TOTAL DAS DESPESAS	315 113 319	36 833 439	351 946 758
	TESOURO (ORDINÁRIOS)	6 915 002	5 310 143	12 225 145
	TESOURO (VINCULADOS)	257 094 745	23 988 671	281 083 417
	OP. DE CREDITO (INTERNAS)	46 000 000	0	46 000 000
	OP. DE CREDITO (EXTERNAS)	3 607 542	1 998 498	5 606 040
	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	1 296 089	5 255 267	6 551 356
	DESPESAS PRIORITARIAS	308 772 112	29 805 992	338 578 104
	TESOURO (ORDINÁRIOS)	3 384 578	2 750 524	6 135 102
	TESOURO (VINCULADOS)	256 142 263	23 320 946	279 463 209
	OP. DE CREDITO (INTERNAS)	46 000 000	0	46 000 000
	OP. DE CREDITO (EXTERNAS)	2 312 036	948 557	3 260 593
	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	933 215	2 775 966	3 709 181
	DESPESAS NÃO PRIORITARIAS	6 341 207	6 727 447	13 068 654
	TESOURO (ORDINÁRIOS)	3 530 424	2 549 819	6 080 243
	TESOURO (VINCULADOS)	952 483	847 628	1 800 111
	OP. DE CREDITO (INTERNAS)	0	0	0
	OP. DE CREDITO (EXTERNAS)	1 495 506	1 045 901	2 541 407
	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	352 874	2 490 301	2 843 175

DEMONSTRATIVO SINTETICO DA DESPESA POR FUNÇÃO E FONTE (1994 / 95)

FUNÇÃO	FONTE	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR /93)		
		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
FUNÇÃO 05 COMUNICAÇÕES	TOTAL DAS DESPESAS	267 910 586	356 137	268 266 723
	TESOURO (ORDINARIOS)	136 965	356 137	493 102
	TESOURO (VINCULADOS)	684 112	0	684 112
	OP DE CREDITO (INTERNAS)	24 455 000	0	24 455 000
	OP DE CREDITO (EXTERNAS)	38 800 000	0	38 800 000
	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	203 834 509	0	203 834 509
	DESPESAS PRIORITARIAS	265 669 597	104 435	266 774 032
	TESOURO (ORDINARIOS)	136 965	104 435	241 400
	TESOURO (VINCULADOS)	684 112	0	684 112
	OP DE CREDITO (INTERNAS)	24 455 000	0	24 455 000
	OP DE CREDITO (EXTERNAS)	38 800 000	0	38 800 000
	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	202 593 520	0	202 593 520
	DESPESAS NAO PRIORITARIAS	1 240 989	251 702	1 492 691
	TESOURO (ORDINARIOS)	0	251 702	251 702
	TESOURO (VINCULADOS)	0	0	0
	OP DE CREDITO (INTERNAS)	0	0	0
	OP DE CREDITO (EXTERNAS)	0	0	0
	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	1 240 989	0	1 240 989
FUNÇÃO 06 DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	TOTAL DAS DESPESAS	55 626 180	68 705 187	124 331 367
	TESOURO (ORDINARIOS)	24 527 416	25 111 699	49 639 115
	TESOURO (VINCULADOS)	1 282 206	1 140 884	2 423 090
	OP DE CREDITO (INTERNAS)	0	0	0
	OP DE CREDITO (EXTERNAS)	0	0	0
	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	29 816 558	42 452 604	72 269 162
	DESPESAS PRIORITARIAS	16 160 643	9 751 686	27 912 329
	TESOURO (ORDINARIOS)	17 105 207	8 763 558	25 868 765
	TESOURO (VINCULADOS)	1 055 436	986 128	2 043 564
	OP DE CREDITO (INTERNAS)	0	0	0
	OP DE CREDITO (EXTERNAS)	0	0	0
	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	0	0	0
	DESPESAS NAO PRIORITARIAS	37 465 537	58 953 501	96 419 038
	TESOURO (ORDINARIOS)	7 422 209	16 348 141	23 770 350
	TESOURO (VINCULADOS)	226 770	152 756	379 526
	OP DE CREDITO (INTERNAS)	0	0	0
	OP DE CREDITO (EXTERNAS)	0	0	0
	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	29 816 558	42 452 604	72 269 162
FUNÇÃO 07 DESENVOLVIMENTO REGIONAL	TOTAL DAS DESPESAS	155 256 790	11 070 205	166 426 995
	TESOURO (ORDINARIOS)	37 550 502	3 734 252	41 284 754
	TESOURO (VINCULADOS)	65 883 611	2 002 645	67 886 256
	OP DE CREDITO (INTERNAS)	0	0	0
	OP DE CREDITO (EXTERNAS)	18 230 982	659 584	18 890 566
	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	33 691 695	4 673 724	38 365 419
	DESPESAS PRIORITARIAS	152 113 896	9 764 651	161 878 549
	TESOURO (ORDINARIOS)	35 596 922	3 440 012	39 036 934
	TESOURO (VINCULADOS)	64 686 516	1 557 849	66 244 365
	OP DE CREDITO (INTERNAS)	0	0	0
	OP DE CREDITO (EXTERNAS)	18 230 982	659 584	18 890 566
	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	33 599 478	4 107 206	37 706 684
	DESPESAS NAO PRIORITARIAS	3 242 892	1 305 554	4 548 446
	TESOURO (ORDINARIOS)	1 953 580	294 240	2 247 820
	TESOURO (VINCULADOS)	1 197 085	444 795	1 641 880
	OP DE CREDITO (INTERNAS)	0	0	0
	OP DE CREDITO (EXTERNAS)	0	0	0
	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	92 217	566 518	658 735

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DA DESPESA POR FUNÇÃO E FONTE (1994 / 95)

FUNÇÃO	FONTE	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR / 93)		
		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
FUNÇÃO 08 EDUCAÇÃO E CULTURA	TOTAL DAS DESPESAS	144 857 916	123.245 503	268 103 418
	TESOURO (ORDINARIOS)	1 812 537	15 168 092	15 980 629
	TESOURO (VINCULADOS)	101 965 779	54 525 695	156.593 474
	OP. DE CREDITO (INTERNAS)	0	0	0
	OP. DE CREDITO (EXTERNAS)	10 023 323	5 219 052	15 242 375
	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	31 055 276	37 231.864	68 286 940
	DESPESAS PRIORITARIAS	124 648 146	100 547 878	225 196 024
	TESOURO (ORDINARIOS)	1 769 532	14 205 834	15 975 366
	TESOURO (VINCULADOS)	88 130 368	50 091 854	138.222.222
	OP. DE CREDITO (INTERNAS)	0	0	0
	OP. DE CREDITO (EXTERNAS)	9 780 578	5 219 052	15 979 630
	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	24.987 668	30 031 138	55 018.806
	DESPESAS NÃO PRIORITARIAS	20 209 768	22 697 625	42.907 394
	TESOURO (ORDINARIOS)	43 005	962 258	1 005 263
	TESOURO (VINCULADOS)	13 835 411	14 534 841	28.371.252
	OP. DE CREDITO (INTERNAS)	0	0	0
	OP. DE CREDITO (EXTERNAS)	262 745	0	262 745
	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	6.067 608	7 200 526	13 268 134
FUNÇÃO 09 ENERGIA E RECURSOS MINERAIS	TOTAL DAS DESPESAS	437 057 322	12 102 584	449 159 906
	TESOURO (ORDINARIOS)	768 394	3 462 443	4 230 837
	TESOURO (VINCULADOS)	105 835	1 869 297	1.975 132
	OP. DE CREDITO (INTERNAS)	12 035 945	6 000 000	18 035 945
	OP. DE CREDITO (EXTERNAS)	64 584 785	0	64 584 785
	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	359 462 353	770 844	360 233 207
	DESPESAS PRIORITARIAS	409 744 538	9 851 800	419.606 338
	TESOURO (ORDINARIOS)	517 318	2 584 537	3 101 905
	TESOURO (VINCULADOS)	47 793	554 481	602.274
	OP. DE CREDITO (INTERNAS)	12 035 945	6 000 000	18 035 945
	OP. DE CREDITO (EXTERNAS)	64 584 785	0	64 584 785
	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	332 456 697	722 732	333 181 429
	DESPESAS NÃO PRIORITARIAS	27 312 784	2 240 784	29 553 568
	TESOURO (ORDINARIOS)	251 076	877 855	1 128 932
	TESOURO (VINCULADOS)	68 042	1 314 816	1 372 858
	OP. DE CREDITO (INTERNAS)	0	0	0
	OP. DE CREDITO (EXTERNAS)	0	0	0
	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	27 003 666	48 112	27 051 778
FUNÇÃO 10 HABITAÇÃO E URBANISMO	TOTAL DAS DESPESAS	41 025 569	2 963 580	43 989 149
	TESOURO (ORDINARIOS)	1.097	117 553	118.650
	TESOURO (VINCULADOS)	40 701 928	0	40 701.928
	OP. DE CREDITO (INTERNAS)	0	0	0
	OP. DE CREDITO (EXTERNAS)	0	0	0
	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	322.544	2 846 027	3 168 571
	DESPESAS PRIORITARIAS	40.701 928	0	40 701.928
	TESOURO (ORDINARIOS)	0	0	0
	TESOURO (VINCULADOS)	40 701 928	0	40.701.928
	OP. DE CREDITO (INTERNAS)	0	0	0
	OP. DE CREDITO (EXTERNAS)	0	0	0
	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	0	0	0
	DESPESAS NÃO PRIORITARIAS	323 641	2.963 580	3 287.221
	TESOURO (ORDINARIOS)	1 097	117 553	118.650
	TESOURO (VINCULADOS)	0	0	0
	OP. DE CREDITO (INTERNAS)	0	0	0
	OP. DE CREDITO (EXTERNAS)	0	0	0
	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	322 544	2 846.027	3 168 571

DEMONSTRATIVO SINTETICO DA DESPESA POR FUNÇÃO E FONTE (1994 / 95)

FUNÇÃO	FONTE	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR /93)		
		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
FUNÇÃO 11 INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	TOTAL DAS DESPESAS	1 317 451.283	71 858.756	1 389.110 039
	TESOURO (ORDINARIOS)	383 107	782 364	1 165 471
	TESOURO (VINCULADOS)	54 227 844	10 637 659	64.865 503
	OP. DE CREDITO (INTERNAS)	1 822 577	44 707 604	46.530 181
	OP. DE CREDITO (EXTERNAS)	9 884 340	0	9 884.340
	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	1 251 133 415	15.531 129	1 266.664.544
	DESPESAS PRIORITARIAS	154 591 269	58 064 570	212.655 839
	TESOURO (ORDINARIOS)	302 375	204 508	506.883
	TESOURO (VINCULADOS)	54 227 844	10 637 411	64.865 255
	OP. DE CREDITO (INTERNAS)	1 822 577	44 707 604	46 530 181
	OP. DE CREDITO (EXTERNAS)	9 884 340	0	9 884 340
	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	88 354 123	2 315 047	90 669 180
	DESPESAS NÃO PRIORITARIAS	1 162 860 014	13 594 186	1 176 454 200
	TESOURO (ORDINARIOS)	80 732	577 856	658 588
	TESOURO (VINCULADOS)	0	248	248
	OP. DE CREDITO (INTERNAS)	0	0	0
	OP. DE CREDITO (EXTERNAS)	0	0	0
	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	1 162 779 282	13 016 082	1 175 795.364
FUNÇÃO 12 RELAÇÕES EXTERIORES	TOTAL DAS DESPESAS	723 078	15.581.296	16 304.376
	TESOURO (ORDINARIOS)	0	7 083 296	7 083.296
	TESOURO (VINCULADOS)	723 078	8 362 874	9.085.952
	OP. DE CREDITO (INTERNAS)	0	0	0
	OP. DE CREDITO (EXTERNAS)	0	135 129	135 129
	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	0	0	0
	DESPESAS PRIORITARIAS	614 618	5 919 816	6 534 432
	TESOURO (ORDINARIOS)	0	5 809.507	5 809 507
	TESOURO (VINCULADOS)	614 616	0	614 616
	OP. DE CREDITO (INTERNAS)	0	0	0
	OP. DE CREDITO (EXTERNAS)	0	110 309	110 309
	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	0	0	0
	DESPESAS NÃO PRIORITARIAS	108 462	9 661.482	9 769 944
	TESOURO (ORDINARIOS)	0	1 273 788	1 273 788
	TESOURO (VINCULADOS)	108 462	8 362 874	8 471 336
	OP. DE CREDITO (INTERNAS)	0	0	0
	OP. DE CREDITO (EXTERNAS)	0	24 820	24 820
	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	0	0	0
FUNÇÃO 13 SAÚDE E SANEAMENTO	TOTAL DAS DESPESAS	97 538 540	580 491.018	678.029 558
	TESOURO (ORDINARIOS)	17 722 416	27 775 970	45 498 386
	TESOURO (VINCULADOS)	57.200 335	523 641.331	580 841 666
	OP. DE CREDITO (INTERNAS)	0	0	0
	OP. DE CREDITO (EXTERNAS)	16 071 592	5 206.887	21 278.479
	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	6.644 197	23 666 830	30 411.027
	DESPESAS PRIORITARIAS	90 180.383	356 340.899	446 501.282
	TESOURO (ORDINARIOS)	17.542 716	23.841 123	41.383 839
	TESOURO (VINCULADOS)	51 687 410	319.070.694	370.758.094
	OP. DE CREDITO (INTERNAS)	0	0	0
	OP. DE CREDITO (EXTERNAS)	16.071 592	5 206.887	21 278 479
	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	4 658.655	8 422.205	13 080.870
	DESPESAS NÃO PRIORITARIAS	7.378 157	224 150 119	231.528.276
	TESOURO (ORDINARIOS)	179 700	4 134 847	4 314 547
	TESOURO (VINCULADOS)	5.312.925	204 570 647	209.883.572
	OP. DE CREDITO (INTERNAS)	0	0	0
	OP. DE CREDITO (EXTERNAS)	0	0	0
	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	1 885 532	15 444 625	17.330.157

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DA DESPESA POR FUNÇÃO E FONTE (1994 / 95)

FUNÇÃO	FONTE	DESPESAS (EM MILHÕES DE R\$ / 93)		
		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
FUNÇÃO 14 TRABALHO	TOTAL DAS DESPESAS	17 502.706	578 969.822	596.472.528
	TESOURO (ORDINARIOS)	281.991	2.225.862	2.507.853
	TESOURO (VINCULADOS)	16 759.896	576.225.810	592.985.706
	OP. DE CREDITO (INTERNAS)	0	0	0
	OP. DE CREDITO (EXTERNAS)	0	0	0
	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	460.819	518.150	978.969
	DESPESAS PRIORITARIAS	495.955	445 196.105	446.692.060
	TESOURO (ORDINARIOS)	0	845.395	845.395
	TESOURO (VINCULADOS)	85 325	443.922.020	444.008.345
	OP. DE CREDITO (INTERNAS)	0	0	0
	OP. DE CREDITO (EXTERNAS)	0	0	0
	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	409 629	428.690	838.319
	DESPESAS NÃO PRIORITARIAS	17 006 751	133.773 717	160 780.468
	TESOURO (ORDINARIOS)	281.991	1 380 457	1 662 458
	TESOURO (VINCULADOS)	16 673 570	132.303 790	148.977.360
FUNÇÃO 15 ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	TOTAL DAS DESPESAS	37.514 475	1 071 368 979	1 108 883 454
	TESOURO (ORDINARIOS)	131 173	8 160 684	8.291.857
	TESOURO (VINCULADOS)	14 250.205	995 947 706	1 010.197 911
	OP. DE CREDITO (INTERNAS)	0	0	0
	OP. DE CREDITO (EXTERNAS)	0	0	0
	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	23 133 097	56.260.589	85.393 686
	DESPESAS PRIORITARIAS	10.068.228	1 010.430.246	1 020.498 475
	TESOURO (ORDINARIOS)	117 357	1 581.952	1.699.319
	TESOURO (VINCULADOS)	9.605 087	950 492 319	960.098.406
	OP. DE CREDITO (INTERNAS)	0	0	0
	OP. DE CREDITO (EXTERNAS)	0	0	0
	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	344 774	58 355 877	68.700 651
	DESPESAS NÃO PRIORITARIAS	27 446 247	60 938 731	88 384 978
	TESOURO (ORDINARIOS)	13.806	5 578 732	5.592.538
	TESOURO (VINCULADOS)	4 644 118	45.455 357	51 099.505
FUNÇÃO 16 TRANSPORTE	TOTAL DAS DESPESAS	179 702.862	28.513 769	208.216.631
	TESOURO (ORDINARIOS)	68 923 065	15.200 720	84 123.785
	TESOURO (VINCULADOS)	11 164 141	2 903 771	14.067.912
	OP. DE CREDITO (INTERNAS)	2 126.223	0	2.126.223
	OP. DE CREDITO (EXTERNAS)	53 834 135	0	53.834.135
	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	43.855 297	10 409.278	54.064.675
	DESPESAS PRIORITARIAS	168.265.632	5 698.834	163.965 466
	TESOURO (ORDINARIOS)	85.420.451	1.710.066	87.130.517
	TESOURO (VINCULADOS)	2 764 303	0	2.764.303
	OP. DE CREDITO (INTERNAS)	2 126 223	0	2.126.223
	OP. DE CREDITO (EXTERNAS)	52 896 498	0	52.896 498
	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	35 069 157	3 988.768	39.047.925
	DESPESAS NÃO PRIORITARIAS	21.436 230	22 814 935	44.251 165
	TESOURO (ORDINARIOS)	3 502 615	13 490 654	16.993.269
	TESOURO (VINCULADOS)	8.399 838	2 503 771	11 303 609
	OP. DE CREDITO (INTERNAS)	0	0	0
	OP. DE CREDITO (EXTERNAS)	937 637	0	937.637
	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	8.595 140	6.420 510	15.015 650

DEMONSTRATIVO SINTETICO DA DESPESA POR FUNÇÃO E FONTE (1994 / 95)

FUNÇÃO	FONTE	DESPESAS (CR\$ MILHÕES DE ABR./93)		
		DE CAPITAL	CORRENTES	TOTAL
TOTAL DAS FUNÇÕES		3 347 477 314	2.835 691 964	6 183 169.278
	TESOURO (ORDINARIOS)	183.385.358	135.085 571	318.371 929
	TESOURO (VINCULADOS)	787 240 237	2 232.923 749	3 020 163 986
	OP DE CREDITO (INTERNAS)	154.269 689	50 707 604	204.977 293
	OP DE CREDITO (EXTERNAS)	222.034 251	19 153 916	241 188 167
	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	2 000 546 779	396.911 124	2.397.457 903
TOTAL DAS DESPESAS PRIORITARIAS		1.892 838.547	2 094 854 859	3 987.693.206
	TESOURO (ORDINARIOS)	156.309 432	74 933 628	231 243 060
	TESOURO (VINCULADOS)	701 947 027	1 817 283 138	2 519 230 165
	OP DE CREDITO (INTERNAS)	86.439 745	50 707 604	137 147 349
	OP DE CREDITO (EXTERNAS)	219 338.363	18 089 195	237 427 558
	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	728.803 980	133 841 094	862.645 074
TOTAL DAS DESPESAS NÃO PRIORITARIAS		1 454 838 767	740 837.305	2.195 476.072
	TESOURO (ORDINARIOS)	27 075 926	61 051 943	88.128.869
	TESOURO (VINCULADOS)	85 293 210	415.640.811	500 933.821
	OP DE CREDITO (INTERNAS)	67 829 944	0	67 829 944
	OP DE CREDITO (EXTERNAS)	2 896 888	1 074 721	3 970 609
	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	1 271 742 799	263 070 030	1.534.812 829

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E COORDENAÇÃO - PR

ANEXO III

PROGRAMAÇÃO PRIORITÁRIA CONDICIONADA AO INCREMENTO DA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA - 1995

JUNHO 1993

III - PROGRAMAÇÃO PRIORITÁRIA CONDICIONADA AO INCREMENTO DA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA - 1995

Introdução

O Plano Plurianual, obedecendo ao §1º do artigo 165, da Constituição Federal, estabelece o enlace do médio ao curto prazo, ou seja, a convergência entre o planejamento e a orçamentação. Adicionalmente, entre o Plano Plurianual e os Orçamentos Anuais, a Constituição introduziu, no §2º do artigo 165, a figura da Lei de Diretrizes Orçamentárias, onde se desagregaria o quinquênio em prioridades de vigência anual. Ocorre, entretanto, que as revisões do Plano Plurianual foram acrescentadas, provavelmente à revelia da previsão original, estando ausentes, inclusive, de todas as minutas de projetos de lei complementares, já elaboradas com vistas à regulamentação do §9º do artigo 165.

Diferentemente de uma programação quinquenal, que recorre a cenários probabilísticos de arrecadação, a partir de uma base exequível de estrutura de receita pública, uma revisão para o biênio 1994-1995, já mais próxima dos fatos objetivos, não pode se omitir, a exemplo, do encerramento da vigência do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira-IPMF, em 31 de dezembro de 1994, e, tampouco, deve arbitrar outras alternativas condicionadas, passando por cima da próxima reforma fiscal, prevista no bojo da revisão constitucional, aprazada para outubro de 1993.

Por tais motivos, a projeção adotada na revisão do Plano Plurianual 1994-1995 situa as disponibilidades do Tesouro para o ano de 1995 em um patamar inferior ao de 1994. Alguns fatores, contudo, apontam para a factibilidade de contar-se, em 1995, com volume de receitas no mínimo igual ao de 1994. No Anexo III, que acompanha este Projeto de Lei, propõe-se uma programação complementar, condicionada à efetiva disponibilidade de recursos.

A expectativa é a de que o presente Anexo venha a ser considerado quando do desdobramento deste Plano, por ocasião da formulação, pelo Poder Executivo, e da apreciação, pelo Poder Legislativo, na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 1995. Nessa oportunidade, as condicionantes da arrecadação de 1995 ou já estarão delineadas ou poderão ser objeto, constitucionalmente previsto, de "alterações da legislação tributária", de acordo com o §2º do artigo 165.

REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 1994 - 1995
PROGRAMAÇÃO PRIORITÁRIA CONDICIONADA - 1995

ORÇÃO: GABINETE CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SUBPROGRAMAS PRIORITÁRIOS		METAS			Valor
Código/Título	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	(C.R. milhões de R\$ 1993)	
05 022 0137 Radiodifusão	Modernização da Radionôis	Equipamento	1.814	292.512	
TOTAL					292.512

REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 1994 - 1995
PROGRAMAÇÃO PRIORITÁRIA CONDICIONADA - 1995

ORÇÃO: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

SUBPROGRAMAS PRIORITÁRIOS		METAS			Valor
Código/Título	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	(C.R. milhões de R\$ 1993)	
03 009 0021 Administração Geral	Desenvolvimento e Difusão de Métodos de Gestão	Projeto	50	28.283	
03 009 0043 Organização e Modernização Administrativa	Automação dos Serviços Públicos	Projeto	20	17.742	
03 009 0043 Organização e Modernização Administrativa	Modernização da Administração Pública Federal	Projeto	30	42.932	
03 007 0217 Treinamento de Recursos Humanos	Capacitação do Servidor Público Federal	Servidor Treinado	29.000	27.433	
TOTAL					116.390

REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 1994 - 1995
PROGRAMAÇÃO PRIORITÁRIA CONDICIONADA - 1995

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

SUBPROGRAMAS PRIORITÁRIOS		METAS		Valores	
Código/Unid.	Descrição	Unidade da Medida	Quantidade	TC 95	Montante de 1993
06 009 0040	Planejamento e Organização	Obras Públicas em Áreas Estratégicas	30.000		86.400
03 010 0035	Pesquisa Aplicada	Pesquisas Tecnológicas em Assuntos Estratégicos	11		4.149.805
05 022 0134	Telefonia	Implantação de Centros de Telecomunicações na Fronteira	24		4.282
06 026 0160	Operações Aéreas	Ações de Vigilância na Fronteira Norte	1		622.616
06 027 0163	Operações Navais	Ações de Vigilância na Fronteira Norte	1		516.786
06 027 028	Operações Terrestres	Ações de Vigilância na Fronteira Norte	1		934.779
09 051 0263	Geração de Energia Elétrica	Infra-Estrutura na Faixa de Fronteira Norte	210		33.709
15 081 0484	Assistência ao Silvícola	Assistência a Comunidade na Fronteira Norte	6		42.000
16 084 0534	Estradas Vicinais	Infra-Estrutura na Faixa de Fronteira Norte	360		75.600
07 040 0183	Programação Especial	Ações de Proteção na Amazônia	1		797.414
03 009 0045	Estudos e Pesquisas Econômico-Sociais	Estudos e Pesquisas em Áreas Estratégicas	48		7.951
03 009 0045	Estudos e Pesquisas Econômico-Sociais	Ações de Inteligência	356		118.585
03 009 0045	Estudos e Pesquisas Econômico-Sociais	Elaboração de Planos de Ordenamento do Território Nacional	1		1.632.353
03 009 0045	Estudos e Pesquisas Econômico-Sociais	Planejamento Estratégico de Longo Prazo	5		12.284
TOTAL					9.034.564

REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 1994 - 1995
PROGRAMAÇÃO PRIORITÁRIA CONDICIONADA - 1995

ORÇÃO: ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

SUBPROGRAMAS PRIORITÁRIOS		DESCRIÇÃO	METAS	Unidade da Medida	Quantidade	Valor (C\$ Milhões de abril/93)
Código/Ítem						
03 007 0020	Supervisão e Coordenação Superior	Aquisição de Material de Comunicações - HW/Software	Unidade		1	4.069
03 007 0020	Supervisão e Coordenação Superior	Integração de Diversos Centros com Zona de Defesa	Unidade		1	1.694
03 007 0020	Supervisão e Coordenação Superior	Treinamento Realizado	Unidade		1	424
03 010 0055	Pesquisa Aplicada	Implantação de Sistema e Edificação para Veículo Lançador de Satélites	Percentual		1%	206.122
03 010 0055	Pesquisa Aplicada	Produção/Ensaio de Qualificação de Propulsores	Unidade		4	207.093
03 010 0055	Pesquisa Aplicada	Produção/Lançamento de Veículo Lançador de Satélites	Unidade		7	150.659
03 010 0055	Pesquisa Aplicada	Conclusão do Segundo e Terceiro Satélites	Percentual		10%	207.092
03 010 0055	Pesquisa Aplicada	Adap. Segmento Solo Para Missão Sensoriamento Remoto	Percentual		10%	207.093
05 022 0136	Serviços Especiais de Telecomunicações	Conclusão de Implantação da Banda C	Percentual		10%	45.228
05 022 0136	Serviços Especiais de Telecomunicações	Contratagem e Implantação da Banda X	Percentual		5%	67.840
TOTAL						1.097.314

REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 1994 - 1995
PROGRAMAÇÃO PRIORITÁRIA CONDICIONADA - 1995

ORÇÃO: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E COORDENAÇÃO - SEPLAN/PR

SUBPROGRAMAS PRIORITÁRIOS		DESCRIÇÃO	METAS	Unidade da Medida	Quantidade	Valor (C\$ Milhões de abril/93)
Código/Ítem						
03 009 0042	Orçamento Econômico-Financeiro	Reestruturação do Sistema de Planejamento e Avaliação				1.000.000
03 009 0045	Estudos e Pesquisas Econômico-Sociais	Pesquisa Científica Características Demográficas Sociais e Econômicas		Pesquisa	10	1.000.000
TOTAL						2.000.000

REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 1994 - 1995
PROGRAMAÇÃO PRIORITÁRIA CONDICIONADA - 1995

ORÇÃO: MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

SUPERPROGRAMAS PRIORITÁRIOS		METAS		Valor	
Codificação	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Cod. Nbr. de abrev.	
06 026 0160	Operações Aéreas	Unidade	10		73.221
06 026 0160	Operações Aéreas	Unidade	265		105.319
06 026 0160	Operações Aéreas	Unidade	300		5.990
06 026 0160	Operações Aéreas	Unidade	1.492		1.827.997
06 026 0160	Operações Aéreas	Unidade			80.275
16 010 0054	Pesquisa Fundamental	Unidade	8		3.766.137
16 010 0054	Pesquisa Fundamental	Projeto	3		905.277
16 087 0524	Controle e Segurança do Tráfego Aéreo	Percentual	7%		262.576
03 009 0044	Informações Geográficas e Estatísticas	Unidade	4.728		7.633
16 087 0523	Infra-Estrutura Aeroportuária	Unidade	6		73.278
16 087 0523	Infra-Estrutura Aeroportuária	Unidade	7		24.321
06 043 0198	Formação para o Setor Terciário	Aluno	715		13.737
06 044 0205	Ensino de Graduação	Aluno	352		22.899
TOTAL					7.168.660

REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 1994 - 1995
PROGRAMAÇÃO PRIORITÁRIA CONDICIONADA - 1995

ÓRGÃO: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA

SUPROGRAMAS PRIORITÁRIOS		METAS		Valor	
Código/Título	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Cv's Milhões de abril/93	
04 014 0075 Defesa Sanitária Vegetal	Prevenção e Controle de Pragas e Doenças Efetuado	Ha	64 000	5 350	
04 014 0075 Defesa Sanitária Vegetal	Análise Laboratorial Realizada	Amostra	55 000	12 497	
04 014 0075 Defesa Sanitária Vegetal	Controle de Qualidade do Produto Vegetal Efetuado	Inspeção	17 000	8 022	
04 015 0087 Defesa Sanitária Animal	Análise Laboratorial Realizada	Amostra	144 000	333 165	
04 015 0087 Defesa Sanitária Animal	Controle Transito Animais Realizada	Posto Mantido	39	20 727	
04 015 0097 Inspeção, Padronização e Classificação de Produtos	Inspeção Industrial de Produto Animal	Estabelecimento	1 700	7 945	
04 016 0097 Inspeção, Padronização e Classificação de Produtos	Fiscalização de Produto de Origem Vegetal	Visita	1 000	55 528	
04 013 0066 Reforma Agrária	Família Assentada	Família	72 677	1 109 421	
04 010 0055 Pesquisa Aplicada	Unidade de Pesquisa Equipada e Reequipada	Unidade	40	53 389	
04 010 0055 Pesquisa Aplicada	Pesquisa e Agropecuária Aplicada Desenvolvida	Projeto	2 500	254 867	
04 018 0111 Extensão Rural	Unidade Estadual Equipada e Reequipada	Unidade	24	93 724	
04 018 0111 Extensão Rural	Produtor Rural Asssido	Produtor	900 000	125 737	
TOTAL				2.4178.412	

REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 1994 - 1995
PROGRAMAÇÃO PRIORITÁRIA CONDICIONADA - 1995

ORGÃO: MINISTÉRIO DO BEM-ESTAR SOCIAL

SUBPROGRAMAS PRIORITARIOS		METAS		Valor	
Código/Título	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Cód. Milhões de abrig/93	
10 057 0316	Habitagões Urbanas	Família Beneficiada	Família	69.199	4.861.176
13 076 0447	Abastecimento de Água	Família Beneficiada	Família	4.903.845	11.736.855
13 076 0448	Saneamento Geral	Família Beneficiada	Família	656.981	1.569.824
13 076 0449	Sistema de Esgotos	Família Beneficiada	Família	3.101.906	7.212.718
15 081 0487	Assistência Comunitária	Projeto Apoiado	Projeto	41.003	1.710.687
15 081 0483	Assistência ao Menor	Criança Atendida	Criança	2.766.207	10.927.866
15 081 0485	Assistência à Velhice	Idoso Atendido	Pessoa	152.210	713.177
13 009 0045	Estudos e Pesquisas Econômico-Sociais	Projeto Apoiado	Projeto	500	500.000
TOTAL					39.234.303

REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 1994 - 1995
PROGRAMAÇÃO PRIORITÁRIA CONDICIONADA - 1995

ORGÃO: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

SUBPROGRAMAS PRIORITÁRIOS		METAS		Valor	
Código/Título	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Cri	Valores de 1993/93
03 010 0035	Pernitificação Societária	Projeto	190	-	4.333.006
03 010 0034	Pesquisa Fundamental	Projeto de Infra-Estrutura e Pesquisa Básica Apoiados	15		38.678
03 010 0035	Pesquisa Aplicada	Projetos de Pesquisa Aplicada Apoiados	13		513.487
03 010 0035	Pesquisa Aplicada	Entidades de Pesquisa Aplicadas Apoiadas	8		214.758
03 010 0035	Pesquisa Aplicada	Ações de Pesquisa Aplicada Realizadas			488.883
03 010 0036	Desenvolvimento Experimental	Projetos de Desenvolvimento Apoiados	30		21.858
03 010 0036	Desenvolvimento Experimental	Relatórios de Divulgação Publicados	30		18.390
03 010 0037	Informação Científica e Tecnológica	Relatórios de Divulgação Publicados	37		3.853
03 010 0037	Informação Científica e Tecnológica	Entidades Nacionais Apoiadas			580
03 010 0039	Levantamento do Meio Ambiente	Ações de Pesquisa Aplicada Realizadas			35.746
03 010 0411	Cooperação Internacional	Ações de Pesquisa Aplicada Realizadas			287.047
03 010 0411	Cooperação Internacional	Entidades Internacionais Apoiadas			8.277
03 010 0034	Pesquisa Fundamental	Projetos de Infra-estrutura e Pesquisas Básicas Apoiados	20		257.603
03 010 0035	Pesquisa Aplicada	Projetos de Desenvolvimento Apoiados	40		393.054
03 010 0037	Informação Científica e Tecnológica	Projetos de Sistema de Informação Apoiados	20		73.858
03 010 0036	Desenvolvimento Experimental	Ações de Desenvolvimento Experimental Realizadas			390.750
03 010 0034	Pesquisa Fundamental	Bolsas de Pesquisa e de Capacitação de Recursos Humanos Concedidas	12.797		1.412.830
03 010 0034	Pesquisa Fundamental	Projetos de Infra-estrutura e Pesquisa Básica Apoiados	1.100		61.799
03 010 0035	Pesquisa Aplicada	Entidades de Pesquisa Aplicada Apoiadas	80		40.692

REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 1994 - 1995
PROGRAMAÇÃO PRIORITÁRIA CONDICIONADA - 1995

ORGÃO: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (continuação)

SUBPROGRAMAS PRIORITÁRIOS		METAS			Valor
Código/Título	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	(Cz Milhões de abril/93)	
03 010 0055	Pesquisa Aplicada	Projeto	2 000	93.278	
03 010 0056	Desenvolvimento Experimental	Projeto	400	343.850	
03 010 0057	Informação Científica e Tecnológica	Relatório	1	137	
03 010 0057	Informação Científica e Tecnológica	Entidades de Pesquisa Aplicada Apoiadas	22	35.332	
03 010 0411	Cooperação Internacional	Projetos de Intercâmbio Internacional Apoiados	12	12.403	
03 010 0411	Cooperação Internacional	Bolsas de Formação Identificadas	7	397	
08 044 0206	Ensino de Pós-Graduação	Entidades de Pesquisa Aplicada Apoiadas	4 455	1 657.246	
TOTAL,				10.737.194	

REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 1994 - 1995
PROGRAMAÇÃO PRIORITÁRIA CONDICIONADA - 1995

ORGÃO: MINISTÉRIO DA FAZENDA

SUBPROGRAMAS PRIORITÁRIOS		METAS			Valor
Código/Título	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	(Cz Milhões de abril/93)	
03 008 0030	Administração de Receitas	Melhoria na Administração do Patrimônio da União		400 000	
03 008 0030	Administração de Receitas	Modernização e Respeitamento da Receita Federal		1.600.000	
TOTAL				2.000.000	

REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 1994 - 1995
PROGRAMAÇÃO PRIORITÁRIA CONDICIONADA - 1995

ORÇÃO: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO

SUBPROGRAMAS PRIORITÁRIOS		METAS		Valor	
Código/Título	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	C/C Mínimo de abril/93	
08 049 0232 Educação Compensatória	Instituição Pública Apoiada	Instituição	11.640	113.000	
08 010 0036 Desenvolvimento Experimental	Estudo e Pesquisa Desenvolvidos	Projeto	61	6.000	
13 075 0428 Assistência Médica e Sanitária	Aluno Beneficiário	Aluno	18.000.000	13.000.000	
08 048 0035 Pesquisa Aplicada	Pesquisas Desenvolvidas em Ciência Social Aplicada		2.400	3.500	
08 045 0187 Erradicação do Analfabetismo	Docente Treinado	Docente	938	30.000	
08 045 0187 Erradicação do Analfabetismo	Escola Equipada	Escola	72	100.000	
08 045 0187 Erradicação do Analfabetismo	Instituição Pública Apoiada	Instituição	5.348	70.000	
08 043 0199 Ensino Polivalente	Instituição Pública Apoiada	Instituição	70	150.000	
08 043 0199 Ensino Polivalente	Equipamento Adquirido	Unidade	700	500.000	
08 043 0199 Ensino Polivalente	Escola Adaptada	Escola	280	350.000	
08 042 0483 Assistência ao Menor	CIA/C'S Implantados	Centro	40	2.200.000	
08 042 0483 Assistência ao Menor	Prédios Adaptados para CAIC'S	Prédio	20	1.200.000	
08 042 0483 Assistência ao Menor	Pessoa Treinada	Pessoa	24.676	600.000	
08 044 0206 Ensino de Pós Graduação	Bolsas de Estudo Maniadas	Bolsa	25.020	1.500.000	
08 044 0235 Bolsa de Estudo	Bolsa Concedida - Crédito Educativo	Bolsa	130.000	2.000.000	
08 049 0252 Educação Compensatória	Aluno Matriculado	Aluno	300	7.000	
08 049 0252 Educação Compensatória	Aluno Matriculado	Aluno	200	4.000	
TOTAL				21.833.500	

REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 1994 - 1995
PROGRAMAÇÃO PRIORITÁRIA CONDICIONADA - 1995

ORGÃO: MINISTÉRIO DO EXÉRCITO				
SUBPROGRAMAS PRIORITÁRIOS				
Código/Título	Descrição	METAS	Unidade de Medida	Valor (C-R\$ Milhões de abril/93)
06 028 0166 Operações Terrestres	Unidade Militar Organizada		Unidade	1 856 690
06 028 0166 Operações Terrestres	Unidade Militar Transfêrida		Unidade	433 800
06 028 0166 Operações Terrestres	Unidade Militar Transformada		Unidade	173 520
06 028 0166 Operações Terrestres	Unidade Militar Melhorada		Unidade	399 100
06 028 0166 Operações Terrestres	Unidade Militar Completa		Unidade	676 735
06 028 0166 Operações Terrestres	Unidade Sistemática Implantada		Unidade	763 495
06 028 0166 Operações Terrestres	Modernização de Equipamento		Unidade	225 580
06 028 0044 Informações Geográficas e Estatísticas	Produção de Carta Topográfica Militar		Unidade	30 689
08 044 0206 Ensino de Pós-Graduação	Especialização, Extensão e Alunos Estudos Realizados		Aluno	118 829
08 045 0215 Cursos de Qualificação	Cursos de Formação e Aperfeiçoamento Realizado		Aluno	54 380
08 010 0055 Pesquisa Aplicada	Desenvolvimento de Material Bélico Realizado		Projeto	23 690
08 010 0055 Pesquisa Aplicada	Pesquisa Aplicada em Material Bélico Realizada		Projeto	6 107
08 010 0055 Pesquisa Aplicada	Avaliação Técnico/Operacional de Material Bélico		Unidade	4 738
06 022 0166 Operações Terrestres	Unidade Sistemática Implantada		Unidade	142 490
TOTAL				4.909.843

REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 1994 - 1995
PROGRAMAÇÃO PRIORITÁRIA CONDICIONADA - 1995

ORÇÃO: MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

SUBPROGRAMAS PRIORITÁRIOS		METAS		Valor
Código/Título	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	(C/3 Milhões de abrig/93)
11 009 0043 Ordenamento Econômico - Financeiro	Elaborar e Coordenar a Política Industrial			148.000
11 009 0042 Ordenamento Econômico - Financeiro	Elaborar e Coordenar a Política Nacional de Comércio			23.700
11 009 0043 Ordenamento Econômico - Financeiro	Elaborar e Coordenar a Política de Comércio Exterior			200.000
11 009 0042 Ordenamento Econômico - Financeiro	Elaborar e Coordenar a Política de Turismo e Serviços			20.000
11 065 0363 Promoção do Turismo	Fluxo Turístico Interno Ampliado	Pessoa	110.000	80.000
11 010 0025 Edificações Públicas	Laboratório de Calor de Óptica Implantado	Unidade	1	72.000
TOTAL				543.700

Agosto de 1993

Agosto de 1993

Quint

REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 1994 - 1995
PROGRAMAÇÃO PRIORITÁRIA CONDICIONADA - 1995

ORÇÃO: MINISTÉRIO DA MARINHA (continuação)					
SUBPROGRAMAS PRIORITÁRIOS		METAS		Valor	
Código/Título	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	(C-R) milhões de reais/95	
06 027 0163	Operações Navais			14.800	
06 027 0163	Operações Navais	Aquisição de Viaturas e Materiais Especializados			
03 010 0055	Pesquisa Aplicada	Aprimoramento da Infra-Estrutura de Apoio		3.210.930	
03 010 0055	Pesquisa Aplicada	Missão Antártica Realizada		37.350	
03 010 0055	Pesquisa Aplicada	Delimitação da Margem Continental Brasileira		21.012	
TOTAL				7.905.543	

REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 1994 - 1995
PROGRAMAÇÃO PRIORITÁRIA CONDICIONADA - 1995

ORÇÃO: MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA					
SUBPROGRAMAS PRIORITÁRIOS		METAS		Valor	
Código/Título	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	(C-R) milhões de reais/95	
09 051 0269	Eliminação Rural	Rede de Distribuição Ampliada	Consumidor Atendido	15.000	
09 016 0094	Estoque Reguladores	Estoque Estratégico de Combustíveis	M3	280.000	
09 052 0366	Geração de Energia Não-Convenional	Desenvolvimento Motor Ático, Gás Natural e Veículos Pegados		20.000	
09 051 0269	Eliminação Rural	Rede de Distribuição Ampliada	Consumidor Atendido	15.000	
09 051 0021	Administração Geral	Estudo e Diagnóstico Realizados	Unidade	2	
09 053 0290	Evisão e Beneficiamento	Concessão Mineral Fiscalizada	Unidade	3.700	
09 053 0292	Levantamentos Geológicos	Mapa Técnico Elaborado	Mapa	46	
TOTAL				445.790	

REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 1994 - 1995
PROGRAMAÇÃO PRIORITÁRIA CONDICIONADA - 1995

ORÇÃO: MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL		METAS				Valor
SUBPROGRAMAS PRIORITÁRIOS		Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	(C\$ Milhões de abril/93)	
15 008 0030	Administração de Receitas	Empresa fiscalizada Auto lavrado	Empresa Auto	13.950 3.565	289.432 72.358	
15 081 0486	Assistência Social Geral	Pessoa reabilitada Pessoa assistida	Pessoa Pessoa	155.000 62.000	151.952 28.943	
15 082 0492	Previdência Social a segurados	Benefício concedido Benefício mantido	Benefício Benefício	436.490 2.872.347	22.476.196 67.428.588	
TOTAL						90.447.469

REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 1994 - 1995
PROGRAMAÇÃO PRIORITÁRIA CONDICIONADA - 1995

ORÇÃO: MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO		METAS				Valor
SUBPROGRAMAS PRIORITÁRIOS		Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	(C\$ Milhões de abril/93)	
02 004 0014	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	Instalação das Procuradorias Regionais	Unidade	7	93.923	
02 004 0014	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	Instalação das Procuradorias de Repúblicas nos Municípios	Unidade	16	84.772	
02 004 0014	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	Modernização das Instalações do Ministério Público	M2	25.000	350.750	
03 007 0024	Informática	Implantação da Rede de Processamento de Dados	Equipamento	155	65.695	
TOTAL						595.140

REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 1994 - 1995
PROGRAMAÇÃO PRIORITÁRIA CONDICIONADA - 1995

ORGÃO: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SUBPROGRAMAS PRIORITÁRIOS		METAS		Unidade de Medida		Valor (Cr\$ Milhões de abril/93)	
Código/Título	Descrição	Unidade	Quantidade	Unidade	Quantidade	Valor (Cr\$ Milhões de abril/93)	Valor (Cr\$ Milhões de abril/93)
12 063 0355	Promoção Externa do Comércio	Feira ou Exposição Comercial no Exterior	40	Unidade	13.000		
12 072 0045	Estudos e Pesquisas Econômico-Sociais	Implementação de Banco de Dados do MERCOSUL	1	Unidade	1.500		
12 072 0057	Informação Científica e Tecnológica	Projeto de Transferência de Tecnologia	1	Projeto	15.100		
12 072 0247	Diffusão Cultural	Centros de Estudos Manidos no Exterior	6	Unidade	3.200		
12 072 0410	Relações Diplomáticas	Embaixada e Representação Consular Manida	63	Unidade	1.893.000		
12 072 0411	Cooperação Internacional	Bolsa de Estudo Concedida	85	Bolsa	10.700		
12 072 0411	Cooperação Internacional	Missão Técnica Realizada	5	Unidade	700		
12 072 0411	Cooperação Internacional	Missão Técnica Estrangeira Recebida	4	Unidade	800		
TOTAL						1.938.000	

REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 1994 - 1995
PROGRAMAÇÃO PRIORITÁRIA CONDICIONADA - 1995

ORGÃO: MINISTÉRIO DA SAÚDE

SUBPROGRAMAS PRIORITÁRIOS		METAS		Unidade de Medida		Valor (Cr\$ Milhões de abril/93)	
Código/Título	Descrição	Unidade	Quantidade	Unidade	Quantidade	Valor (Cr\$ Milhões de abril/93)	Valor (Cr\$ Milhões de abril/93)
13 075 0438	Assistência Médica e Sanitária	Provisão de Atenção Hospitalar	574.000	Pessoas	2.608.234		
13 075 0438	Assistência Médica e Sanitária	Provisão de Serviços Ambulatoriais e Ações de Promoção de Saúde	6.187.000	Pessoas	5.960.243		
13 075 0431	Produtos Profiláticos e Terapêuticos	Distribuição de Medicamentos	43.705.000	Pessoas Beneficiadas	10.637.692		
TOTAL						19.206.169	

REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 1994 - 1995
PROGRAMAÇÃO PRIORITÁRIA CONDICIONADA - 1995

ÓRGÃO: MINISTÉRIO DO TRABALHO

SUBPROGRAMAS PRIORITÁRIOS		METAS		Valor	
Código/Título	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	(C.R. em reais de 1993)	
14 079 0480	Prevenção do Acidente do Trabalho	Unidade	27	58.765	
14 079 0480	Prevenção do Acidente do Trabalho	Exemplar	500.000	104.334	
14 079 0480	Prevenção do Acidente do Trabalho	UF	27	104.334	
14 009 0045	Estudos e Pesquisas Econômico-Sociais	Unidade	31	151.297	
14 079 0055	Pesquisa Aplicada	Unidade	20	22.545	
14 045 0215	Corso de Qualificação	Pessoa	155.625	442.055	
04 045 0215	Corso de Qualificação	Pessoa	2.000	7.000	
04 045 0215	Corso de Qualificação	Técnico	20.000	45.000	
14 078 0477	Ordenamento do Emprego e do Salário	Unidade	12.735.360	50.000	
14 078 0477	Ordenamento do Emprego e do Salário	Unidade	12.098.592	40.000	
14 080 0475	Fiscalização das Relações do Trabalho	Empresa	539.808	60.000	
14 080 0475	Fiscalização das Relações do Trabalho	Pessoa	33.600.000	121.467	
TOTAL				1.206.797	

REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 1994 - 1995
PROGRAMAÇÃO PRIORITÁRIA CONDICIONADA - 1995

ÓRGÃO: MINISTÉRIO DA CULTURA						
SUBPROGRAMAS PRIORITÁRIOS						
Código	Descrição	Metas	Indicador de Medida	Quantidade	Valor em Milhões de R\$ (1993)	
08 048 0246	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	Patrimônio Cultural Preservado	Projeto	407	2.217,072	
08 048 0246	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	Acervos Artísticos e Científicos Difundidos	Programa	5.420	149,160	
08 048 0246	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	Acervos Preservados	Acervo	305.802	434,285	
08 048 0247	Difusão Cultural	Atividades Culturais Promovidas	Programa	54	603,245	
08 048 0247	Difusão Cultural	Incentivo à Literatura e ao Livro	Programa	155	12,020	
08 048 0247	Difusão Cultural	Informações Culturais Difundidas	Projeto	45	59,160	
08 048 0217	Tratamento de Recursos Humanos	Recursos Humanos Capacitados	Programa	103	7,405	
08 048 0055	Pesquisa Aplicada	Pesquisa Desenvolvida	Pesquisa	18	1,730	
TOTAL					3.484,077	

REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 1994 - 1995
PROGRAMAÇÃO PRIORITÁRIA CONDICIONADA - 1995

ÓRGÃO: MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL

SUBPROGRAMAS PRIORITÁRIOS		METAS		VALOR	
Código/Título	Descrição	Unidade de Medida	Orientação	LCR (R\$ mil)	Valor (R\$ mil)
07 054 0077 Irrigação	Obras Hidráulicas Realizadas	M3	2.147.358		2.412.876
07 040 0183 Programação Especial	Infra-Estrutura Econômica e Social Implantada	Projeto	15		3.233.913
07 040 0542 Ferrovias	Trechos Ferroviários Construídos	Km	110		1.691.505
07 058 0323 Planejamento Urbano	Serviços Urbanos Implantados	Famílias Beneficiadas	8.000		1.206.438
07 059 0323 Planejamento Urbano	Serviços Urbanos Implantados	Famílias Beneficiadas	8.000		1.206.438
07 076 0458 Defesa Contra Inundações	Barragens de Nível Implantadas		75		804.292
07 040 0183 Programação Especial	Infra-Estrutura Econômica e Social Implantada	Projeto	7.350		2.412.876
07 040 0183 Programação Especial	Projetos de Suporte ao Planejamento Regional Realizados	Projeto	102		804.292
07 039 0346 Promoção Industrial	Projetos de Desenvolvimento Urbano Implantados	Projeto	15		151.240
07 039 0323 Planejamento Urbano	Projetos de Desenvolvimento Urbano Implantados	Projeto	1		151.240
07 054 0077 Irrigação	Áreas Irrigadas Implantadas	Hectare	752.000		3.217.166
TOTAL					17.292.278

REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 1994 - 1995
PROGRAMAÇÃO PRIORITÁRIA CONDICIONADA - 1995

ORÇÃO - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE				
SUBPROGRAMAS PRIORITÁRIOS		METAS		
Código/Função	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor (C\$ Milhões de 1991/92)
03 009 0059	Levantamento do Meio-Ambiente	Projeto	2	6.000
03 009 0059	Levantamento do Meio-Ambiente	Embarcação	1	8.000
03 009 0059	Levantamento do Meio-Ambiente	Projeto	1	2.000
03 077 0059	Levantamento do Meio-Ambiente	Projeto	1	4.500
03 077 0103	Proteção à Flora e à Fauna	Projeto	8	222.689
03 077 0103	Proteção à Flora e à Fauna	Programa	1	275.775
03 009 0183	Programação Especial	Km2	45.000	6.000
03 009 0183	Programação Especial	Projeto	1	5.000
03 009 0183	Programação Especial	Sistema	2	2.000
03 009 0183	Programação Especial	Projeto	1	13.076
03 049 0183	Programação Especial	Documento	1	2.500
03 049 0183	Programação Especial	Evento	1	1.100
03 054 0183	Programação Especial	Hectare	1.348.000	5.000
03 077 0183	Programação Especial	Km2	800.000	17.000
03 077 0183	Programação Especial	Área	1	5.000
03 077 0183	Programação Especial	Projeto	1	5.100
03 077 0456	Controle da Poluição	Hectare	614.000	13.390
03 077 0456	Controle da Poluição	Hectare	900.000	22.200

REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 1994 - 1995
PROGRAMAÇÃO PRIORITÁRIA CONDICIONADA - 1995

ORGÃO: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (continuação)					
SUBPROGRAMAS PRIORITÁRIOS					
Código/Título	Descrição	Metas	Unidade de Medida	Quantidade	Valor (C.R.5 milhões de R\$)/93
04 017 0104 Reforestamento	Reposição Florestal		Projeto	1	3.170
04 017 0104 Reforestamento	Assistência Técnica a Projetos Florestais		Projeto	200	5.755
13 077 0456 Controle da Poluição	Monitoramento Ambiental		Projeto	4	27.928
03 077 0103 Proteção à Flora e à Fauna	Projetos de Proteção Ambiental Apoiados		Projeto	39	41.841
03 077 0323 Planejamento Urbano	Projetos Ambientais Urbanos Apoiados		Projeto	32	32.612
TOTAL					727.636

REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 1994 - 1995
PROGRAMAÇÃO PRIORITÁRIA CONDICIONADA - 1995

ORGÃO: ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO					
SUBPROGRAMAS PRIORITÁRIOS					
Código/Título	Descrição	METAS		Valor	
		Unidade de Medida	Quantidade	(C.R.5 milhões de R\$)/93	
03 007 0020 Assessoramento Jurídico	Estruturação da Advocacia-Geral da União			5.391	
TOTAL				5.391	

MENSAGEM Nº 68, DE 1993-CN
(nº 470/93, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, o texto do projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social, crédito especial até o limite de Cr\$ 424.215.000.000,00, para os fins que especifica".

Brasília, 28 de julho de 1993.



E.M. nº 058

Brasília, 22 de julho de 1993.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que autoriza a abertura de crédito especial até o limite de Cr\$ 424.215.000.000,00 (quatrocentos e vinte e quatro bilhões e duzentos e quinze milhões de cruzeiros), em favor do Ministério da Previdência Social.

2. O presente crédito tem como objetivo suplementar dotações para atender despesas com a complementação de aposentadorias devidas pela União aos ex-servidores do extinto Departamento de Correios e Telégrafos - DCT.

3. A abertura do referido crédito será viabilizada em favor do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, órgão responsável pelo pagamento, em caráter complementar, de pensões e aposentadorias denominadas "especiais", conforme preceitua o art. 6º da Lei nº 8.529, de 14 de dezembro de 1992, que beneficia os servidores acima qualificados.

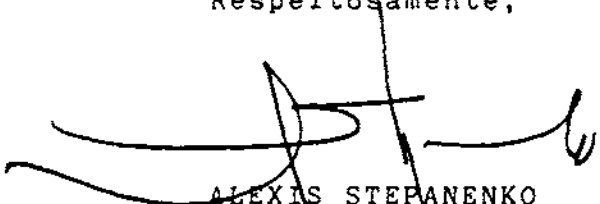
4. Dado o caráter de relevância que se reveste o pleito, entendemos que a cobertura orçamentária poderá ser equacionada à conta de recursos da Reserva de Contingência, parcela da Seguridade Social, Fonte 153 - Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social - CONFINS.

Fls. 02 da E.M. Nº 058/93-Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República.

5. A aprovação preliminar pelo Congresso Nacional de Projeto de Lei, que autoriza o Poder Executivo a abrir o presente crédito, faz-se necessária tendo em vista a inclusão de programação de despesas não constante da Lei nº 8.652, de 29 de abril de 1993.

6. As despesas decorrentes do crédito serão atendidas nos termos do art. 43, § 1º, inciso IV, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V da Constituição.

Respeitosamente,



ALEXIS STEPANENKO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria
de Planejamento, Orçamento e Coordenação
da Presidência da República

ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E COORDENAÇÃO/PR Nº 058 DE 22 / 07 / 1993.

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Incluir na programação do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, recursos oriundos da Reserva de Contingência.

2. Soluções e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Crédito especial em favor do Ministério da Previdência Social, para atender ao pagamento referente a complementação de Pensões e Aposentadorias denominadas "especiais" dos ex-servidores do extinto DCT.

3. Alternativas existentes às medidas ou atos propostos:

4. Custos

Cr\$ 424.215.000.000,00 (quatrocentos e vinte e quatro bilhões e duzentos e quinze milhões de cruzeiros).

5. Razões que justificam a urgência (a ser preenchido somente se o ato proposto for Medida Provisória ou Projeto de Lei que deva tramitar em regime de urgência):

6. Impacto sobre o meio ambiente (sempre que o ato ou medida provisória proposta possa vir a tê-lo):

7. Síntese do parecer do Órgão Judiciário:

PROJETO DE LEI Nº 9, DE 1993-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social, crédito especial até o limite de Cr\$ 424.215.000.000,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 8.652, de 29 de abril de 1993), em favor do Ministério da Previdência Social, crédito especial até o limite de Cr\$ 424.215.000.000,00, (quatrocentos e vinte e quatro bilhões e duzentos e quinze milhões de cruzeiros), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Referida programação se destina a atender despesas de complementação de aposentadoria do pessoal do extinto Departamento de Correios e Telégrafos - DCT.

Art. 3º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial da dotação indicada no Anexo II desta Lei.

Art. 4º Em decorrência da abertura do presente crédito, fica alterada a receita do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, na forma do Anexo III desta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

33000 - MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
33101 - MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

CDE : 000 00

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	FORTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSAES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA			474 210 000	474 210 000						
PREVIDÊNCIA			474 210 000	474 210 000						
PREVIDÊNCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS			474 210 000	474 210 000						
10 000 0000 0000 CONTRIBUIÇÃO A FUNDOS			474 210 000	474 210 000						
PROPOSTA A COMPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS PARA A CONSTITUIÇÃO DOS QUOTIENTES DEFINIDOS PELA LEI 8689										
10 000 0000 0000 0000			474 210 000	474 210 000						
FUNDOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL			474 210 000	474 210 000						
TOTAL SUPLEMENTAÇÃO			474 210 000	474 210 000						

33000 - MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
33201 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

CDE : 000 00

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	FORTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSAES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA			474 210 000	474 210 000						
PREVIDÊNCIA			474 210 000	474 210 000						
PREVIDÊNCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS			474 210 000	474 210 000						
10 000 0000 0000 CUSTEIO DOS INATIVOS E PENSIONISTAS			474 210 000	474 210 000						
CONTRIBUIÇÃO A MANUTENÇÃO SOCIO-ECONOMICA E DAS LEGISLAÇÕES PARA OS INATIVOS E PENSIONISTAS E OUTROS CUSTEIOS										
10 000 0000 0000 0000			474 210 000	474 210 000						
PAGAMENTO DE PESSOAL INATIVOS E PENSIONISTAS DO ENTRINTE ECT (LEI 8 000 DE 10/12/92)			474 210 000	474 210 000						
TOTAL SUPLEMENTAÇÃO			474 210 000	474 210 000						

33000 - MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
33801 - FUNDO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

CDE : 000 00

ANEXO I

CREDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	FORTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSAES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA			474 210 000	474 210 000						
PREVIDÊNCIA			474 210 000	474 210 000						
PREVIDÊNCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS			474 210 000	474 210 000						
10 000 0000 0000 ATIVIDADES A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL			474 210 000	474 210 000						
AÇÃO A CARGO CONTRIBUIÇÃO PELA INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL										
10 000 0000 0000 0000			474 210 000	474 210 000						
ATIVIDADES A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL			474 210 000	474 210 000						
TOTAL SUPLEMENTAÇÃO			474 210 000	474 210 000						

LEGISLAÇÃO CITADA

(Anexada pela Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional)

LEI Nº 8.652, DE 29 DE ABRIL DE 1993

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para
o exercício financeiro de 1993

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — As mensagens lidas vão à publicação.

Tendo em vista que a Mensagem nº 71/93-CN, encaminha proposta de modificação do Projeto de Lei nº 2, de 1993-CN, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual para o biênio 1994-1995, de que trata o art. 32, da Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, e dá outras providências, a Presidência remete a matéria à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, e altera o calendário para a tramitação do projeto citado:

Até 9-8 — Distribuição de avulsos;

Até 14-8 — Prazo para apresentação do parecer preliminar, perante a Comissão.

Até 19-8 — Votação do parecer preliminar pela Comissão;

Dia 29-8 — Prazo para apresentação de emendas;

Até 8-9 — Publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 18-10 — Votação dos pareceres parciais, na Comissão.

Até 7-11 — Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A Mensagem nº 68/93-CN, que também acaba de ser lida, encaminha o Projeto de Lei nº 9, de 1993-CN, que trata de abertura de crédito e será encaminhada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução nº 1, de 1991-CN, a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação da matéria:

Dia 10-8 — Distribuição de avulsos;

Até 18-8 — Prazo para apresentação de emendas;

Até 24-8 — Publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 2-9 — Encaminhamento dos pareceres à Mesa do Congresso Nacional.

Sobre a mesa, mensagens presidenciais que vão ser lidas pelo Sr. 1º Secretário.

São lidas as seguintes

MENSAGEM Nº 69, DE 1993-CN (nº 468/93, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 62 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado da Fazenda e Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, o texto da Medida Provisória nº 335, de 27 de julho de 1993, que "Dispõe sobre a redução de multa pela antecipação do pagamento de tributo lançado, e dá nova redação ao art. 30 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991".

Brasília, 28 de julho de 1993.



E.M. nº 239/93

Em 27 de julho de 1993.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Temos a honra de submeter a elevada consideração de a Vossa Excelência proposta de reedição da Medida Provisória nº 329, de 25 de junho de 1993, que dispõe sobre a redução de multa pela antecipação do pagamento do tributo lançado.

A presente proposição tem por objetivo reiterar os preceitos contidos naquela Medida Provisória, tendo em vista a iminência da perda de sua eficácia, face à falta de apreciação pelo Congresso Nacional, no prazo previsto no parágrafo único do art. 62 da Constituição.

Foi acrescida ao art. 3º a data limite para 31 de outubro de 1993, para gozo dos benefícios ali previstos e suprimida a menção ao art. 11 da Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993, o qual levava à interpretação de que o término do prazo para redução das multas em cinquenta por cento ocorreria no próximo dia 31 de julho, não havendo tempo hábil de divulgação desta redução, já que a Administração vem aguardando a conversão da Medida Provisória em lei para dar-lhe publicidade na imprensa.

Solicitamos, outrossim, alteração do art. 30 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, para inclusão da defesa nacional dentre os programas a serem beneficiados com recursos da privatização.

Respeitosamente,



FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Ministro de Estado da Fazenda



ALEXIS STEPANENKO
Ministro de Estado Chefe da
Secretaria de Planejamento, Orçamento e
Coordenação da Presidência da República

Medida Provisória nº 335, de 27 de julho de 1993.

Dispõe sobre a redução de multa pela antecipação do pagamento de tributo lançado, e dá nova redação ao art. 30 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A falta de recolhimento de tributos ou contribuições, administrados pela Secretaria da Receita Federal, declarados pelo contribuinte ou não declarados em razão de não estar o contribuinte obrigado à apresentação da declaração, apurada em procedimento de cobrança, sujeita-se aos acréscimos legais de que trata o art. 59 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991.

Art. 2º Até 31 de dezembro de 1993, será concedida redução de multa aplicada em lançamento de ofício ao contribuinte que efetuar o pagamento integral do crédito tributário ou iniciar o seu pagamento mediante parcelamento, no prazo de quinze dias, contados da data do recebimento da notificação específica.

§ 1º A redução será:

- a) de 75%, quando ocorrer o pagamento integral do crédito tributário;
- b) de 50%, quando submetido o crédito tributário a parcelamento.

§ 2º Não se aplica a redução aos créditos tributários de vencimentos posteriores a 1º de abril de 1993, bem como àqueles em que tenha havido omissão de apresentação da declaração do imposto devido ou em que tenha ocorrido declaração inexata.

§ 3º O atraso no pagamento de duas ou mais prestações do parcelamento, consecutivas ou alternadas, importará no restabelecimento da totalidade da multa proposta no lançamento de ofício.

§ 4º A quantia resultante da redução da multa prevista neste artigo não poderá ser de valor inferior a vinte por cento do montante corrigido do tributo ou contribuição a que se referir.

Art. 3º Até 31 de outubro de 1993, além de redução em cinquenta por cento das importâncias devidas a título de multa, quando referentes a fatos geradores anteriores a 1º de dezembro de 1992, poderá ser concedido ao contribuinte o parcelamento do crédito tributário relativo à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS, à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, e ao FINSOCIAL, inclusive com a dispensa dos honorários advocatícios devidos à Fazenda Nacional, quando o montante da contribuição exigida for objeto de processo judicial, e desde que o contribuinte cumpra as condições estabelecidas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, relativamente à verba honorária a que tiver sido, porventura, condenada a União.

Art. 4º O art. 30 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

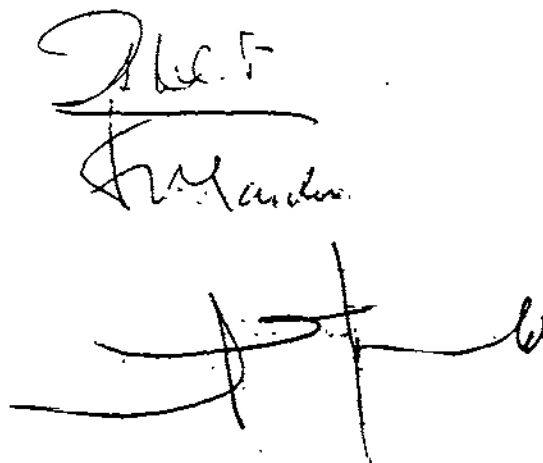
"Art. 30. É criada a Nota do Tesouro Nacional - NTN, a ser emitida, respeitados a autorização concedida e os limites fixados na lei orçamentária, ou em seus créditos adicionais, com a finalidade de prover o Tesouro Nacional de recursos necessários para cobertura de seus déficits explicitados nos orçamentos ou para realização de operações de crédito por antecipação de receita, bem assim, em operações no âmbito do Programa Nacional de Desestatização, instituído pela Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, para programas e projetos nas áreas da ciência e tecnologia, da saúde, da defesa nacional, da segurança pública e do meio ambiente, aprovados pelo Presidente da República."

Art. 5º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 329, de 25 de junho de 1993.

Art. 6º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revoga-se a Lei nº 8.681, de 13 de julho de 1993.

Brasília, 27 de julho de 1993; 172º da Independência e 105º da República.



LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.383, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1991

Institui a Unidade Fiscal de Referência, altera a legislação do imposto de renda e da outras providências.

Art. 59. Os tributos e contribuições administrados pelo Departamento da Receita Federal, que não forem pagos até a data do vencimento, ficarão sujeitos a multa de mora de vinte por cento e a juros de mora de um por cento ao mês-calendário ou fração, calculados sobre o valor do tributo ou contribuição corrigido monetariamente.

§ 1º A multa de mora será reduzida a dez por cento, quando o débito for pago até o último dia útil do mês subsequente ao do vencimento.

§ 2º A multa incidirá a partir do primeiro dia após o vencimento do débito; os juros, a partir do primeiro dia do mês subsequente.

LEI N. 8.177 - DE 1º DE MARÇO DE 1991

**Estabelece regras para a desindexação da economia,
e dá outras providências**

Art. 30. É criada a Nota do Tesouro Nacional, - NTN, a ser emitida, respeitados a autorização concedida e os limites fixados na lei orçamentária, bem como em seus créditos adicionais, com a finalidade de prover o Tesouro Nacional de recursos necessários para cobertura de seus déficits explicitados nos orçamentos ou para realização de operações de crédito por antecipação de receita.

§ 1º Poderá ser autorizada a emissão da NTN com cláusula alternativa de opção, por ocasião do resgate, pela atualização cambial com base na variação da cotação do dólar norte-americano, divulgada pelo Banco Central do Brasil.

§ 2º As Notas do Tesouro Nacional - NTN, a partir do seu vencimento, terão poder liberatório para pagamento de qualquer tributo federal, de responsabilidade de seus titulares ou de terceiros, pelo seu valor de resgate.

LEI N. 8.031 - DE 12 DE ABRIL DE 1990

***Cria o Programa Nacional de Desestatização,
e dá outras providências***

LEI Nº 8.681, DE 13 DE JULHO DE 1993

Dá nova redação ao art. 30 da Lei nº 8.177,
de 1º de março de 1991.

Medida Provisória nº 329 , de 25 de junho de 1993.

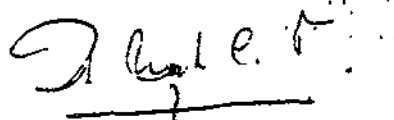
**Dispõe sobre a redução de multa pela antecipação do
pagamento de tributo lançado.**

MENSAGEM Nº 70, DE 1993-CN (nº 472/93, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 62 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, o texto da Medida Provisória nº 336, de 28 de julho de 1993, que "Altera a moeda nacional, estabelecendo a denominação "cruzeiro real" para a unidade do sistema monetário brasileiro".

Brasília, 30 de julho de 1993.



E.M. nº 240

Brasília (DF), 28 de julho de 1993.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência o presente projeto de Medida Provisória que altera a moeda nacional, estabelecendo a denominação "cruzeiro real" para a unidade do sistema monetário brasileiro.

2. A propósito, preliminarmente, emerge oportuno um retrospecto histórico, ainda que sucinto, com relação a cenários de reformas que implicaram corte de zeros na expressão da moeda nacional, desde a extinção do padrão "mil-réis" herdado ainda do período monárquico.

3. Instituído, originalmente, pelo Decreto-lei nº 4.791, de 5.10.42, equivalendo a um milhar de mil-réis, o "cruzeiro" vigorou até 12.02.67, quando - desgastado por pressões inflacionárias acumuladas que impuseram um corte de três zeros - foi substituído pelo "cruzeiro novo". Essa nova unidade, criada pelo Decreto-lei nº 1, de 13.11.65, regulamentado pelo Decreto nº 60.190, de 8.02.67, vigorou até 14.05.70, data após a qual se suprimiu o adjetivo "novo", voltando o simples nome "cruzeiro" a designar a unidade do sistema monetário brasileiro (Resolução nº 144, de 31.03.70, do Conselho Monetário Nacional).

4. Outro corte de três zeros foi determinado com a criação do "cruzado", que substituiu o cruzeiro como unidade do sistema monetário a partir de 28.02.86 (Decreto-lei nº 2.283, de 27.02.86, republicado sob o número 2.284, de 10.03.86). Ilustrativo notar que, correlacionando-se o período vinculado ao primitivo cruzeiro novo (base dez./65 = 100) com a evolução do Índice Geral de Preços medido pela Fundação Getúlio Vargas no conceito de Disponibilidade Interna (IGP-DI), a inflação que corroeu o poder de compra do cruzeiro atingiu, até fevereiro de 1986, aproximadamente, 1.395.000%, acumulados no intervalo de 242 meses, com média mensal de 4,02%.

5. Editada a Medida Provisória nº 32, de 15.01.89, posteriormente convertida na Lei nº 7.730, de 31.01.89, encerrou-se o ciclo de 34 meses de vigência do cruzado, tendo sido criado, em seu lugar, o "cruzado novo" como unidade do sistema monetário, a partir de 16.01.89, determinando outra eliminação de três zeros na expressão da moeda nacional. Nesse período, a corrosão sofrida pelo cruzado alcançou, aproximadamente, 9.000% (desgaste medido pela variação do IGP-DI, base fev./86 = 100), mas revelando perda média mensal da ordem de 14%, portanto ainda mais intensa do que a verificada anteriormente.

6. Recriado pela Medida Provisória nº 168, de 15.03.90, convertida na Lei nº 8.024, de 12.04.90, o cruzeiro voltou a ser a moeda nacional a partir de 16.03.90, mudança que não implicou eliminação de zeros na expressão monetária (1 cruzeiro = 1 cruzado novo), embora vinculada a conjunto de medidas que tiveram drásticas repercussões na vida econômica do País.

7. Decorridos 54 meses (fev.89/jul.93) desde a mais recente substituição de padrão monetário mediante corte de três zeros, novamente avulta a evidência das repercussões perversas que o persistente processo inflacionário tem acarretado sobre o poder aquisitivo da moeda nacional. De fato, desde a instituição do cruzado novo (base jan./89 = 100), a evolução do IGP-DI medida até junho de 1993 registra marca próxima a 7.320.000%, ascendendo a média mensal da inflação a cerca de 24%.

8. Ao longo dessa evolução histórica, é significativo notar que as alterações estruturais do sistema monetário têm sido editadas, originalmente, pelo Poder Executivo, concomitantemente a medidas que objetivaram sustar, bruscamente, o processo inflacionário, caracterizando programas de estabilização e de ajustamento econômico promovidos sem ampla discussão com os agentes econômicos e com a sociedade organizada.

9. Diferentemente, em consonância com firme diretriz de Vossa Excelência, os processos de promulgação de decisões deste Governo, especialmente os que se vinculam a medidas de estabilização econômica, têm-se ambientado em cenário de total transparência, com ênfase à máxima interação com os Poderes Legislativo e Judiciário.

10. Com efeito, os estudos que, de algum tempo, se desenvolvem no âmbito deste Ministério com vistas ao ajustamento da expressão da moeda nacional à realidade econômica pressupunham o encaminhamento, ao Legislativo, de competente Projeto de Lei. Nada obstante, a moeda nacional apresenta desgaste de tal nível em sua expressividade que, mesmo o registro de somas efetivamente nem tão elevadas, já esgota, hoje, a capacidade de equipamentos e formulários, envolvendo número excessivo de dígitos, complicando cálculos e escriturações e estorvando o cotidiano das atividades econômicas da população, que, por isso mesmo, praticamente antecipou a reforma monetária no processo de comunicação.

11. Trata-se, portanto, de atender, com máxima urgência, relevantes interesses já manifestos, iterativamente, pelos mais variados segmentos da economia e da coletividade. Os problemas práticos que a inflação acumulada já acarreta para as mais simples transações de produtos e serviços tornam inadiável nova reforma, que simplifique a expressão da unidade monetária nacional, haja vista os múltiplos e reiterados reclamos expressos seja por empresas dotadas de avançados sistemas informatizados de processamento, seja por usuários de singelos esquemas de escrituração.

12. Nesse contexto, o elenco normativo que compõe a presente medida provisória vem ao encontro da imperiosa necessidade de adequada simplificação da expressão monetária da moeda nacional, com o aporte de disposições que se complementam com o objetivo, em síntese, de:

- estabelecimento da designação "cruzeiro real" para a unidade monetária, atendendo prioritariamente à necessidade de facilitar o processo de comunicação e a assimilação da reforma pelas camadas cultural e economicamente menos favorecidas da população, nos mais variados pontos do território nacional, otimizando condições de transição em período em que ações de estabilização econômica estarão sendo progressivamente adotadas, em ambiente de transparência e participação acordes com o programa de governo de Vossa Excelência;
- adequada enumeração de competências específicas do Banco Central do Brasil, vinculadas à gestão do meio circulante que é própria àquele órgão; e
- confirmação de normas subsidiárias sobre saneamento do meio circulante e sobre utilização de moeda metálica, renovando disposições inseridas no texto do Projeto de Lei nº. 2.907, de 1992, do Poder Executivo, que propôs a extinção do centavo de cruzeiro.

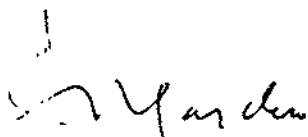
13. Face a todo o exposto, entendo que:

a) os prazos previstos para a tramitação regular de Projeto de Lei, ainda que solicitada urgência na apreciação, são elásticos em face da premência requerida para o encaminhamento de soluções à matéria; e

b) estão reunidos os necessários elementos de convicção que caracterizam, em consonância com a norma constitucional, a relevância e a urgência aplicáveis à fundamentação de promulgação de Medida Provisória sobre o assunto.

14. Nessas condições, com base no Art. 62, parágrafo único da Constituição, alço à consideração de Vossa Excelência projeto de Medida Provisória estabelecendo o "cruzeiro real" como unidade do sistema monetário brasileiro.

Respeitosamente,



Fernando Henrique Cardoso
Ministro de Estado da Fazenda

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 336 , DE 28 DE JULHO DE 1993.

Altera a moeda nacional, estabelecendo a denominação "cruzeiro real" para a unidade do sistema monetário brasileiro.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A unidade do sistema monetário brasileiro passa a denominar-se "cruzeiro real", a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da publicação desta Medida Provisória.

§ 1º A nova unidade equivale a mil cruzeiros e tem como símbolo CR\$.

§ 2º A centésima parte do cruzeiro real, denominada "centavo", é escrita sob a forma de fração decimal, precedida da vírgula que segue a unidade.

Art. 2º A partir da data mencionada no art. 1º, serão grafados em cruzeiros reais os balanços, demonstrações contábeis e financeiras, cheques, títulos, preços, valores de contratos e todas as expressões pecuniárias que se possam traduzir em moeda nacional.

§ 1º Em todos os pagamentos ou liquidações de soma a receber ou a pagar e escritas contábeis, serão desprezados os valores inferiores ao correspondente a um centavo de cruzeiro real (dez cruzeiros), para todos os efeitos legais.

§ 2º Nas instituições financeiras em que a soma das parcelas desprezadas ultrapassar o valor correspondente ao salário mínimo, os totais apurados serão recolhidos e creditados ao Tesouro Nacional, no prazo máximo de trinta dias contados da data mencionada no art. 1º.

§ 3º Admitir-se-á fracionamento especial da unidade monetária nos mercados de valores mobiliários e de títulos da dívida pública, na cotação de moedas estrangeiras e na determinação da expressão monetária de outros valores que necessitem da avaliação de grandezas inferiores ao centavo, sendo as frações resultantes desprezadas ao final dos cálculos.

§ 4º Durante o prazo de cento e vinte dias após a data mencionada no art. 1º, os cheques e outros papéis ainda emitidos com indicação de valor em cruzeiros serão acolhidos pelas instituições financeiras e pelos serviços de compensação.

§ 5º Os documentos de que trata o parágrafo anterior serão acolhidos e contabilizados com a equivalência mencionada no art. 1º, § 1º.

Art. 3º As cédulas atualmente em circulação, emitidas no padrão cruzado novo ou em cruzeiros, com ou sem carimbo de correspondência, permanecem circulando normalmente, observada a equivalência de que trata o art. 1º, § 1º.

Art. 4º As atuais moedas de cruzeiros cuja equivalência, na forma do art. 1º, § 1º, resulte igual ou superior a um centavo de cruzeiro real (dez cruzeiros) permanecem circulando normalmente.

Art. 5º Decorridos cento e oitenta dias da data de entrada em vigor desta Medida Provisória, fica o Banco Central do Brasil autorizado a estabelecer as datas a partir das quais as cédulas e moedas de que tratam os arts. 3º e 4º perderão o poder liberatório.

Art. 6º Todas as moedas de centavos com ano de cunhagem anterior a 1993, assim como as atuais moedas de um e de cinco cruzeiros, estão destituídas de poder liberatório e sem valor legal para circulação.

Art. 7º Ao Banco Central do Brasil compete:

I - providenciar a impressão de cédulas e a cunhagem de moedas de cruzeiros reais nas quantidades necessárias à gradual substituição e recomposição do meio circulante;

II - determinar as características das novas cédulas e moedas, fixando as datas a partir das quais circularão;

III - fixar as datas a partir das quais perderão o poder liberatório cédulas e moedas circulantes;

IV - determinar os prazos e demais condições para recolhimento e resgate das cédulas e moedas que tenham perdido o poder liberatório;

V - promover a destruição das cédulas e a descaracterização das moedas retiradas de circulação;

VI - estabelecer procedimentos complementares necessários à implantação do novo sistema monetário e ao saneamento do meio circulante.

Art. 8º A substituição das cédulas e moedas retiradas de circulação serão efetuadas por intermédio da rede bancária.

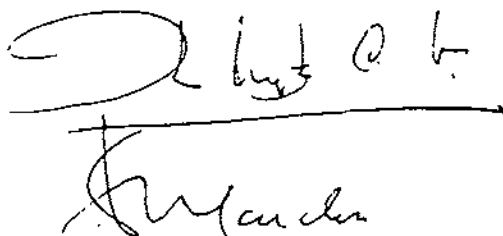
Art. 9º Ninguém será obrigado a receber, em qualquer pagamento, moeda metálica em montante superior a cem vezes o respectivo valor de face.

Art. 10. Toda cédula que contiver marcas, rabiscos, símbolos, desenhos ou quaisquer caracteres a ela estranhos perderá o poder liberatório e o curso legal, valendo apenas para ser depositada ou trocada em estabelecimento bancário, que a recolherá ao Banco Central do Brasil para destruição.

Art. 11. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de julho de 1993; 172º da Independência e 105º da República.



MENSAGEM Nº 72, DE 1993-CN
(nº 478/93, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 62 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado da Fazenda e do Trabalho, o texto da Medida Provisória nº 337, de 28 de julho de 1993, que "Altera o art. 2º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, com a redação dada pela Lei nº 8.458, de 11 de setembro de 1992, que dispõe sobre as disponibilidades financeiras do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e dá outras providências, e autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde - Fundo Nacional de Saúde, crédito extraordinário no valor de Cr\$ 35.000.000.000.000,00".

Brasília, 3 de agosto de 1993.



E.M. Conjunta nº 241

Em 28 de julho de 1993.

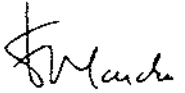
Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

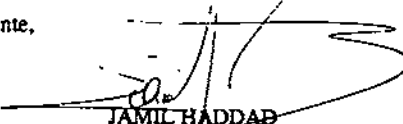
Temos a honra de submeter a elevada consideração de Vossa Excelência proposta de reedição da Medida Provisória nº 331, de 30 de junho de 1993, que altera o art. 2º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, com a redação dada pela Lei nº 8.458, de 11 de setembro de 1992, que dispõe sobre as disponibilidades financeiras do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e dá outras providências, e autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde - Fundo Nacional de Saúde, crédito extraordinário no valor de Cr\$ 35.000.000.000.000,00.


A presente proposição tem por objetivo reiterar os preceitos contidos naquela Medida Provisória, tendo em vista a iminência da perda de sua eficácia, face à falta de apreciação pelo Congresso Nacional, no prazo previsto no parágrafo único do art. 62 da Constituição.

Assim, a relevância e a urgência que a matéria envolve justificam a edição de nova Medida Provisória.


Respeitosamente,


FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Ministro de Estado da Fazenda


JAMIL HADDAD
Ministro de Estado da Saúde


WALTER BARELLI
Ministro de Estado do Trabalho


ANTÔNIO BRITO FILHO
Ministro de Estado da Previdência Social


ALEXIS STEPANENKO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria de
Planejamento, Orçamento e Coordenação da
Presidência da República

Medida Provisória nº 337, de 28 de julho de 1993.

Altera o art. 2º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, com a redação dada pela Lei nº 8.458, de 11 de setembro de 1992, que dispõe sobre as disponibilidades financeiras do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e dá outras providências, e autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde - Fundo Nacional de Saúde, crédito extraordinário no valor de Cr\$ 35.000.000.000.000,00.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 8.458, de 11 de setembro de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º

IV - ao INAMPS, em caráter excepcional, para pagamento de Autorização de Internação Hospitalar - AIH e de Unidade de Cobertura Ambulatorial - UCA, no exercício de 1993, desde que garantidos pelo Tesouro Nacional, mediante lançamento de Notas do Tesouro Nacional, Série F, regulamentadas pelo Decreto nº 747, de 5 de fevereiro de 1993, que poderão ser resgatadas antecipadamente, sempre até os valores que o FAT necessite sacar dos depósitos especiais para atender à manutenção de sua reserva mínima de liquidez ou às despesas com benefícios do seguro-desemprego e do abono de que trata o art. 239 da Constituição Federal.

§ 4º O empréstimo de que trata o inciso IV deste artigo não poderá exceder o valor corrente de Cr\$ 35.000.000.000.000,00 (trinta e cinco trilhões de cruzeiros), e terá prazo de vencimento de 6 (seis) meses, a contar da data da efetiva liberação dos recursos, prorrogável por mais 60 (sessenta) dias, no caso de não ter sido publicado até a data de vencimento do empréstimo, o Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD, referente ao exercício de 1994.

§ 5º Na necessidade de se efetuarem resgates antecipados, conforme previsto nos incisos III e IV deste artigo, o Conselho Deliberativo do FAT - CODEFAT deverá comunicar o fato ao Ministério da Fazenda, por intermédio da Secretaria do Tesouro Nacional, com antecedência mínima de trinta dias da data do resgate."

Art. 2º O FAT, através do CODEFAT, liberará imediatamente o empréstimo de que trata o § 4º do art. 2º da Lei nº 8.352, de 1991, com a redação dada pelo art. 1º desta Medida Provisória.

Art. 3º Fica o Tesouro Nacional autorizado a emitir em favor do FAT títulos da dívida pública, nos montantes e condições necessários para dar cumprimento ao disposto no inciso IV do art. 2º da Lei nº 8.352, de 1991, com a redação dada pelo art. 1º desta Medida Provisória, os quais serão mantidos em custódia pelo Banco do Brasil S.A., como garantia de operações que venham a ser contratadas pelo INAMPS.

Art. 4º As leis orçamentárias da União consignarão no orçamento do INAMPS, à conta dos recursos de que trata a alínea "d" do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, dotações específicas para o pagamento do serviço da dívida decorrente das operações de que trata o inciso IV da Lei nº 8.352, de 1991, com a redação dada pelo art. 1º desta Medida Provisória.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 8.652, de 29 de abril de 1993), em favor do Ministério da Saúde - Fundo Nacional de Saúde, crédito extraordinário no valor de Cr\$ 35.000.000.000.000,00 (trinta e cinco trilhões de cruzeiros), para atender à programação constante do Anexo I desta Medida Provisória.

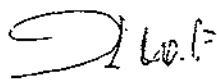
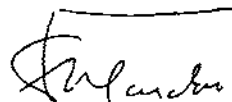
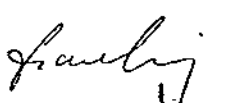

§ 1º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior serão provenientes de Operações de Crédito Internas - em moeda.

§ 2º Em decorrência da abertura do presente crédito, fica alterada a receita do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS, na forma do Anexo II desta Medida Provisória.

Art. 6º Ficam convalidados os atos e efeitos jurídicos decorrentes da Medida Provisória nº 331, de 30 de junho de 1993.

Art. 7º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de julho de 1993; 172º da Independência e 105º da República.

30000 - MINISTÉRIO DA SAÚDE - FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
30208 - INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CONTA 1.000.000
ORÇAMENTO DE FOLHA DE PAGAMENTO E MANUTENÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	ESFERRA	T O T A L	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JORNAL DA OBRIG.	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	IMPOSTOS E TAXAS	AMORTIZAÇÃO DE OBRIG.	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
13.075.0028.2211.0018 INTERIORES NA REG. HOSPITALAR CONTRATADA E CONVÊNIO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	TERCEIROS	1.000.000,00			1.000.000,00				
13.075.0028.2211.0019 INTERIORES NA REG. HOSPITALAR CONTRATADA E CONVÊNIO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	TERCEIROS	1.000.000,00			1.000.000,00				
13.075.0028.2211.0020 INTERIORES NA REG. HOSPITALAR CONTRATADA E CONVÊNIO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	TERCEIROS	1.000.000,00			1.000.000,00				
13.075.0028.2211.0021 INTERIORES NA REG. HOSPITALAR CONTRATADA E CONVÊNIO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	TERCEIROS	1.000.000,00			1.000.000,00				
13.075.0028.2211.0022 INTERIORES NA REG. HOSPITALAR CONTRATADA E CONVÊNIO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	TERCEIROS	1.000.000,00			1.000.000,00				
13.075.0028.2211.0023 INTERIORES NA REG. HOSPITALAR CONTRATADA E CONVÊNIO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	TERCEIROS	1.000.000,00			1.000.000,00				
13.075.0028.2211.0024 INTERIORES NA REG. HOSPITALAR CONTRATADA E CONVÊNIO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	TERCEIROS	1.000.000,00			1.000.000,00				
13.075.0028.2211.0025 INTERIORES NA REG. HOSPITALAR CONTRATADA E CONVÊNIO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	TERCEIROS	1.000.000,00			1.000.000,00				
13.075.0028.2211.0026 INTERIORES NA REG. HOSPITALAR CONTRATADA E CONVÊNIO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	TERCEIROS	1.000.000,00			1.000.000,00				
13.075.0028.2211.0027 INTERIORES NA REG. HOSPITALAR CONTRATADA E CONVÊNIO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	TERCEIROS	1.000.000,00			1.000.000,00				
13.075.0028.2211.0028 INTERIORES NA REG. HOSPITALAR CONTRATADA E CONVÊNIO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	TERCEIROS	1.000.000,00			1.000.000,00				
13.075.0028.2211.0029 INTERIORES NA REG. HOSPITALAR CONTRATADA E CONVÊNIO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	TERCEIROS	1.000.000,00			1.000.000,00				
13.075.0028.2211.0030 INTERIORES NA REG. HOSPITALAR CONTRATADA E CONVÊNIO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	TERCEIROS	1.000.000,00			1.000.000,00				
13.075.0028.2211.0031 INTERIORES NA REG. HOSPITALAR CONTRATADA E CONVÊNIO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	TERCEIROS	1.000.000,00			1.000.000,00				
13.075.0028.2211.0032 INTERIORES NA REG. HOSPITALAR CONTRATADA E CONVÊNIO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	TERCEIROS	1.000.000,00			1.000.000,00				
13.075.0028.2211.0033 INTERIORES NA REG. HOSPITALAR CONTRATADA E CONVÊNIO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	TERCEIROS	1.000.000,00			1.000.000,00				
13.075.0028.2211.0034 INTERIORES NA REG. HOSPITALAR CONTRATADA E CONVÊNIO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	TERCEIROS	1.000.000,00			1.000.000,00				
13.075.0028.2211.0035 INTERIORES NA REG. HOSPITALAR CONTRATADA E CONVÊNIO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	TERCEIROS	1.000.000,00			1.000.000,00				
13.075.0028.2211.0036 INTERIORES NA REG. HOSPITALAR CONTRATADA E CONVÊNIO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	TERCEIROS	1.000.000,00			1.000.000,00				
13.075.0028.2211.0037 INTERIORES NA REG. HOSPITALAR CONTRATADA E CONVÊNIO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	TERCEIROS	1.000.000,00			1.000.000,00				
13.075.0028.2211.0038 INTERIORES NA REG. HOSPITALAR CONTRATADA E CONVÊNIO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	TERCEIROS	1.000.000,00			1.000.000,00				
13.075.0028.2211.0039 INTERIORES NA REG. HOSPITALAR CONTRATADA E CONVÊNIO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	TERCEIROS	1.000.000,00			1.000.000,00				
13.075.0028.2211.0040 INTERIORES NA REG. HOSPITALAR CONTRATADA E CONVÊNIO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	TERCEIROS	1.000.000,00			1.000.000,00				
13.075.0028.2211.0041 INTERIORES NA REG. HOSPITALAR CONTRATADA E CONVÊNIO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	TERCEIROS	1.000.000,00			1.000.000,00				
13.075.0028.2211.0042 INTERIORES NA REG. HOSPITALAR CONTRATADA E CONVÊNIO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	TERCEIROS	1.000.000,00			1.000.000,00				
13.075.0028.2211.0043 INTERIORES NA REG. HOSPITALAR CONTRATADA E CONVÊNIO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	TERCEIROS	1.000.000,00			1.000.000,00				
13.075.0028.2211.0044 INTERIORES NA REG. HOSPITALAR CONTRATADA E CONVÊNIO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	TERCEIROS	1.000.000,00			1.000.000,00				
13.075.0028.2211.0045 INTERIORES NA REG. HOSPITALAR CONTRATADA E CONVÊNIO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	TERCEIROS	1.000.000,00			1.000.000,00				
13.075.0028.2211.0046 INTERIORES NA REG. HOSPITALAR CONTRATADA E CONVÊNIO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	TERCEIROS	1.000.000,00			1.000.000,00				
13.075.0028.2211.0047 INTERIORES NA REG. HOSPITALAR CONTRATADA E CONVÊNIO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	TERCEIROS	1.000.000,00			1.000.000,00				
13.075.0028.2211.0048 INTERIORES NA REG. HOSPITALAR CONTRATADA E CONVÊNIO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	TERCEIROS	1.000.000,00			1.000.000,00				
13.075.0028.2211.0049 INTERIORES NA REG. HOSPITALAR CONTRATADA E CONVÊNIO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	TERCEIROS	1.000.000,00			1.000.000,00				
13.075.0028.2211.0050 INTERIORES NA REG. HOSPITALAR CONTRATADA E CONVÊNIO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	TERCEIROS	1.000.000,00			1.000.000,00				

36000 - MINISTERIO DA SAUDE - FUNDO NACIONAL DE SAUDE - ENTIDADES SUPLENTECIADADAS
36206 - INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTENCIA MEDICA DA PREVIDENCIA SOCIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

[illegible]

PROGRAMA DE TREINAMENTO (SUPLEMENTAÇÃO)

[illegible]

NAME NO :

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

ESPECIFICAÇÃO	ESTIMA	1 D T A L	PISSOAL E ENC. SOCIAIS	LUROS E ENC. DA DIVIDA	OUTRAS DESP. COMPLETAS	INVESTIMENTOS	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	APORTAÇÃO DA DIVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
13 0116 0424 2317 0001 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	12 000 000			427 960 000				
13 0116 0424 2317 0002 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	1200000000			2700000000				
13 0116 0424 2317 0003 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	3000000000			3000000000				
13 0116 0424 2317 0004 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	6000000000			6000000000				
13 0116 0424 2317 0005 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	9000000000			9000000000				
13 0116 0424 2317 0006 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	12000000000			12000000000				
13 0116 0424 2317 0007 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	15000000000			15000000000				
13 0116 0424 2317 0008 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	18000000000			18000000000				
13 0116 0424 2317 0009 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	21000000000			21000000000				
13 0116 0424 2317 0010 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	24000000000			24000000000				
13 0116 0424 2317 0011 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	27000000000			27000000000				
13 0116 0424 2317 0012 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	30000000000			30000000000				
13 0116 0424 2317 0013 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	33000000000			33000000000				
13 0116 0424 2317 0014 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	36000000000			36000000000				
13 0116 0424 2317 0015 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	39000000000			39000000000				
13 0116 0424 2317 0016 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	42000000000			42000000000				
13 0116 0424 2317 0017 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	45000000000			45000000000				
13 0116 0424 2317 0018 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	48000000000			48000000000				
13 0116 0424 2317 0019 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	51000000000			51000000000				
13 0116 0424 2317 0020 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	54000000000			54000000000				
13 0116 0424 2317 0021 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	57000000000			57000000000				
13 0116 0424 2317 0022 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	60000000000			60000000000				
13 0116 0424 2317 0023 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	63000000000			63000000000				
13 0116 0424 2317 0024 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	66000000000			66000000000				
13 0116 0424 2317 0025 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	69000000000			69000000000				
13 0116 0424 2317 0026 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	72000000000			72000000000				
13 0116 0424 2317 0027 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	75000000000			75000000000				
13 0116 0424 2317 0028 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	78000000000			78000000000				
13 0116 0424 2317 0029 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	81000000000			81000000000				
13 0116 0424 2317 0030 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	84000000000			84000000000				
13 0116 0424 2317 0031 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	87000000000			87000000000				
13 0116 0424 2317 0032 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	90000000000			90000000000				
13 0116 0424 2317 0033 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	93000000000			93000000000				
13 0116 0424 2317 0034 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	96000000000			96000000000				
13 0116 0424 2317 0035 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	99000000000			99000000000				
13 0116 0424 2317 0036 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	102000000000			102000000000				
13 0116 0424 2317 0037 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	105000000000			105000000000				
13 0116 0424 2317 0038 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	108000000000			108000000000				
13 0116 0424 2317 0039 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	111000000000			111000000000				
13 0116 0424 2317 0040 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	114000000000			114000000000				
13 0116 0424 2317 0041 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	117000000000			117000000000				
13 0116 0424 2317 0042 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	120000000000			120000000000				
13 0116 0424 2317 0043 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	123000000000			123000000000				
13 0116 0424 2317 0044 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	126000000000			126000000000				
13 0116 0424 2317 0045 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	129000000000			129000000000				
13 0116 0424 2317 0046 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	132000000000			132000000000				
13 0116 0424 2317 0047 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	135000000000			135000000000				
13 0116 0424 2317 0048 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	138000000000			138000000000				
13 0116 0424 2317 0049 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	141000000000			141000000000				
13 0116 0424 2317 0050 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	144000000000			144000000000				
13 0116 0424 2317 0051 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	147000000000			147000000000				
13 0116 0424 2317 0052 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	150000000000			150000000000				
13 0116 0424 2317 0053 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	153000000000			153000000000				
13 0116 0424 2317 0054 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	156000000000			156000000000				
13 0116 0424 2317 0055 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	159000000000			159000000000				
13 0116 0424 2317 0056 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	162000000000			162000000000				
13 0116 0424 2317 0057 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	165000000000			165000000000				
13 0116 0424 2317 0058 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	168000000000			168000000000				
13 0116 0424 2317 0059 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	171000000000			171000000000				
13 0116 0424 2317 0060 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	174000000000			174000000000				
13 0116 0424 2317 0061 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	177000000000			177000000000				
13 0116 0424 2317 0062 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	180000000000			180000000000				
13 0116 0424 2317 0063 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	183000000000			183000000000				
13 0116 0424 2317 0064 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	186000000000			186000000000				
13 0116 0424 2317 0065 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	189000000000			189000000000				
13 0116 0424 2317 0066 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	192000000000			192000000000				
13 0116 0424 2317 0067 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	195000000000			195000000000				
13 0116 0424 2317 0068 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	198000000000			198000000000				
13 0116 0424 2317 0069 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	201000000000			201000000000				
13 0116 0424 2317 0070 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	204000000000			204000000000				
13 0116 0424 2317 0071 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	207000000000			207000000000				
13 0116 0424 2317 0072 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	210000000000			210000000000				
13 0116 0424 2317 0073 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	213000000000			213000000000				
13 0116 0424 2317 0074 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	216000000000			216000000000				
13 0116 0424 2317 0075 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	219000000000			219000000000				
13 0116 0424 2317 0076 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	222000000000			222000000000				
13 0116 0424 2317 0077 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	225000000000			225000000000				
13 0116 0424 2317 0078 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	228000000000			228000000000				
13 0116 0424 2317 0079 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	231000000000			231000000000				
13 0116 0424 2317 0080 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	234000000000			234000000000				
13 0116 0424 2317 0081 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	237000000000			237000000000				
13 0116 0424 2317 0082 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	240000000000			240000000000				
13 0116 0424 2317 0083 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	243000000000			243000000000				
13 0116 0424 2317 0084 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	246000000000			246000000000				
13 0116 0424 2317 0085 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	249000000000			249000000000				
13 0116 0424 2317 0086 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	252000000000			252000000000				
13 0116 0424 2317 0087 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	255000000000			255000000000				
13 0116 0424 2317 0088 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	258000000000			258000000000				
13 0116 0424 2317 0089 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	261000000000			261000000000				
13 0116 0424 2317 0090 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	264000000000			264000000000				
13 0116 0424 2317 0091 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	267000000000			267000000000				
13 0116 0424 2317 0092 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	270000000000			270000000000				
13 0116 0424 2317 0093 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	273000000000			273000000000				
13 0116 0424 2317 0094 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	276000000000			276000000000				
13 0116 0424 2317 0095 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	279000000000			279000000000				
13 0116 0424 2317 0096 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	282000000000			282000000000				
13 0116 0424 2317 0097 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	285000000000			285000000000				
13 0116 0424 2317 0098 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	288000000000			288000000000				
13 0116 0424 2317 0099 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	291000000000			291000000000				
13 0116 0424 2317 0100 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	294000000000			294000000000				
13 0116 0424 2317 0101 ALUGUEIRO DE TERRENO EM PARANÁ - RS	7200000000	297000000000			297000000000				
13 0116 0424 2317									

ANEXO II				
RECEITA			RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS (em 1 000 000)	
ESPECIFICAÇÃO			EST.	CATEGORIA ECONÔMICA
2000 00 00	RECEITAS DE CAPITAL		SEG	35 000 000 000
2100 00 00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO		SEG	35 000 000 000
2110 00 00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		SEG	35 000 000 000
2119 00 00	OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		SEG	35 000 000 000
TOTAL SEGURIDADE				35 000 000 000

LEGISLAÇÃO CITADA

Anexada pela Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional

LEI N.º 8.352 - DE 28 DE DEZEMBRO DE 1991

Dispõe sobre as disponibilidades financeiras do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, e dá outras providências

LEI N.º 8.458 - DE 11 DE SETEMBRO DE 1992

Altera o artigo 2º da Lei n.º 8.352⁽¹⁾, de 28 de dezembro de 1991, que dispõe sobre as disponibilidades financeiras do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, e dá outras providências

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei

Art. 1º O Artigo 2º da Lei n.º 8.352, de 28 de dezembro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação

"Art. 2º O Banco do Brasil S/A poderá utilizar os recursos originários dos depósitos especiais de que trata o artigo 9º da Lei n.º 8.019⁽²⁾, de 11 de abril de 1990, para conceder empréstimos

I - ao setor rural,

II - ao Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS, em caráter excepcional, no exercício de 1991.

III - ao INAMPS, em caráter excepcional, no exercício de 1992, desde que sejam garantidos pelo Tesouro Nacional, mediante a entrega de títulos públicos especiais de sua emissão, com registro no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, administrado pelo Banco Central do Brasil, com remuneração equivalente aos encargos previstos nos respectivos empréstimos e com poder liberatório e endossável a partir do vencimento das operações de empréstimos por eles garantidas, na hipótese de inadimplência do INAMPS, ou sempre e até os valores que o FAT necessite sacar dos depósitos especiais para atender à manutenção da sua Reserva Mínima de Liquidez ou às despesas com os benefícios do seguro-desemprego e do abono de que trata o artigo 239 da Constituição Federal

§ 1º O empréstimo de que trata o inciso II deste artigo não poderá exceder o valor corrente de Cr\$ 220 000 000 000,00 (duzentos e vinte bilhões de cruzeiros), e terá prazo de vencimento até 31 de junho de 1992

§ 2º O empréstimo de que trata o parágrafo anterior poderá ser objeto de refinanciamento, desde que oferecidas as garantias referidas no inciso III deste artigo

§ 3º O empréstimo de que trata o inciso III deste artigo não poderá exceder ao valor corrente de Cr\$ 5 000 000 000 000,00 (cinco trilhões de cruzeiros), ou ao valor correspondente a 46% (quarenta e seis por cento) do valor da diferença entre a arrecadação estimada para o exercício de 1992, na Lei n.º 8.409⁽³⁾, de 28 de fevereiro de 1992, sob o título de contribuição para o Fundo de Investimento Social - FINSOCIAL (Fonte 153) e aquela que efetivamente ocorrer durante o exercício"

DECRETO N.º 1.141 - DE 5 DE FEVEREIRO DE 1993

Consolida o regulamento da Lei n.º 8.249, de 24 de outubro de 1991, que estabelece as características da Nota do Tesouro Nacional - NTN, e dá outras providências

LEI N.º 8.212 - DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências

Art. 1º A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social

Parágrafo único A Seguridade Social obedecerá aos seguintes princípios e diretrizes:

a) universalidade da cobertura e do atendimento;
b) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais,

c) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços,

d) irredutibilidade do valor dos benefícios,

e) equidade na forma de participação no custeio;

f) diversidade da base de financiamento;

g) caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados

LEI Nº 8.652, DE 29 DE ABRIL DE 1993

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para
o exercício financeiro de 1993

Medida Provisória nº 331, de 30 de junho de 1993.

Altera o art. 2º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, com a redação dada pela Lei nº 8.458, de 11 de setembro de 1992, que dispõe sobre as disponibilidades financeiras do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e dá outras providências, e autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde - Fundo Nacional de Saúde, crédito extraordinário no valor de Cr\$ 35.000.000.000.000,00.

MENSAGEM Nº 75, DE 1993-CN
(nº 481/93, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 62 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado da Fazenda e do Trabalho, o texto da Medida Provisória nº 340, de 31 de julho de 1993, que "Altera dispositivos da Lei nº 8.542, de 23 de dezembro de 1992, que "dispõe sobre a política nacional de salários, e dá outras providências".

Brasília, 3 de agosto de 1993.



E.M. CONJUNTA MTb/MF/SPOCPR/MPS nº 03

Brasília, 30 de *julho* de 1993.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Temos a honra de submeter à superior consideração de Vossa Excelência a anexa Minuta de Medida Provisória que altera dispositivos da Lei nº 8.542, de 23 de dezembro de 1992, que "Dispõe sobre a política nacional de salários, e dá outras providências".

Conforme é do conhecimento de Vossa Excelência, o Congresso Nacional aprovou recentemente Projeto de Lei sobre o mesmo assunto, o qual mereceu o veto presidencial por implicar impactos insuportáveis sobre as contas públicas e sobre a política econômica deste Governo:

Por outro lado, Senhor Presidente, estabeleceu-se na sociedade o consenso em relação à necessidade de se conceder aos trabalhadores uma proteção mais efetiva contra a corrosão inflacionária, hoje no patamar de 30% ao mês.

Desta forma, buscou-se conciliar esta necessidade, à qual o Governo de Vossa Excelência esteve sempre sensível, à capacidade de financiamento por parte do Tesouro Nacional, das empresas públicas e da Previdência Social, bem assim aos imperativos do combate sistemático à inflação, da manutenção das condições para a retomada do crescimento econômico, da expansão do nível de emprego, e do combate à miséria.

Tal solução de compromisso traduz-se na garantia de antecipações mensais aos salários mínimo, aos benefícios previdenciários

rios e à parcela salarial até seis salários mínimos dos trabalhadores, no percentual correspondente à parte da variação do IRSM que exceder a 10% ao mês, mantendo-se o reajuste quadrimestral pela aplicação do FAS.

Desta forma, Senhor Presidente, procura-se construir um verdadeiro seguro para os brasileiros mais atingidos pelas perdas provocadas pela inflação, seguro este que implicará a reposição de uma parcela proporcionalmente maior em caso de aceleração inflacionária, e menor em caso de desaceleração.

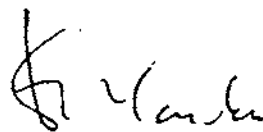
Finalmente, inclui-se um dispositivo condicionando eventuais concessões salariais superiores às previstas em lei por parte das empresas públicas às diretrizes estabelecidas pelo Poder Executivo.

São estas, Senhor Presidente, as providências cuja adoção julgamos oportuno propor à Vossa Excelência, sob a forma de Medida Provisória nos termos do art. 62 da Constituição Federal, uma vez que se encontram presentes os requisitos de relevância e urgência mencionados naquele dispositivo constitucional.

Respeitosamente,



WALTER BARELLI
Ministro de Estado do Trabalho



FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Ministro de Estado da Fazenda



ALEXIS STEPANENKO
Ministro de Estado, Chefe da
Secretaria de Planejamento,
Orçamento e Coordenação da
Presidência da República



ANTONIO BRITO FILHO
Ministro de Estado da
Previdência Social

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 340, DE 31 DE JULHO DE 1993.

Altera dispositivos da Lei nº 8.542, de 23 de dezembro de 1992, que "dispõe sobre a política nacional de salários, e dá outras providências".

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62 da Constituição Federal, adota a seguinte Medida Provisória com força de lei:

Art. 1º Os arts. 5º, 7º e 9º da Lei nº 8.542, de 23 de dezembro de 1992, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 5º São asseguradas aos trabalhadores antecipações salariais mensais sobre a parcela até 6 (seis) salários mínimos, a serem fixadas pelo Ministério do Trabalho até o segundo dia útil de cada mês, em percentual correspondente à parte da variação do IRSM que exceder a 10% (dez por cento) no mês anterior ao da sua concessão.

§ 1º A partir de agosto de 1993, inclusive, os trabalhadores do Grupo A farão jus às antecipações previstas neste artigo nos meses de fevereiro, março, abril, junho, julho, agosto, outubro, novembro e dezembro.

§ 2º A partir de setembro de 1993, inclusive, os trabalhadores do Grupo B farão jus às antecipações previstas neste artigo nos meses de janeiro, março, abril, maio, julho, agosto, setembro, novembro e dezembro.

§ 3º A partir de agosto de 1993, inclusive, os trabalhadores do Grupo C farão jus às antecipações previstas neste artigo nos meses de janeiro, fevereiro, abril, maio, junho, agosto, setembro, outubro e dezembro.

§ 4º A partir de setembro de 1993, inclusive, os trabalhadores do Grupo D farão jus às antecipações previstas neste artigo nos meses de janeiro, fevereiro, março, maio, junho, julho, setembro, outubro e novembro.

§ 5º As antecipações de que trata este artigo serão deduzidas por ocasião do reajuste quadrimestral previsto no artigo anterior".

"Art. 7º

§ 1º O salário mínimo será reajustado nos meses de janeiro, maio e setembro, pela aplicação do FAS.

§ 2º Serão asseguradas ao salário mínimo, a partir de agosto de 1993, inclusive, antecipações salariais mensais em percentual correspondente à parte da variação do IRSM que exceder a 10% (dez por cento) no mês anterior ao da sua concessão, nos meses de fevereiro, março, abril, junho, julho, agosto, outubro, novembro e dezembro.

§ 3º Por ocasião da aplicação dos reajustes e antecipações de que trata este artigo, o valor do salário mínimo mensal será arredondado para a unidade de cruzeiro real imediatamente superior."

"Art. 9º Os benefícios de prestação continuada da Previdência Social serão reajustados nos seguintes termos:

I - No mês de setembro de 1993 pela variação acumulada do IRSM do quadrimestre anterior, deduzidas as antecipações concedidas nos termos desta Lei;

II - Nos meses de janeiro, maio e setembro pela aplicação do FAS, a partir de janeiro de 1994, deduzidas as antecipações concedidas nos termos desta Lei.

§ 1º São asseguradas ainda aos benefícios de prestação continuada da Previdência Social, a partir de agosto de 1993, inclusive, antecipações em percentual correspondente à parte da variação do IRSM que exceder a 10% (dez por cento) no mês anterior ao de sua concessão, nos meses de fevereiro, março, abril, junho, julho, agosto, outubro, novembro e dezembro.

§ 2º Para os benefícios com data de início nos meses de fevereiro, março, abril, junho, julho, agosto, outubro, novembro e dezembro, o primeiro reajuste subsequente à data de início corresponderá à variação acumulada do IRSM entre o mês de início e o mês anterior ao do reajuste, deduzidas as antecipações de que trata o parágrafo anterior.

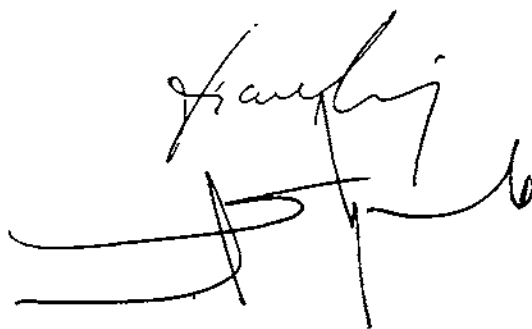
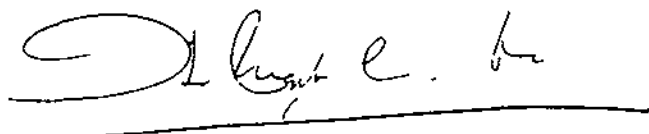
§ 3º A partir da referência janeiro de 1993, o IRSM substitui o INPC para todos os fins previstos nas Leis nº 8.212 e nº 8.213, ambas de 24 de julho de 1991".

Art. 2º Excepcionalmente, no mês de agosto de 1993, os trabalhadores do Grupo B farão jus à antecipação bimestral prevista no § 4º do art. 5º da Lei nº 8.542, de 23 de dezembro de 1992, segundo a redação vigente até a publicação desta Medida Provisória.

Art. 3º Esta Medida Provisória entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 31 de julho de 1993; 172ª da
Independência e 105ª da República.



LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.542, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1992

Dispõe sobre a política nacional de salários e dá outras providências.

Art. 5º São asseguradas aos trabalhadores antecipações salariais sobre a parcela até seis salários mínimos, a serem fixadas pelo Ministério do Trabalho até o segundo dia útil de cada mês, em percentual não inferior a sessenta por cento da variação acumulada do IRSM nos dois meses imediatamente anteriores à sua concessão.

§ 1º A partir de janeiro de 1993, inclusive, os trabalhadores do Grupo C farão jus às antecipações previstas neste artigo nos meses de janeiro, maio e setembro.

§ 2º A partir de fevereiro de 1993, inclusive, os trabalhadores do Grupo D farão jus às antecipações previstas neste artigo nos meses de fevereiro, junho e outubro.

§ 3º A partir de março de 1993, inclusive, os trabalhadores do Grupo A farão jus às antecipações previstas neste artigo nos meses de março, julho e novembro.

§ 4º A partir de abril de 1993, inclusive, os trabalhadores do Grupo B farão jus às antecipações previstas neste artigo nos meses de abril, agosto e dezembro.

§ 5º As antecipações de que trata este artigo, bem como aquelas concedidas até a data de publicação desta lei, com base no art. 5º da Lei nº 8.419⁽¹⁾, de 7 de maio de 1992, que ainda não tenham sido compensadas nos termos da referida lei, serão deduzidas por ocasião do reajuste quadrimestral previsto no artigo anterior.

Art. 7º A partir de 1º de janeiro de 1993, o salário mínimo será de Cr\$1 250.700,00 (um milhão, duzentos e cinquenta mil e setecentos cruzeiros) mensais, Cr\$41.690,00 (quarenta e um mil, seiscentos e noventa cruzeiros) diários e Cr\$5.685,00 (cinco mil, seiscentos e oitenta e cinco cruzeiros) horários.

§ 1º A partir de 1º de maio de 1993, inclusive, o salário mínimo terá reajustes quadrimestrais pela aplicação do FAS.

§ 2º Serão assegurados ao salário mínimo reajustes bimestrais, a título de antecipação, nos meses de março, julho e novembro, em percentual idêntico ao definido para os trabalhadores do Grupo A, conforme disposto no § 3º do art. 5º desta lei, a serem compensados por ocasião dos reajustes quadrimestrais previstos no parágrafo anterior.

§ 3º Por ocasião da aplicação dos reajustes e antecipações de que trata este artigo, o valor do salário mínimo mensal será arredondado para a unidade de centena de cruzeiros imediatamente superior.

Art. 9º A partir de maio de 1993, inclusive, os benefícios de prestação continuada da Previdência Social terão reajuste quadrimestral pela variação acumulada do IRSM, sempre nos meses de janeiro, maio e setembro.

§ 1º Os benefícios com data de início posterior a 31 de janeiro de 1993 terão seu primeiro reajuste calculado pela variação acumulada do IRSM entre o mês de início, inclusive, e o mês imediatamente anterior ao do referido reajuste.

§ 2º A partir da referência janeiro de 1993, o IRSM substitui o INPC para todos os fins previstos nas Leis nºs 8.212⁽²⁾, e 8.213⁽⁴⁾, ambas de 24 de julho de 1991.

LEI N. 8.212 - DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências

LEI N. 8.213 - DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e dá outras providências

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Esgotou-se o prazo para a Comissão Mista apresentar o parecer sobre a admissibilidade da Medida Provisória nº 333, de 6 de julho de 1993, que acrescenta o parágrafo único ao art. 57 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 e revoga o art. 3º da Lei nº 8.656, de 21 de maio de 1993, que altera o dispositivo da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

Nos termos do disposto no art. 8º da Resolução nº 1, de 1989-CN, solicito ao nobre Deputado Elias Murad que profira o seu parecer.

O SR. ELIAS MURAD (PSDB — MG. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, nos termos do art. 62 da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República expediu a Medida Provisória nº 333, de 6 de julho de 1993, cujo texto submete à apreciação do Congresso Nacional.

A Medida Provisória que ora se examina objetiva acrescentar parágrafo único ao art. 57 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e revoga o art. 3º da Lei nº 8.656, de 21 de maio de 1993, que altera dispositivo de Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que “dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”, nos termos do parágrafo único do art. 57, estabeleceu que o valor da multa nunca seria inferior a trezentas e nem superior a três milhões de vezes o valor do Bônus do Tesouro Nacional (BTN), ou índice equivalente que viesse a substituí-lo.

O Bônus do Tesouro Nacional foi extinto pela Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, tendo sido editada a Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, que instituiu como medida de valor e parâmetro de atualização monetária de multas e penalidades de qualquer natureza a Unidade Fiscal de Referência (UFIR).

O Poder Executivo foi autorizado pela Lei nº 8.656, de 21 de maio de 1991, que alterou dispositivo da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, a atualizar o valor da pena de multa, periodicamente, respeitados os parâmetros vigentes à época da promulgação desta última lei.

Verifica-se, entretanto, que o valor mínimo da pena de multa, como previsto na Lei nº 8.078, de 1990, a qual se reportou à Lei nº 8.656/93, é bastante alto, especialmente se recair sobre pequenas empresas, podendo mesmo inviabilizar o prosseguimento das atividades do infrator.

A pena pecuniária visa a punir a conduta danosa e coibir novas práticas condenadas e não comprometer a existência das pequenas empresas.

Revela-se, assim, necessário reduzir o valor da pena de multa e determinar o índice de atualização monetária, no caso, a Unidade Fiscal de Referência, nos termos em que a lei a instituiu.

Entende o Poder Executivo que, decorridos quase três anos da edição do Código de Defesa do Consumidor, reclamado pelo art. 48 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e em vias de ser expedido o decreto regulamentar previsto no art. 2º da Lei nº 8.656, de 21 de maio de 1993, faz-se necessária, de imediato, a redução da pena de multa, para que a aplicação das sanções administrativas não resulte em impropriedade, que postergue, mais uma vez, a proteção integral assegurada pelo art. 5º, XXXII, da Magna Carta.

De acordo com o art. 5º da Resolução nº 1, de 1989, do Congresso Nacional, cabe a esta Comissão emitir parecer, preliminarmente, sobre a admissibilidade total ou parcial da Medida Provisória em foco, examinando o atendimento aos pressupostos de urgência e relevância, expressos no art. 62 da Constituição Federal.

Entendemos que uma medida provisória pode ser enquadrada no pressuposto de urgência, quando a matéria nela contida necessitar promulgação em prazo inferior aos cem dias usuais para tramitação de projetos de iniciativa do Senhor Presidente da República.

A Medida Provisória sob exame, sem dúvida, enquadra-se nos pressupostos aludidos. A relevância da matéria objeto, bem como a urgência da sua edição, estão sobejamente constatadas.

Diante do exposto, conclui-se pela admissibilidade da Medida Provisória nº 333, de 6 de julho de 1993, atendidos que foram os pressupostos constitucionais de urgência e relevância.

É o parecer, Sr. Presidente.

O Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Humberto Lucena, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — O parecer concluiu pela admissibilidade da Medida Provisória.

Nos termos do disposto no inciso I do § 1º do art. 5º da Resolução nº 1, de 1989-CN, a Presidência abre o prazo de 12 horas para apresentação do recurso ali previsto.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Esgotou-se o prazo para a Comissão Mista apresentar o parecer sobre a admissibilidade da Medida Provisória nº 334, de 23 de julho de 1993, que dá nova redação aos arts. 5º e 19 da Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, que cria o Programa Nacional de Desestatização e dispõe sobre a suspensão de processos de privatização.

Nos termos do disposto no art. 8º da Resolução nº 1, de 1989-CN, solicito ao nobre Congressista Luiz Viana Neto que profira o seu parecer.

O SR. LUIZ VIANA FILHO (Bloco — BA. Para proferir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

I — Relatório

Nos termos do art. nº 62 da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República editou, em 24 de junho de 1993, a Medida Provisória nº 327, que dá nova redação aos artigos 5º e 19º da Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990 (Programa Nacional de Desestatização) e que dispõe sobre a suspensão de processos de privatização.

A Medida Provisória nº 334, de 23 de julho de 1993, reitera os preceitos contidos naquela medida provisória reeditando-a em todos os seus termos e convalida os atos praticados com base na mesma.

A Medida Provisória tem por objetivo aprimorar algumas regras do processo decisório no programa de privatização, especificamente no que diz respeito à composição da Comissão Diretora do Programa Nacional, ao apoio necessário à Comissão e à possibilidade de suspensão de processos de privatização, caso assim entenda o Senado Federal.

Com efeito, a Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização será composta de 12 a 15 membros titulares e respectivos suplentes, sendo que 5 dos cargos titulares serão exercidos por representantes da Administração Pública Federal e nomeados livremente pelo Presidente da República. O Chefe do Poder Executivo nomeará os demais membros da Comissão (de 7 a 12 titulares e respectivos suplentes), somente após a aprovação das indicações pelo Senado Federal.

Como se sabe, pela Lei até então em vigor, os membros eram nomeados pelo Presidente da República após aprovação pelo Congresso Nacional.

Em nível de Poder Executivo, a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República passa a prestar o apoio necessário à Comissão Diretora, em substituição ao Ministério da Fazenda, conforme preconizava o art. 19 da Lei nº 8.031/90.

A Medida Provisória estabelece também que os processos de alienação de empresas no âmbito do Programa poderão ser suspensos, pelo prazo de até 20 dias, caso o Senado decida avocar, no prazo de 5 dias após a publicação do Edital sobre as condições de privatização de cada empresa, o processo para reexame do laudo de avaliação da empresa ou dos bens a serem alienados.

Caso o Senado Federal ratifique o laudo de avaliação ou não se pronuncie no término do período da suspensão do processo de alienação, a Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização dará continuidade ao processo de privatizações.

Em caso contrário, a Medida Provisória determina que o Presidente da Comissão Diretora convocará, em 2 dias, reunião especial para promover, no prazo de 10 dias, "a reavaliação ou as retificações" indicadas, mediante Resolução do

Senado Federal. Poderão participar das reuniões especiais Senadores e técnicos que o Senado indicar.

Por fim, feitas as reavaliações ou as retificações, a Medida Provisória estabelece que o processo de privatização terá prosseguimento dentro do prazo que faltava para completá-lo à época da suspensão.

II — Sobre a Urgência e Relevância da Medida Provisória.

De acordo com o art. 5º da Resolução nº 1, de 1989, do Congresso Nacional, cabe a esta Comissão Mista emitir, preliminarmente, parecer quanto à admissibilidade total ou parcial desta Medida Provisória, examinando, portanto, se atende ou não aos pressupostos de urgência contidos no Art. 62 da Constituição Federal.

Entendemos que o pressuposto de urgência para edição de uma medida provisória é caracterizado pelo fato de a matéria nela contida necessitar de promulgação antes do prazo especial para tramitação de projetos de iniciativa do Senhor Presidente da República, conforme regime de urgência previsto no Art. 64 da Constituição Federal. No caso, não há dúvida de que a aceleração do programa de privatização necessita urgentemente do aprimoramento contido nesta Medida Provisória.

Por outro lado, a relevância da matéria é cristalina, porquanto os dispositivos tornam as regras do processo decisório no Programa de Privatização muito mais democráticas.

III — Conclusão

Em face do exposto, entendemos que a Medida Provisória nº 334, de 23 de julho de 1993, atende aos pressupostos constitucionais de urgência e relevância. Concluimos, portanto, pela sua admissibilidade.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — O parecer concluiu pela admissibilidade da medida provisória, nos termos do disposto no inciso I do § 1º do art. 5º da Resolução nº 1, de 1989-CN.

A Presidência abre o prazo de 24 horas para apresentação do recurso ali previsto.

O Sr. Prisco Viana — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. PRISCO VIANA (PPR — BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, esta Medida Provisória nº 334 foi publicada no *Diário Oficial da União*, no dia 26 de julho. Portanto, no dia 30 do referido mês, ela deveria ter sido lida em sessão do Congresso. Para tanto, V. Exª e o Sr. Presidente da Câmara convocaram extraordinariamente as duas Casas, e iniciaram uma sessão legislativa extraordinária, mesmo que para funcionar por um único dia.

Na sessão a que estive presente, quando interrompi o recesso parlamentar, como outros o fizeram, sob a Presidência do nobre Senador Chagas Rodrigues, que honra a Mesa com sua presença, inclusive nesta sessão, não se fez a leitura, salvo engano, da medida provisória em questão. De acordo com o meu pobre juízo, não se iniciou ali o processo de tramitação da medida provisória. No entanto, a Mesa do Congresso estabeleceu um calendário de tramitação, segundo o qual o prazo para a apresentação de emendas encerrou-se no dia 31 de julho; portanto, no dia seguinte e num sábado.

Estou reclamando porque, quando da tramitação anterior, apresentei emendas, que desejo renovar, e tenho grandes discordâncias em relação a esta Medida Provisória. Tentei fazê-lo ontem, mas fui surpreendido com a informação de que o prazo se esgotara no sábado, 24 horas após a sessão durante a qual deveria ser feita a leitura desta Medida Provisória.

Venho, portanto, Sr. Presidente, manifestar a minha estranheza, não pelo fato de que o Senhor Presidente da República tenha retomado a fúria legislativa através de medidas provisórias — salvo engano, 80 ou 81 medidas provisórias, o que equivale, dentro do mandato de Sua Excelência, a 10 medidas provisórias por mês. Esse é outro problema que tem de ser discutido no instante em que as lideranças do Congresso Nacional resolverem aprovar um projeto de lei complementar, que já se encontra tramitando no Senado da República, regulando a apresentação das medidas provisórias.

A minha reclamação é no sentido de que, se o prazo dessa medida provisória expira em 25 de agosto, por que não se permitir a apresentação de emendas? Quero requerer a V. Exª, nesta intervenção em questão de ordem, que me abra a possibilidade de apresentar emendas, por discordar do texto vigente. Inclusive, entendo que a admissibilidade deveria ter sido, quando muito, parcial e não total e absoluta, porque há inconstitucionalidade nessa medida. Pretendo exercer o direito mínimo, como Parlamentar, de discordar formalmente, apresentando emendas com o objetivo de — por presunção — que seja — melhorar a proposta do Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Nobre Deputado Prisco Viana, V. Exª levanta questão de ordem para, afinal, fazer uma reclamação e solicitar reabertura de prazo para apresentação de emendas à Medida Provisória nº 334, de 23 de julho de 1993.

A Presidência tem a esclarecer a V. Exª e ao Plenário, em primeiro lugar, que o Congresso foi convocado extraordinariamente para o dia 30 de julho próximo passado, em face da edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 334, de 23 de julho de 1993, durante o recesso. Esse fato obrigou-nos, portanto, a publicar o edital no sentido daquela convocação extraordinária, tendo em vista que a resolução em vigor, que cuida da apreciação das medidas provisórias, estabelece, no seu art. 2º, § 6º, que:

“(…) O Congresso Nacional estará automaticamente convocado se estiver em recesso, quando da edição da medida provisória, cabendo ao seu Presidente marcar sessão a realizar-se no prazo de cinco dias, contados da publicação da mesma no Diário Oficial da União.”

Foi realizada a sessão solene no dia 30, para a qual não havia necessidade de número e, logo em seguida, sob a Presidência do Senador Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente do Senado, foi tentada a realização de uma segunda sessão, durante a qual deveria ser feita a leitura da referida medida provisória. Como não houve número, a sessão não pôde ser realizar, e a Presidência recorreu, subsidiariamente, diante da omissão do Regimento Comum, ao art. 154, parágrafo único, combinado com o art. 155, § 2º, do Regimento do Senado Federal, onde se lê, textualmente:

“Art. 154.
Parágrafo único. A sessão ordinária não se realizará:

a) por falta de número;”

“Art. 155.

§ 2º Nos casos das alíneas a e d do parágrafo único do artigo anterior, o Presidente declarará que não pode ser realizada a sessão, designando a Ordem do Dia para a seguinte, e despachando, independentemente de leitura, o expediente que irá integrar a ata da reunião a ser publicada no Diário do Congresso Nacional.”

O que significa dizer que a medida provisória, de acordo com esse dispositivo regimental, foi dada como lida, daí decorrendo os prazos definidos, por sua vez, pela Resolução nº 1, de 1989, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso, das medidas provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal.

No que tange a prazo de emenda, estabelece o art. 4º da Resolução nº 1, de 1989:

“Art. 4º Nos cinco dias que se seguirem à publicação da medida provisória no Diário Oficial da União, poderão a ela ser oferecidas emendas que deverão ser entregues à Secretaria da Comissão.”

Constituída a Comissão, o prazo fluiu, houve um plantão na Comissão, segundo informa a Secretaria-Geral da Mesa; o recebimento de emendas deu-se até o dia 31; foram apresentadas duas emendas, que aqui estão no processo, de autoria do nobre Deputado Sérgio Machado.

Em face do que a Presidência acaba de esclarecer, não será possível, lamentavelmente, atender à solicitação de V. Exª e, portanto, não pode mais haver, a esta altura, novo prazo para apresentação de emendas.

O Sr. Prisco Viana — Sr. Presidente, não pretendo contraditar V. Exª por não poder fazê-lo, em função de norma regimental e por respeito a V. Exª, mas pediria sua permissão para observar que há situações típicas daquela convocação que não podem ser enquadradas nesse art. 155.

Estávamos numa Sessão Legislativa extraordinária, que se encerrou sem cumprir seus objetivos. O processo também encerrou-se. Ao instalar-se a 2ª Sessão Legislativa, V. Exª deveria reiniciar o processo de tramitação, porque são fases distintas, não há continuidade de uma sessão extraordinária com uma sessão ordinária.

De sorte que me sinto, realmente, prejudicado, pois não tive a capacidade do Deputado Sérgio Machado de adivinhar que havia um plantão na Secretaria da Comissão, depois de uma sessão não realizada. Não tive essa capacidade de adivinhar que havia um plantão, porque dele não fui avisado já que sequer foi realizada a leitura da medida provisória.

Lamento profundamente. Penso que o Congresso não precisaria, nessa sua determinação de ser eficiente e ágil, agir dessa forma, porque, repito, o prazo de tramitação dessa medida provisória no Congresso Nacional encerrar-se-á no dia 25 de agosto de 1993. Havia, portanto, como ainda há, tempo suficiente para que todos possam exercer o seu direito de participar da discussão e do emendamento da proposição.

Agradeço a gentileza de V. Exª de me permitir essa intervenção e, sobretudo, a atenção com que me ouviu.

O Sr. José Genoíno — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, considero que estamos diante de uma questão de extrema importância para o processo legislativo. Porque, de maneira análoga, o processo legislativo da tramitação da medida provisória tem particularidades em relação a prazos, a períodos de emendas, etc. Mas existe um princípio básico no processo legislativo, que é o do conhecimento público da matéria e, aí, a especificidade dos prazos. Se não houve a sessão, não houve a leitura; se não houve a leitura, não há o conhecimento público.

Veja bem, Sr. Presidente, se não examinarmos bem essa questão, estaremos abrindo um precedente em relação à matéria da maior importância, que é a medida provisória.

Os Deputados que forem impedidos de emendar podem obstruir para que, assim, a emenda seja novamente reeditada e, então, tenham o direito de emendar. Estamos criando um problema para o processo legislativo. V. Ex^a sabe que isso é possível. Sei que V. Ex^a já decidiu a questão, comungo com as observações levantadas pelo nobre Deputado Prisco Viana e o que me resta, diante de uma situação como essa, são duas possibilidades, das quais farei uso.

Primeiro, quero ouvir a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara, pois desejo que essa questão seja resolvida com toda a clareza e da qual recorro, neste momento. A segunda opção dependerá de um exame entre todos os deputados, sobre o período de emenda, que é fundamental; poderemos estar diante da possibilidade de segurar a medida provisória, no sentido de ser reeditada e, termos o direito de emenda.

Como o processo legislativo começou contrariando o direito de emendar, os Deputados poderão obstruir, e com isso a medida será reeditada e volta para ser emendada. De qualquer maneira, Sr. Presidente, recorro à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Houve um recurso do nobre Deputado José Genoíno.

O art. 132 do Regimento Contum diz o seguinte:

“Art. 132. É irrecurável a decisão da Presidência em questão de ordem, salvo se tiver relacionada com dispositivo constitucional.”

Não é o caso, mas, como se trata de edição de Medida Provisória, a Presidência receberá o recurso de V. Ex^a, e ex officio, submeterá a matéria à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

Conforme diz o § 1º do art. 132:

“§ 1º. Apresentado o recurso, que não terá efeito suspensivo, o Presidente, ex officio, ou por proposta do recorrente, deferida pelo Plenário, remeterá a matéria à Comissão de Constituição e Justiça da Casa a que pertencer o recorrente.”

Para não ter de recorrer ao Plenário, de ex-officio, remeto à Comissão de Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados.

O SR. JOSÉ GENOÍNO — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Ronan Tito — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. RONAN TITO (PMDB — MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, sou Presidente da Comissão designada para apreciar essa medida provisória e gostaria que V. Ex^a esclarecesse a mim e à Comissão se tem efeito suspensivo, se suspendemos todos os trabalhos, e se isso prorroga também o prazo da medida provisória.

Até agora, no entendimento deste Parlamentar, a medida que V. Ex^a acaba de tomar é inédita e, a partir dela, fico sem saber como agir na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Quero esclarecer a V. Ex^a, nobre Senador Ronan Tito, que, conforme diz o § 1º do art. 132, “Apresentado o recurso, que não terá efeito suspensivo...”

Então, continua tramitando normalmente a matéria.

O SR. RONAN TITO — Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Esgotou-se o prazo para a Comissão Mista apresentar o parecer sobre a admissibilidade da Medida Provisória nº 335, de 27 de julho de 1993, que dispõe sobre a redução de multa pela antecipação do pagamento do tributo lançado, e dá nova redação ao art. 30 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991.

Nos termos do disposto no art. 8º da Resolução nº 1, de 1989-CN, solicito ao nobre Senador Gilberto Miranda que profira o seu parecer.

O SR. GILBERTO MIRANDA (PMDB — AM. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores;

“Sobre a Admissibilidade da Medida Provisória nº 335, de 27 de julho de 1993, que dispõe sobre a redução de multa pela antecipação do pagamento de tributo lançado, e dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991”.

1. Pela Mensagem nº 69, de 1993—CN (nº 468, na origem), o Senhor Presidente da República, com base no art. 62 da Constituição, submete à apreciação do Congresso Nacional a Medida Provisória nº 335, de 27 de julho de 1993, publicada no *Diário Oficial da União*, do dia 28 do mesmo mês, a qual “dispõe sobre a redução de multa pela antecipação do pagamento de tributo lançado, e dá nova redação ao art. 30 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991”.

2. Na Exposição de Motivos nº 239, de 27 de julho de 1993, que acompanha a Medida Provisória em exame, o Senhor Ministro da Fazenda informa que a proposição visa reeditar a Medida Provisória nº 329, de 25 de junho de 1993, por não ter sido apreciada, tempestivamente, pelo Congresso Nacional, reiterando-lhe os preceitos, exceto quanto à introdução de um novo dispositivo, numerado como art. 4º, daí a reenumeração dos demais, aquele para modificar a redação do art. 30 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991.

3. As Exposições de Motivos atual e anteriores atestam que a Medida tem por objetivo o equilíbrio das contas orçamentárias no presente exercício, uma vez que agiliza os mecanismos de cobrança dos créditos tributários, ao facilitar aos contribuintes inadimplentes a regularização de sua situação fiscal, inclusive quando instados apenas por cobrança administrativa amigável.

4. A admissibilidade das Medidas Provisórias, nos termos do art. 5º da Resolução nº 1, de 1989-CN, tem como pressupostos constitucionais a relevância e a urgência. No caso presente, afigura-se inequívoca a relevância da matéria, já que

a proposta se insere no rol das providências necessárias ao equilíbrio das contas orçamentárias da União e, por outro lado, possibilita a realização de créditos do Governo que restariam inertes, à espera de demoradas demandas judiciais.

5. Quanto à urgência, decorre ela, diretamente, da necessidade de reedição da Medida Provisória nº 329, que já havia reeditado a Medida Provisória nº 322, e esta a de nº 317, todas de 1993, visando-se obter recursos imediatos para implementação do plano proposto pelo Executivo, de grande alcance econômico e social. Os mesmos objetivos estão, pois, ainda presentes, a justificar essa urgência, sendo convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 329.

Em face do exposto, somos pela admissibilidade total da Medida Provisória nº 335, de 27 de julho de 1993, eis que atendidos os pressupostos constitucionais de relevância e urgência.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — O parecer conclui pela admissibilidade da Medida Provisória. Nos termos do disposto no inciso I do § 1º do art. 5º da Resolução nº 1, de 1989-CN, a Presidência abre o prazo de 24 horas para a apresentação do recurso ali previsto.

O Sr. Prisco Viana — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Tem a palavra o nobre Congressista.

O SR. PRISCO VIANA (PDS-BA) Pela ordem. Sem revisão do orador. — Sr. Presidente, trata-se, ainda, da questão anterior, mas não mais para reabri-la. É apenas para perguntar a V. Exª se tenho uma conclusão correta sobre a decisão que V. Exª adotou, para que isso fique bem claro para os procedimentos seguintes.

V. Exª admitiu que as emendas poderiam ser apresentadas a partir do instante em que a medida provisória foi publicada no *Diário Oficial da União*?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — A Resolução nº 1, que trata da apreciação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional, estabelece:

“Art. 4º Nos cinco dias que se seguirem à publicação da medida provisória no *Diário Oficial da União*, poderão a ela ser oferecidas emendas, que deverão ser entregues à Secretaria da Comissão.”

É o que está na Resolução.

O SR. PRISCO VIANA — Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 340, de 31 de julho de 1993 que “altera dispositivos da Lei nº 8.542, de 23 de dezembro de 1992, que dispõe sobre a Política Nacional de Salários e dá outras providências”.

De acordo com as indicações das Lideranças, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

José Fogaça
Garibaldi Alves Filho

Suplentes

PMDB

Alfredo Campos
João Calmon

Carlos Patrocínio

Esperidião Amin

Beni Veras

Aureo Mello

Nelson Wedekin

PFL

Bello Parga

PPR

Affonso Camargo

PSDB

Mário Covas

PRN

Ney Maranhão

PDT

Magno Bacelar

DEPUTADOS

Titulares

Leur Lomanto

Humberto Souto

João Almeida

Vasco Furlan

Osmânio Pereira

Jones Santos Neves

Luiz Piauhyllino

Suplentes

BLOCO

Wilson Cunha

Paes Landim

PMDB

Nilson Gibson

PPR

Leomar Quintanilha

PSDB

Lézio Sathler

PL

Robson Tuma

PSB

José Carlos Sabóia

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 4/8 — Designação da Comissão Mista;

Dia 5/8 — Instalação da Comissão Mista;

Até 9/8 — Prazo para recebimento de emendas. Prazo para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 17/8 — Prazo final na Comissão Mista;

Até 1/9 — Prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — A Presidência comunica que, em virtude da não-interrupção da Sessão Legislativa, por força do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal, o calendário fixado na sessão conjunta realizada no dia 30 de junho passado, para a tramitação dos vetos presidenciais de que tratam as Mensagens nº 48 a 56/93-CN, fica alterado para:

Dia 7/8 — Prazo para as Comissões Mistas apresentarem os relatórios sobre os vetos;

Dia 17/8 — Prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — A Presidência comunica que, em virtude da não-interrupção da sessão legislativa, por força do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal, o calendário fixado na sessão conjunta realizada no dia 7 de julho passado, para a tramitação dos vetos presidenciais de que tratam as Mensagens nº 60 e 61/93-CN, fica alterado para:

Dia 16/8 — Prazo para as Comissões Mistas apresentarem os relatórios sobre os vetos;

Dia 24/8 — Prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Esgotou-se no dia 25 de julho próximo passado o prazo de trinta dias previsto no parágrafo único do art. 62 da Constituição, sem que tenha sido transformada em Lei, perdendo, portanto, sua eficácia, desde a edição, a Medida Provisória nº 327, de 24 de junho de 1993, que dá nova redação aos arts. 5º e 19 da Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, que cria o Programa Nacional de desestatização e dispõe sobre a suspensão de processos de privatização.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Esgotou-se no dia 28 de julho próximo passado o prazo de trinta dias previsto no parágrafo único do art. 62 da Constituição, sem que tenha sido transformada em Lei, perdendo, portanto, sua eficácia, desde a edição, a Medida Provisória nº 329, de 25 de junho de 1993, que define a redução de multa pela antecipação do pagamento de tributo lançado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Esgotou-se no dia 30 de julho próximo passado o prazo de trinta dias previsto no parágrafo único do art. 62 da Constituição, sem que tenha sido transformada em Lei, perdendo, portanto, sua eficácia, desde a edição, a Medida Provisória nº 330, de 30 de junho de 1993, que define sobre o Exercício das atribuições institucionais da Advocacia-Geral da União, em caráter emergencial e provisório, e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Esgotou-se no dia 30 de julho próximo passado o prazo de trinta dias

previsto no parágrafo único do art. 62 da Constituição, sem que tenha sido transformada em Lei, perdendo, portanto, sua eficácia, desde a edição, a Medida Provisória nº 331, de 30 de junho de 1993, que altera o art. 2º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, com redação dada pela Lei nº 8.458, de 11 de setembro de 1992, que dispõe sobre as disponibilidades financeiras do fundo de amparo ao trabalhador — FAT, e dá outras providências, e autoriza o Poder Executivo a abrir ao orçamento da seguridade social da União, em favor do Ministério da Saúde — Fundo Nacional de Saúde, crédito extraordinário no valor de Cr\$35.000.000.000.000,00 (trinta e cinco trilhões de cruzeiros).

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Esgotou-se no dia 30 de julho próximo passado o prazo de trinta dias previsto no parágrafo único do art. 62 da Constituição, sem que tenha sido transformada em Lei, perdendo, portanto, sua eficácia, desde a edição, a Medida Provisória nº 332, de 30 de junho de 1993, que altera a Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11h, neste plenário, destinada à apreciação da Medida Provisória nº 333, de 1993, cujo prazo está se esgotando.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20h.)

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 264 PÁGINAS